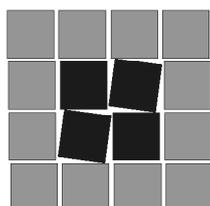


ISSN.BL 0041-8862 Fortaleza, v. 42, n. 1, p. 7-165, jan./jun., 2011

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Departamento de Ciências Sociais

Futebol e sociedade no mundo contemporâneo: visões das Ciências Sociais

APOIO



Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-graduação em Sociologia
2011

Revista de Ciências Sociais

Volume 42 – número 1 - 2011

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Antônio Cristian Saraiva Paiva, Isabelle Braz Peixoto da Silva, Irllys Alencar Firmo Barreira e Maria Sulamita de Almeida Vieira.

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura de Sousa Santos (CES, Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jakson Alves Aquino (UFC), Jawdat Abu-El-Haj

(UFC), José Machado Pais (ICS, Universidade de Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ruben George Oliven (UFRGS), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val
Editoração eletrônica: Sérgio Paulo
Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL
Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcs@ufc.br

Site: www.rcs.ufc.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Revista de Ciências Sociais – periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2011

Semestral

ISSN.BL. 0041- 8868

1 Futebol e literatura 2 Figuração 3 Esporte e modernidade 4 Racismo no Futebol
4 Torcidas organizadas

I- Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades

CDU 3 (05)

SUMÁRIO

Dossiê: Futebol e sociedade no mundo contemporâneo: visões das ciências sociais

7 **NOTA EDITORIAL**

8 **FUTEBOL E SOCIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: VISÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS (Apresentção)**

José Luiz Ratton e Jorge Ventura de Moraes

11 **“FIGURANDO” O ESPORTE MODERNO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESPORTE, VIOLÊNCIA E CIVILIZAÇÃO COM REFERÊNCIA ESPECIAL AO FUTEBOL**

Eric Dunning

27 **EL EQUIPO JUSTO**

César R. Torres e Jesús Ilundáin-Agurreza

50 **“DISPOSIÇÃO”: O LUGAR DA CORPORALIDADE NAS LÓGICAS DE CLASSIFICAÇÃO E DE ATUAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS CEARAMOR e M. O. F. I.**

Josiane Maria de Castro Ribeiro

64 **FUTEBOL: AMADORISMO EM TEMPOS DE PROFISSIONALISMO**

Joanna Lessa F. Silva

77 **O RACISMO NO FUTEBOL CARIOCA NA DÉCADA DE 1920: IMPRENSA E INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES**

Ronaldo Helal e João Paulo Vieira Teixeira

89 **GILBERTO FREYRE E O FUTEBOL: ENTRE PROCESSOS SOCIAIS GERAIS E BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS**

Jorge Ventura de Moraes e José Luiz Ratton Júnior

Artigos

112 **LUGAR E PODER SIMBÓLICO EM RIACHO DOCE**

Antônio George Lopes Paulino

129 **DEVAGAR E SEMPRE, COM FÉ EM DEUS: EVANGÉLICOS CEARENSES NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS**

Maurício Russo e Gledson Ribeiro de Oliveira

Revista de Ciências Sociais
Fortaleza, v. 42 - Número 1- jan/jun, 2011

Resenhas

151 HISTÓRIA DO ESPORTE NO BRASIL: DO IMPÉRIO AOS DIAS ATUAIS, organizado por Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo
Leonardo José Barreto de Lima

154 PÓS-GLOBALIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e RACIONALIDADE ECONÔMICA. A SÍNDROME DO AVESTRUZ, Omar Aktouf
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá e Raquel Libório Feitosa

Revista de Ciências Sociais
Fortaleza, v. 42 - Número 1- jan/jun, 2011

CONTENTS

Dossier: Football and society in the contemporary world: views from the social sciences

7 **EDITORIAL NOTE**

8 **FOOTBALL AND SOCIETY IN THE CONTEMPORARY WORLD: VIEWS FROM THE SOCIAL SCIENCES (Presentation)**

Jorge Ventura de Moraes and José Luiz Ratton Júnior

11 **“PORTRAYING” MODERN SPORTS: REFLECTIONS ON SPORTS, VIOLENCE AND CIVILIZATION WITH A SPECIAL REFERENCE TO FOOTBALL**

Eric Dunning

27 **THE JUST TEAM**

César R. Torres and Jesús Ilundáin-Agurruza

50 **“DISPOSITIONS”: THE PLACE OF CORPORALITY IN THE LOGIC OF RANKING AND ACTION OF THE “CEARAMOR” AND M.O.F.I. ORGANIZED CHEERERS CLUBS**

Josiane Maria de Castro Ribeiro

64 **FOOTBALL: AMATEURSHIP IN THE TIME OF PROFESSIONALISM**

Joanna Lessa F. Silva

77 **RACISM IN THE “CARIOCA”(RIO DE JANEIRO) FOOTBALL IN THE 1920S: THE PRESS AND THE *INVENTION OF TRADITIONS***

Ronaldo Helal and João Paulo Vieira Teixeira

89 **GILBERTO FREYRE AND FOOTBALL: IN BETWEEN GENERAL SOCIAL PROCESSES AND INDIVIDUAL BIOGRAPHIES**

Jorge Ventura de Moraes and José Luiz Ratton Júnior

Articles

112 **PLACE AND SYMBOLIC POWER IN *RIACHO DOCE***

Antônio George Lopes Paulino

129 **‘SLOW AND FOREVER, IN THE BELIEF OF GOD’: EVANGELIC “CEARENSES” IN DEMOGRAPHIC CENSUSES**

Maurício Russo and Gledson Ribeiro de Oliveira

Revista de Ciências Sociais
Fortaleza, v. 42 - Número 1- jan/jun, 2011

Reviews

- 151 **THE HISTORY OF SPORTS IN BRAZIL: FROM EMPIRE TO PRESENT TIMES**,
organized by Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo
Leonardo José Barreto de Lima
- 154 **POSTGLOBALIZATION, ADMINISTRATION AND ECONOMIC RATIONALITY.
THE SYNDROME OF THE OSTRICH**, Omar Aktouf
Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá and Raquel Libório Feitosa

Revista de Ciências Sociais
Fortaleza, v. 42 - Número 1- jan/jun, 2011

NOTA EDITORIAL

Nesta edição, em particular no que concerne à organização do *dossiê*, contamos com a colaboração dos professores Jorge Ventura de Moraes e José Luiz Ratton Júnior, ambos da Universidade Federal de Pernambuco e integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol, na mesma instituição.

Generosamente, Moraes e Ratton Júnior reuniram um conjunto de artigos produzidos por especialistas, vinculados a instituições acadêmicas diversas, inclusive estrangeiras, que tratam do “mundo do futebol” sob diferentes ângulos. Conforme os organizadores explicam na *Apresentação*, os trabalhos componentes deste dossiê abrangem aspectos históricos; relação futebol, classe e etnia; práticas de profissionais e de amadores, abordando, também, interpretações do tema na literatura; sem esquecer que uma das resenhas é de um livro sobre o assunto.

A Comissão Editorial

FUTEBOL E SOCIEDADE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: VISÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

José Luiz Rattón¹
Jorge Ventura de Moraes²

Os esportes, em geral, e o futebol, em particular, fazem parte do cotidiano dos brasileiros e têm imprimido sua marca no que pode ser chamado de nossa identidade social. Além disso, os esportes têm impactado a sociedade brasileira econômica, política e socialmente, constituindo importante campo para a análise de sociólogos e antropólogos. No entanto, é legítimo afirmar que, apesar de todo este impacto, os esportes em geral, e o futebol em particular, têm merecido relativamente pouca atenção das ciências sociais brasileiras.

Se temos, já em 1938, a publicação em jornal de um artigo de Gilberto Freyre – *Football Mulato* –, que veio influenciar aqueles poucos que começaram a se interessar pelo futebol como fenômeno a ser pesquisado por cientistas sociais, só encontraremos produção mais significativa muitas décadas depois, com a coletânea organizada por Roberto DaMatta, *Universo do Futebol*, em 1982.

Esse livro marca o tímido início de um movimento de alguns cientistas sociais preocupados em estudar sociológica e antropológicamente os esportes na sociedade brasileira. Dentre outros nomes, podemos citar José Sérgio Leite Lopes (do Museu Nacional) e Simoni Lahud Guedes (da Universidade Federal Fluminense).

Estes pioneiros abriram um campo de reflexões que tem se revelado cada vez mais profícuo e tem recebido sucessivas gerações de novos pesquisadores. Some-se a isso o fato de que a produção intelectual nesta área tem obtido reconhecimento da comunidade científica. Pesquisadores como Luiz Henrique de Toledo (da Universidade Federal de São Carlos) e Arlei Damo (da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul) ganharam prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), de melhor dissertação e melhor tese, respectivamente, com trabalhos sobre o futebol.

Nessa esteira, outros pesquisadores se engajaram no esforço de investigação deste campo, consolidando e ampliando os espaços de discussão em vários fóruns acadêmicos, a exemplo dos grupos de trabalho na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), na Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), na Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE) e na própria ANPOCS.

Por outro lado, é de se esperar que os mais famosos eventos esportivos do mundo contemporâneo – a Copa do Mundo e as Olimpíadas –, cuja realização está prevista para acontecer no Brasil, em 2014 e 2016, respectivamente, chamem a atenção de um grande número de pesquisadores – e não somente do campo específico da sociologia/antropologia dos esportes, considerando os impactos sociais, econômicos e políticos que causarão na sociedade brasileira.

Este dossiê da Revista de Ciências Sociais é um indicador importante da ampliação do campo de estudos e pesquisas sobre esportes em vários estados do Nordeste Brasileiro. A formação de grupos de pesquisa como o NESF (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol) da UFPE; o aumento do número de mestrandos e doutorandos que escolhem o esporte como objeto de pesquisa e, conseqüentemente, o número crescente de defesas dos seus trabalhos em diversas universidades (Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Pernambuco,

Universidade Federal de Alagoas, dentre outras) demonstram mais claramente este movimento. E a diversidade temática, mostra a amplitude da produção: o futebol de várzea e suas relações com dimensões da ruralidade na segunda metade do século XX; o lugar social do futebol comunitário; o fenômeno das Torcidas Organizadas etc. As pesquisas conduzidas no âmbito das pós-graduações tratam tanto de aspectos “internos” ao esporte – como a formação da barreira enquanto micro-processo de negociação, em perspectiva etnometodológica – quanto da reflexão sobre os paradoxos do *ethos* clubístico e do *ethos* de negócio no esporte, as diferentes formas de torcer (globalmente e localmente), o autocontrole das emoções no futebol e as percepções sociais sobre o *doping*.

É neste quadro que se inscreve este dossiê, *Futebol e Sociedade no mundo contemporâneo: visões das Ciências Sociais*. Buscamos aqui apresentar um pequeno, mas representativo, mosaico da produção nacional e internacional sobre o tema, com participação importante de jovens pesquisadores dos programas de Pós-Graduação do Nordeste.

O dossiê é aberto com um trabalho de Eric Dunning, o mais famoso discípulo de Norbert Elias. O artigo divide-se em duas partes distintas, porém inter-relacionadas. Na primeira parte são relatadas de forma resumida, as descobertas básicas da *figuração* que mostram como a forma de futebol originalmente conhecida como *Association Football* desenvolveu-se, primeiramente, na Inglaterra no século XIX. O contexto da época era o das escolas privadas elitistas e das universidades de Oxford e Cambridge, igualmente elitistas. Basicamente, o que é mostrado é como a rivalidade de status levou ao surgimento dos jogos de *Rugby* e Futebol, que começavam a se tornar “mais civilizados” que seus antecedentes medievais. Assim, apresenta um resumo das principais características da teoria, às vezes mal compreendida, de Elias, a respeito dos processos civilizadores. O artigo termina com uma análise e diagnóstico figuracional do futebol ou do hooliganismo no futebol, problema esse que continua sendo, às vezes, erroneamente representado como a ‘doença inglesa’, mas que já teria assumido

uma dimensão global.

Em seguida, temos o artigo de César Torres e Jesús Ilundáin-Agurreza, cujo objetivo é indagar sobre a possibilidade de articular princípios morais defensáveis que possam prevalecer na gestão interna de uma equipe de futebol. Os autores desenvolvem uma reflexão, no âmbito da moralidade, que vê possibilidades de entrelaçamento entre virtudes tais como a igualdade e o respeito pela autonomia pessoal com um padrão distributivo que leve em conta as habilidades físicas e os padrões de excelência próprios do futebol.

Neste dossiê temático, o artigo de autoria de Ronaldo Helal e João Paulo Teixeira analisa narrativas cuja temática central é a inserção do negro no futebol brasileiro. Tomando como referência o conceito de *tradições inventadas* de Eric Hobsbawm, os autores investigam as relações entre alguns dos argumentos comuns sobre o tema, na primeira metade do século XX, e sua transformação em “verdades recontadas” por pesquisadores e parte da imprensa nas últimas décadas.

Frutos de trabalhos de pesquisa realizados nas pós-graduações em Sociologia das Universidades Federais do Ceará e de Pernambuco estão os dois próximos artigos.

O artigo de Josiane Ribeiro busca compreender o lugar da corporalidade na organização das práticas juvenis, no âmbito das torcidas organizadas ligadas ao Ceará *Sporting Club* (Cearamor e M. O. F. I.) e seus antagonismos na cidade de Fortaleza. O argumento da autora percorre inicialmente as relações entre as dimensões culturais dos bailes *funk* e a formação/consolidação das torcidas organizadas, procurando desvendar os nexos entre os assim chamados investimentos corporais, afetivos e comportamentais dos integrantes das referidas torcidas e a categoria nativa de “disposição”.

O trabalho de Joana Lessa faz uma reflexão sobre as direções aparentemente contraditórias do processo de esportivização na cidade do Recife. Tomando o futebol amador como objeto, utiliza-se das lentes analíticas da sociologia figuracional eliasiana

e da noção de campo bourdieusiana para entender as inter-relações e os paradoxos do amadorismo e do profissionalismo.

Em registro um tanto diverso, o trabalho de Moraes e Ratton aborda a obra de Gilberto Freyre, no que se refere ao futebol, enfatizando seus aspectos teórico-metodológicos. Buscam deslindar o tipo de raciocínio desenvolvido por Freyre, no que concerne à ligação entre os processos macrosociais mais gerais e a agência humana, ilustrada por Freyre com a vida de jogadores concretos, que ilustrariam as suas teses.

Completa o dossiê uma resenha escrita por Leonardo Lima sobre o livro *História do Esporte no Brasil – do Império aos dias atuais*, de autoria de Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo, uma rara abordagem histórica comparada dos diversos esportes no país.

Este conjunto de artigos, em forma de dossiê temático, compartilha do mesmo espírito daquele publicado, em 2008, pela revista *Estudos de Sociolo-*

gia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco: busca apresentar importantes contribuições da produção sócio-antropológica brasileira e internacional contemporânea sobre o campo dos esportes, com sua pluralidade temática, teórica e metodológica e participar, praticamente, do avanço da reflexão das ciências sociais nesta área.

Notas

- 1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenador do NEPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança) e pesquisador do NESF (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol).
- 2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do NESF (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol).

“FIGURANDO” O ESPORTE MODERNO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESPORTE, VIOLÊNCIA E CIVILIZAÇÃO COM REFERÊNCIA ESPECIAL AO FUTEBOL

ERIC DUNNING*

RESUMO

Este artigo divide-se em duas partes distintas, porém inter-relacionadas. Na primeira parte são relatadas, de forma resumida, as descobertas básicas da *figuração* que mostram como a forma de futebol originalmente conhecida como Association Football desenvolveu-se, primeiramente, na Inglaterra no século XIX. Basicamente, o que é mostrado é como a rivalidade de status levou ao surgimento dos jogos de Rugby e Futebol, que começavam a se tornar mais civilizados que seus antecedentes medievais. Assim, apresento um resumo das principais características da teoria, às vezes mal compreendida, de Elias, a respeito dos processos civilizadores. O artigo termina com uma análise e diagnóstico figuracional do “futebol” ou hooliganismo no futebol, problema esse que continua sendo, às vezes, erroneamente representado como a ‘doença inglesa’, mas que já se transformou num problema de dimensão global. **Palavras-chave:** processos civilizadores, rivalidade de status, alternativa funcional, linhas de tensão, *figuração*.

ABSTRACT

This paper falls into two distinct but clearly inter-related parts. In the first, a summary is provided of the basic figurational findings which show how the ‘Association’ or ‘soccer’ form of football developed first of all in England in the nineteenth century. Basically what is shown is how status rivalry led to the emergence in that context of the soccer and Rugby games, both of which were then beginning to become more ‘civilized’ than their medieval antecedents. In that context, a summary is provided of the core features of Elias’s sometimes misunderstood theory of civilising processes’. The paper ends with a figurational examination and diagnosis of ‘football’ or ‘soccer hooliganism’, a problem which is still sometimes falsely represented as ‘the English disease’ but has now become a problem which is literally world-wide in scope. **Key-words:** ‘civilizing’ process(es); status rivalry; functional alternative; social fault-lines; *figuration(s)*.

* Professor Emérito de Sociologia da Universidade de Leicester. Estudou com Elias na sua graduação (1961-62) e dois anos como pós graduando. Após passar um ano acadêmico nos Estados Unidos, foi indicado para uma cátedra em Sociologia na Universidade de Leicester. Foi neste contexto que começou a produzir textos publicados com Elias os quais culminaram no livro *Em busca da emoção: esporte e lazer* no processo civilizador (segunda edição revisada, editora da Universidade de Dublin, 2008).

Um título mais adequado para este texto poderia ter sido: “De Leicester para Chester: Hooligans medievais no Rood Dee e seus similares na atualidade”¹. Este, ao menos indica, qual será o foco central de minha abordagem: o desenvolvimento correlativo do futebol e, em seu bojo, do hooliganismo como uma prática, em primeira instância, local e só mais tarde nacional e internacional. Entretanto, o que planejo fazer em um sentido mais profundo é examinar a “*figuração*” do esporte moderno em dois sentidos: (a) como as pessoas se configuraram – os padrões que elas formaram – nas atividades de lazer psico-físicas competitivas que têm sido chamadas de “esporte” desde o século XVIII; e (b) como sociólogos e outros “descobriram”, isto é, contribuíram para a compreensão e explanação de como e porque essas mudanças ocorreram e continuam a ocorrer no âmbito social do

esporte. Darei ênfase especial, como tenho feito ao longo de grande parte de minha carreira, ao futebol.

Sociólogos terão percebido que estou me referindo, através do termo “*figurando*”, à abordagem “*figuracional*” ou “*sociológico-processual*”, de Norbert Elias. Elias está se tornando cada vez mais reconhecido como um dos maiores sociólogos do século vinte. Parte disso se deve a seu trabalho pioneiro na sociologia do esporte. O fato de ele ter sido um importante pioneiro neste campo relaciona-se com sua negação da idéia de que fenômenos físicos têm menor valor que fenômenos intelectuais. Ele os enxergava como fenômenos interligados e iguais. Ele também argumentava que a compreensão dos movimentos e emoções é tão importante para uma compreensão completa dos indivíduos quanto o é a compreensão do pensamento, da racionalidade e dos sentimentos. De fato, Elias negava a existência separada de “*corpo*” e “*mente*”,

argumentando que a sociologia deveria preocupar-se com todos os aspectos dos indivíduos e suas vidas sociais. Permita-me o leitor citar uma ou duas palavras sobre a sociologia em termos gerais.

Provavelmente uma das características mais notórias da sociologia é que tendeu, ao longo dos anos, a sofrer uma descontinuidade como disciplina; descontinuidade em que as novas gerações frequentemente iam de encontro às abordagens de seus mestres/ professores. Uma das várias conseqüências negativas disto é que nós fomos reiteradamente forçados a “reinventar a roda” com profissionais que pensam que estão sendo originais ao repetirem o que seus predecessores disseram sem, aparentemente, se darem conta disso. Dois exemplos que me vêm à mente são a descrição das principais características “da teoria de desvio” de Durkheim (1895; 1964) e a antecipação teórica de Elias de muitos aspectos do pós-estruturalismo e do pós-modernismo – segundo o próprio, não são muitos – aspectos esses que tiveram longa validade.

Retomando o tema da descontinuidade, diria que uma de suas conseqüências, ainda, é a dificuldade de comunicação entre as gerações. Todavia, nós sociólogos figuracionais do esporte, em certa medida, conseguimos romper essa tendência e atingir um grau de continuidade intergeracional que talvez seja superado somente pelos marxistas. Em um livro co-editado por Joseph Maguire e Kevin Young, publicado em 2002, sugeri, no capítulo que me coube que houve até hoje cinco gerações de sociólogos figuracionais do esporte no Reino Unido, representadas por: (1) Norbert Elias; (2) eu; (3) Patrick Murphy, Kenneth Sheard e Ivan Waddington²; (4) Joseph Maguire e Grant Jarvie; e (5) Daniel Bloyce, Sharon Colwell, Graham Curry, Kenneth Greene, Katie Liston, Dominic Malcolm, Louise Mansfield e Andrew Smith.

Quais são as principais características da abordagem sociológica desenvolvida por Elias e compartilhada por estas cinco gerações de sociólogos figuracionais do esporte?³. No âmbito deste artigo, só há espaço para listar estas características centrais de maneira breve e resumida. São elas:

- (a) A convicção compartilhada de que, assim como o universo, os seres humanos e as sociedades por eles formadas são processos.
- (b) A idéia de que os processos vividos pelas sociedades tenderam até agora, especialmente no longo prazo, a serem “cegos” no sentido de serem, em grande medida, as conseqüências não intencionais de grande parte da soma dos atos individuais intencionais. Elias às vezes usava como metáfora da história a figura de um trem expresso fugitivo, a fim de ilustrar este ponto. Era sua esperança que o conhecimento sociológico nos ajudasse a submeter o “trem” da história a um maior controle consciente. Ele estava plenamente ciente, evidentemente, de que sua preocupação no que se refere à ausência de controle se contrapunha à autoestima das pessoas que querem crer que estão sempre no controle das coisas.
- (c) A idéia de que sociedades humanas consistem de indivíduos que são radicalmente interdependentes. Isto é, ao nascermos, como resultado de um ato de nossos pais interdependentes, ingressamos numa coletividade ou mundo social em rápida mutação, entretanto, estruturada, para cuja

formação não contribuimos, e que ocupa uma determinada posição no tempo e no espaço.

- (d) O poder é uma propriedade universal das relações humanas em todos os níveis de integração social, variando de um grupo de duas pessoas até a humanidade como um todo. O poder, de acordo com Elias, é: (a) função de laços de interdependência. Seu poder sobre mim é uma consequência do meu grau de dependência em relação a você; (b) uma questão de equilíbrios ou proporções; e (c) não se explica somente por fatores únicos como a propriedade dos meios de produção ou o controle dos meios de violência⁴. Elias também levou em consideração os recursos de poder corporal dos indivíduos como a força física e a intelectual e os recursos de poder estrutural das coletividades mensurados em grau de unidade grupal e coesão. Recursos de poder corporal, é claro, têm relevância central para a sociologia do esporte.
- (e) Elias enfatizou a necessidade de manter, na sociologia uma constante 'via de mão dupla' entre teoria e pesquisa. A teoria sem pesquisa, argumentava, é suscetível de ser abstrata e sem sentido; a pesquisa sem a teoria corre o risco de ser árida e descritiva.
- (f) Elias defendia que os sociólogos deveriam ter como sua preocupação primária contribuir e agregar valor a um conhecimento confiável estabelecido. Ele era vigorosamente contrário à intrusão da

política, religião e outras ideologias e valores na pesquisa social. Além disso, sugeria que, numa pesquisa sobre, por exemplo, o hooliganismo no futebol, deveríamos focar, antes de tudo, através de meios que ele chamava de "circundar sem engajamento", na construção de uma "realidade congruente" daquilo que o hooliganismo no futebol realmente concerne e como e por que é socialmente e psicologicamente gerado. Em seguida, através de um processo que ele chamava de "envolvimento secundário", deveríamos usar mais o nosso conhecimento da realidade para formular uma política ou conjunto de políticas mais realista e efetivo para lidar com o problema, do que aquele usado anteriormente.

- (g) E finalmente, para os presentes fins uma convicção compartilhada das cinco gerações dos sociólogos figuracionais do esporte é que a teoria de Elias dos processos civilizadores é o que ele chamava uma teoria geral através da qual uma variedade de fenômenos aparentemente diversos como esporte, alimentação, fumo e fogo possam ser inter-relacionados⁵. Permitam-me, rapidamente, oferecer uma prova /visão, do que implica a teoria dos processos civilizadores.

Contrariamente a um equívoco relativamente generalizado, Elias não usa o conceito de 'processo civilizador' de maneira fundamentalmente moral e avaliativa. Ele também costumava inserir a expressão "civilização" e seus derivados entre aspas a fim

de claramente assinalar isso. “Processo Civilizador” era, para Elias, um termo técnico. Ele não pensava que pessoas posicionadas num patamar mais avançado do processo civilizador como nós, por exemplo, em relação ao povo da Grã-Bretanha feudal ou da Alemanha ou França medievais, fossem em qualquer sentido “melhores que” ou “moralmente superiores” àqueles. Essa, claro, é a forma como, provavelmente, aqueles que se consideram civilizados se enxergam. Mas, como Elias costumava perguntar-se, podem as pessoas se congratular quando elas são as beneficiárias ocasionais de um processo “às cegas” de longo prazo para o qual elas não contribuíram pessoalmente? Dizer isso, é claro, não significa negar o fato. Como é o caso dos processos sociais de uma maneira geral, tanto há vítimas quanto beneficiários dos processos civilizadores.

A teoria dos processos civilizadores é igualmente teórica e empírica. Empiricamente, se fundamenta em uma ampla base de dados, principalmente no que concerne às mudanças de hábitos das elites seculares – cavaleiros, reis, rainhas, aristocratas da corte, políticos e senhores de negócios, o que não envolvia o alto clero – entre a Idade Média e Modernidade. Estes dados indicam que, nas sociedades da Europa ocidental – o foco principal de Elias eram a França, Alemanha e Inglaterra – um processo em longo prazo e não intencional ou “às cegas” ocorreu, envolvendo, principalmente, quatro componentes que se inter-relacionam:

(a) a elaboração e refino dos padrões sociais;

(b) um crescimento da pressão social sobre as pessoas para que exercessem um auto-controle mais rigoroso e mais contínuo, e mais intenso sobre seus sentimentos e comportamentos.

(c) uma mudança no equilíbrio da censura externa e da auto-censura a favor da auto-censura.

(d) um crescimento nos níveis de personalidade

e ‘habitus’ na importância da “consciência” e do “superpêgo” como reguladores de comportamento. Isto quer dizer que os padrões sociais tornaram-se mais internalizados e passaram a ser operados não apenas conscientemente e com um elemento de escolha, mas também abaixo dos níveis de racionalidade e de controle consciente.

Um aspecto desse processo abrangente, de suma importância para a compreensão do desenvolvimento do esporte moderno, tem sido o controle cada vez maior da violência no interior das sociedades, embora não atinja o que fora conquistado no que diz respeito às relações entre as sociedades. De acordo com Elias, essa domesticação da agressão ocorreu acompanhada de um longo declínio na capacidade da maioria das pessoas de obter prazer ao infringirem dor em terceiros e ao testemunharem atos de violência. A esse respeito, ele se refere ao arrefecimento da *Angriffslust* – literalmente a redução do ímpeto de ataque: ou seja, a domesticação do desejo consciente das pessoas de obterem prazer atacando terceiros e verem-nos sofrer, juntamente com uma redução da personalidade e *habitus* em suas capacidades de assim fazê-lo. Isto estaria relacionado, de acordo com Elias, ao crescimento da identificação mútua, isto é, na simpatia e compreensão recíprocas.

Os termos “violência” e “civilização” são popularmente compreendidos como antíteses. Entretanto, os processos civilizadores da Europa Ocidental eram vistos por Elias como resultados não planejados de disputas violentas pela supremacia, entre monarcas e demais lordes feudais. Estas disputas levaram à consolidação nas emergentes nações-estados europeias – em tempos distintos e de formas diferentes –, de monopólios estatais relativamente estáveis e efetivos no que concerne à violência e à tributação, que seriam a principal maneira de governar sociedades acima do

nível tribal. Os estados-nação modernos foram formados, em grande parte, por razões bélicas, mas seu monopólio sobre a violência e a tributação provou-se providencial a seus governantes não apenas em relação ao ataque e à defesa externos, como também em relação à pacificação interna. Ao passo que os estados-nação tornavam-se mais pacificados, a estrutura de personalidade e do *habitus* da maioria de seu povo tornava-se mais pacífica. Como veremos adiante, isso se reflete no que, como sugeri anteriormente, passou a ser chamado, por volta do século XVIII, de “esporte”. Evidências indicam que esse desenvolvimento em relação à terminologia, *habitus* e instituições de lazer começou a ocorrer, primeiramente, na Inglaterra.

Sintetizando a teoria de Elias, mesmo que sob o risco de excessiva simplificação, poderíamos expressar seu pensamento afirmando que ele acreditava ser um processo civilizador o desdobramento de cinco partes-processos interdependentes que interagem entre si. São eles:

- (a) formação do Estado.
- (b) pacificação sob o controle do estado
- (c) crescente diferenciação social e extensão das cadeias de interdependência.
- (d) crescente igualdade de oportunidades entre as classes sociais, entre homens e mulheres e entre as gerações mais jovens e mais velhas.
- (e) riqueza crescente⁶.

Elias também mostrou como, no curso de um processo civilizador, as disputas notoriamente violentas tendem a se transformar em disputas relativamente pacíficas por status, dinheiro e poder, donde na maioria dos casos, os impulsos destrutivos permanecem geralmente contidos sob os limites da consciência e não são traduzidos em ação concreta. Como veremos adiante, as disputas por status deste tipo tiveram importância fundamental na separação entre

o futebol e o *rugby* como formas de futebol. Esse seria um ponto de partida coerente para começarmos a examinar as contribuições figuracionais para o estudo sociológico do esporte.

Os estudos figuracionais ou ‘eliasianos’ na sociologia do esporte têm se dedicado, até o presente momento, a nove áreas, notadamente: o desenvolvimento do esporte moderno no contexto dos processos civilizadores europeus⁷; a centralidade sócio-cultural crescente do esporte assim como de sua comercialização, profissionalização e monetarização⁸; o hooliganismo no futebol e a violência do espectador e jogador no esporte em termos gerais⁹ a globalização ou propagação internacional do esporte¹⁰; esporte e gênero¹¹; esporte e raça¹²; esporte e drogas, e os aspectos sociais das lesões no esporte¹³. O alcance dos esportes abordados também ampliou-se e agora inclui: futebol, *rugby*¹⁴, críquete¹⁵, boxe¹⁶, baseball¹⁷, ginástica¹⁸, esportes motorizados¹⁹, tiro²⁰, e artes marciais japonesas²¹.

Dados os limites de extensão deste artigo, me limitarei a lidar com dois desses tópicos, particularmente o desenvolvimento do futebol e *rugby* e do hooliganismo. Começarei com algumas reminiscências autobiográficas.

Em sua introdução ao nosso livro de 1986, *Em busca da emoção*, Elias escreveu:

Quando começamos este trabalho, a sociologia do esporte estava ainda em sua infância. Bem me lembro de Eric Dunning discutindo comigo se a questão do esporte, e particularmente o futebol seria considerada pelas autoridades um tema respeitado de pesquisa nas ciências sociais, particularmente numa tese de mestrado. Creio que contribuimos um pouco para que esta abordagem ganhasse o seu respeito (ELIAS e DUNNING, 1986).

Isso surgiu em 1986, cerca de 26 ou 27 anos depois de eu ter realizado minha pesquisa de mestrado sob a orientação de Elias. Já durante os três anos em que como estudante de graduação freqüentava suas aulas, tutoriais e seminários, eu me sentia interessado pela abordagem de meu orientador. Além disso, seu estilo de orientação aberta, não-autoritária e prestativa, e acima de tudo as descobertas que me estimulou a realizar, levaram-me a confirmar duas coisas: primeiro, o sentimento de que eu estava sendo guiado na direção correta²²; e segundo, que ele mereceria uma reputação muito maior enquanto sociólogo do que aquela que ele tinha nos anos 1950 e 60. Decidi, desde então, dedicar minha carreira a trazer suas contribuições para a apreciação de um público maior.

Minha primeira tarefa como estudante de mestrado foi de levantar uma bibliografia sobre a sociologia do esporte. O ano, entretanto, era 1959 e minha pesquisa literária destacou somente um item relacionado ao vocábulo “sport” em inglês que era inequivocamente sociológico: a mais recente dissertação de Gregory P. Stone “American Sports: play and display”²³. Quando relatei isso para Elias, ele respondeu: “Não se desespere, senhor Dunning”. – As universidades britânicas eram muito mais formais naquela época do que hoje. – “Veja se há alguma história dos esportes. Comece com o seu favorito, futebol”. Segui seu conselho e descobri que duas ou três histórias do futebol foram escritas. Fiz o pedido à biblioteca da Universidade e comecei a leitura das mesmas²⁴. Foi assim que o plano da minha dissertação foi ganhando forma. Todos os textos que li sugeriam que os jogos modernos de futebol – futebol, *rugby*, regras americanas, galesas e australianas – se desenvolveram a partir de seus antecedentes britânicos, irlandeses, italianos e daqueles do norte da França, que eram significativamente mais selvagens e menos regulados do que

nossas formas modernas. Os textos também concordavam em sugerir que as escolas privadas e as universidades, com destaque para Cambridge, tiveram um papel fundamental neste desenvolvimento.

Por falar e ler alemão, eu já tinha dado uma olhada na biblioteca, ainda como estudante de graduação, no segundo volume do livro de Elias intitulado em alemão; “Über den Prozess der Zivilisation” em português, *O processo civilizador*. Descrevi então o que lera e falei para ele: “Sr. Elias, seria esse um exemplo de um processo de civilização ao qual o Sr. dedica seu livro?”; Ele respondeu: “Sr. Dunning, eu não sei. Você terá de ler meu livro e então o ajudarei a formular um programa de pesquisa que o auxiliará a descobrir”. Minha pesquisa em grande medida confirmou sua teoria, assim como o fez pesquisa posterior de Kenneth Sheard sobre o *rugby*, por mim supervisionada²⁵. Basicamente, o que estávamos testando resume-se no seguinte trecho retirado da tradução para o inglês de *O processo civilizador*, editado por mim, Johan Goudsblom e Stephen Mennell. Elias escreveu (nas sociedades “modernas”, “civilizadas”):

(...) beligerância e agressão encontram um espaço socialmente tolerante em competições esportivas. São expressas especialmente ao se “assistir” tais competições (como, por exemplo, as lutas de boxe), e através da imaginária identificação com um pequeno número de lutadores aos quais é dado um moderado e controlado espaço para que dêem vazão a tais impulsos. “Viver” os impulsos assistindo ou mesmo simplesmente ouvindo (por exemplo, ouvindo um comentarista no rádio), é uma característica das sociedades civilizadas. Isso, em parte, determina o desenvolvimento dos livros e do teatro, e influencia, de maneira decisiva, o papel do cinema em nosso mundo. Essa transformação do prazer que outrora se

manifestava como expressão ativa e agressiva num prazer mais passivo e contido do espectador (i.e., o prazer pelo olho) iniciava-se através dos preceitos condicionantes dirigida aos jovens... É altamente característico de pessoas civilizadas que por preceitos de auto-controle inculcados, evitem tocar o que desejam, amam ou detestam (ELIAS, 2000: 170).

O tabu de tocar a bola para todos os jogadores com exceção do goleiro tornou-se, evidentemente, a maior característica diferenciadora da atual forma do futebol. Permita-me explicar como e porque. O processo que vou descrever é o tema do livro de 1979, *Bárbaros, senhores e jogadores*, de minha autoria junto com Kenneth Sheard (2ª edição, 2004).

Como sugeri anteriormente, as formas modernas de futebol sucedem determinados jogos populares medievais ou do início da modernidade que eram praticados de acordo com os costumes locais, ao invés de seguirem regras escritas e burocraticamente estabelecidas por uma instituição reguladora nacional ou internacional. Estes jogos eram realizados em campo aberto ou nas ruas de pequenas cidades, ao invés de acontecerem num estádio ou em área especificamente marcada ou delimitada. Eles eram jogados, não entre times no sentido moderno, mas entre os representantes de grupos ocupacionais como solteiros contra homens casados, ou grupos que representavam cidades ou bairros das cidades. Há também registros de partidas de mulheres solteiras contra mulheres casadas. Não houve tentativa, entretanto, para que os números entre os diferentes lados fossem equalizados. Mãos, assim como pés e algumas vezes pedaços de pau podiam ser usados para controlar e propelir a bola, e cada lado tinha que transportar a bola para o que era estabelecido por hábito como o gol.

A evidência da existência destes jogos consiste

de duas fontes principais: proibições por parte do Estado e das autoridades locais e descrições de jogos populares similares tais como o *hurling* da Cornualha e o *knappan* do País de Gales. Optei por ilustrar tais jogos e o furor que provocavam a partir de um relato de Chester que Morris Marples data de 1533 e Percy Young, de 1539. O relato foi escrito pelo Arquidiácono Robert Rogers (morto em 1595), num ensaio intitulado “Sobre os louváveis exercícios anualmente praticados dentro da cidade de Chester”. Escolhi este trecho por ser extremamente interessante do ponto de vista sociológico, entre outras razões por ser um exemplo primordial em que pessoas aceitaram aquilo que sociólogos denominam “substituto funcional” ou “alternativa funcional”²⁶ relativo a uma atividade que as autoridades da época desejavam banir. O relato dá conta do seguinte:

Como a companhia e a corporação dos sapateiros da cidade de Chester fazem anualmente, isto é, feriado em memória do homem, na terça-feira, no cruzamento da Rua Dee, diante do prefeito da dita cidade, eles ofereceram à companhia dos vendedores de roupas da dita cidade, uma bola de couro, chamada de futebol, no valor de mais ou menos 3 shillings e 4 pence: e por razão da grande disputa que surgiu entre os jovens da mesma cidade (pois diversos grupos foram formados para levar a dita bola, com mãos fortes e com força, para uma das três casas, quer dizer, a casa do prefeito ou a casa de qualquer um dos dois xerifes) grande dano foi causado, seja na grande massa que parecia em transe, seja naqueles que tiveram seus corpos machucados e feridos; alguns tiveram seus braços, cabeças e pernas quebrados, e alguns ficaram inválidos e outros ficaram à beira da morte; para impedir tais inconvenientes, e também para formar e converter a dita

homenagem em melhor uso; foi proposto pelo prefeito da dita cidade, e pelo conselho municipal, trocar a dita bola como se segue: que no lugar dela serão oferecidos pelos sapateiros aos vendedores de roupas seis dardos²⁷ de prata, dos quais eles apondariam os homens que os receberiam... (citado em YOUNG, 1966)

O Prefeito de Chester na época era Henry Gee, e a alternativa funcional por ele instituída para substituir o jogo *hooligan* do futebol foi uma corrida. Segundo Marples, o Prefeito Gee também inaugurou uma corrida de cavalos, hoje tida como a origem das atuais Corridas de Chester, e ainda instituiu prêmios para competições de tiro (MARPLES, 1954: 46). Em outras palavras, desta forma, o que era em outros relatos da época descrito como “as três atividades e práticas mais louváveis similares a feitos de guerra” foi estabelecido como evento esportivo anual em Chester, notadamente corridas, hipismo e tiro (MARPLES, 1954: 46). Presumivelmente, mesmo cientes de que o Rei Henrique VIII teria jogado futebol em sua juventude, imagino que esse fato o tenha deixado satisfeito. Contudo, conforme sugerido neste relato de Elias, um dos grandes impulsos ao desenvolvimento do esporte moderno foi torná-lo menos similar aos combates de guerra, característica de seus jogos predecessores. As escolas privadas e universidades tiveram papel importante nesse “processo de civilização”. Este é o tema que abordarei agora.

As formas populares de futebol eram combatidas pelas autoridades, pelo menos desde 1314, quando concomitantemente a outras atividades de lazer foram banidas em nome de Eduardo II. Alegava-se que ameaçavam a ordem pública e prejudicavam o alerta nacional de guerra, uma vez que as pessoas deixavam de praticar arco e flecha (DUNNING 1999).

Entretanto, como hoje prova o hooliganismo dos espectadores, os costumes foram mais fortes que a lei em relação a essas formas de jogos, e somente no início do século XIX as formas populares de futebol começaram não a desaparecer, mas a se tornar culturalmente marginalizadas (DUNNING and SHEARD, 1979: 21ss).

Em fins do século XVIII, início do século XIX, formas distintas de futebol eram jogadas por dois grupos: pelos times locais associados aos *pubs* (HARVEY, 2001) e pelos jovens das principais escolas privadas. As partidas dos *pubs* eram jogadas a dinheiro, ou serviam de ponto para apostas. Como demonstrado por Elias (em ELIAS e DUNNING, 1986), no que se refere ao boxe e ao críquete, o elemento pecuniário levou a certo grau de regularização, e as partidas passaram a ser disputadas por times não com determinado número de participantes, mas por times com igual número de participantes (três de cada lado, nove de cada lado, onze de cada lado, quinze de cada lado, ou até mesmo 20 de cada lado). Contudo, conforme já mencionado, foi nas escolas privadas e universidades – particularmente na de Cambridge, por razões ainda não inteiramente esclarecidas – que as formas modernas de futebol surgiram. A esse respeito, podemos inferir que tanto um processo civilizador quanto um correspondente processo de competição por status não-violento estavam em formação. Deixem-me elaborar mais um pouco sobre o tema.

Inicialmente criadas como instituições de caridade para prover educação aos meninos pobres, as escolas privadas se transformaram ao longo dos séculos XVIII e XIX em internatos para as classes médias e altas. Pelo menos duas conseqüências diretas se sucederam dessa apropriação das elites: a primeira refere-se ao fato de que a disparidade de

classes numa escola em que professores de classe média eram encarregados de educar jovens que frequentemente provinham de um estrato social superior ao dos primeiros, implicava o fato de que muitas vezes os mestres não eram capazes de evitar alguma forma de auto-governo por parte dos meninos: refiro-me ao sistema *prefect-fagging*²⁸. A segunda era que essa discrepância de poder e status, levava a problemas crônicos de disciplina nas escolas, algumas vezes tomando até a forma de rebelião declarada (DUNNING and SHEARD, 1979; DUNNING, 1999).

Os esportes, incluindo o futebol, eram um dos meios empregados pelos mestres para lidar com os problemas de disciplina. Todavia, as formas de futebol das escolas privadas eram, inicialmente, tão selvagens e desregradas quanto as populares. Daí, as limitações de seus efeitos pedagógicos. Aliás, nas escolas privadas, a agressividade do futebol se exacerbava. Nelas, o jogo acabou se tornando um meio dos alunos mais velhos provarem a superioridade sobre os mais jovens. Uma das tarefas típicas dos *fags* (os meninos mais jovens) era o que se chamava de *fagging out*. Isso significava que os *fags* eram obrigados pelos meninos mais velhos, a jogarem em posições restritas a manterem o gol. Assim, eram obrigados a se perfilarem na linha de fundo. Outrossim, temos informações dando conta de que em Westminster, no início do século XIX, os meninos pequenos, os mais lerdos e os *funk-sticks* faziam as vezes dos *goalkeepers* (goleiros), doze a quinze em cada extremidade do campo. *Douling*, como se denominava o futebol em Shrewsbury, era a mesma palavra usada para descrever o *fagging*. Trata-se de uma expressão derivada da palavra grega que significa “escravo”. Em Winchester, ainda no início do século XIX, meninos (*fags*), um em cada extremidade,

substituíam os gols, sendo que a bola tinha que ser chutada entre as pernas abertas do menino para marcar gol. Meninos enfileirados também serviam para demarcar os limites do campo.

O manuseio da bola, bem como os chutes, era permitido em todas as escolas privadas a essa altura. Todas as formas de futebol nelas jogadas eram violentas. Por exemplo, no futebol de campo em Charterhouse, “frequentemente jogadores quebravam as canelas visto que muitos usavam sapatos protegidos com pontas de aço, e se orgulhavam de dar mais do que de levar (caneladas)!”. Botas protegidas com pontas metálicas também eram usadas no *Rugby* onde eram chamadas de *navvies*. De acordo com um registro de 1920, as *navvies* tinham uma sola muito grossa cujo perfil, na altura do dedão, se assemelhava ao aríete da proa de um encouraçado (DUNNING and SHEARD, 1979, 2004; DUNNING, 1999).

As regras escritas do futebol foram inicialmente formuladas em Rugby em 1845. Rugby, sob o comando de Thomas Arnold, fora também a primeira escola privada onde uma reforma efetiva do sistema de *prefect-fagging* foi realizada. Eram desenvolvimentos civilizadores: a reforma do sistema de *prefect-fagging* por que reduzia o poder arbitrário dos mais velhos em relação aos mais jovens; a codificação e regularização do futebol, pois esses processos tinham o objetivo de abolir o uso dos *navvies* e de reduzir a violência de práticas tais como as caneladas e as entradas violentas/carrinhos. Também há razões para se crer que a reforma da prática de *prefect-fagging* fora pré-condição para a reforma do futebol na escola.

A segunda escola privada a codificar suas regras de futebol no papel foi Eton, em 1847. Suas regras foram, em muitos aspectos, diametralmente opostas àquelas de Rugby onde carregar a bola e pontuar ao chutar a gols em forma de H foram instituídas em

1845. A título de exemplo, uma das regras de 1847, em Eton, estipulava: “mãos só podem ser usadas para parar a bola, ou tocá-la quando atrás. A bola não deve ser carregada, jogada ou atingida pela mão”. Essas regras podem ser vistas como as regras embrionárias do “futebol” (DUNNING, 1999).

Por que teriam os garotos de Eton criado tal jogo? Sob a direção de Arnold, a fama da Escola Rugby começara a se espalhar e, com ela, a fama de seu futebol. Os garotos de Rugby, encorajados pelo corpo docente, procuravam, parece razoável supor, chamar atenção para si, ao desenvolverem um jogo próprio. Pareceria igualmente provável que ao desenvolverem uma forma de futebol também própria, porém em muitos aspectos diametralmente distinta do jogo de Rugby, os etonianos estivessem deliberadamente tentando colocar os esnobes rugberianos no seu lugar. Como mencionei anteriormente, segundo Elias (2000), a competição de status, entre grupos da classe alta e da classe média ascendente, teve um importante papel nos processos civilizadores da Europa.

Particularmente, nas “fases da colonização” membros da última adotariam as maneiras e padrões da primeira, levando os grupos das classes superiores, em “fases de repulsa”, a desenvolverem, como meios de demarcação de status e exclusão, padrões mais refinados, incluindo a exigência de um auto-controle cada vez maior. As mãos estão entre os instrumentos corporais mais importantes dos seres humanos e, ao imporem um tabu quase absoluto ao seu uso no jogo, os etonianos estavam estabelecendo que os jogadores aprendessem a exercer um auto-controle de elevado naipe. Hoje, em uma sociedade na qual o futebol faz parte do dia a dia, e na qual as crianças aprendem desde pequenas a chutar a bola e não usar as mãos, isso não parece ser uma exigência muito difícil. Todavia, quando foi introduzida pela primeira vez, deve ter

sido o equivalente a equilibrar ervilhas na parte de trás de um garfo. De fato, ouvimos falar que quando os etonianos e outros tentaram apresentar o jogo “sem mãos” a membros do proletariado, estes eram convidados a jogar segurando um *shilling* em cada mão, podendo ficar com o mesmo se conseguissem não usar suas mãos durante todo o jogo!

Um apoio em defesa da hipótese de competição de status vem do fato de a rivalidade entre Eton e Rugby ser um importante eixo das tensões do futebol em Cambridge, em meados do século XIX (DUNNING, 1999). Por exemplo, sabemos que em 1848, no Trinity College, “o pessoal de Eton protestava aos gritos contra o pessoal de Rugby por usarem as mãos”. Eles consideravam evidentemente tal prática vulgar. As regras sérias do futebol foram formuladas em Cambridge entre 1837 e 1842, em 1846, em 1848 e por volta de 1856 e 1863. Os estudantes do Trinity College, provenientes de Eton, foram predominantes nas formulações dessas regras, com destaque para aquelas do ano de 1863 (CURRY, 2001). Tais regras baseavam-se principalmente no “Jogo de Campo de Eton” e formavam o conjunto de estipulações sobre as quais foram erguidas as primeiras regras da Football Association (FA), igualmente em 1863.

Nos anos de 1850 e 1860 o Rugby se espalhou mais ampla e rapidamente do que o futebol. Contudo, isso mudou, em 1871-1872, com a introdução da copa FA que aumentou a popularidade do futebol e o jogo tornou-se, imediatamente, predominante na classe trabalhadora, e profissional nos níveis mais altos. Essa reversão de status entre o futebol e o *rugby* fez com que um mestre do Oxbridge College descrevesse o futebol, numa conhecida passagem, como: “um jogo para senhores cavalheiros jogado por hooligans” e o *rugby* como “um jogo para hooligans jogado por cavalheiros”.

Finalmente, dirigirei minha atenção à pesquisa figuracional do hooliganismo, e porque esse fenômeno criou raízes tão fortes no futebol.

A abordagem figuracional do hooliganismo no futebol não constitui uma “super teoria” que explica tudo sobre o fenômeno. Ela pode ser considerada uma base a partir da qual se pode construir conhecimento. Tem como características basear-se numa síntese de psicologia, sociologia e história, além de envolver uma exploração dos significados do comportamento *hooligan* para os próprios *hooligans*. A esse respeito, a análise de uma série de depoimentos de hooligans feitos há mais de 30 anos revelou que, para os jovens envolvidos, as brigas dos hooligans no futebol estão relacionadas, sobretudo, à masculinidade, à disputa territorial e à emoção. Para eles, a briga é uma fonte central de significado, status ou “reputação” e uma prazerosa incitação emocional. Eles se referem ao respeito entre seus camaradas que o engajamento *hooligan* provoca, à “emoção da briga”, à “instigação da adrenalina” e à “violência”, como quase

sendo estimulantes eróticos. Efetivamente, Jay Allan – um membro líder dos “Aberdeen Casuals”, uma torcida *hooligan* do futebol escocês – descreveu as brigas no futebol, em 1890, como mais prazerosas, até, do que o sexo (ALLAN, 1989). O escritor americano Bill Bulford, que viajou com *hooligans* do futebol inglês na década de 1980, descreveu o fenômeno assim: “... a violência é uma das experiências mais intensamente vividas e, para aqueles capazes de se entregarem a isso, é um dos prazeres mais intensos... a violência de massas era a droga deles” (BULFORD, 1991: 201).

A tabela a seguir sintetiza o que é sabido a respeito das classes ocupacionais dos *hooligans* ingleses empregados e a tendência entre 1968 e 1987. Pesquisa sobre a classe social dos *hooligans* na Escócia (HARPER, 1989), Bélgica (VAN LIMBERGEN *et al.* 1987), Holanda (VAN DER BRUG, 1986) e Itália (ROVERSI, 1994) indica que os *hooligans* de outros países vêm de um meio social similar, mas não idêntico, àqueles de seus correspondentes ingleses.

Tabela

Tendências nas classes ocupacionais de *hooligans* ingleses empregados, 1968-1998*

Classe ocupacional	Harrington, 1968	Dunning et al., 1988	Armstrong, 1995
	Nr %	Nr %	Nr %
Profissional	2 0.5**		3 2.1
Intermediário		8 5.7	7 4.9
Com habilidades não manuais	19 4.9	2 1.42	24 16.8
Com habilidades manuais	50 12.9	34 24.1	67 46.8
Com poucas habilidades	112 28.8	10 7.0	14 9.8
Sem habilidades	206 52.9	25 17.7	28 19.6

Fonte: Dunning, Eric (2000)

*Os dados excluem alunos do ensino médio, aprendizes, desempregados e aqueles com ocupações não classificadas no esquema de Registro Geral.

** Profissional e intermediário foram classificados juntos.

O fato de a desordem do espectador violento ocorrer mais frequentemente no futebol que em qualquer outro esporte seria, portanto, em parte, função

da composição social das multidões que atrai. O futebol é o esporte de equipe mais popular do mundo, a maioria de seus espectadores são homens e vêm das

faixas mais baixas da escala social, isto é, de meios sociais onde as normas, quando comparadas às das classes médias e altas, tendem a legitimar uma maior incidência de agressividade, bem como, de violência no cotidiano²⁹. Mais especificamente, muitos homens das classes mais baixas tendem a desenvolver um *habitus* e maneira de apresentar-se ao mundo mais violenta e agressiva. Isso envolve um complexo código comportamental adquirido que, entre outros elementos, decorre fundamentalmente de: (a) um padrão precoce de socialização caracterizado pelo recurso fácil à violência por parte dos pais e irmãos; (b) socialização nas ruas entre adolescentes, ex: em "gangues de adolescentes" (DUNNING *et al.*, 1988); e (c) rejeição e ressentimento relativo aos valores escolares pedagogicamente aprovados (PAUL WILLIS, 1977). Nessas figurações, por serem a habilidade e a vontade de lutar critérios para integração e prestígio no grupo, isto é, para que esses indivíduos se enxerguem e sejam vistos no seu 'status' de homem/macho, eles aprendem a associar a instiga da adrenalina em situações de lutas, a sentimentos calorosos, gratificantes e prazerosos, ao invés de a sentimentos de culpa e ansiedade, que geralmente acometem a maior parte da sociedade quando testemunha a violência real (em oposição à "mimética").

Esse tipo de *habitus* violento tende a se reforçar à medida que esses homens vivem e trabalham em contextos caracterizados pelo elevado nível de segregação baseado em gênero e idade. Isto se deve à relativa ausência da presença "suavizante" feminina, bem como à ausência da presença ponderada dos homens de mais idade. Além disso, na maioria das sociedades, os grupos que ocupam posições mais baixas na escala social, são menos propícios a serem altamente individualizados e mais propícios a formarem intensos laços de identificação no modelo "nós-grupo" (ELIAS,

1978: 134-138) levando a uma hostilidade igualmente intensa em relação aos "de fora" (ELIAS, 1994).

O contrário seria o caso dos grupos mais poderosos, auto governados e inibidos que se situam em posição social mais elevada. Num jogo de futebol, é claro, os "de fora" são o time adversário e seus torcedores, e, em alguns casos, os juizes e bandeirinhas. O futebol tende a ser escolhido por esses grupos como um contexto para se brigar por que trata também de masculinidade, territorialidade e emoção. Dado um padrão de viagens para partidas fora de casa, o jogo também fornece regularmente um conjunto pronto de oponentes contra os quais lutar. Além disso, grandes multidões criam um contexto em que é possível o indivíduo comportar-se violentamente e de outras maneiras desviantes com boas chances de não ser detectado ou preso.

Dito isso, seria errado enxergar o hooliganismo no futebol como função sempre e em todo lugar, apenas ou principalmente da classe social. Nem mesmo a Inglaterra e o resto do Reino Unido escapam de ter seus *hooligans* de classe média e classe alta. Ademais, como proposta para uma próxima pesquisa, seria razoável supor, por hipótese, que o problema é também moldurado e incitado, *ceteris paribus*, pelo que se pode chamar das grandes linhas de tensão de certos países. Na Inglaterra, isto seriam as diferenças e desigualdades regionais e de classe; na Escócia e na Irlanda do Norte, o sectarismo religioso; na Espanha, o sub-nacionalismo com base, em parte, no idioma dos catalões, castelhanos e bascos; na Itália, particularismos entre as cidades e talvez a divisão entre Norte e Sul expressa na "Liga Norte"; e na Alemanha, relações entre as gerações (HEITMEYER e PETER, 1992; ELIAS, 1996) e entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental. Linhas de tensões religiosas, sub-nacionais, entre cidades, regionais, e entre

gerações podem seduzir mais pessoas de altas classes ao hooliganismo [em outros países]³⁰ do que na Inglaterra.

É indiscutível, entretanto, que uma característica comum de todas essas linhas de tensão – e, é claro, cada uma pode se sobrepor e interagir com as demais em uma variedade de combinações complexas – é que elas correspondem ao que Elias (1994) chamava de “figurações estabelecidas em relação aos de fora”, isto é, formações sociais que envolvam fortes laços “nós grupo” (“nós/nosso grupo”) e um antagonismo proporcionalmente inverso em relação aos “de fora” ou “grupos deles/eles”.

O vínculo do hooliganismo com o futebol é também, em parte, função da grande exposição que o jogo tem na mídia global. Outros jogos não recebem tanta cobertura da mídia, assim, a violência que os acompanha não é tão publicamente aparente. A mídia também tende a gerar mitos e isso, igualmente, contribui para a percepção pública. Por exemplo, dos últimos anos da década de 1920 até meados da década de 1960, a ocorrência do hooliganismo no futebol nas Américas Central e do Sul, na Europa Continental (em especial nos países latinos), na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte, foi regularmente registrada pela imprensa inglesa, em conjunto com declarações de que tal comportamento “não poderia acontecer na Inglaterra”. Todavia, o comportamento desordeiro nas partidas de futebol na Inglaterra, já era freqüente antes da Primeira Guerra Mundial e nunca se extinguiu por completo (DUNNING *et al.*, 1988: 32-90). Os anos sessenta foi o período no qual as formas atuais do hooliganismo no futebol inglês e a cobertura da mídia, que às vezes beirava o pânico moral, começaram a surgir.

Como conclusão, é preciso deixar uma coisa perfeitamente clara. Não considero meu argumento

sobre as “linhas de tensão” como pressuposto com validade além de hipóteses de trabalho. Elas precisam ser submetidas a uma discussão crítica e aberta que seja, ao mesmo tempo, pública e justa. Mais do que tudo, elas precisam ser testadas por meio de pesquisas empíricas de âmbito nacional sistematicamente balizadas por teoria. Indubitavelmente terão de ser revisadas, expandidas, modificadas e talvez até mesmo completamente rejeitadas. É minha esperança, entretanto, que possam servir de plataforma para o desenvolvimento de um programa de pesquisa nacional relativo ao hooliganismo no futebol, contribuindo para uma compreensão ampliada do assunto e criando uma base para a formulação de políticas mais efetivas de combate ao problema ao redor do globo, assim como em níveis europeu e nacional. Tais políticas precisam urgentemente ser implementadas se a grande invenção social do futebol tiver que ser protegida da séria ameaça atualmente posta pela combinação de torcedores hooligans, políticos complacentes, hiper-comercialização e donos de clubes, diretores e jogadores gananciosos, que são, algumas vezes, corruptos, e anômicos.

Notas

- 1 Como será discutido neste artigo, uma forma violenta do futebol popular foi reprimida em Chester, uma cidade no noroeste inglês, e supostamente substituída com sucesso pela corrida a pé, corrida a cavalo e torneios de arco.
- 2 Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar minha sincera gratidão a Pat Murphy, Ken Sheard e Ivan Waddington. Nos anos em que trabalhamos juntos eles me ajudaram de maneiras diferentes e não apenas academicamente. Sou muito grato a eles.
- 3 Elias estabeleceu suas distintas, e, a meu ver, em sua maioria, visões corretas de uma sociologia mais profunda em *What is Sociology?* (1978).
- 4 É claro que são os marxistas que explicam a estrutura social e a mudança social de maneira reducionista ao se referirem à idéia de propriedade dos meios de produção ou “forças econômicas”. Max Weber adicionou o controle dos meios de violência à equação. Entretanto, Elias rejeitou ambos, tanto

- o "fator teorizante" quanto a idéia de que explicações *Law-like* rotuladas de "lei" sejam adequadas em relação ao nível social da realidade. Ele preferiu o que chamava de "estrutura e explicações de processos".
- 5 Enquanto Elias e Dunning usavam a teoria dos processos civilizadores em relação ao estudo sociológico do esporte, Johan Goudsblom (1992) assim o fez em relação ao estudo do fogo, Stephen Mennell (1987) segue a tendência no que se refere ao estudo da comida e Jason Hughes (2003) com o estudo do fumo.
 - 6 A esse respeito, depreende-se logicamente, que uma sociedade que vai ficando mais pobre, ou onde o Estado perde o seu monopólio da violência e sobre os tributos, sofrerá experiências "des-civilizadoras" e talvez um processo "des-civilizador" de magnitude e duração maior ou menor.
 - 7 Norbert Elias and Eric Dunning, *Quest for Excitement: Sport and Leisure*, in *The Civilizing Process* (1986); Eric Dunning, *Sport Matters: sociological studies of sport, violence and civilization* (1999).
 - 8 Eric Dunning and Kenneth Sheard, *Barbarians, Gentlemen and Players: a sociological study of the development of rugby football* (1979, 2004).
 - 9 Eric Dunning, Patrick Murphy and John Williams, *The Roots of Football Hooliganism* (1988); Patrick Murphy, John Williams and Eric Dunning, *Football on Trial* (1989); Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington and Antonios Astrinakis (eds), *Fighting Fans: Football Hooliganism as a World Phenomenon* (2002).
 - 10 Joseph Maguire, *Global Sport: identities, societies, civilizations* (1999); "Sport and Globalization" in Jay Coakley and Eric Dunning (eds), *Handbook of Sport Studies* (2000).
 - 11 Eric Dunning, (1999) "Sport, Gender and Civilization", capítulo nove in *Sport Matters*, Routledge, London.
 - 12 Eric Dunning, "Sport in the Process of Racial Stratification: the case of the USA", chapter eight in *Sport Matters* (1999).
 - 13 Ivan Waddington (2000), *Sport, Health and Drugs*, London, E. & F.N. Spon.
 - 14 Eric Dunning and Kenneth Sheard, (1979), *Barbarians, Gentlemen and Players*, Oxford, Martin Robertson; re-issued in 2004 with a new appendix, by Routledge, London.
 - 15 Dominic Malcolm (2004), "Cricket: Civilizing and De-Civilizing Processes in the Imperial Game" in Dunning, Malcolm and Waddington (eds), *Sport Histories*.
 - 16 Ken Sheard (2004), "Boxing in the Western Civilizing Process", in Dunning, Malcolm and Waddington, eds, op. cit.
 - 17 Daniel Bloyce (2004), "Baseball: Myths and Democratization", in Dunning, Malcolm and Waddington, op. cit.
 - 18 Tansin Benn and Barry Benn (2004), "After Olga: Development in Women's Artistic Gymnastics Following the 1972 "Olga Korbut Phenomenon", in Dunning, Malcolm and Waddington (eds), op. cit.
 - 19 Alex Twitchen (2004), "The Influence of State Fornication Processes on the Early Development of Motor Racing", in Dunning, Malcolm and Waddington (eds), op. cit.
 - 20 Stuart Smith (2004), "Clay Shooting: Civilization in the Line of Fire" in Dunning, Malcolm and Waddington (eds), op. cit.
 - 21 Koichi Kiku (2004), "The Development of Sport in Japan: Martial Arts and Baseball", in Dunning, Malcolm and Waddington (eds), op. cit.
 - 22 O Departamento de Sociologia de Leicester era muito engajado naqueles dias. Um dos tópicos mais discutidos entre os estudantes e corpo docente era a posição de Norbert Elias ao que era chamado de "developmental sociology". Eu me lembro mais especificamente de dois debates acalorados, mas "civilizados" e construtivos entre Norbert e John Goldthorpe e Norbert e Percy Cohen. Tanto Goldthorpe quanto Cohen usaram a obra de Karl Popper (1957) *The poverty of historicism* (London Routledge) como a base teórica para atacar Elias. Fui inspirado a ler *The poverty of historicism* muito cuidadosamente e escrever mais tarde "*In defence of developmental sociology: a critique of popper's poverty of historicism, with Special Reference to the theory of Auguste Comte*", *Amsterdams Sociologisch Tijdschrift*, vol. 4, no. 3, 1977: 327-349. Reprinted in Eric Dunning and Stephen Mennell (2003) (eds), Norbert Elias, London, Sage.
 - 23 Greg Stone foi um dos pioneiros da sociologia do esporte e teve um papel ativo na primeira fase do Comitê Internacional da Sociologia do Esporte (hoje a Associação Internacional da Sociologia do Esporte).
 - 24 Bastante relevante entre esses livros foi *Athletics and Football*, 1887, de Montagu Shearman. London; Francis P. Magoun, 1938, *A history of football from the Beginnings to 1871*, Cologne; and Morris Marples, 1954, *A history of football*, London.
 - 25 A tese de Ken Sheard está incorporada, junto com a minha, em nosso *Barbarians and players* (1979; 2004). A tese de Ken foi intitulada de *Rugby Football: a Study in Developmental Sociology*, Leicester, 1971. Minha tese foi intitulada *Early Stages in the Development of Football: an Account of Some of the Sociological Problems and the Development of a Game*, Leicester, 1961.
 - 26 R.K. Merton, (1957), *Social theory and social structure*, New York, the Free Press.
 - 27 No original, "gleaves", palavra do inglês arcaico, de origem francesa. Atualmente, o termo utilizado é "javelin", o tipo de dardo usado nas Olimpíadas, que é arremessado à distância (Nota do revisor técnico).
 - 28 Nota do tradutor: O fenômeno d e *fagging*, desconhecido no Brasil, refere-se a um costume que talvez tenha suas ra-

izes na Idade Média e, na Inglaterra, chegou até o início do século XX. Trata-se de um arranjo em que os alunos mais novos eram obrigados a servir os mais velhos. A contrapartida era uma forma de tutoramento e até proteção contra o que hoje seria reconhecido como bullying.

29 Os membros destes grupos são mais susceptíveis a se conformarem em público (embora não necessariamente em privado) em relação às normas oficiais, em grande parte por que eles têm mais a perder do que as pessoas mais abaixo na escala social.

30 Ênfase do tradutor.

Bibliografia

- Adrian Harvey (2001), “An Epoch in the Annals of National Sport“ Football in Sheffield and the Creation of Modern Soccer and Rugby, *Interntional Journal of the History of Sport*, Vol 18, no 4: 53-87.
- Alex Twitchen (2004), “The Influence of State-Formation Processes on the Early Development of Motor Racing”, in Dunning, Malcolm & Waddington (orgs.), *Sport Histories*, *op.cit.*
- Bill Bulford (1991), *Among the Things*, Londres: Secker and Woburg.
- Daniel Bloyce (2004), “Baselball: Myths and Democratization”, in Dunning, Malcolm and Waddington, *op. cit.*
- Dominic Malcolm (2004), “Cricket: Civilizing and De-Civilizing Processes in the Imperial Game” in Dunning, Malcolm and Waddington (orgs.), *Sport Histories*, *op. cit.*
- Emile Durkheim (1938), *The Rules of Sociological Method*. Chicago: University of Chicago Press.
- Emile Durkheim (1964), *The Division of Labour in Society*. Nova York: Free Press.
- Eric Dunning & Kenneth Sheard (1979), *Barberians, Gentlemen and Players: a Sociological Study of the Development of Rugby Football*. Oxford: Martin Robertson. (Reprinted in 2004, with a new appendix, by Routledge, Londres).
- Eric Dunning (1969), *Early Stages in the Development of Football: an Account of Some of the Sociological Problems in the Development of a Game*, unpublished MA thesis, University of Leicester.
- Eric Dunning (1977), “In Defence of Developmental Sociology: a Critique of Popper’s *Poverty of Historicism*, with special reference to the Theory of Auguste Comte”. *Amsterdams: Sociological Tidschrift*, vol. 4, no. 3: 327-349.
- Eric Dunning (1999), *Sport Matters: Sociological Studies of Sport, Violence and Civilization*. Londres: Routledge.
- Eric Dunning, Dominic Malcolm & Ivan Waddington (orgs.) (2004), *Sport Histories: Figurational Studies of the Development of Modern Sports*. Londres: Routledge.
- Eric Dunning, Patrick Murphy & John Williams (1988), *The Roots of Football Hooliganism*. Londres: Routledge.
- Eric Dunning, Patrick Murphy, Ivan Waddington & Antonios Astrinakis (orgs.) (2002), *Fighting Fans: Football Hooliganism as a World Phenomenon*. Dublin: UCD Press.
- Francis P. Magoun (1938), *A History of Football From the Beginnings to 1871*. Colônia: Kölner Anglistische Arbeite.
- Graham Curry (2001), *Football: a Study in Diffusion*. unpublished PhD thesis: University of Leicester.
- Gregory P. Stone (1955), “American Sports: Play and Display”. *Chicago Review*, IX, Fall: 83-100.
- Ivan Waddington (2000), *Sport, Health and Drugs: a Critical Sociological Perspective*. Londres: E & FN spon.
- Jason Hughes (2003), *Learning to Smoke*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jay Allan (1989), *Bloody Casual*. Glasgow: Famedram.
- Johan Goudsblom (1992), *Fire and Civilization*. London: Allen Laue, the Penguin Press.

- Joseph Maguire & Kevin Young (orgs.) (2002), *Theory, Sport and Society*. Amsterdam: Elsevier.
- Joseph Maguire (1999), *Global Sport: Identities, Societies, Civilizations*. Oxford: Polity.
- Karl R. Popper (1957), *The Poverty of Historicism*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Kenneth Sheard (1972), *Rugby Football: a Developmental Study*, unpublished M. Phil. Thesis, University of Leicester.
- Kenneth Sheard (2004), "Boxing in the Western Civilizing Process", in Dunning, Malcolm and Waddington (orgs.), *Sport Histories*, *op. cit.*
- Koichi Kiku (2004), "The Development of Sport in Japan: Martial Arts and Baseball" in Dunning, Malcolm & Waddington (orgs.), *Sport Histories*.
- Montagu Shearman (1887), *Athletics and Football*. Londres: the Badminton Library.
- Morris Marples (1954), *A History of Football*. Londres: Secker and Warburg.
- Norbert Elias & Eric Dunning (1986), *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Oxford: Blackwell.
- Norbert Elias & John Scotson (1994), *The Established and the Outsiders*. 2a. edição, Londres: Sage.
- Norbert Elias (1978), *What is Sociology?* Londres: Hutchinson.
- Norbert Elias (1996), *The Germans: Studies of Power Struggles and the Development of Habitus in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Oxford: Polity.
- Norbert Elias (2000), *The Civilizing Process*. Oxford: Blackwell.
- Patrick Murphy, John Williams & Eric Dunning (1990), *Football on trial: Spectator Violence and Development in the Football World*. Londres: Routledge.
- Paul Willis (1977), *Learning to Labour: How Working Class Kids Get Working Class Jobs*. Londres: Saxon House.
- Robert K. Merton (1949), *Social Theory and Social Structure*. Nova York: the Free Press.
- Stephen Mennell (1985), *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*. Oxford: Blackwell.
- Stuart Smith (2004), "Clay Shooting: Civilization in the Line of Fire", in Dunning, Malcolm & Waddington (orgs.), *Sport Histories*, *op. cit.*
- Tansin & Barry Benn (2004), "After Olga: Developments in Women's Artistic Gymnastics Following the 1972 Olga Korbut Phenomenon" in Eric Dunning, Dominic Malcolm and Ivan Waddington (orgs.), *Sport Histories*.
- Wilhelm Heitney & Jörg Peter (1992), *Jugendliche Fussballfans*, Weinheim, Munique: Juventa.

Tradução: **Gregor Guedes Alcoforado**

Revisão técnica da tradução: **Jorge Ventura de Morais**

Janeiro de 2011

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em fevereiro/11).

EL EQUIPO JUSTO

CÉSAR R. TORRES*

JESÚS ILUNDÁIN-AGURRUZA**

RESUMO

O objetivo do artigo é articular princípios defensáveis que deveriam prevalecer na gestão interna de uma equipe de futebol. Aqui, procuramos equilibrar a tendência prevalecente por meio de uma reflexão moral de linhas políticas, entrelaçando virtudes tais como a igualdade e o respeito pela autonomia pessoal com um padrão distributivo que tenha em conta as habilidades físicas e os parâmetros de excelência próprios do futebol.

Palavras-chave: gestão; moral; futebol; equipe esportiva; igualdade.

ABSTRACT

The aim of the paper is to articulate defensible principles that should govern the internal management of a football team. Here we seek to balance the prevailing trend by means of a reflection of moral lines that interweaves political virtues such as equality and respect for personal autonomy with a distributive pattern that takes into account the physical abilities and the parameters of excellence internal to football.

Keywords: management; moral; football; sports team; equality.

* Department of Kinesiology, Sport Studies, and Physical Education (KSSPE) The College at Brockport - State University of New York

** Departamento de Filosofia, Linfield College, McMinnville, Oregon, USA. Ph.D. in Philosophy, University of Illinois at Urbana-Champaign.

Muchas de las disputas futbolísticas tanto entre entrenadores y jugadores así como entre jugadores de un mismo equipo ocupan, a menudo, un lugar destacado en las crónicas y las discusiones deportivas. Un resonante caso reciente fue la resolución de los jugadores franceses de no entrenarse antes del último partido que jugaron en la Copa Mundial Sudáfrica 2010 en solidaridad con Nicolás Anelka, quien había sido expulsado del equipo por la Federación Francesa de Fútbol tras una tempestuosa discusión en el vestuario con Raymond Domenech, su entrenador. Éste consideró la resolución de los jugadores como “una aberración, una imbecilidad, una estupidez sin nombre.”¹ En forma de castigo Domenech dejó a varios jugadores usualmente titulares en el banco de suplentes. Otro caso ilustrativo fue el relevamiento de John Terry como capitán de la selección inglesa a comienzos del 2010 por su relación extramatrimonial con la novia francesa de un compañero de equipo.² Quizá con menos *glamour*, pero igual de controvertidas son las conjuraciones de jugadores, casi nunca admitidas, para remover a un entrenador o los improperios que jugadores y entrenadores se profieren mutuamente, a veces frente a multitudes de televidentes, ante decisiones que no

son compartidas. Ahí están los insultos que Diego Armando Maradona le espetó en 1993 a Carlos Salvador Bilardo, su entrenador en el Sevilla FC, mientras se retiraba del campo de juego disgustado por la decisión del entrenador de reemplazarlo.³

A pesar de que estos ejemplos, y gran parte de la realidad futbolística, resaltan la necesidad y la importancia de la reflexión sobre las condiciones y el trato que todos los integrantes se deben unos a otros en un equipo justo, la misma es frecuentemente aplazada. “Al estar dominado por una lógica instrumental, la premura de la inmediatez y un áspero sentido de la supervivencia,”⁴ en el

mundo del fútbol actual, el equipo justo es asociado prevalentemente con cuestiones técnicas y tácticas del juego en detrimento de ideales que pueden significar un fútbol más equitativo, rico y bello. En función de esta situación, nuestro objetivo en este artículo es articular principios defendibles que deberían prevalecer en la gestión interna de un equipo de fútbol.⁵ Aquí abocamos por equilibrar la tendencia prevalente por medio de una reflexión moral de lindes políticos que entrelaza virtudes tales como la igualdad y el respeto a la autonomía personal con un patrón distributivo que tiene en cuenta las habilidades físicas

y los estándares de excelencia propios del fútbol. Comenzamos discutiendo el fútbol como práctica social y luego contrastamos dos modelos contrapuestos de entrenadores. Una vez que ambos modelos son analizados críticamente, el aparato teórico resultante se emplea para articular los principios que deberían primar en un equipo de fútbol que se precie de justo. De esta manera, se solventan, entre otros, problemas prácticos que surgen debido a la distribución de recursos escasos –como el tiempo de juego–; la posible tensión entre el talento, el mérito y el esfuerzo; el liderazgo; y la relación entre entrenadores y jugadores. Como se verá, en el equipo justo impera un modelo ecléctico de justicia.

El fútbol como práctica social: colaboración, bienes internos y excelencia

El fútbol forma parte de un elenco de complejas actividades culturales que los humanos hemos desarrollado a lo ancho y largo del tiempo. El filósofo Alasdair MacIntyre llama a tales actividades “prácticas sociales”. Para que una actividad pueda calificarse como práctica social, MacIntyre explica, debe ser una “forma coherente y compleja de actividad humana cooperativa, establecida socialmente, mediante la cual se realizan los bienes inherentes a la misma mientras se intenta lograr los modelos de excelencia que le son apropiados a esa forma de actividad y la definen parcialmente”.⁶ Aquí se encuentran los elementos clave por los que nuestra discusión deambula, ya que toda práctica social florecerá en la medida en que se colabore, se cultiven sus bienes internos y se satisfagan sus estándares de excelencia. Prácticas sociales notables son las artes, las ciencias y, claro, los juegos y los deportes.

Acotando el terreno de juego del concepto de

práctica social, citamos a MacIntyre de nuevo: “El juego de ‘tres en raya’ no es un ejemplo de práctica *en este sentido*, ni el de saber lanzar con destreza un balón; en cambio el fútbol sí lo es y también el ajedrez.”⁷ La diferencia radica en que las primeras son meras actividades que no forman una compleja actividad social cooperativa caracterizada por bienes internos, relacionados con el buen juego que manifiestan los estándares de excelencia (en el caso del fútbol, estos bienes son las habilidades físicas y las tácticas que lo hacen posible). El juego del balompié – como la música o la arquitectura – cumple tales requisitos con creces. A continuación presentaremos tres aspectos clave de la aplicación de las ideas de MacIntyre al fútbol como práctica social: la colaboración, los bienes internos, y los estándares de excelencia.

El primer elemento es la colaboración. Formar parte de una práctica social requiere el sometimiento voluntario a los cánones que la tipifican y relacionarse de manera adecuada con la comunidad de practicantes. Con respecto a la primera condición el filósofo escocés aclara que “entrar en una práctica es aceptar la autoridad de esos modelos [de excelencia] y la corresponsabilidad de mi propia actuación, juzgada bajo esos criterios.”⁸ El profundo respeto hacia la comunidad que esto implica posibilita por ende desarrollar, mantener y avanzar los estándares de excelencia.

Antes de discutir los bienes internos y los estándares de excelencia, tratemos el asunto de la lógica interna del fútbol; ayudará a entender éstos y el mismo juego mejor. A fin de cuentas es tal lógica lo que diferencia unas prácticas sociales de otras: buscan diferentes objetivos que se satisfacen de maneras diversas. En el caso del fútbol, y de la manera más simple, el objetivo es que el balón cruce cierta línea en el campo contrario. Para perfilar esto conviene salir del perímetro marcado por las líneas en el campo, literal

y figurativamente, y mirar al concepto de los juegos y las reglas constitutivas.

Algo que distingue a los juegos, dentro de cuya órbita cae el fútbol, es que crean problemas artificiales que limitan de antemano los medios permisibles a la hora de resolverlos.⁹ En otras palabras que hacen eco a las ideas de José Ortega y Gasset: los juegos son los campeones de lo superfluo. A fin de cuentas, para Ortega lo superfluo es en verdad la fuente de vitalidad y creatividad, en oposición a lo meramente utilitario y práctico, y el deporte es el caso más claro y laudable.¹⁰ Esto es algo único y muy interesante en comparación con otras prácticas sociales, ya que la conveniencia y el pragmatismo priman en ellas por necesidad. Un neurocirujano ha de utilizar todo medio posible para enfrentarse a sus peliagudas operaciones. Caso de no hacerlo, digamos probando a operar con la mano menos hábil, no obra correctamente como cirujano. Sin embargo, para los juegos es esencial aparcar lo práctico precisamente en lo de lo innecesario. Un jugador de fútbol ha de mover el esférico con los pies, cabeza o pecho, evitando usar manos o brazos, o una catapulta bien calibrada a pesar de su conveniencia y eficiencia. El jugador que subrepticamente palmea el balón rompe las reglas que especifican cómo cumplir el objetivo.

Estas son las reglas “constitutivas”. Se encargan de, al menos, tres funciones: 1) establecer el objetivo del juego; 2) definir y delimitar lo que es permisible para conseguir el objetivo establecido, dando al juego su personalidad o caracterizando su lógica interna, así diferenciándolo de otros deportes y juegos con balones; 3) prescribir medios menos eficientes para cumplir el objetivo, o sea crean obstáculos artificiales. Muchos juegos y deportes toman como objetivo lograr que el balón cruce una línea (por ejemplo, el balonmano o el waterpolo), más es sólo el fútbol el

que dándole una patada a la ortodoxia, se decanta primariamente por el más difícil arte del pie. Dichas reglas, son centrales y de obligatoriedad universal (si bien pueden sufrir leves cambios).¹¹

Otro tipo de reglas, las “regulativas”, buscan actualizar el juego cuando este es interrumpido por medio de una estipulación de métodos que permiten reanudarlo.¹² Supeditadas a las constitutivas, que son esenciales al definir el juego, las regulativas son prácticamente imprescindibles a causa de los avatares del fútbol y la necesidad práctica de que los partidos lleguen a término. Además crean habilidades físicas propias, llamadas restaurativas. A saber: saques de esquina y de banda, penaltis, tiros directos e indirectos y más. Éstas son contingentes de una manera diferente a las anteriores. Cambiarlas no supone modificaciones centrales en el fútbol. No cambian la naturaleza del juego, sino cómo se reestablece después de una interrupción. Dado esto, son modificables. Tomemos por ejemplo el fuera de juego, filosóficamente apropiado porque todo gira alrededor de una línea imaginaria entre la posición del atacante y los defensas, y que ha sufrido varias encarnaciones a lo largo de su historia.¹³

Aquello que separa a los deportes de los juegos es que los primeros perentoriamente requieren el despliegue de habilidades físicas. Así mientras jugar al parchís o al ajedrez no requiere habilidad física – el jugar bien no depende de nuestra mayor o menor dexteridad a la hora de mover físicamente las fichas o piezas – el fútbol, o cualquier deporte, implica el empleo y desarrollo de habilidades físicas propias y únicas prescritas por las reglas constitutivas. La riqueza de pases futbolísticos se debe precisamente a la necesidad de hacer frente a numerosos problemas sobre la pelusa que han de resolverse empleando diferentes habilidades físicas: chutar, driblar, fintar, regatear,

desmarcarse o marcar, hacer la pared o un pase de taco, e infinidad más. Estas habilidades, llamadas constitutivas, son los bienes internos.

Los bienes internos son el segundo elemento clave del aparato teórico de MacIntyre. En el fútbol estos bienes sólo pueden obtenerse por medio del sometimiento voluntario a las reglas que hacen posible el juego en primer lugar, y que marcan acciones y resultados propios y únicos de este deporte. Son habilidades físicas centradas en el manejo del esférico predominantemente con los pies. Por ejemplo, técnicas como la gambeta o la bicicleta son habilidades características del fútbol, valoradas dentro del contexto del juego. Mientras que dentro del césped, la habilidad para pasar con el borde interno o externo del pie es clave, fuera de él es banal.

Como MacIntyre aclara, la realización y expansión de los bienes internos beneficia a toda la comunidad implicada en la práctica social, a diferencia de los externos donde se compite por sobresalir y que resulta en ganadores y perdedores.¹⁴ Cuando Pelé refina la tijereta o inventa un regate nuevo sale beneficiada la comunidad futbolística en su totalidad. Los bienes internos fijan el valor del fútbol en el juego mismo; la justificación no se haya en supuestos beneficios externos. Los bienes internos futbolísticos se centran en la calidad del juego, “al fútbol se gana *jugando bien*” dice el ex entrenador brasileño del Real Madrid Vanderlei Luxemburgo, y en saber apreciarlo para el seguidor.¹⁵ Cuando estos bienes priman el resultado es un juego mejor, más bello. Un credo que Ronaldinho abraza, cuando explica que le “gusta jugar con el balón y hacer las cosas bonitas”, añadiendo que “siempre quiero jugar lo más rápido y atractivo posible”.¹⁶ Estos bienes tienen carácter no-instrumental porque se persiguen por ellos mismos, de manera desinteresada. No son un medio para algún otro fin, sino una parte intrínseca

del fútbol. Tienen valor intrínseco solamente para aquellos metidos en el mundo futbolístico.

Los bienes externos, como su nombre indica, buscan objetivos extrínsecos a la práctica. Son bienes que nada tienen que ver con el juego del fútbol en sí mismo, no siendo éste sino mera herramienta para llegar a fines que pueden ser adquiridos por otros medios y prácticas sociales alternativas. La filitea trinidad de la fama, el poder y el dinero lidera estos intereses, aunque hay muchos otros. Adicionalmente, los bienes externos se caracterizan porque en la medida en que son poseídos por algunos individuos implica su negación a otros individuos. A su vez esto quiere decir que hay una competición por estos bienes, con vencedores y vencidos de otro cariz a la competición por los bienes internos, que son inagotables (la habilidad de los lectores para hacer la palomita no nos limita a los autores en el campo de juego).¹⁷

Lo expuesto no quiere decir que los bienes internos y externos sean mutuamente excluyentes, y que los externos sean necesariamente nocivos. En los mejores casos pueden convivir en sabio si difícil equilibrio. Sin embargo, mientras que los externos primen deportivamente, el juego se desvirtúa por la introducción de tentaciones, como cuando alguien se dopa para mejorar el rendimiento o trampea con la mano para mejorar el resultado.

Finalmente, el tercer elemento clave, consiste en que el punto álgido de la excelencia depende del respeto y cultivo de las reglas constitutivas y los bienes internos, quienes proveen criterios para potenciar los estándares de excelencia. Así, jugadas ejemplares y habilidosas cumplen con tales estándares y resultan en brillantez y calidad, mientras que la trampa dinamita el proceso. Como cuando un jugador controla el balón con el pecho para dar un pase cruzado después de regatear a dos contrarios en un palmo, en lugar de

optar por el más fácil empujón y pisotón al oponente aún cuando intenta dar la impresión de ser la víctima.

El espíritu que anima este proceso es el pundonor de hacer las cosas lo mejor posible a sabiendas de que la excelencia es un límite que nos ha de eludir. Este pundonor resulta en un juego rico que desemboca en una excelencia deportiva particular: la belleza eficaz del fútbol. El *jogo bonito* cuando sigue estos cánones marcha por la vía de la excelencia. Ortega cita *El Quijote*: “Una vida noble no es una vida con buen éxito, sino una vida poblada de honrados intentos.”¹⁸ Esto marca una noble pauta a seguir y saca a relucir el lado ético del asunto, la reflexión moral que propugnamos. La excelencia deportiva, y por ende futbolística, presupone tres virtudes comunes a toda práctica social: el valor, la honestidad y la justicia.¹⁹ Son condiciones mínimas, que no suficientes, para el florecimiento de cualquier práctica social; sin ellas la colaboración se compromete, los bienes internos fallan y los estándares de excelencia se empobrecen. El fútbol florece cuando los bienes internos propios son cultivados, de otra manera está abocado a marchitar. El juego justo, el *fair play*, y la deportividad actúan como puentes entre los valores morales y las habilidades propias del fútbol y sus bienes internos. Los buenos jugadores, en el doble sentido moral y futbolístico, se subyugan voluntariamente a las reglas del juego con encomio y dedicación, buscando la virtuosa excelencia – también con doble sentido ahora, ético y estético.

Resumiendo, el desarrollo de la técnica, la habilidad y la imaginación para inventar y perfeccionar regates, pases, asistencias, paradas o adaptarse al juego constituyen los bienes internos del fútbol. Éstos producen un juego rico en el campo que desemboca en una excelencia deportiva particular: la belleza eficaz del fútbol beneficiosa para la comunidad balompédica. El envidiable resultado es cierto tipo

de vida: la del futbolista o aficionado de pundonor, quien puede decir con orgullo lo que Ronaldinho mejor expresa: “el fútbol es mi vida”.²⁰

Dos modelos de entrenadores

Las funciones y las responsabilidades característicamente asignadas a los entrenadores en el fútbol contemporáneo son múltiples y complejas. Entre muchas otras, los entrenadores diseñan planes generales de trabajo, programan sesiones de práctica, planifican las tácticas que orientarán a sus equipos en la competencia, coordinan a sus equipos interdisciplinarios de trabajo y atienden a la prensa. Los entrenadores intervienen tanto formal como informalmente en la dinámica cotidiana de sus planteles. En este proceso, los entrenadores corporizan y transmiten no sólo una concepción determinada del fútbol (que incluye, pero no se limita a un conjunto de conocimientos, expectativas y valores), sino también de la vida personal y social. De acuerdo con la literatura especializada, los entrenadores gestionan sus equipos de acuerdo con dos modelos (o estilos) básicos con características propias y distinguidas. Si bien estos modelos no son unívocos e inflexibles, los mismos representan tendencias marcadas en el modo a través del cual los entrenadores afrontan las muchas y complicadas funciones y responsabilidades relevantes a su cargo.

El psicólogo Rainer Martens fue uno de los primeros en estudiar las características básicas de los modelos de gestión implementados por los entrenadores. Su tipología discrimina dos estilos de entrenamiento: el “autoritario”, representado por el entrenador-dictador, y el “cooperativo”, representado por el entrenador-profesor.²¹ Por su parte, el psicólogo John Lyle, al igual que muchos otros investigadores, dividió a los estilos de entrenamiento en “autocrático” y

“democrático”.²² El estudio del trabajo de Martens y Lyle muestra que sus tipologías son análogas y establecen características similares para cada uno de los modelos de entrenadores.²³ A continuación se detallan dichas características. Para facilitar su presentación y de acuerdo con la especificidad del trabajo de Martens y Lyle, denominamos a los modelos de entrenadores como “vertical” y “horizontal”. Tanto uno como otro hacen referencia a las relaciones de poder entre entrenadores y jugadores. Mientras el modelo vertical realza la influencia unidireccional descendiente del poder de los entrenadores sobre sus jugadores, el modelo horizontal prepondera su distribución entre unos y otros. Esta denominación no sólo prescinde de la diferenciación que Martens y Lyle realizan entre los estilos de entrenamiento y los estilos de liderazgo, de más carga ideológica, sino que los hace compatibles. Según estos autores los primeros se refieren a cuestiones relacionadas con la manera en que los entrenadores encaminan los requisitos propios del deporte (habilidades, tácticas, técnicas de entrenamiento, etc.) y los segundos a cuestiones relacionadas con la manera en que los entrenadores guían a sus equipo para alcanzar sus metas y satisfacer sus necesidades. Creemos que los dos conjuntos de cuestiones son relevantes en la tipología de modelos de entrenadores pues aún cuando teóricamente se pueden y conviene distinguir en la práctica se realizan parejamente.²⁴

En el modelo vertical los entrenadores toman todas las decisiones y se hacen responsables de ellas. Los entrenadores “verticales” perciben que todos los aspectos que inciden en el rendimiento (desde la planificación y organización de los entrenamientos hasta la táctica a implementar en la competencia pasando por la motivación y la disciplina tanto individual

como grupal) son su prerrogativa exclusiva. Estos entrenadores enfatizan su autoridad y toman sus decisiones independientemente de los jugadores. Por consiguiente, en este modelo los jugadores deben aceptar incondicionalmente las directivas de los entrenadores. Los entrenadores verticales tienden a suscribirse a la noción de que el resultado favorable es la meta última de la competencia. En esta visión, que el escritor argentino Juan Sasturain llama “resultadismo”, muchos entrenadores insisten en “ganar o no perder de cualquier manera – sin importar la legitimidad de los medios – y apelando a la lógica utilitaria del ‘todo vale’”.²⁵ No sorprende entonces que estos entrenadores favorezcan la motivación extrínseca, que se focaliza en los beneficios que se logran por medio y a cambio de una actividad, y no en la gratificación que provee la realización de la actividad. Para lograrlo, estos entrenadores implementan sistemas de premios y castigos para motivar a sus jugadores y mantener el espíritu de competitividad. En definitiva, los entrenadores verticales prefieren concentrar el poder, comandar a sus equipos y controlar a sus jugadores.

En cierta medida, el modelo horizontal puede entenderse en contraposición al vertical. Los entrenadores “horizontales” comparten el proceso de toma de decisiones con los jugadores. Su función es facilitar la determinación conjunta de objetivos deportivos así como de los medios necesarios para lograrlos, lo cual se extiende desde la organización de los entrenamientos hasta la táctica a implementar en la competencia. Asimismo, las normas de convivencia y las sanciones disciplinarias son establecidas mediante procedimientos democráticos. Facilitar la toma de decisiones conjunta implica que los entrenadores provean el liderazgo, la guía y las condiciones estructurales apropiadas para que el proceso sea satisfactorio. De esta

manera, los entrenadores horizontales enfatizan la autoridad y la sabiduría del conjunto. Estos entrenadores tienden a resaltar la manera en que los resultados son establecidos y consecuentemente insisten en jugar bien, tanto técnica como moralmente. Además, estos entrenadores favorecen la motivación intrínseca, que se centra en la gratificación que provee la realización de la actividad y no en los beneficios que ésta pueda ocasionar. Esto no significa que la victoria no se encuentre en sus planes, sino que su búsqueda excluye ciertos medios considerados cuestionables. En este sentido, los entrenadores horizontales perciben a sus jugadores como fines en sí mismos y favorecen su formación integral. En breve, estos entrenadores reparten el poder y guían a sus equipos.

En este punto nos parece importante ejemplificar brevemente los dos modelos de entrenadores con situaciones tomadas del mundo futbolístico. Si los modelos tal cual presentados parecen, en primera instancia, construcciones teóricas sin correlatos en la realidad deportiva, estos ejemplos muestran lo contrario. Es cierto que muchos entrenadores profesan un perfil que se sitúa a lo largo del continuo que marcan los dos modelos, probablemente más cerca de uno que de otro. Sin embargo, los ejemplos que ofrecemos indican que los dos modelos en tanto extremos del continuo no son simplemente producto de la creatividad teórica.

Al menos a juzgar por sus declaraciones públicas y variadas notas periodísticas, el entrenador portugués José Mourinho parecería encuadrarse en la tipología verticalista. Debido a su metodología de trabajo, varios periodistas han llamado a Mourinho “autócrata”.²⁶ Mourinho no se siente incómodo con el mote y admite que “Como líder del grupo, como entrenador, a la hora de tomar una decisión, soy muy autócrata”.²⁷ Si bien dice gustar del trabajar en grupo y

escuchar a otros para tomar sus decisiones, Mourinho está convencido que “un club debe vivir alrededor y a partir de las ideas del entrenador. La organización está supeditada a las ideas del entrenador”.²⁸ Como buen autócrata está predispuesto al paternalismo. Por ende, a sus jugadores les promete que “voy a sacarles lo mejor de lo que tienen, que les voy a cuidar”.²⁹ En línea con esta actitud aclara que “Nadie se meterá con las veces que tengo que entrenar o cuándo o cómo. Nadie me podrá decir si tengo que jugar un 4-4-2 o un 4-3-3”, y agrega enfático: “[Esas] Son cosas de mi responsabilidad”.³⁰

Las siguientes anécdotas demuestran el control que ejerce sobre sus jugadores. En el 2005, la UEFA suspendió a Mourinho para uno de los partidos que el Chelsea FC, su equipo de entonces, jugaría con el FC Bayern Munich por la Liga de Campeones. Antes del partido, Mourinho le envió un mensaje a uno de sus asistentes en el banco de suplentes para que le dijera a los jugadores donde se encontraba porque quería que éstos lo miraran a la cara antes de que el árbitro iniciara las acciones.³¹ Aún más gráfica es la indicación que le impartió a Lucio para la final de la Liga de Campeones que el Inter, su equipo hasta mediados de 2010, jugaría ese año con el FC Bayern Munich. “Me reuní con Lucio antes de jugar la final y le dije: ‘Tú no puedes subir’. Se incorporó arriba sólo una vez cuando ya íbamos 2-0 pero le recordé nuestro acuerdo.”³² Mourinho admite que desea controlar a sus jugadores y por ello demanda lealtad total, quienes trabajan con él deben estar “dispuesto[s] a darlo todo por mí”.³³ Su carrera y su método han sido exitosos. Mourinho ha ganado más de 15 campeonatos nacionales e internacionales con los equipos que ha dirigido y ha sido dos veces galardonado como “Entrenador del año” de la UEFA.

Por el contrario, a principios de la década del 80, la “Democracia Corintiana” manifestó no sólo el modelo horizontal de entrenadores, sino que profundizó una gestión futbolística igualitaria y participativa de condiciones completamente opuestas a las verticalistas. La Democracia Corintiana se refiere al movimiento de autogestión generado por jugadores, y adoptado por entrenadores y dirigentes, en el Sport Club Corinthians Paulista, uno de los clubes más populares de Brasil, conocido simplemente como “Corinthians”. La historia de la Democracia Corintiana se entrecruza con el complejo que forman la dinámica política y social del ocaso de la última dictadura brasileña con las prácticas tradicionales del fútbol en ese país y su relación con otros ámbitos culturales. Con el poder descentralizado, rememora Waldemar Pires, presidente corintiano entre 1981 y 1985, “Antes de cada paso político del club, hacíamos una reunión de los jugadores con los dirigentes y los entrenadores, para debatir y luego votar.”³⁴ Y sigue: “De ese modo se aprobó, por ejemplo, que las concentraciones no fueran obligatorias para los jugadores casados, y por la misma vía también se decidía qué incorporaciones hacer, o cuándo entrenar, o con qué formación jugar ante cada rival.”³⁵ En un estudio detallado de la formación y significado de la Democracia Corintiana, el antropólogo José Paulo Florenzano destaca su valor para los jugadores de la siguiente manera:

[La educación democrática gestada en el Corinthians] proporcionaba a los jugadores un aprendizaje en el arte de gobernarse, individual y colectivamente. Colocando la participación en la resolución de las cuestiones comunes como condición *sine qua non* para la construcción de un proyecto

de autonomía, cuyos puntos principales pueden ser hilvanados: participación en la elección del técnico al cual se hallaban subordinados en la estructura jerárquica del fútbol; participación en la estrategia de juego adoptada por el equipo; participación en la contratación y despido de los integrantes del elenco; participación en la elaboración de las normas disciplinarias seguidas por el grupo; y, por último, pero no menos importante, compromiso con las cuestiones sociales del país.³⁶

La adopción explícita de causas sociales y políticas fue un rasgo distintivo de la Democracia Corintiana. En 1982, el equipo decidió exigir elecciones presidenciales directas a través de leyendas inscriptas en el reverso de la camiseta que rezaban “Directas ya” y “Quiero votar para presidente”. En noviembre de ese año, los jugadores instaban a la participación política: la camiseta rezaba “El 15, vote”, en relación a la elección del gobernador de San Pablo. Por supuesto, la Democracia Corintiana tuvo, como en todo intento de autogobierno, disputas internas y contradicciones. Además, su trabajo incomodó a gran parte del *establishment* político y futbolístico brasileño. A pesar de ello, promovió el diálogo en la sociedad brasileña e inspiró a los brasileños a una mayor participación política y social. Por otro lado, el juego de la Democracia Corintiana fue tanto vistoso como exitoso. El Corinthians fue campeón *paulista* en 1982 y 1983 y accedió en esos años a la fase final de la *Taça de Ouro*. Como dice Wladimir, uno de los líderes de aquel equipo, los jugadores “no aceptábamos esa centralización del poder”³⁷ dominante en el fútbol brasileño. Quizá por eso, antes de comenzar la final del campeonato *paulista* de 1983, el equipo mostró una bandera que enfatizaba “Ganar o perder, pero siempre con democracia”.

Cada modelo de entrenadores tiene sus ventajas y desventajas, bien sean deportivas, morales o políticas. El análisis crítico al cual van a ser sometidos permitirá perfilar la composición conceptual del equipo justo.

Análisis crítico de los dos modelos de entrenadores

El modelo vertical de entrenadores realza su autoridad, la concentración de poder y el flujo unidireccional descendiente de éste sobre los jugadores. Martens mantiene que “El supuesto que subyace a este enfoque es que, dado que el entrenador posee conocimientos y experiencia, es competencia suya decirle al deportista lo que debe hacer. El papel del atleta es escuchar, asimilar y obedecer”.³⁸ Esta verticalidad, que enfatiza la asimetría entre entrenadores y jugadores, está emparentada con otras ideas. Al atribuirse exclusivamente la responsabilidad de todos los aspectos que inciden en el rendimiento, los entrenadores verticales asumen que sin su liderazgo los jugadores, en el mejor de los casos, no sabrían qué hacer o, en el peor, se descontrolarían. Es por ello que deben ser instruidos, motivados y controlados, caso contrario el equipo perdería tanto direccionalidad como efectividad. Los entrenadores verticales desconfían de la capacidad de sus jugadores no sólo para tomar decisiones benéficas para el equipo, sino también para sus vidas deportivas y privadas.

En el fondo, el modelo vertical de entrenadores se sustenta primariamente en los principios del paternalismo. Básicamente, el paternalismo sostiene que es permisible interferir con la libertad de las personas y desatender sus preferencias, deseos o elecciones, en defensa de lo que se cree que es beneficioso para ellas. Como dice el filósofo Íñigo Álvarez Gálvez, el paternalismo es “una medida que se toma por el bien de

una persona sin contar con su aceptación o consentimiento, es decir, sin tener en cuenta su autonomía”.³⁹ Los paternalistas pretenden saber lo que más les conviene a las personas y lo imponen. Es interesante resaltar que el paternalismo puede entenderse como autoritario, “en la medida que el sujeto activo se comporta como una autoridad responsable frente al sujeto pasivo, lo cual convierte a la relación entre ambos en una relación desigualitaria de superior a inferior”.⁴⁰ En esta relación, los entrenadores verticales ejercen su autoridad extremando la falta de consenso. El paternalismo deportivo sería el control por parte de los entrenadores de todos los aspectos del entrenamiento, que necesariamente afecta otras áreas de la vida de los jugadores, presumiblemente en función del interés colectivo del equipo. Como sugiere Martens, el paternalismo deportivo parte del supuesto que los entrenadores siempre saben qué es lo mejor para sus equipos y sus jugadores, convirtiéndose así en autoridades deportivas.⁴¹

El modelo vertical de entrenadores enfrenta los problemas clásicos del paternalismo. Al interferir con la autonomía de los jugadores para tomar decisiones relacionadas con su rendimiento futbolístico, este modelo produce efectos nocivos profundos que pueden llegar a restar capacidad de decisión. El ex jugador Jorge Valdano ha resaltado estos efectos en los jugadores. Cuenta que al preguntarle quién jugaba por izquierda y quién por derecha en el equipo brasileño que participó en la Copa del Mundo España 1982, Sócrates le contestó “Cualquiera. Nosotros decidíamos”.⁴² Al considerar la respuesta, Valdano comenta:

Esta reflexión es ahora impensable, porque el entrenador resuelve incluso las cosas más pequeñas; el jugador se acostumbró tanto a recibir órdenes que no sabría qué hacer con la libertad en caso de tenerla. Es

un cambio que no sólo tiene que ver con la cantidad de partidos que se juegan sino con la importancia creciente del entrenador, que pretende decidir el juego entero desde su cabeza.⁴³

El comentario de Valdano critica al paternalismo deportivo porque genera dependencia, promueve vínculos de subordinación y atrofia la iniciativa personal. Es decir, el paternalismo deportivo detiene el crecimiento de la capacidad de los jugadores para decidir en forma autónoma sobre su quehacer futbolístico y posiblemente sus vidas privadas. Si no lo detiene, al menos lo limita en forma indeseable. De esta manera, muchos jugadores sienten temor a salirse de los parámetros establecidos por los entrenadores tanto dentro como fuera del campo de juego. Todo esto está relacionado con la obediencia irrestricta a su autoridad demandada por los entrenadores. Al exigirlos, los entrenadores verticales libran a los jugadores de que ejerzan plenamente como tales aunando en su figura tanto autoridad como responsabilidad. Sasturain, criticando los poderes y atribuciones concedidas a los entrenadores como parte de la mistificación de su tarea, apunta en este sentido:

[T]odo puede y debe ser controlado, todo puede y debe ser planificado, la eficacia o no (obtener resultados positivos) depende del cumplimiento estricto – la concentración sin distracciones (ésta es la palabra) – de directivas precisas. Los jugadores no compiten jugando sino que trabajan de competidores. Y se los prepara, se los forma y deforma para eso.⁴⁴

Otra consecuencia nociva del paternalismo deportivo es que la exigencia de obediencia irrestricta a los entrenadores produce otra deformación: impide el disenso y el diálogo. Como explica Martens: “Si [los

entrenadores] no permiten que los atletas los cuestionen, si pueden evitar explicar por qué entrenan como lo hacen, entonces sus deficiencias no serán descubiertas, ¡o así lo creen!”⁴⁵ Esto no sólo previene la discusión, análisis y evaluación abierta y sincera sobre la conveniencia de las ideas, tácticas y normas de convivencia requeridas por los entrenadores, sino que potencialmente facilita la reproducción de aquellas que son erróneas, improcedentes o no se ajustan a las capacidades e intereses de los jugadores. Es frecuente escuchar a jugadores a quienes se les exige jugar en posiciones que consideran inapropiadas para sus características de juego expresar su insatisfacción o disconformidad. Por ejemplo, al finalizar la Copa del Mundo Sudáfrica 2010, el argentino Ángel Di María declaró: “Me tuve que acostumbrar a un puesto donde nunca juego” y agregó: “Estoy disconforme con mi juego en el Mundial”.⁴⁶

En esta crítica al paternalismo deportivo subyace la noción de que nadie excepto los propios individuos conoce mejor sus intereses y potencial.⁴⁷ Pero inclusive si no fuera así, los designios de los entrenadores verticales, al desconocer la autonomía de sus jugadores, los trata como medios para lograr un fin. Sumada a la falta de disenso y diálogo, este desconocimiento previene que los jugadores se sientan plenamente participes de la construcción de sus equipos y sus vaivenes. En su peor forma genera desinterés o alienación. Martens resalta que la evidencia empírica corrobora estas afirmaciones. Los individuos que no tienen control sobre sus vidas ven destruidos sus niveles de autoestima, responsabilidad, motivación y logros.⁴⁸

Las consecuencias del paternalismo deportivo son, como señala Sasturain en relación al resultadismo, postura que tienden a sostener los entrenadores verticales, “en un plano llamémoslo estético, nefastas para el juego al soslayar o secundarizar, en la práctica,

el papel del sujeto real del fútbol: los jugadores”.⁴⁹ Sasturain apunta a una serie de consecuencias que trascienden a las que afectan a los jugadores en tanto individuos así como a sus equipos, su preocupación se refiere al juego y sus valores. Como vimos anteriormente, las prácticas sociales pueden florecer o marchitarse y sucumbir. El modelo vertical está abocado a empobrecer las prácticas porque precisamente se basa en una exclusión del acuerdo social que las enriquece, ensalzando la “virtud” de “un” individuo, quien por muy genial que sea, no puede pretender tener todas las soluciones. Además, en el ámbito futbolístico, hemos visto que sus consecuencias empobrecen al resto de miembros de la comunidad. Esto, de necesidad, empobrece una práctica de carácter eminentemente social.

Los partidarios del modelo vertical de entrenadores podrían defenderlo manteniendo que el mismo provee el control, la dirección y la estructura necesaria para encaminar el complejo proceso de rendimiento deportivo. Esto parecería especialmente adecuado, como argumenta el psicólogo José Lorenzo, para jugadores “desordenados o inseguros, ya que el entrenador les aporta la dirección que ellos no poseen”.⁵⁰ La lista podría incluir a jugadores desmotivados, holgazanes o descabellados. De hecho hay que reconocer que parece cumplir estos objetivos eficientemente. El problema es que este argumento da por sentado que no reconocer la autonomía de los jugadores es aceptable simplemente por la dirección y la estructura que provee a los jugadores y, más ampliamente, al rendimiento deportivo. Es decir, el argumento evita reflexionar sobre los supuestos que subyacen al modelo vertical de entrenadores,

que es precisamente nuestro propósito en esta sección. Por un lado, los partidarios del modelo vertical de entrenadores deben responder a la evidencia empírica que problematiza sus supuestos efectos benéficos sobre los jugadores. Por el otro, deben responder a la cuestión más fundamental de si es aceptable desconocer la autonomía de los jugadores y someterlos al estricto control que pregona el modelo. Apelar al éxito de los entrenadores verticales da nuevamente por sentado lo que es necesario justificar. Que el modelo sea exitoso o efectivo no implica que sea aceptable. Y menos si hay métodos alternativos más justos que también son exitosos. A riesgo de repetirnos, ¿es el modelo vertical de entrenadores justo? Lorenzo, quien lo recomienda en los casos mencionados, apunta a esta pregunta:

El autor, no considera adecuado que el entrenador actúe siempre de la misma manera, independientemente del jugador de que se trate y de la situación, con relación a la justicia deben tener todos los deportistas las mismas posibilidades y recibir un trato igualitario, pero desde el ámbito psicológico es conveniente conocer adecuadamente a los jugadores y actuar con ellos de un modo u otro en función de sus características, y siempre adecuando el comportamiento a la situación.⁵¹

Bajo esta perspectiva, si las características de los jugadores y las circunstancias lo ameritan – lo cual valga aclarar, es siempre prerrogativa de los entrenadores decidir – el modelo vertical de entrenadores está justificado. La justicia, aunque deseada, puede sacrificarse. Inspirándonos en un típico argumento antipaternalista, imaginemos qué sucedería con los

individuos y la sociedad si la intromisión en la libertad permitida por el paternalismo se extendiese a todas las prácticas sociales. ¡Cuántas habilidades no verían su potencial, así como cuánto conocimiento pobre y rendimiento mediocre se reproduciría!

A diferencia del modelo vertical de entrenadores, en el modelo horizontal éstos favorecen la participación de los jugadores en la toma de decisiones concernientes a los objetivos deportivos y a los medios necesarios para lograrlos, los mantienen informados y favorecen su desarrollo integral. Esta horizontalidad, que remarca la responsabilidad colectiva y la distribución de poder entre los miembros del colectivo, requiere proporcionar

(...) la estructura y las normas que permiten a los atletas aprender a fijar sus propias metas y a luchar por ellas. Ser un entrenador de tipo cooperativo no significa que se eviten las normas y el orden; dejar de estructurar las actividades del grupo equivale a descuidar una de las responsabilidades del entrenamiento. El entrenador afronta la compleja tarea de decidir qué cantidad de estructura genera el clima óptimo para el desarrollo de los atletas.⁵²

El supuesto que subyace al modelo vertical de entrenadores es la noción de igualdad. El concepto de igualdad es complejo y controvertido. De cualquier manera, en la actualidad la concepción prevalente en la filosofía política, al menos en occidente, es la de la igualdad moral, que se refiere a la misma dignidad con que todos los seres humanos están investidos y al mismo respeto del que son pasibles. De esto se desprende que al tener el mismo valor moral, los individuos merecen ser tratados como iguales. Es decir, a todos los individuos se les debe la misma consideración y respeto. Lo que fundamenta la igualdad moral

es una serie de características compartidas universalmente por todos los individuos. John Rawls ha explicado esta relación de la siguiente manera:

La idea básica es que en virtud de sus dos facultades morales (una capacidad para un sentido de la justicia y para una concepción del bien) y de las facultades de la razón (de juicio, pensamiento y las vinculadas con estas facultades), las personas son libres. El poseer estas facultades en el grado mínimo requerido para ser miembros de la sociedad hace a las personas iguales.⁵³

Afirmar que en tanto agentes morales autónomos, los individuales son moralmente iguales y, por lo tanto, merecedores de un trato igualitario no significa que deban ser tratados en forma idéntica. Un tratamiento igualitario significa otorgar igual consideración y respeto a los diferentes planes de vida que los individuos eligen libremente. Y esto permite, en ocasiones, tratar a los individuos de manera diferenciada.⁵⁴ La aceptabilidad o no del trato diferenciado depende de si éste demuestra igual consideración y respeto por las elecciones de los individuos involucrados – es decir, un tratamiento como iguales – en la situación en cuestión. Por ejemplo, en un equipo de fútbol, los entrenadores estarían justificados en asignar un período de descanso más prolongado a aquellos jugadores que actuaron durante todo un partido que a aquellos que sólo lo hicieron durante un tiempo o directamente no entraron al campo de juego. Asimismo, parecería aceptable que los entrenadores establecieran un régimen especial de adiestramiento para aquellos jugadores que están recuperándose de una lesión. En ambos casos el tratamiento igualitario exige que los jugadores que se desempeñaron durante todo el partido y los jugadores lesionados descansen más tiempo y se entrenen en forma

diferenciada respectivamente. La idea es que no todas las desigualdades de tratamiento son inicuas. Es más, si los individuos han de ser tratados como iguales, lo más probable es que dichas desigualdades sean tanto frecuentes como justificadas.

El modelo horizontal de entrenadores reconoce la autonomía de los jugadores y les demuestra igual consideración y respeto. Vale la pena destacar que esto coincide con los derechos de los deportistas a ser tratados con dignidad y a la igualdad de oportunidades promovidos por algunas asociaciones profesionales de educación física y deporte.⁵⁵ Básicamente lo que se produce en el modelo horizontal de entrenadores es un reconocimiento de igual categoría moral entre jugadores y entrenadores. Ni uno ni otros son considerados moralmente superiores o inferiores. Por ello es que los entrenadores horizontales establecen procedimientos democráticos que incluyen a los jugadores en la toma de decisiones relacionadas con el rendimiento deportivo. De esta manera se forjan vínculos igualitarios que enfatizan y promueven la cooperación, la confianza, la empatía y la reciprocidad. Como vimos más arriba, descentralizar y democratizar la toma de decisiones no implica que los entrenadores desatiendan sus responsabilidades, se desautoricen o promuevan un estado de asambleísmo permanente que paralice la labor del equipo. Los entrenadores horizontales proveen el liderazgo, la guía y las condiciones estructurales apropiadas para que la labor no se vea interrumpida y, sobre todo, manifieste la voluntad colectiva. La clave es el logro de consensos amplios en función de la especificidad del interés compartido en que el colectivo funcione adecuadamente y no la mera imposición de la voluntad de los entrenadores.

El igualitarismo moral inherente al modelo horizontal de entrenadores no implica obediencia a las

decisiones de entrenadores, sino a la decisión que tanto entrenadores como jugadores han tomado conjuntamente. De esta manera, las responsabilidades no se imponen a los jugadores, sino que éstos las contraen en un proceso participativo democrático y plural. Al tenerse en cuenta su autonomía, los jugadores son tratados como fines en sí mismos. Además de tener en cuenta los intereses, las preferencias, el conocimiento y la experiencia de los jugadores, el intercambio democrático en la toma de decisiones establece un clima que tiende a favorecer las ideas provechosas y desechar las desventajosas. Por otro lado, el modelo horizontal de entrenadores genera una serie de efectos benéficos sobre los jugadores. Martens los ha resumido claramente:

Los deportistas deben ser capaces de afrontar la presión, adaptarse a situaciones cambiantes, mantener las disputas en perspectivas, mostrar disciplina y mantener la concentración a fin de rendir bien. Estos ingredientes son propiciados rutinariamente por los entrenadores de estilo cooperativo, pero rara vez por los de estilo autoritario. El estilo cooperativo otorga mayor confianza al atleta, lo que tiene un efecto positivo en su auto-imagen. Fomenta la apertura en el clima socio-emocional y mejora tanto la comunicación como la motivación. Los deportistas están motivados no por el miedo al entrenador, sino por el deseo de satisfacción personal. Por ello, el estilo cooperativo casi siempre resulta más divertido para los deportistas.⁵⁶

Estas consecuencias benéficas además influyen muy saludablemente a las prácticas sociales. El diálogo, la mayor participación de elementos

autónomos, la variedad de criterios, sin olvidarnos del optimismo que genera en los individuos el sentirse apreciados, conducen al florecimiento de éstas. Hay una serie de virtudes o procesos virtuosos que potencian, preservan, y mejoran el fútbol, y que no sorprendentemente, se alinean con los valores que promueve el modelo horizontal. A saber, respeto mutuo entre entrenadores y jugadores, como iguales (más no idénticos) miembros del equipo que se basa en un sentido profundo de la justicia, el considerarse como seres autónomos que se ven como fines en sí mismos y no meros medios, la requisita honestidad para que este trato se pueda dar, empatía para ponerse en el lugar de los demás y el coraje que toda postura moral requiere para no dejarla de lado al menor (o mayor) contratiempo.

A pesar de las ventajas manifiestas del modelo horizontal de entrenadores, es posible criticarlo porque su implementación es dificultosa y requiere competencias más sofisticadas por parte de los entrenadores. Quizá por ello Lorenzo lo recomienda preferentemente para “deportistas sensibles y creativos, a los cuales el entrenador presta el apoyo necesario”.⁵⁷ Estos no parecen argumentos para desacreditar el modelo horizontal de entrenadores. Sin negar los desafíos que plantea, tanto a entrenadores como a jugadores, su existencia no es motivo suficiente para no implementarlo. La vida democrática es compleja y difícil, y a menudo tortuosa, pero ello no implica que debamos claudicarla. Hacerlo tiene un altísimo costo: someterse a los designios inapelables de otros. Este es un modelo que requiere confianza en sí mismo y voluntad de superarse, y que busca potenciar los talentos sin arredrarse por la dificultad. Es una oportunidad para los entrenadores, y más aún, puede argumentarse que dada su posición como líderes, es su responsabilidad. Así, este posicionamiento

quiere decir que los entrenadores han de liderar dando ejemplo, encarnando los principios democráticos y de diálogo que esperan echen raíces. La democracia del modelo horizontal no quiere decir que no haya liderazgo de acuerdo con los requerimientos coyunturales y estructurales.

Si importa que los ciudadanos discutan entre sí transparentemente como iguales para forjar sus destinos y hacerse responsables de los mismos, vale la pena el esfuerzo... aún sabiendo de la complejidad de la tarea. Lo mismo vale para el modelo horizontal de entrenadores: su dificultad, que reside en que entrenadores y jugadores se reconozcan como iguales e intenten gobernarse a sí mismos, es parte de su encanto. Así como las democracias intentan educar a los jóvenes para que maduren en ciudadanos responsables, se podría educar a los entrenadores para la difícil tarea que les espera. Después de todo, como argumenta el filósofo Fernando Savater, la educación en su sentido más amplio está destinada a facultar “para vivir políticamente con los demás en la ciudad democrática, participando en la gestión paritaria de los asuntos públicos y con capacidad para distinguir entre lo justo y lo injusto”.⁵⁸ Los entrenadores horizontales multiplicarían el esfuerzo educativo de las democracias y contribuirían no sólo a un deporte, sino a una sociedad más democrática. No hacerlo, implica preferir que los jugadores simplemente se sometan a los entrenadores. La igualdad moral no es sólo para los jugadores sensibles y creativos.

El equipo justo

Esta sección presenta y discute los principios que deberían primar en la organización interna de un equipo de fútbol para considerarlo justo desde el punto de vista moral. Pensar en la justicia implica

considerar dos cuestiones. La primera se refiere a la manera en que los individuos deben tratarse unos a otros. En esto es central la noción de igualdad moral, que se refiere, como dijimos en la sección anterior, a una serie de características fundamentales que todos los individuos tienen en común. Algunos llaman a estas características fundamentales, que se funden en la capacidad de los individuos para elegir libremente el sentido de sus vidas, dignidad humana. La dignidad humana, o igualdad moral, requiere que todos los individuos sean considerados con el mismo respeto y como iguales. Savater aclara cuatro implicancias de este concepto. Primero, la dignidad humana reconoce la inviolabilidad de los individuos y que éstos no deben ser instrumentalizados en pos de un fin general. Segundo, reconoce la autonomía de los individuos para elegir sus planes de vida sin otra limitación que la impuesta por el derecho a la autonomía de los semejantes. Tercero, reconoce que los individuos deben ser tratados de acuerdo con su comportamiento y no de acuerdo con factores aleatorios incidentales a su humanidad tales como la nacionalidad, la raza, el sexo, etc. Finalmente, exige solidaridad con el padecer de los semejantes.⁵⁹ La justicia requiere que los individuos se reconozcan, respeten y traten como moralmente iguales, a pesar de sus diferencias particulares y el carácter de las culturas a las que pertenecen. Esto no implica que diferentes circunstancias no requieran diferentes soluciones, sino que el punto de partida sea de igualdad moral. Entendida como igualdad moral, la justicia es el anverso de la imposición y la coacción.

La segunda cuestión a considerar en la justicia se refiere a los procedimientos para distribuir bienes, oportunidades, recompensas, honores y castigos. Es decir, la justicia tiene que ver tanto con el trato que los individuos se deben mutuamente como con aquello que les corresponde. La justicia, según Platón, “es lo

que asegura a cada uno su parte, su lugar, su función”.⁶⁰ Por su parte, Aristóteles afirma que el justo es aquel que sólo toma su parte de los bienes y de los males.⁶¹ La igualdad no es un principio suficiente para determinar qué le corresponde a cada cual. Por ejemplo, ¿sería justo que los entrenadores otorgaran exactamente la misma cantidad de tiempo de juego a todos los jugadores a lo largo de un campeonato? ¿Que los árbitros sancionaran todas las faltas con el mismo castigo? ¿Que los preparadores físicos impartieran el mismo plan de adiestramiento a todos los jugadores? La respuesta es negativa. Hay razones de peso para considerar que dicho modelo distributivo otorga tiempo de juego, castigos y planes de entrenamiento a quienes no lo merecen o necesitan. La distribución idéntica de estos bienes y castigos resultaría injusta. El razonamiento es que, como sugerimos en la sección anterior, el trato igualitario no implica tratamiento idéntico, sino igual consideración y respeto. Ni el trato diferenciado ni las desigualdades generadas por el mismo son necesariamente injustos. Los entrenadores, árbitros y preparadores físicos que distribuyeran bienes y castigos idénticamente no estarían otorgando a cada jugador lo que le corresponde. En temas de justicia, la igualdad no es todo. Como dice el filósofo William Frankena: “Tratar a la gente por igual no significa tratar a todo el mundo de modo idéntico; la justicia no es en modo alguno tan monótona”.⁶²

En tal caso, es evidente que la justicia requiere de un principio que establezca lo que le corresponde a los individuos y lo distribuya consecuentemente, respetando su igualdad moral. Para decirlo de otro modo, este principio es necesario para determinar qué diferencias o desigualdades son justas. Una manera de hacerlo es apelando a la noción aristotélica teleológica de justicia.⁶³ Aristóteles dice que para

definir lo que le corresponde legítimamente a los individuos es preciso entender el *telos*, o propósito, de la práctica social en cuestión, porque es a partir de este entendimiento que se establecen los bienes y virtudes que por ser definitorios de la práctica social deben ser honrados. Conocer el *telos* de la práctica social conlleva conocer qué aspectos ameritan ser reconocidos como centrales y dignos de ser enaltecidos. Siguiendo ésta lógica, las diferencias o desigualdades justas son aquellas que reflejan la medida en que los individuos contribuyen al enaltecimiento de la práctica social. El criterio para la distribución de bienes es el mérito, entendido como la capacidad para contribuir al enaltecimiento de la práctica social. Esta aproximación a la justicia deportiva parece estar implícita en la teoría interpretivista del deporte. Esta teoría sostiene que los juicios en torno al mismo deben basarse en principios sobre su naturaleza y propósito central fundamentados racionalmente. Por lo tanto, “requiere que los dilemas éticos del deporte sean evaluados en relación a la lógica y principios sobre los que descansa la prueba [de habilidades físicas] y sus estándares de excelencia”.⁶⁴ En el fútbol, lo que le corresponde a cada uno está íntimamente ligado al valor de la prueba de habilidades físicas inherente al juego.

El análisis crítico de los dos modelos de entrenadores realizado en la sección anterior marca una dirección primaria sobre los parámetros del equipo justo, fundamentalmente en lo que se refiere al trato que los individuos se deben unos a otros en un equipo que se precie de tal. Es innegable que el igualitarismo moral subyacente al modelo horizontal de entrenadores reconoce la autonomía de los jugadores y les demuestra igual consideración y respeto. En primer lugar, se podría decir, extendiendo esta idea, que en el equipo justo tanto entrenadores como jugadores se consideran como moralmente iguales y se tratan con

el mismo respeto. Esto requiere que se establezcan procedimientos democráticos que incluyan tanto a entrenadores como a jugadores en la toma de decisiones relacionadas con el rendimiento deportivo, desde la táctica a implementarse en la competencia hasta las normas de convivencia. La toma de decisiones democrática respeta y forja vínculos igualitarios, y éstos a su vez enfatizan y promueven la cooperación, la confianza, la empatía y la reciprocidad. El igualitarismo que debe primar en el equipo justo también requiere que sus miembros se traten y juzguen de acuerdo con su comportamiento y no de acuerdo con factores aleatorios incidentales a su humanidad.⁶⁵

De esta manera, en el equipo justo no debería haber preferencias, restricciones o exclusiones por motivos raciales, religiosos, políticos, de origen nacional, etc. Es decir, en el equipo justo no se discrimina por motivos ajenos a la condición de los jugadores *qua* jugadores y todos gozan de igual oportunidad para ser considerados como integrantes del equipo y tomar decisiones que lo afecten. Claramente, la preferencia sexual, la filiación política o la creencia religiosa de los jugadores, por ejemplo, no deberían influir o inhabilitarlos en lo que refiere a sus vidas dentro del equipo. Es más, dichas preferencias y elecciones deben ser respetadas. Esto es congruente con el ideario del Movimiento Olímpico, que al explicitar estándares morales en su visión y finalidad, se confirma como una excepción en el ámbito deportivo. En sus principios fundamentales establece que “Toda persona debe tener la posibilidad de practicar deporte sin discriminación de ningún tipo” y clarifica que “Cualquier forma de discriminación contra... una persona basada en consideraciones de raza, religión, política, sexo o de otro tipo es incompatible con la pertenencia” al mismo.⁶⁶ En el equipo justo todos los jugadores son juzgados y tratados en base a criterios

estrictamente futbolísticos y no a criterios que los exceden y son incidentales a su condición de futbolistas; es decir imparcialmente. La homofobia, la misoginia y el racismo rampante en varios círculos futbolísticos alrededor del mundo resaltan las virtudes del equipo justo y la necesidad de luchar por su implementación. Por ejemplo, en el 2009, Marcello Lipi, entrenador de la selección italiana campeona de la Copa Mundial Alemania 2006 afirmó: “Nunca excluiría a un jugador de la selección por ser gay” pero confesó “que en este medio [el futbolístico] no le sería fácil a un futbolista vivir su homosexualidad de manera natural”.⁶⁷

Nótese que en el equipo justo no se niega las diferentes funciones y responsabilidades relevantes a los entrenadores y los jugadores. Sin embargo, requiere negar estructuras verticales donde el entrenador se coloca como el único responsable del equipo, decide al margen de los jugadores y controla todos los aspectos de la planificación deportiva. En el equipo justo hay un reconocimiento mutuo de sus respectivos conocimientos, habilidades, intereses y experiencias. El entrenador guía y provee la estructura necesaria para la descentralización del poder, la democratización de la toma de decisiones y la concreción de las mismas. La responsabilidad por el acontecer del equipo es compartida y consensuada. Lo que prevalece es la voluntad y la autoridad colectiva en la cual todas las voces son tenidas en cuenta. Esto genera un tipo de obligaciones especiales entre todos los miembros del equipo. Son las llamadas obligaciones de solidaridad. En el caso de un equipo de fútbol se podrían contar la obligación no sólo de participar activamente en la toma de decisiones, sino también la obligación de cooperar con los objetivos comúnmente establecidos y la obligación de interesarse por el bienestar de todos los que integran el equipo. De esta manera, por ejemplo, los jugadores que conforman el banco de

suplentes deben prestar apoyo a los titulares y todos deben esforzarse en los entrenamientos para estar en su mejor forma. En el equipo justo la confianza y la reciprocidad mutua son valores predominantes.

Aquí habría que aclarar que las obligaciones de solidaridad son incorrectas si violan el igualitarismo moral que prima en el equipo justo, ya que en éste no se sacrifican jugadores en pos de un objetivo común. Se los trata como individuos y no como a cosas; es decir, no se los cosifica o instrumentaliza. Al decir de Savater, “Lo del trato es importante, porque [...] los humanos nos humanizamos unos a otros”.⁶⁸ Lamentablemente, ejemplos en sentido contrario no faltan. Quizá algunos recordarán que en la Copa Mundial Italia 1990, Bilardo, entonces entrenador del equipo argentino, le dijo al médico, sabiendo que el arquero Nery Pumpido estaba fracturado, “que no lo sacara, que lo aguantara ahí. Agarré a Goyco [Sergio Goycochea] y le hablé, cuando estaba tranquilo, lo hice entrar”.⁶⁹ Pumpido se había fracturado la tibia y el peroné de la pierna derecha. Valga aclarar que Bilardo es médico. Otro ejemplo, quizá más frecuente, se da cuando los entrenadores mandan a un jugador de su equipo a lesionar intencionalmente a un rival.⁷⁰ La instrumentalización de Pumpido y la de estos jugadores no pueden justificarse basándose en las obligaciones de solidaridad y no corresponde al trato que los individuos se deben en el equipo justo.⁷¹

La horizontalidad del equipo justo no garantiza aciertos ni éxitos y muchos menos consensos rápidos y amplios. Savater dice que en la democracia “Lo único garantizado es que habrá más *conflictos*”⁷² y esto parece también aplicar a los esfuerzos por distribuir el poder horizontalmente de un equipo de fútbol justo. Ya hemos sugerido que los conflictos son parte integral de la democracia, que parte de su dinamismo reside en enfrentarlos para autogobernarnos y que

son intrínsecamente preferibles al mando unilateral. Pero es legítimo preguntar qué hacer si en un equipo de estas características los conflictos son tales que las discrepancias imperan, aunque temporalmente, en detrimento del consenso. En el equipo justo los entrenadores tienen una responsabilidad especial en estas situaciones. En primer lugar, deben intentar buscar puntos de encuentro entre los intereses contrapuestos manifestados por el equipo y generar mecanismos para que éste arribe a un consenso, aunque sea preliminar. Su liderazgo es, en este sentido, primordial.⁷³ Si el consenso se muestra persistentemente elusivo, los entrenadores tienen la responsabilidad de tomar una decisión que permita continuar el trabajo. La misma debe tomarse en base a su conocimiento y experiencia con los jugadores y la práctica social, enfatizando tanto su necesidad como precariedad. En ambos casos, la decisión de los entrenadores debe tener como objetivo último empoderar al equipo para que resuma el autogobierno y retorne la reciprocidad. Además, debe practicarse respetando la imparcialidad, tal cual abordada en esta sección. Finalmente, este tipo de decisiones también debe ser evaluada por el conjunto y considerada como parte del proceso de construcción democrática.

En ese punto es importante discutir un tipo de situaciones en las que los entrenadores de un equipo justo también tendrían la prerrogativa temporal de tomar decisiones sin consultar o deliberar con sus jugadores. En estas situaciones las imposiciones prácticas, en muchos casos relacionadas con la urgencia, demandan decisiones rápidas y seguras. Un ejemplo podrían ser los reemplazos a realizar durante un partido ya sea por lesión de un jugador o por cuestiones tácticas. En esas circunstancias, los entrenadores deberán tener presente tanto el bienestar de los jugadores como los objetivos planteados conjuntamente y

decidir de forma imparcial. A pesar de ello, es posible pensar de antemano conjuntamente qué reemplazos o cambios estratégicos serían adecuados en diferentes situaciones de juego. Pero como en el fútbol, tal cual afirmaba el periodista Dante Panzeri, “Lo que ocurre en la cancha lo organizan las *circunstancias* y lo decide el *imprevisto*”⁷⁴, es imposible predecir y planificar para todas las posibles situaciones que surgirán en un partido. Así como los jugadores tienen en el equipo justo la libertad, y la responsabilidad, durante un partido para resolver el imprevisto e intentar organizar con sus acciones las circunstancias para que les sean favorables sin consultar a nadie, los entrenadores deberían gozar de la libertad, y la responsabilidad, equivalente para tomar decisiones de igual manera en situaciones cuyas imposiciones prácticas lo requieren. En esto la confianza construida por la horizontalidad democrática es de importancia vital.

Finalmente queda analizar las diferencias o desigualdades que son moralmente aceptables en el equipo justo. Como dijimos anteriormente estas diferencias o desigualdades son justas si se basan en la medida en que los individuos contribuyen al enaltecimiento del *telos* de la práctica social. Para decirlo de otro modo, en el caso del fútbol, lo que se debe tener en cuenta es la capacidad y potencial de los jugadores en relación a los bienes internos y estándares de excelencia que lo definen y distinguen de otras prácticas sociales. Lo que le corresponde a cada jugador se determina en función de su calidad *qua* jugador. El parámetro distributivo primario está dado por la proporción de los méritos y deméritos futbolísticos de los jugadores. En el equipo justo se merece y distribuye de acuerdo con este parámetro. En breve, en el equipo que se precia de tal los jugadores, y también los entrenadores, son tratados como iguales y conforme a la proporción de los méritos y deméritos para

hacer avanzar al fútbol. Pongamos por caso uno de los bienes escasos (aquellos cuya posesión por unos previene su posesión por otros) más preciados en un equipo: la titularidad. En el equipo justo la titularidad se distribuye en forma imparcial y de acuerdo con las virtudes de los jugadores para enaltecer el fútbol. Juegan los mejores.

Las virtudes de una práctica social incluyen aquellas concernientes a los aspectos técnicos (en el fútbol están dados por las habilidades específicas que pone a prueba y las tácticas que su estructura permite) “y” las pertenecientes a las esferas de la superación y el trabajo cooperativo. Entre éstas últimas se engloban las que cultivan la igualdad y el tratar a los demás como fines y personas autónomas. Los mejores jugadores son aquellos que combinan en un todo dichas virtudes, potenciando su propio rendimiento y el de sus compañeros. Aristóteles argumenta que “del mismo modo que en los juegos olímpicos no son los más hermosos ni los más fuertes los que alcanzan la corona, sino los que compiten (pues entres éstos algunos vencen), así también las cosas hermosas que hay en la vida sólo las alcanzan los que actúan certeramente; y la vida de éstos es agradable por sí misma”.⁷⁵ Ciertamente, los “mejores” jugadores y entrenadores se entiende aquí en sentido técnico y moral: los mejores son aquellos que actúan correctamente en ambos sentidos a la hora de marcar goles en el campo, orientar a un equipo o simplemente vivir la vida que los potencie como jugadores o entrenadores. Además, esto permite que, a menudo, un futbolista menos dotado técnicamente pueda ser titular porque su actitud es más conducente para el equipo que la de otro jugador más talentoso, pero de actitud contraproducente. El fútbol es un deporte, precisamente, de equipo. Entender a los jugadores *qua* jugadores implica tener en cuenta “todas” las virtudes futbolísticas, bien

sean técnicas o éticas (lo cual permite tener en cuenta méritos y deméritos de uno y otro tipo). Después de todo, la capacidad para contribuir al enaltecimiento de la práctica social tiene varias aristas a las que hay que prestar atención y cuidado en su totalidad si el fútbol a de refulgir en todo su esplendor.

En el fútbol, la necesidad frecuentemente constituye una fuente de diferencias o desigualdades justificadas. El entrenamiento específico de acuerdo con las diferentes posiciones dentro del campo de juego y sus particularidades es un caso típico. Sin embargo, los bajones en el rendimiento, las lesiones, las deficiencias técnicas, las diferencias fisiológicas, las cuestiones anímicas e inclusive la edad de los jugadores, por ejemplo, pueden entenderse como variables que también justifican un trato diferenciado. Así, las necesidades impuestas por estas variables permiten que se desarrollen planes de entrenamiento especiales para los jugadores con deficiencias técnicas, adiestramientos diferenciados teniendo en cuenta los bajones de rendimiento, las lesiones o las diferencias fisiológicas y se modifique el período de descanso según el ánimo o la edad de los futbolistas. Las diferencias o desigualdades basadas en la necesidad están guiadas por el criterio distributivo primario, su objetivo es restaurar y potenciar la capacidad de los jugadores para promover la práctica social y su contribución al equipo. En un sentido más general, atender a estas necesidades implica en algunos casos especiales (piénsese en una lesión que pone en peligro la carrera o incluso la vida de un jugador) respetar y amparar no sólo su condición de jugador, sino las facultades que definen la igualdad moral de los individuos así como su bienestar.

El esfuerzo es a menudo invocado en ámbitos futbolísticos como posible fuente de trato desigual. Sin embargo, creemos que el esfuerzo *per se* no justifica

una distribución diferenciada de bienes escasos. El esfuerzo no prima sobre la capacidad de enaltecer la práctica social. Es decir, los jugadores que se esfuerzan comparativamente más que otros colegas por mejorar su desempeño futbolístico no son merecedores de una mayor proporción de los bienes escasos del fútbol. La práctica social, como hemos argumentado, requiere que todos los involucrados en la misma se esfuercen en ese sentido. En la medida en que todos los jugadores muestren tesón en los entrenamientos, y cumplan con las normas y objetivos determinados conjuntamente, el esfuerzo extra no acredita mayor merecimiento de los bienes escasos. Quedarse una hora a mejorar la capacidad de ejecutar tiros libres después de los entrenamientos, hacer punta en el adiestramiento físico u ofrecerse para estudiar el esquema táctico de los rivales viendo videos dos noches por semana es loable y debe ser reconocido, pero no da derecho a esperar un trato diferenciado. La situación en la cual el esfuerzo puede jugar un papel decisivo es cuando dos (o más) jugadores tienen un nivel de rendimiento similar. Allí el esfuerzo podría ser un factor a tener en cuenta a la hora de decidir, por ejemplo, quien será titular. Se podría argumentar que este no es caso especial porque el esfuerzo es una de las virtudes que deben poseer quienes honran la práctica social. Lo último es cierto, pero ello no niega que el esfuerzo comparativo tome en esa situación una dimensión especial y definitoria.⁷⁶

La discusión sobre las diferencias o desigualdades que son moralmente aceptables en el equipo justo revela un aspecto más general del mismo. La justicia requiere que en un equipo de fútbol tanto entrenadores como jugadores honren y promuevan su *telos*. Unos y otros deberían esforzarse por materializar y expandir sus estándares de excelencia. Ser miembro de una práctica social demanda dicha dedicación.

Dedicarse al logro de la excelencia en una práctica social es un elemento central en la buena vida, individual y colectiva. Como dice MacIntyre: “Merecer el bien es haber contribuido de alguna forma substancial al logro de aquellos bienes [internos a la práctica], la participación en los cuales y la común búsqueda de los cuales proporcionan los fundamentos a la comunidad humana”.⁷⁷ En el equipo justo se recompensa esa contribución y se alienta la participación y la búsqueda colectiva de los bienes internos y los estándares de excelencia. De esta manera, el respeto mutuo y el trato igualitario se extiende a los miembros del equipo y a todos aquellos que forman parte de la práctica social.⁷⁸

Conclusión

Contrarrestando la tendencia contemporánea que potencia los aspectos técnicos y tácticos del fútbol, y que se alinea con un modelo de entrenamiento y gestión vertical, hemos articulado un modelo alternativo que hace legítima la reflexión moral como vehículo hacia la excelencia futbolística: el modelo horizontal. Éste posibilita desarrollar un fútbol más equitativo, rico y bello al proponer un sistema democrático que busca el consenso y la plena participación de jugadores y entrenadores como iguales, pero de acuerdo con lo que cada uno se merece. Ciertas virtudes morales, como la igualdad recién mencionada o la consideración y respeto de los otros como fines y seres autónomos, se entrelazan con las virtudes y bienes internos característicos del fútbol.

En el equipo justo, los entrenadores lideran dando ejemplo, motivan a los jugadores a entregar lo mejor de sí mismos, enaltecen los bienes internos del juego, reconocen sus estándares de excelencia y establecen las condiciones para que esto sea posible. Por

su parte, los jugadores aspiran a la excelencia como futbolistas, y por ende abrazan sus estándares de excelencia y desarrollan sus habilidades físicas a la par que respetan a compañeros y contrarios como moralmente iguales. En breve, el equipo justo es aquel en el que florece el fútbol como práctica social en un ámbito igualitario y participativo, en el que prima el respeto mutuo y los bienes internos así como los estándares de excelencia se constituyen en guías para la asignación de lo que le corresponde a cada cual. En pocas palabras, el mejor equipo es un equipo justo.

Notas

- 1 “Domenech: ‘Lo de ayer fue una estupidez sin nombre’”, *El País* (Madrid), 21 de junio de 2010. [en línea], <http://www.elpais.com/articulo/deportes/Domenech/ayer/fue/estupidez/nombre/elpdepfutmunart/20100621elpepud ep_18/Tes>. [consulta: 30/7/2010]. Si bien este artículo da cuenta general del incidente, para mayores detalles refiérase a los periódicos de entre el 19 y el 25 de junio de 2010.
- 2 Véase, por ejemplo, “Lío de faldas en la selección inglesa de fútbol”, *Deutsche Welle*, 6 de febrero de 2010. [en línea], <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5222485,00.html>>. [consulta: 30/7/2010].
- 3 Maradona relata el episodio en su libro *Yo soy el Diego (... de la gente)* (Buenos Aires: Planeta, 2000), 236-238.
- 4 César R. Torres y Daniel G. Campos, “Introducción” en *¿La pelota no dobla? Ensayos filosóficos en torno al fútbol*, comps. César R. Torres y Daniel G. Campos (Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2006), 16.
- 5 Este capítulo se refiere a los equipos de fútbol profesional o de alto rendimiento en los cuales los jugadores son presumiblemente adultos. Si bien algunas de las ideas que se discuten son de aplicación al fútbol juvenil o de base, sus peculiaridades plantean cuestiones que están por fuera del alcance del mismo.
- 6 La historia de una práctica cultural es importante, pero es un elemento más, tal que la complejidad, la coherencia y sobre todo los bienes internos que esa práctica esposa. Alasdair MacIntyre, *Tras la virtud*, trad. Amelia Valcárcel (Barcelona: Crítica, 1987), 233.
- 7 *Ibidem*, 233-34. Nuestro énfasis.
- 8 *Ibidem*, 236.
- 9 Hay un número de filósofos que suscriben esta posición que puede denominarse como ortodoxa en la filosofía del deporte anglosajona. Por ejemplo, véanse los autores citados en la nota a pie de página 33 de César R. Torres, “Los goles con la mano: ¿deben o no ser considerados como parte del juego?” en *¿La pelota no dobla? Ensayos filosóficos en torno al fútbol*, comps. César R. Torres y Daniel G. Campos (Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2006).
- 10 Estas ideas, desarrolladas por Ortega en diferentes ensayos, marcan su filosofía y se refinan a lo largo de los años. Véase José Ortega y Gasset, “El Quijote en la escuela”, 401-430; “Sobre El Santo”, 19-26 y “El origen deportivo del estado”, 705-719, todos en *Obras completas*, Tomo II – 1916 (Madrid: Santillana, 2004).
- 11 De ser cambios suficientemente radicales, implican un juego con características diferentes del anterior: cambiar el número de jugadores y disminuir el tamaño del campo resulta en fútbol sala o fulbito, por ejemplo. El fútbol ha evolucionado marcadamente desde su codificación en Inglaterra en 1863, lo que indica cierta contingencia. Sin embargo ésta ha sido una evolución lenta y que no ha cambiado la premisa esencial del juego: la primacía de jugar el balón con el pie. Esto explica, si bien no justifica, la reticencia al cambio y el conservadurismo de la FIFA.
- 12 Para una explicación más detallada de los bienes internos y las reglas del fútbol en el contexto de los goles con la mano, véase Torres, “Los goles con la mano: ¿deben o no ser considerados como parte del juego?”, 106-111 e idem, “What Counts As Part of a Game? A Look at Skills”, *Journal of the Philosophy of Sport*, 27 (2000), 81-92.
- 13 Para una discusión entretenida e informativa sobre las tres versiones prevalentes del fuera de juego y su papel a la hora de favorecer el juego de pase o el del regateo véase Laurent Vallée, *Le football: les lois d'un jeu*, (s. l.: Éditions Dalloz, 2010), 8-11.
- 14 MacIntyre, *Tras la virtud*, 237.
- 15 Antonio Vázquez, “Luxemburgo & Sacchi”, *Futbolista* (Madrid), febrero de 2005, 38. Nuestro énfasis.
- 16 Lluís Regás, “Entrevista a Ronaldinho”, *Futbolista* (Madrid), febrero de 2005, 24.
- 17 MacIntyre, 237. Con buen criterio MacIntyre critica la competición donde prima la estructura de suma-cero (de “todo o nada”), en la cual los ganadores se llevan la palma y los perdedores la vergüenza.
- 18 Ortega, “La nación: gente o el estado”, *Obras completas*, Tomo I – 1902-1915 (Madrid: Santillana, 2004), 836.
- 19 MacIntyre, *Tras la virtud*, 238.
- 20 Regás, “Entrevista a Ronaldinho”, 27.
- 21 Véanse Rainer Martens, *Coaches Guide to Sport Psychology* (Champaign, IL: Human Kinetics, 1987), 26-29 e idem, *El entrenador de éxito*, trad. Francisco Jiménez Ardana (Barcelona: Editorial Paidotribo, 2002), 11-16.
- 22 Véanse John Lyle, “Coaching Philosophy and Coaching Behaviour” en *The Coaching Process: Principles and Practice for Sport*, comps. Neville Cross y John Lyle, (Oxford: Butterworth Heinemann, 1999), 25-46 e idem, *Sports Coaching Concepts: A Framework for Coaches' Behaviour* (London, New York: Routledge, 2002), 156-164.
- 23 La caracterización de los dos los modelos de entrenadores está basada en la bibliografía citada en las notas a pie de

- página 21 y 22. Para una reseña en español de los estudios sobre los modelos de entrenadores refiérase al capítulo 1 de M. Perla Moreno Arroyo y Fernando del Villar Álvarez, *El entrenador deportivo. Manual práctico para su desarrollo y formación* (Barcelona: INDE, 2004).
- 24 Por otro lado, denominar a los modelos de entrenadores como vertical y horizontal es conveniente porque estos términos están menos cargados ideológicamente, permiten incorporar más características en su conceptualización y son más congruentes con los términos empleados en otras disciplinas como la sociología, la ciencia política y la administración de negocios.
- 25 Juan Sasturain, *Wing de metegol* (Buenos Aires: Libros del Rescoldo, 2004), 23.
- 26 Véase, por ejemplo, Peter Conrad, “The Great Dictator”, *The Guardian* (Londres), 16 de febrero de 2006. [en línea], <<http://www.guardian.co.uk/theobserver/2006/feb/19/features.review37>>. [consulta: 16/7/2010] y Richard Wilson, “Strategy and Skill, Poise and Cunning, the San Siro Will Host More Than Just the Lionel Messi and Jose Mourinho Show Tonight”, *The Herald* (Glasgow), 19 de abril de 2010. [en línea], <<http://www.heraldscotland.com/sport/english-football/strategy-and-skill-poise-and-cunning-the-san-siro-will-host-more-than-just-the-lionel-messi-and-jose-mourinho-show-tonight-1.1021799>>. [consulta: 16/7/2010].
- 27 José Mourinho, “La organización debe estar supeditada al entrenador”, entrevistado por Guillem Balagué y Manu Sainz, *Diario As* (Madrid), 28 de mayo de 2010. [en línea], <http://www.as.com/futbol/articulo/organizacion-debe-estar-supeditada-entrenador/dasftb/20100528dasdaifb_17/Tes>. [consulta: 30/5/2010].
- 28 *Ibidem*.
- 29 *Ibidem*.
- 30 *Ibidem*.
- 31 Véase Conrad, “The Great Dictator”. Dos años antes, siendo entrenador del FC Porto, Mourinho también había sido suspendido para uno de los partidos que su equipo jugaría con la Lazio por la Copa de la UEFA. Mourinho no sólo envió un mensaje a uno de sus asistentes en el banco de suplentes para que le dijera a los jugadores donde se encontraba porque quería que éstos lo miraran a la cara antes de que comenzara el partido, sino que además envió mensajes con instrucciones para sus jugadores durante todo el partido en violación a las reglas de la UEFA. Los detalles de la estrategia de comunicación y el contenido de los mensajes pueden leerse en Luís Lourenço, *José Mourinho. Made in Portugal* (Stockport: Dewi Lewis media, 2004), 146-153.
- 32 Mourinho, “La organización debe estar supeditada al entrenador”.
- 33 *Ibidem*.
- 34 Citado en Nacho Levy, “Militancia social, pelota al pie”, *Página 12* (Buenos Aires), 10 de julio de 2007. [en línea], <<http://www.pagina12.com.ar/diario/deportes/8-87873-2007-07-10.html>>. [consulta: 16/7/2007].
- 35 *Ibidem*.
- 36 José Paulo Florenzano, *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro* (São Paulo: FAPESP, EDUC, 2009), 40. La historia de la Democracia Corinthiana también es abordada en Sócrates y Ricardo Gozzi, *Democracia Corinthiana. A utopia em jogo* (São Paulo: Boitempo editorial, 2002). Sócrates, un destacado jugador, fue uno de sus mayores protagonistas.
- 37 Citado en Nacho Levy, “Militancia social, pelota al pie”.
- 38 Martens, *El entrenador de éxito*, 11-12.
- 39 Íñigo Álvarez Gálvez, *La eutanasia voluntaria autónoma* (Madrid: Dykinson, 2002), 115. El paternalismo es una teoría compleja que admite diferentes versiones. En este artículo sólo utilizaremos sus posturas generales. Para un tratamiento completo del paternalismo y sus diferentes versiones refiérase a la parte IV de John H. Kultgen, *Autonomy and Intervention. Parentalism in the Caring Life* (New York, Oxford: Oxford University Press, 1995). Como indica su nombre, el paternalismo caracteriza a las relaciones entre padres e hijos en cuanto a que los últimos, por falta de madurez, han de ser “controlados”. El asunto se complica cuando el niño se cambia por un adulto.
- 40 Álvarez Gálvez, *La eutanasia voluntaria autónoma*, 115.
- 41 Martens, *El entrenador de éxito*, 11-12.
- 42 Valdano refiere la conversación en una entrevista que le hizo Juan Villoro en 1998. Véase Juan Villoro, *Dios es redondo* (México, D. F.: Planeta, 2006), 210.
- 43 *Ibidem*.
- 44 Sasturain, *Wing de metegol*, 22.
- 45 Martens, *El entrenador de éxito*, 12.
- 46 “Di María: ‘No me sentí cómodo como volante’”, *Clarín* (Buenos Aires), 6 de Julio de 2010. [en línea], <http://www.clarin.com/deportes/futbol/Di-Maria-senti-comodo-volante_0_293370866.html>. [consulta: 16/7/2010].
- 47 Puede ser que a veces, o incluso a menudo, los individuos no posean un conocimiento propio tan completo como se supone. Aún así, esto también se aplica a los entrenadores, ya que este argumento, *ceteris paribus*, es pertinente a todos los individuos en general y por igual de no haber razones extraordinarias. Necesitaríamos otro argumento independiente para establecer que los entrenadores tienen mayor autoconocimiento. Algo extremadamente difícil de por sí y para todos. Como Don Quijote le recuerda a Sancho: “Has de poner ojos en quien eres, procurando conocerte a ti mismo, que es el más difícil conocimiento que puede imaginarse”. Véase Miguel de Cervantes Saavedra, *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (Madrid: Espasa-Calpe, 1994), 663.
- 48 Martens, *Coaches Guide to Sport Psychology*, 26. Para una reseña de los estudios sobre la motivación en el deporte refiérase al capítulo 7 de Thelma S. Horn, comp., *Advances in Sport Psychology*, 3d ed. (Champaign, IL: Human Kinetics, 2008).
- 49 Sasturain, *Wing de metegol*, 22.

- 50 Citado en Moreno Arroyo y del Villar Álvarez, *El entrenador deportivo. Manual práctico para su desarrollo y formación*, 24.
- 51 *Ibidem*.
- 52 Martens, *El entrenador de éxito*, 13.
- 53 John Rawls, *El liberalismo político*, trad. Antoni Domènech (Barcelona: Crítica, 1996), 49. En su *Teoría de la justicia*, trad. María Dolores González (México: Fondo de Cultura Económica, 1979), Rawls desarrolla el tema más ampliamente (557-566).
- 54 Para una discusión detallada de estas ideas, véase Ronald Dworkin, *Los derechos en serio*, trad. Marta Guastavino (Barcelona: Ariel, 1984).
- 55 Martens, *El entrenador de éxito*, 6.
- 56 *Ibidem*, 14.
- 57 Citado en Moreno Arroyo y del Villar Álvarez, *El entrenador deportivo. Manual práctico para su desarrollo y formación*, 24.
- 58 Fernando Savater, *El valor de elegir* (Buenos Aires: Ariel, 2003), 153.
- 59 Fernando Savater, *Las preguntas de la vida* (Buenos Aires: Ariel, 1999), 211-212.
- 60 Citado en André Comte-Sponville, *Pequeño tratado de las grandes virtudes*, trad. Pierre Jacomet (Santiago de Chile: Editorial Andrés Bello, 2003), 70.
- 61 Citado en *Ibidem*, 69.
- 62 William K. Frankena, *Ética*, trad. Carlos Gerhard (México: UTEHA, 1965), 67.
- 63 Véase el capítulo 8 de Michael J. Sandel, *Justice. What Is the Right Thing to Do?* (New York: Farrar, Straus and Giroux, 2009) para una discusión de la justicia aristotélica.
- 64 Torres, “Los goles con la mano: ¿deben o no ser considerados como parte del juego?”, 111.
- 65 Esto concierne al estatus moral en tanto y en cuanto éste afecta al funcionamiento del equipo, pero también admiten diferencias en cuanto al papel que entrenadores y jugadores desempeñan. No se trata de que los entrenadores literalmente se calce los botines ni que los jugadores den todas las órdenes, sino de enfatizar la participación y el consenso en la toma de decisiones.
- 66 Comité Olímpico Internacional, *Carta Olímpica* (Lausana: Comité Olímpico Internacional, 2007), 11.
- 67 “Noticias breves”, *ABC* (Asunción), 8 de enero de 2009. [en línea], < <http://archivo.abc.com.py/2009-01-08/articulos/485322/noticias-brevs>>. [Consulta: 30/7/2010].
- 68 Fernando Savater, *Ética para Amador* (Buenos Aires: Ariel, 1991), 91. Para una discusión de las obligaciones de solidaridad véase el capítulo 9 de Sandel, *Justice. What Is the Right Thing to Do?*
- 69 “Carlos S. Bilardo”, *Clarín* (Buenos Aires), 15 de febrero de 2005. [en línea], <<http://www.old.clarin.com/diario/2005/02/15/deportes/d-04604.html>>. [Consulta: 23/5/2007].
- 70 En los ambientes futbolísticos argentinos y peruanos se comenta que en un partido correspondiente a la ronda clasificatoria de la Copa Mundial México 1986 jugado en junio del año anterior en Buenos Aires, Bilardo mandó a Julián Camino, uno de sus dirigidos, a lesionar al peruano Franco Navarro. A pocos minutos de comenzado el partido, Camino cometió una dura falta contra Navarro, quien fracturado debió ser reemplazado. Por su falta a Camino le mostraron tarjeta amarilla. Por su parte, debido a la lesión, Navarro estuvo ocho meses sin jugar. Camino niega que Bilardo le haya pedido que lesionara a Navarro. Véase “Franco Navarro, perdóname”, dice el que le fracturó la pierna en 1985”, *El Comercio* (Lima), 28 de abril de 2009. [en línea], <<http://elcomercio.pe/noticia/279348/franco-navarro-perdoname-dice-que-le-fracturo-pierna-1985>>. [Consulta: 29/7/2010].
- 71 Demás está decir que existen otras razones para condenar la lesión intencional de un rival. Las mismas se relacionan con el principio de la no maleficencia y con las obligaciones derivadas de la pertenencia a una práctica social. Estas últimas serán discutidas más adelante. Para un análisis exhaustivo de las faltas intencionales véase Warren P. Fraleigh, “Intentional Rules Violations—One More Time”, *Journal of the Philosophy of Sport*, 30, no. 2 (2003), 166-176.
- 72 Savater, *Política para Amador* (Buenos Aires: Ariel, 1992), 92.
- 73 La posición de los entrenadores juega el papel equivalente al *phronimos* aristotélico, la persona virtuosa de buen juicio, que como tal ha de liderar con consejo y ejemplo.
- 74 Dante Panzeri, *Fútbol, dinámica de lo impensado* (Buenos Aires: Pasco, 2000), 71.
- 75 Aristóteles, *Ética a Nicómaco. Libros I y VI* (Valencia: Servei de Publicacions de la Universitat de Valencia, 1993), 36.
- 76 Pueden darse casos puntuales en los que por circunstancias especiales pueda premiarse el esfuerzo, pero esto no puede aplicarse de manera general sin que la práctica social sufra en su totalidad. Si, por ejemplo, la decisión de un equipo de premiar consistentemente el esfuerzo (o la amistad) por sobre la capacidad de resolver la prueba de habilidades inherente al fútbol se generalizase, es probable que la práctica social, al menos técnicamente, se empobrezca.
- 77 MacIntyre, *Tras la virtud*, 250.
- 78 Las obligaciones que los miembros de un equipo tienen respecto a los rivales están por fuera de los límites de este artículo. Nótese, sin embargo, que es la membresía a una práctica social, al igual que en el internalismo deportivo, de donde surgen dichas obligaciones. Por ejemplo, la trampa en el fútbol no sólo instrumentaliza al rival, sino que también contradice la lógica interna del deporte.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em março/11).

“DISPOSIÇÃO”: O LUGAR DA CORPORALIDADE NAS LÓGICAS DE CLASSIFICAÇÃO E DE ATUAÇÃO DAS TORCIDAS ORGANIZADAS CEARAMOR E M. O. F. I.

1. Diante da predição maldita

Eram aproximadamente 13 horas de sexta-feira, 14 de agosto de 2010. Eu estava à mesa para almoçar. Subitamente, uma notícia na televisão invadiu o espaço da minha sala. De início, eu não conseguia entender direito, as palavras se misturavam na voz do repórter: roubo, carro, cocaína, armas, Cearamor, prisão... A essa altura a minha sensação de fome se transmutara em algo muito parecido com um vácuo gelado no estômago, que irradiava frio pela minha coluna. De imediato, peguei o telefone e liguei para os integrantes da Cearamor com quem tinha mais proximidade, tentando organizar a fala para perguntar algo compreensível. Precisava saber, de fato, o que estava acontecendo, o que havia de hipérbole midiática e quem havia sido preso. Do outro lado da linha... Medo. Medo de falar. Medo de sair de casa. Medo de ser encontrado em casa. Medo de tudo. Medo de mim. Sim, de mim também. Em um outro trabalho, já assinalei que sempre serei uma estrangeira entre eles, estrangeira aceita de bom grado, mas estrangeira.¹ Depois dos primeiros

JOSIANE MARIA DE CASTRO RIBEIRO *

RESUMO

O artigo parte da categoria nativa de “disposição” para refletir acerca das intensidades investidas em corporalidades aguerridas, que caracterizam as experiências dos torcedores integrantes das torcidas organizadas denominadas Cearamor e Movimento Organizado Força Independente – M. O. F. I. A discussão segue relacionando as rivalidades territoriais dos jovens torcedores, os conflitos, os rompimentos e a recente “aliança” firmada entre os dois coletivos, com o objetivo de apreender a lógica que organiza as experiências dos jovens torcedores.

Palavras-chave: torcidas organizadas; corporalidades; conflitos; jovens.

ABSTRACT

The article sets out from a native “disposition” to think about intense attacks engendered by warlike body exertions representing experiences from organized soccer fans that rally around two groups, torcida organizada Cearamor and Movimento Organizado Força Independente – M. O. F. I. Evaluation moves on by investigating territorial rivalries seen among young fans, conflicts, ruptures and the current “alliance” welded between the two groups, in the effort to determine the rationale that seal experiences of blooming followers.

Keywords: organized soccer fans, bodily expressions, conflicts, youngsters.

* Mestre em História Social e Doutora em Sociologia.

contatos, percebi que os telefones começaram a ser desligados. Entendi a necessidade do silêncio e me afastei.

Mas, o que a mídia anunciava era verdade. Ao menos parcialmente, o tom das várias matérias escritas e comentários nos programas televisivos era bem parecido. Cito a seguir matéria de jornal, *O Povo*, de 14/08/2010, intitulada “Tráfico: Cocaína, armas e carro roubado na Cearamor”, de Henrique Araújo:

Um carro roubado na Aldeota, às 13 horas de ontem, foi responsável por levar a Polícia Militar até a sede da torcida organizada do Ceará, a Cearamor, na Avenida João Pessoa. Lá, além de encontrar o gol prata assaltado horas antes, a PM apreendeu seis quilos de cocaína em pasta, oito quilos de maconha, três revólveres calibre 38, uma pistola de uso exclusivo do exército, munição, três rádios, uma balança de precisão e material para confecção de bomba caseira. Oito homens foram presos e levados para o 34º DP, no centro. Segundo a Polícia, a droga estava escondida sob uma bandeira do Clube de futebol. Dois computadores da Cearamor foram apreendidos e serão

periciados. Após haver sido assaltado na Aldeota, na rua Joaquim Torres, o proprietário que não quis se identificar, saiu em procura do automóvel por bairros da cidade. “Peguei minha moto e fui atrás. Antes, liguei para a polícia. Passei no Quintino Cunha, na Barra do Ceará, na Osório de Paiva e na Parangaba. Entrei até em favela. Quando estava voltando pra casa pensei: Só vou encontrar esse carro se Deus colocar na minha frente”, relatou o jovem, que, por coincidência, estava vestindo uma camisa do Ceará. Ele reconheceu o Gol ao passar em frente à rua Álvaro Martins, perpendicular à João Pessoa, no bairro Damas. “Dei outra volta, esbarrei numa viatura do Ronda e fui lá de novo, mas o carro já estava lá dentro”. O proprietário refere-se ao galpão anexo à sede da Cearamor, que também pertence à organizada. De acordo com o comandante do Ronda do Quarteirão, o coronel Werisleik Matias, a operação desbaratou uma quadrilha bastante articulada. “Isso aqui é a ponta de um iceberg. É certamente uma quadrilha envolvida em tráfico e assalto. É um caso que vai se desenrolar. Vamos conduzir todos para a delegacia e apurar a responsabilidade de cada um”. Dos oito homens detidos, pelo menos quatro disseram ao O POVO integrar a equipe responsável pela montagem de uma estrutura de muay thai (boxe tailandês). O evento estaria programado para começar às 16 horas deste sábado. Responsável pela sede da Cearamor, Luiz André Silva, 25, um dos presos na operação, disse que o presidente da torcida estaria no Rio de Janeiro, onde o Ceará disputou, ontem, uma partida contra o Flamengo pela série A do Campeonato Brasileiro de Futebol. O Alvinegro perdeu por 1 a 0. Luiz negou que as drogas pertencessem a ele. “Hoje é meu aniversário. Não tenho nada a ver

com isso”. A polícia disse que papérolas de cocaína haviam sido achados em uma pochete usada por Luiz.

Drogas, armas, roubo. Nada disso é ou era estranho ao universo das torcidas organizadas, e todos, que de alguma forma se relacionavam com alguma delas, sabiam disto. Inclusive eu. Mas alguma coisa me inquietava de forma mais importante, para além da preocupação com os fatos, com as pessoas etc. A fala do coronel Matias ressoava repetidamente, como uma espécie de predição maldita “é a ponta de um iceberg, é um caso que vai se desenrolar...”. E foi assim. Ainda no mesmo dia, “palmilhando” as matérias dedicadas à miséria social e política do país, vi uma reportagem televisiva acerca do “caso Cearamor”. Nela, a repórter Tayce Bandeira narrava os fatos recém-transcorridos. Da sua fala, resalto o trecho a seguir:

No prédio, a polícia também apreendeu três revólveres, munição, duas balanças, doze quilos de maconha, além de seis quilos de cocaína em pasta e craque. A droga foi encontrada no meio deste bandeirão que é levado pela torcida ao estádio e que é guardado em uma das salas aqui da sede da Cearamor. Muitos metros de pano, que na verdade serviam de disfarce para um esquema ilegal (TV DIÁRIO, Fortaleza).

As palavras da repórter começavam a integrar um coro de vozes que se repetiam ao meu redor, numa velocidade de articulação surpreendente e, ao mesmo tempo, habitual às informações oriundas do senso comum: – “Eu já sabia! Esse negócio de torcida não existe não; só serve de fachada para roubo e tráfico”.

Pronto! O sentido malfazejo que apunhalava minha quietude com farpas de apreensão revelara a

sua face. Imediatamente lembrei-me do dia em que o “bandeirão” fora levado ao estádio pela primeira vez. Mesmo os torcedores mais críticos às torcidas organizadas não conseguiram manter indiferença diante da imensa bandeira do Ceará, que parecia nunca mais parar de crescer, “engolindo” milhares de torcedores enquanto era desenrolada. As pessoas que foram encobertas pelo enorme manto pulavam e agitavam a bandeira acima de suas cabeças. Num espetáculo espontâneo, o estádio pulsou e reverenciou o “bandeirão” estendido.

Não foi com menos solenidade que fui apresentada ao “bandeirão”, em uma de minhas visitas à sede da Cearamor. Lembro exatamente que após uma entrevista o responsável pela sede autorizou que me levassem para vê-la. Os rapazes me conduziram, então, a uma sala trancada. Abriram a porta e me deparei com “os metros e metros de pano” amontoados num cantinho da sala. Tratava-se, segundo eles, de uma forma de evitar atentados dos “TUF-gay” (referindo-se aos integrantes da Torcida Uniformizada do Fortaleza Esporte Clube, a TUF), que poderiam tentar incendiar a bandeira através da janela. – “Tá doido! Isso daqui foi muito trabalho! Muito mesmo! É a maior do Nordeste, sabia?!”. Eles não conseguiam e nem pretendiam esconder o orgulho diante da realização. Aquela não era apenas uma bandeira; e, muito menos, “metros de pano”. Era um anseio e um projeto coletivo.

Todavia, num jogo discursivo, desenrolado a partir da apreensão feita na sede – que aconteceu de fato –, a torcida organizada perdeu a sua existência. De fato? Acredito que não. E este artigo objetiva desvelar o que existe para além do que foi mostrado nas matérias e (re)produzido nas opiniões das pessoas. Não que se trate, exclusivamente, de experiências mais belas ou absolutamente contrárias ao que foi

veiculado pela mídia. Mas elas existem e são muitas. E tenho a sensação, cada vez mais forte, de que seus agentes só conseguem falar delas coletivamente, todos ao mesmo tempo. Por isso são necessários uma calma sistemática e um estranhamento metódico para separar os fios dessas falas que conduzem às experiências desses jovens.

E para trazê-las a estas páginas, sigo, também, um caminho; cheio de atalhos, é verdade, pois é necessária alguma brevidade. Começo abordando, sucintamente, a relação entre o universo simbólico e cultural dos bailes *funks* e a consolidação do formato contemporâneo das torcidas organizadas. Em seguida, apresento a origem das desavenças entre *Cearamor* e *M. O. F. I.*², cuja relação constitui o meu interesse de pesquisa. Por fim, tento desvelar a relação entre a categoria nativa de disposição e as lógicas que conduzem os investimentos corporais, afetivos e comportamentais, que orientam as práticas de seus integrantes.

Com esta breve discussão, espero incitar no leitor que me acompanhar até a última linha, ao menos, um desejo de desconfiança in-rendido quanto aos discursos que escamoteiam a experiência de milhares de jovens das periferias e bairros pobres de Fortaleza.

2. Discutindo uma economia de intensidades

Passo agora a falar de intensidades. Sim, porque, a despeito da imensa variedade de vivências individuais, existe entre os torcedores organizados um jogo de intensidades direcionadas a diferentes formas e lugares de realização. Será justamente a diferenciação nesta economia de intensidades o elemento organizador das classificações que supõem experiências sutilmente diversas no interior das torcidas organizadas. Melhor dizendo, será esta economia de intensidades

o principal critério de classificação, de si e do outro, entre os torcedores organizados³.

Trata-se de uma teia classificatória, que dispõe os torcedores segundo a potência de investimento, numa corporalidade mais ou menos aguerrida. Vale destacar um aspecto imprescindível, que se refere ao imbricamento entre a construção das corporalidades e a experiência territorial desses segmentos juvenis nos bairros da cidade. Como os limites deste trabalho não permitem um desdobramento de tal discussão, posso apenas asseverar que o recorte territorial e corporal da experiência social da juventude das torcidas organizadas apresenta-se como uma continuidade da orientação cultural e simbólica do baile.

Em outra oportunidade, explorei o papel dos bailes *funks* como celeiro inicial para a cultura atualmente experienciada nas torcidas organizadas em Fortaleza, bem como a relação de correspondência direta entre a interdição oficial dos bailes e a consequente oxigenação e crescimento numérico de integrantes das organizadas. Entretanto, não posso me eximir da necessidade de asseverar dois aspectos ou heranças incontornáveis do universo dos bailes *funks*, quais sejam:

1. um princípio de organização e identificação territorial dos participantes, já referida;
2. uma sociabilidade de conflito que, a despeito de poder ser mais ou menos intensa, pode também ser generalizada ao conjunto de integrantes das torcidas organizadas.

A disposição para o conflito, a raiva arbitrária do torcedor “adversário” e a coragem para o enfrentamento tornaram-se, a um só tempo, uma espécie de rito a ser cumprido por aquele que pretende fazer parte de uma torcida, sinal de pertença à agremiação e bônus pela dedicação à organizada. E, se o conflito é ritualizado, o exercício demarca e institui uma

diferença, entre quem é o verdadeiro torcedor organizado, o “que responde” e “bota terror”, e aquele que não é e nem poderá sê-lo, “o que não tem disposição”.

Realmente impressiona a postura viril, mesmo entre os mais jovens ou entre os que “não são de briga”. Isto porque, em meio à torcida, pode-se facilmente encontrar uma grande quantidade de meninos que sequer abandonaram, de fato, os ares da infância. No mesmo sentido, existem os torcedores mais pacíficos, que procuram, abertamente, se manter distantes dos conflitos corporais. Apesar disto, eles aproveitam a aura de ameaça e perigo da torcida, e é possível vê-los com uma postura supostamente agressiva, como quem realiza uma *performance*. Atualmente, a rivalidade entre os torcedores organizados dedicados ao time alvinegro se apresenta numa perspectiva tripartida:

1. a que envolve e opõe torcedores de times adversários, notadamente *Cearamor* e *TUF*;
2. a rivalidade entre integrantes de uma mesma torcida, mas de alas, bairros, comandos e / ou gangues diferentes⁴;
3. a rivalidade entre as torcidas organizadas do mesmo time, como a *Cearamor* e a *M. O. F. I.*

Nos últimos anos, a rivalidade entre torcidas polarizou, principalmente, a *Cearamor* e a *M. O. F. I.* A origem desse conflito reside numa confluência de processos paralelos que podem ser, por hora, anunciados, resumidamente, nas seguintes notas, disponíveis nos *sites* oficiais das respectivas torcidas:

13/06/2007 O presidente da *Cearamor*, J, em nota Oficial à imprensa alvinegra procurou esclarecer os fatos que vem estarecendo o torcedor alvinegro nos últimos jogos, a violência interna dentro da própria torcida do Ceará:

Brigas: *Cearamor* lança nota oficial

Venho através deste, informar que já estamos em contato com órgãos competentes sobre as confusões que chegaram a manchar o nome da nossa torcida. Estamos fazendo o possível e o impossível para resolver esses problemas que só prejudicam nós mesmos e o nome do Ceará *Sporting Club*. A Cearamor tem quase 25 anos de existência e não podemos acabar com o que está melhorando cada dia que passa. Há cerca de 4 anos atrás, por motivo de indisciplina foram expulsos da Cearamor um bairro que só queria manchar o nome da torcida. Elementos que não eram cadastrados e só queriam fazer badernas dentro e fora dos estádios, foram de vez banidos da torcida. Infelizmente a diretoria da Força Independente aceitou esses baderneiros e pôr isso vem ocasionando confusões dentro e fora dos estádios com nossa torcida. Estamos atualizando nossos cadastros de todos os componentes. A Cearamor é grande e forte, e resolveremos esse problema da melhor maneira possível para o bem de nossa torcida e do Ceará *Sporting Club*. Faça você também parte da maior e melhor torcida organizada do Norte e Nordeste. Desde 1982 União, Vibração e Poder. Diretoria da Cearamor. (www.torcidacearamor.com.br).

A seguir, em resposta, a nota oficial da *M. O. F. I.*:

14/06/2007

Força Independente: nota oficial

Caro torcedor alvinegro,

Hoje fazem nove dias dos lamentáveis acontecimentos ocorridos no ginásio Paulo Sarasate durante a partida de futebol de salão entre CEARÁ x FORTALEZA. Desde a noite do dia Quatro que a diretoria do movimento tenta falar com os diretores da Torcida CEARAMOR. Desejávamos marcar uma reunião a fim

de ser discutido os atos e tentar encontrar uma solução. Entretanto, até o presente momento não conseguimos falar com nenhum dirigente da Torcida. Nós do MOVIMENTO ORGANIZADO FORÇA INDEPENDENTE pedimos desculpas a toda nação alvinegra pelo ocorrido no ginásio, condenamos e não admitimos qualquer tipo de rivalidade, rixa ou agressões como foi o caso do ginásio, é inadmissível, inaceitável, inesplicável o ato de vandalismo entre torcidas do mesmo time. Nada justifica, atos como esses somente mancham o nosso futebol seja ele no salão ou no campo, a torcida do Vozão é uma só. Chega de violência. Do lado da M.O.F.I. medidas já estão sendo tomadas em parceria com a POLICIA MILITAR para coibir e punir os vândalos. Estamos fazendo nossa parte como sempre fizemos e estamos mostrando mais uma vez que IDEAIS, ATITUDES E DISPOSIÇÃO NÃO SE DISCUTEM, SE COLOCA EM PRÁTICA.

J. F. S.

Presidente do Movimento organizado Força Independente (www.moficeara.com.br).

De fato, *Cearamor* e *M. O. F. I.* sedimentaram rivalidades graves, entre muitos torcedores organizados de ambas as torcidas, até mais acentuadas do que com a própria *TUF*. Na verdade, esta é uma questão antiga, cujo início remete, ainda, à *Fúria Jovem*. Isso porque boa parte dos integrantes da *M. O. F. I.* veio da *Fúria Jovem*, extinta, segundo a narrativa dos próprios torcedores organizados, em virtude das investidas da *Cearamor*, que não admitia a competição com outra torcida do mesmo time.

Além dos ex-integrantes da *Fúria Jovem*, um grupo de torcedores da *Cearamor* –moradores do bairro Jardim Guanabara –, os mesmos que haviam

combatido a *Fúria Jovem*, ficaram descontentes com a *Cearamor*, se desligaram desta e se inseriram justamente na *M. O. F. I.*. Segundo integrantes do Jardim Guanabara, o descontentamento resultou da falta de reconhecimento da própria diretoria da *Cearamor* à dedicação dos integrantes deste bairro no combate à *Fúria Jovem*.

Este percurso, cheio de idas e vindas, desvela que a origem da animosidade, da rivalidade e do conflito entre torcedores organizados de torcidas de um mesmo time se constrói em virtude de divergências em torno de questões como: reconhecimento, status, lealdade, conflitos territoriais urbanos e dimensões profissionais da torcida. Apesar da inviabilidade de apresentar de imediato cada ponto motivador do conflito, relacioná-los já me permite insinuar uma negação de “explicações selvagens”, que abordam os conflitos entre torcedores organizados apenas a partir das categorias vazias e improficuas de vandalismo, apego à violência gratuita, sintoma da pobreza e degradação, etc. Além disso, acredito que importa investir num olhar mais cuidadoso acerca da categoria de disposição, o que contribui para a desmistificação de explicações calcadas em esquemas superficiais e, por vezes, preconceituosos.

3. A denegação de “explicações selvagens”

Comecei a compreender mais claramente as vias significativas da categoria de “disposição” em uma conversa com B, integrante da *M. O. F. I.*, no estádio Castelão. Na ocasião, entrevistava Aranha, um diretor da torcida organizada, *Terror Bicolor*, do Paysandu, time do Pará. A *Terror Bicolor* tem relações bastante próximas com as duas torcidas do Ceará aqui analisadas. A “consideração” é tão marcante que sempre, em todos os jogos, não importam quais times estejam

disputando com o Ceará, é possível ver vários integrantes da *Cearamor* vestindo peças padronizadas da *Terror Bicolor*, como calças, bermudões, camisas, agasalhos, entre outros. Ao longo da entrevista com Aranha, a quem segui desde o território da *Cearamor* até o da *M. O. F. I.*, percebi B monitorando a conversa.

Após nos observar por algum tempo, me abordou diretamente, entre risos: “quero ser entrevistado, porque também quero ficar famoso”. Conversamos demoradamente e, muitas vezes, rimos juntos de sua própria fala “enrolada” [segundo se sabe, decorência do uso de bebidas e de algum(ns) tipo(s) de entorpecente(s)]. Cito um trecho de nossa conversa.

(...) B: se chegar em qualquer canto a galera sabe quem é eu, né querendo se gabar não. Josiane: sabe?

B: saaabe! Se cê chegar na torcida da TUF, assim, chegar nos bairro, perguntar: sabe quem é o B da M.O.F.I.? A galera conhece! J: por que o povo sabe?

B: porque eu sou brigão, pelo meu atrevimento, também sou um pivete, mas não como partido pra ninguém, não.

J: mas você não é pivete não, qual é a tua idade? Dezenove?

B: dezessete. Eu comecei a brigar com quatorze ano.

J: por que você é brigão? Você mesmo disse: eu sou brigão, eu sou atrevido...

B: tenho atrevimento, assim, se eu vê uma briga, assim, com a galera que eu tô andando, eu se meti, e tal. Fui, [peitei].

J: o que você sente, nessas horas?

B: eu sinto, né, arriscando minha própria vida. É... Sim, eu acho muito emocionante assim, você tá entre a vida e a morte, sim... Cê tá, né? Arriscando sua vida, é o que... É bom você arriscar o que você tem, eu tenho minha vida, arriscar ela, né? Vale muito.

B, como muitos e muitos torcedores organizados

de bairro, é bem magro e não muito alto, tem aproximadamente 1,67m de altura. Com esta compleição física, torna-se compreensível a sua fala, quando ele diz do seu atrevimento. Realmente, é preciso “atrevimento” para encarar uma trajetória como a dele que, com apenas dezessete anos, já acumula três anos de experiência nos conflitos de torcida. B é famoso entre seus pares e seus inimigos, pois, a despeito de ser um “pivete”, não “come partido”, ou, dito de outro modo, B tem “disposição”. Uma disposição que precisa ser atestada continuamente. Esse é o preço do reconhecimento.

Quando perguntei a B sobre o seu lugar preferido de diversão, respondeu que gostava de ir aos terminais. Imediatamente, lembrei das situações em que fiz pesquisa de campo nos terminais em dias de jogos: a tensão, o corre-corre, a Polícia, as armas... Uma lembrança que me remete ao lugar do corpo nessa busca de reconhecimento e excitação. Perguntei a B, como a todos os torcedores com quem pude conversar, o que ele mais gostava na torcida, no caso, a *M. O. F. I.* A sua resposta, que àquela altura não me surpreendeu, foi: “(...) a disposição; todo mundo é amigo do outro, ninguém corre, briga até o fim”.

A “disposição”, categoria nativa, se abre numa polissemia que fornece uma indicação acerca das articulações identitárias entre os torcedores organizados. A disposição é coragem, sim. Coragem para enfrentar o combate, independente do desequilíbrio entre as forças envolvidas no conflito. Mas, a disposição assume também o papel de valor acerca do outro, que se transfigura em afeto. Afeto que sustenta sociabilidades. Esse afeto pode ser bom, ou seja, pode se relacionar à admiração, à amizade, ao querer bem. Mas, pode também significar o oposto: a inimizade, a raiva, a vontade de aniquilamento e de subjugação. E, neste sentido, é afeto; um tipo de afeto que torna

o outro, o inimigo, alguém relevante. Acompanhar a dinâmica das torcidas organizadas, me permite pensar que o conflito é uma forma de sociabilidade que se coloca na própria instituição dos grupos. Simmel define o conflito como uma forma de sociação e o considera sociologicamente positivo. Vejamos o que nos diz o autor sobre oposição:

A oposição alcança esse objetivo mesmo onde não existe nenhum êxito perceptível, onde este não se torna manifesto, mas permanece totalmente oculto. Mesmo quando dificilmente tenha qualquer efeito prático, pode ainda conseguir um equilíbrio interior, pode exercer uma influência tranqüila, pode produzir um sentimento de poder virtual e desse modo preservar relacionamentos, cuja continuidade muitas vezes atordoia o observador. Em tais casos, a oposição é um elemento da própria relação, está intrinsecamente entrelaçada com outros motivos de existência da relação. Não é só um meio de preservar a relação, mas uma das funções concretas que verdadeiramente a constituem (SIMMEL, 1983).

Logo no início da entrevista com B, ele me perguntou acerca do Barroso, melhor dizendo, dos torcedores organizados do bairro Barroso II. Achei curioso o seu interesse e perguntei o porquê. “Você não disse que entrevistou eles? Aí, eu queria saber a opinião deles, assim, porque eles falaram muito de nós, não falaram?”. Quer dizer, vemos aqui um tipo de afeto que delimita um campo de antagonismo, mas, ao mesmo tempo, traça uma linha demarcatória que os envolve a todos num universo próprio, no qual o inimigo é relevante, pois é ele quem reconhece e valora positivamente esta “disposição”, enquanto um “torcedor comum”, um jornalista, um policial, ou qualquer outro,

veria barbárie, vandalismo, sintoma de caos urbano etc. No mesmo sentido, destaco a relação entre dois bairros, o João XXIII e o Jardim Guanabara, respectivamente vinculados à *Cearamor* e à *M. O. F. I.* A exemplo, a fala de um integrante do João XXIII:

Pela rota de ir pro jogo, o João XXIII ia pelo mesmo caminho da Guanabara, acabavam se encontrando. Antigamente, assim que eles se encontravam, brigavam. Deixavam até a TUF passar pra brigar. Porque, tipo assim, você pode até perguntar pros cara da Guanabara: qual é a galera da Cearamor que vocês acham que tem mais disposição, que vocês brigaram mesmo? Eles vão dizer: é o João XXIII. Não é porque eu moro lá não. Porque a fama deles lá é só brigar na mão e não correr. E a Guanabara tem a mesma coisa. Então pronto, deu foi certo. Mano a mano, sem pedra, pau ou tiro. Essas duas, elas não gostam disso.

Os dois bairros “brigavam tão bem”, e respeitavam de tal modo a *disposição* do opositor, que se tornaram aliados. Atualmente, a despeito de todo e qualquer problema entre as diretorias de ambas as torcidas, esses bairros mantêm-se em amizade e consideração mútua. A avaliação acerca da *disposição* apresentada pelos amigos e inimigos pode ser entendida também como o motor que aciona o trânsito de indivíduos e, ainda, de bairros inteiros, de uma torcida para outra. A *disposição* está na base da (re)configuração, sempre transitória, da geopolítica juvenil nas torcidas e no espaço distendido da cidade.

Aqui pode ser visto um aspecto estruturante do universo cultural e simbólico do baile *funk*, que apresenta uma continuidade no campo cultural das torcidas. Em inúmeras montagens⁵ aparece o enaltecimento do indivíduo ou do bairro que “se garante no mano-a-mano”, ou seja, no confronto aberto, cujos

contendores dispõem apenas de sua força, de sua habilidade, de seu corpo e, no máximo, de algum objeto utilizado na hora como arma: garrafas de vidro, pedras, etc. O uso de armas de fogo, principalmente numa disputa desigual, na qual só um dos lados está armado, pode implicar uma avaliação negativa, uma espécie de desonra, posto que é sinônimo de covardia ou um escamoteamento dos termos do combate.

Por outro lado, se um grupo se vê numa situação como esta e não foge, enfrentando-a, a despeito do risco de morte, ele merece respeito e “reconhecimento”; é o exemplo máximo de “disposição”. O reconhecimento diante de uma atitude admirável do adversário denota profundidade na valoração do adversário ou do inimigo, que pode vir a se tornar companheiro ou amigo. Não se trata, portanto, de uma disputa cega, destituída de sentido, absolutamente arbitrária, mas, sem dúvida, de uma disputa intensa, de uma experiência marcada pela radicalidade dos afetos que estão na base das identificações.

A experiência de campo revelou-me que os torcedores rivais observam-se continuamente, e que o conteúdo de suas ações pode levar a uma alteração do sentimento que media a relação entre ambos, como no processo que conduziu à aliança entre os bairros João XXIII e Guanabara.

Durante a pesquisa, pude observar que o torcedor organizado é sempre um entre muitos; está sempre no plural. Um torcedor organizado, sozinho, desaparece. Por outro lado, organizados em grupo eles crescem, ganham força, visibilidade e nome. Esse é, na verdade, o grande sentido da montagem: anunciar a existência, a força e o nome desses jovens, em luta contra a invisibilidade antropológica. Com isso esperamos ter deixado clara a importância do grupo para o integrante de uma torcida organizada. E se o grupo de amigos adquire esta centralidade, ela se dá,

justamente, em virtude da oposição a outros grupos de torcedores rivais ou inimigos. Neste sentido, quanto mais valoroso o adversário, mais meritória será a luta contra ele, mesmo que ele saia vencedor do embate. Sendo assim, volto a asseverar: conduzo a análise pela via da radicalização e intensidade dos afetos.

Ora, esse tipo peculiar de afeto que se associa à disposição não pode ser entendido apartado da totalidade de experiências que tornam peculiar o cotidiano de torcedores como B, o integrante da *M.O.F.I.* cuja fala foi destacada anteriormente. Pessoa alguma gosta de outra sem nenhuma razão. Mesmo uma predisposição favorável – uma simpatia – necessita ser confirmada no tempo, para que esta venha a se configurar como amizade e admiração. Para tanto, é preciso que gostos, projetos em comum, aproximações políticas, coincidências religiosas ou afinidades estéticas venham a cumprir o papel de sedimentação de vínculos de amizade e admiração. Da mesma forma, sentimentos de natureza oposta, da antipatia à rejeição e repulsa, obedecem às diferenças maiores e menores quanto aos mesmos aspectos.

Em um cotidiano marcado por uma sucessão de ausências e esgarçamentos, o papel de sedimentação de afetos e desafetos é cumprido, predominantemente, pelos usos da corporalidade, significada e simbolizada no código particular das torcidas. Na conversa com B, senti uma carência de elementos substantivos vinculando os torcedores, além, é claro, da relação com a torcida. Quando perguntei acerca da importância da vitória do time, o Ceará, B afirmou, de pronto, que “não estava nem aí” para o time. O que importava, mesmo, era a torcida, e as vitórias serviriam para oxigená-la, ou seja, para aumentar a empolgação e para que os torcedores tivessem mais o que conversar. O trecho a seguir é ilustrativo:

(...) - Rapaz, vou te mentir, não. Eu amo a minha torcida, tô nem vindo pro time, não. Eu quero só que eles tenham ganhando, e tal... Pra torcida lotar mais os estádio, e tal. A vibração fica maior, né? E as conversas com os amigo fica melhor e tal.

- E aí, tu vai pro estádio? E tal...

- Aí eu: ‘tá! E tal’.

- Aí fica bonito o estádio, como no Ceará e Flamengo, isso aqui lotou, isso aqui lotou, lotou todim, o Castelão.

Por outro lado, B contou detalhadamente um fato ocorrido com ele e um dirigente da *M. O. F. I.*, segundo disse, a pessoa de quem ele mais gosta dentro da torcida, a quem [ele] devota maior admiração.

O N, o cara me deu altos apoio. Quando eu fiz essa tatuagem, eu cheguei lá, ele me deu logo uma blusa. O cara é gente-fina. Depois de uns tempo, e tal, tinha vez que eu não ia pra jogo, que não tinha dinheiro pra ir pra jogo. Ele me dava, interava a minha: – ‘Taí, cinco conto, taí, toma, tal, uma intera, aí. – ‘Vixe, valeu N, e tal’. Ele já chegou, ele já me deu um agasalho: – ‘Ó aí, pra tu. Pra num dizer que eu nunca te dei nada’. No dia do meu aniversário: – ‘Ei, Mano, o meu aniversário, aí e tal...’ Ele me dá uma blusa, uma bermuda. [...] Que eu já fiquei em muito foguete, assim, com os pilantra torcedores da TUF, chamei ele pra ir, e tal, ele foi. Levou a arma, lá. Sim, eu pedi a ele, ele levou de carro, mas não rolou tiroteio nem nada não. Não, ele tava só filmando lá. Disse: – ‘Ei irmão! Tem cara, tá lotado lá, tem uns policial’. Só filmando, que ninguém conhece ele, né? Fez só um favor pra mim; dei valor à disposição dele; ele tem disposição, se chamar ele pra qualquer coisa, ele vai lá. [...] É amizade, ajuda, ser companheiro do próximo. Do próximo, não! Companheiro do próximo torcedor da *M. O. F. I.*, ééééé.

A *disposição* pode ser traduzida como uma característica que, a um só tempo, confere dignidade a quem a possui, angaria respeito entre os pares e imputa temor nos inimigos. A *disposição* é também uma coragem que se solidariza com a guerra do outro, coragem de se arriscar pelo companheiro, ou, como me disse A, diretor da *Terror Bicolor*, ter disposição significa que “(...) na hora da porrada ninguém corre”. Ainda neste sentido, quando perguntados sobre o que é ruim nas torcidas, os torcedores de bairro costumam, frequentemente, responder: “quem corta a força”. “Cortar a força” é justamente uma postura antagônica à *disposição* é não agüentar a “porrada” e fugir. Cortar a força, para eles, é ter medo e quem tem medo não merece respeito, quem tem medo não é reconhecido. Tanto que B, ao se referir a um inimigo de torcida e de bairro, o fez nos seguintes termos:

(...) Não é querendo ofender não, mas ele é o mais medroso, todo mundo fala, porque ele puxa o bonde do Barroso, mas na hora da briga, eu te juro, ele corre, é o primeiro a correr, ele se esconde, até debaixo dos carro. Aí, vem pra cá, vem pra cá pra tu apanhar. [...] Se ele quer ser puxador de torcida, de torcida não, de bairro, e quer brigar com a gente, como é que o cara vai e se esconde? [...] Se alguém mexer com seu bairro, com a sua torcida, você tem que se garantir pra defender a honra dela, né?

A esta altura, cabe frisar que os meninos e rapazes que investem nesta corporalidade não o fazem sem peso. Trata-se de um cotidiano marcado pela necessidade de garantir, senão a superioridade perene nos conflitos, pelo menos a coragem de enfrentá-los com honradez, de suportar a dor sem fugir, de arriscar a vida, de colocar a si próprio à prova, no limite. Sendo assim, me é impossível não pensar que a

primeira batalha que um jovem torcedor organizado tem de travar é consigo mesmo. É preciso vencer o medo, é preciso vencer a resistência que tende à autoconservação, à busca de segurança. Para tanto, a importância do exemplo; ou seja, a história de companheiros que tenham conseguido tal feito com sucesso é recebida com entusiasmo, funcionando como uma espécie de tônico à própria vontade, que visa vencer a resistência ao medo da prisão, ao medo da dor e ao pavor da morte.

4. Considerações finais: conciliação de primeira

A *disposição* também agrega alianças e conciliações. E, não nos enganemos, é preciso muita *disposição* para conter corporalidades tão dispostas ao conflito. São, justamente, a capacidade de contenção, a escolha do momento certo para realizá-la e os indivíduos que serão ou não excluídos do campo de conflitos, os elementos que desvelam a lógica que subjaz o comportamento dos torcedores organizados. Esta *disposição* também está na origem da conciliação entre *Cearamor* e *M. O. F. I.*, após um longo período de conflitos graves e reiterados. Peço ao leitor que me acompanhe, nestas linhas restantes, em mais algumas lembranças e observações, através das quais apresento este movimento de reaproximação.

No final do campeonato da segunda divisão de 2009, o Ceará *Sporting Club* obteve uma colocação que possibilitou a sua ascensão para a série A do futebol brasileiro. Seriam necessárias muitas páginas para descrever a amplitude das manifestações públicas e coletivas de satisfação dos torcedores. Todavia, não posso deixar de me referir à minha própria experiência, na carreata que comemorou o acesso do time à primeira divisão.

Após o jogo que selou essa classificação do time

alvinegro no campo do futebol nacional, em meio à euforia coletiva, o então técnico do time, Paulo César Gusmão, deu uma entrevista asseverando a dedicação dos jogadores e chamando os torcedores para recepcioná-los no aeroporto. Tal convite foi reafirmado pelo presidente do clube, Evandro Leitão, em entrevistas transmitidas pelos telejornais e programas esportivos.

Pronto. Foi o suficiente. No dia da chegada do time à cidade, horas antes da previsão de desembarque, no caminho para o aeroporto o conjunto de carros foi se adensando, até se transformar numa gigante onda alvinegra. A impressão visual era, de fato, de uma grande onda, pois, devido à gigantesca quantidade de veículos, o trânsito, literalmente, parou. As pessoas desciam dos carros, aumentavam o som, e dançavam nas ruas, ao som das músicas do time e da torcida. Após horas presa nessa onda festiva e imensamente lenta, fui me aproximando do aeroporto. A minha sensação era de uma grande angústia, devido ao caos estabelecido. A quantidade de veículos e pedestres parecia surpreender a todos: torcedores, dirigentes, jogadores, autoridades... Todos.

Tanto que o aeroporto ficou absolutamente tomado e a Polícia teve que improvisar um cordão de isolamento, o que me parece, só fez piorar a situação. Não se podia seguir adiante, tampouco retornar. Muitas pessoas que precisariam embarcar desciam dos táxis com malas enormes e caminhavam debaixo do sol, por quilômetros, tentando não perder o voo. Como milhares de outros indivíduos, sequer, cheguei perto do estacionamento do aeroporto. Após horas no trânsito, e expondo-me ao risco de “ficar no prego” por falta de gasolina, voltei para casa com... Orgulho.

Sim, orgulho. Afinal, só havia visto multidão tão grande em duas ocasiões: a primeira foi na televisão, nos comícios em apoio às “Diretas, já!”; a segunda na

minha tenra infância, por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Fortaleza, quando, do meio da multidão, fui erguida pela minha devota mãe e fervorosamente sacudida de um lado para o outro, a fim de atrair, segundo ela, a atenção e a benção do Santo Padre.

Após a ascensão do Clube e as estrondosas comemorações, a relação entre as torcidas organizadas foi sendo remodelada com uma nova matéria. Confesso que precisei de um certo tempo para entender. O tempo de três jogos disputados no estádio Castelão. O primeiro foi entre Ceará e Itapipoca, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2010, pelo campeonato cearense. Assisti das arquibancadas posicionada na altura da linha de meio campo. A certa altura do jogo, observei uma longa fila de torcedores organizados, saindo “de dentro” da *M. O. F. I.* e caminhando em direção à *Cearamor*. Imediatamente associei às ocasiões análogas, nas quais vi o mesmo tipo de deslocamento. Vai ter problema, pensei. Todavia, ao passarem bem à minha frente, vi que alguns torcedores estavam com camisas da *Cearamor*. Colei meu olhar naquela fila de caminhantes que cortava o estádio de uma extremidade à outra. Eles estavam juntos... Misturados? A princípio não entendi.

No jogo seguinte, Ceará e Maranguape, precisamente no dia 10 de março de 2010, o mesmo cortejo. Até que, na partida entre Ceará e Corinthians do Paraná, em 31 de março, pude escutar um canto, há muito silenciado, vindo das arquibancadas da *Cearamor*: “Uh, tá na mente! *Cearamor* e Independente!” Em seguida, o chamado: “Mofi, vem aqui!”. Novamente a procissão se descola da *M. O. F. I.* e segue em direção à outrora torcida oponente. Neste momento, o conjunto de torcedores presentes no estádio observa e aplaude, fortemente, a conciliação dos integrantes das torcidas organizadas.

O ato dos torcedores organizados foi impactante. Na verdade, foi estrategicamente planejado para produzir tal efeito. Ali não se tratava somente de uma retomada de relações amistosas entre torcidas adversárias. Não apenas. Para mim, isso ficou claro quando procurei alguns dos meus conhecidos nas torcidas para perguntar o que estava na origem da manifestação e me veio a resposta: “Agora o Ceará é de primeira. A torcida tem que responder!”.

Ora, o ato demarcava uma ascensão, ou melhor, uma mudança qualitativa do *status* dos torcedores organizados. Eles buscavam acompanhar a ascensão do próprio time, que passava a integrar a elite do futebol brasileiro, e alguma coisa precisava ser feita para assinalar a mudança de matéria das torcidas organizadas. E, da minha parte, como não pensar nas conversas que tive com B e com muitos outros torcedores organizados de ambas as torcidas. Qual capital eles possuíam para investir na mudança qualitativa deles mesmos, a não ser a própria corporalidade?

Não consigo deixar de perceber uma associação entre uma significação de “elite” e um impulso civilizacional da corporalidade, que conduziu a estruturação e apresentação do ritual de polidez e concórdia realizado no estádio pelos torcedores organizados. Eles, os torcedores organizados, que são jovens e são muitos. E aqueles que, a cada época, são definidos como jovens, situam-se num lugar cultural delicado. Entre o desvencilhar-se da infância e as atribuições da vida adulta, anseiam por um ajustamento ao mundo ou do mundo. A juventude busca linguagens com as quais possa organizar a sua percepção das pessoas e das coisas, para em seguida se posicionar diante delas e gritar do seu lugar. A juventude deseja, sobretudo, falar de si.

Entretanto, como já foi explicitado, a imensa maioria dos jovens que compõe as torcidas

organizadas em Fortaleza situa-se num lugar social de pobreza, cujo cotidiano é crivado de ausências e vicissitudes. A torcida organizada agrega um segmento juvenil que “para ser” dispõe de muito pouco. Para falar de si, estes jovens apostam numa corporalidade voltada para o conflito, para o combate, em intensidades mais ou menos variadas. Toledo assevera a importância da utilização da noção de corporalidade, “imprescindível na formulação das estratégias de distinção e fixação de estilos que modulam a sociabilidade de jovem metropolitana e o quanto o próprio corpo do pesquisador foi o veículo dessa inteligibilidade” (TOLEDO, 2007: 258).

Portanto, finalizo com o desejo de demarcar que será essa corporalidade, disposta ao conflito e disposta à conciliação, experimentada no circuito das torcidas organizadas, o princípio de especificidade desta experiência juvenil, diante de diversas outras possibilidades. Porque, apesar da diversidade de trajetórias que conduziram estes jovens às torcidas organizadas, é um dado irrevogável terem ido para um grupo com estas características, e não para outro qualquer. Não foram à Igreja, aos grupos de pichação, ao Partido etc.

A torcida organizada é uma escolha de milhares de jovens de Fortaleza, que vão até ela em busca de si, em busca de ser, em busca da segurança do olhar do outro. Para tanto, eles desenvolvem ações, que se não forem devidamente apreendidas, restarão veladas sob “explicações selvagens” e excessivamente generalizantes. Desta forma, parti da conciliação entre os integrantes da *Cearamor* e da *M. O. F. I.*, para construir um trabalho, sempre inconcluso, de desvelamento das experiências desses jovens que brigam, sobretudo, contra o próprio aniquilamento. Eles querem, eles tentam, eles conseguem. A que preço? Não sei exatamente, pois não sei quanto vale a moeda de que eles dispõem.

Notas

- 1 RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Conflitos, territórios e identificações: o encontro de experiências nas torcidas organizadas Cearamor e M.O.F.I.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- 2 O Ceará *Sporting Club* possui quatro torcidas organizadas: a Torcida Organizada Cearamor (TOC), a Movimento Organizado Força Independente (M. O. F. I.), a Ceará Chopp e a Torcida Organizada Fúria Jovem. Dentre estas torcidas, a Cearamor, a M. O. F. I. e a Ceará Chopp têm espaço reservado nos estádios, cuja localização é definida em reunião coletiva entre representantes das torcidas, representantes da Polícia Militar, representantes do Batalhão de Choque e responsáveis pela administração dos estádios. No que se refere à Fúria Jovem, a sua existência é residual. Ela sobrevive apenas pela colocação de uma ou duas faixas por algum integrante que não a deixa morrer. Na verdade, a Fúria Jovem permanece viva na memória coletiva dos integrantes de todas as torcidas organizadas da cidade.
- 3 De acordo com essa economia de intensidades, os torcedores organizados podem se dizer (ou serem ditos) como torcedores de ala, torcedores de bairro, torcedores de comandos, “gangueiros” ou, ainda, torcedores que “pegaram mentalidade”.
- 4 Estas designações se referem às divisões territoriais presentes nas torcidas organizadas do Ceará *Sporting Club* e correspondem, grosso modo, aos bairros da cidade. Em seção posterior trata-las-ei detidamente.
- 5 Montagens são músicas curtas, com uma estruturação simples, que nominam, anunciam e enaltecem os grupos de torcedores oriundos de um mesmo bairro, ou “aliança” entre grupos de torcedores de bairros diferentes.

Referências Bibliográficas

- ALABARCES, Pablo (coordinador). *Peligro de gol. Estudios sobre deporte y sociedad en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- ALABARCES, Pablo (compilador). *Futbológicas: fútbol, identidad y violencia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes e Eugenio, Fernanda. *Culturas jovens: novos mapas de afeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BAQUERO, Marcelo. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal*. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 5ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução: Maria Helena Kühner. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003a.
- BOURDIEU, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*, in ORTIZ, Renato (org). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003b.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª edição. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- CAON, José Luiz et al. *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução: Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, III: o mundo fragmentado*. Tradução: Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 – 1992.
- CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto, IV: a ascensão da insignificância*. Tradução: Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1, artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2, morar,*

- cozinhar. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- FOER, Franklin. *Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo Oliveira Nunes. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GUATARRI, Felix, ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- LE BRETON, David. *A Sociologia do Corpo*. Tradução: Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- MAGNANI, José Guilherme C. e SOUZA, B. Mantese (orgs.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. 1ª edição. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.
- MISSE, M. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira et al. (orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.
- NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCHPUN, Mônica Raisa (organizadora). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org). HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. Org. por FILHO, E. M. S. Paulo: Ática, 1983.
- SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. Transgressão e violência entre torcedores de futebol. **Revista USP**, dossiê: **Futebol**, São Paulo, nº 22, Junho, julho, agosto-1994.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. A cidade das torcidas: representações do espaço urbano entre os torcedores e torcidas de futebol na cidade de São Paulo, in *Na metrópole: textos de Antropologia urbana*. MAGNANI, José Guilherme C. et al. (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2000a.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2002.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. Corporalidade e festa na metrópole. In MAGNANI, José Guilherme C. e SOUZA, Bruna Mantese (org.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. 1ª edição. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.
- WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Tradução: João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2001.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em maio/11).

FUTEBOL: AMADORISMO EM TEMPOS DE PROFISSIONALISMO¹

O amadorismo e o profissionalismo nos esportes estão relacionados às intencionalidades subjacentes a estas práticas que são atribuídas pelos “indivíduos no plural” durante o processo de esportivização. De forma geral, o primeiro enfatiza a perspectiva de lazer, tendo no prazer e divertimento seus principais objetivos; o segundo enfatiza a perspectiva do trabalho, tendo na busca de resultados e num meio de sobrevivência seus objetivos principais.

As relações entre amadorismo e profissionalismo podem ser referidas aos primórdios dos esportes. Segundo Elias & Dunning:

(...) esta mobilização dos valores amadores, com o acento tônico no prazer, como um ingrediente essencial do desporto surgiu num estádio inicial do desenvolvimento das modernas formas de desporto, num tempo em que, acima de tudo, o desporto profissional, tal como o conhecemos hoje, dificilmente existia. Então era possível a alguns homens ganhar a vida de um modo precário, como pugilistas profissionais, jogadores de críquete (ELIAS e DUNNING, 1985, p. 313).

JOANNA LESSA F. SILVA *

RESUMO

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado “Os significados do futebol amador recifense a partir de sua interdependência com o futebol profissional”. Nele, consideramos o amadorismo e o profissionalismo como direções do processo de esportivização e, tomando o futebol amador como objeto, analisamos as especificidades desta figuração social e suas relações na cidade do Recife. Embasam este trabalho a sociologia figuracional elisiana, a noção de campo bourdesiana e estudos históricos sobre esportes e futebol.

Palavras-chave: amadorismo, profissionalismo, futebol.

ABSTRACT

This work is part of the dissertation “The Meanings of the Amateur Soccer of Recife from its interdependence with the Professional Soccer”. Here, we reflect on the amateurism and professionalism as directions of the sportivization process and taking the amateur soccer as inquiry object, we analyse the singularity of this social figuration and its relations in the Recife city. Underlie this work the Elias figurational sociology, the Bourdieu’s notion of field and historical studies about sports and football.

Keywords: amateurism, professionalism, soccer.

* Doutoranda em Sociologia, no Programa de Pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Sociologia do Futebol – NESF/UFPE e do Centro de Memória dos Esportes do Nordeste.

Neste, que podemos definir como o primeiro estágio do processo de esportivização, há uma mudança da ênfase das atividades de ocupação do tempo livre, do desejo de vencer um confronto para a aspiração à vivência de uma agradável excitação prolongada (ELIAS e DUNNING, 1985). Este novo direcionamento situa-se no âmbito do amadorismo, mas, mesmo nele, encontraremos indícios de um profissionalismo. Sendo as atividades esportivas privilégio de uma pequena elite, sob esse *ethos* em que predominava o jogo propriamente dito e não a vitória, a “profissão desportiva” se desenvolve, segundo Elias e Dunning (1985), baseada na “subordinação inequívoca do profissional ao seu patrono e na total dependência

quanto aos riscos de vida que ligavam o primeiro ao último” (p. 321). Ainda segundo estes autores, o esporte como profissão², nem moral, nem socialmente, correspondia a uma ameaça à estrutura de poder da época, não sendo necessário, portanto, esconder a obtenção de benefícios por meio dos jogos esportivos, seja a partir de salários ou através das apostas com base nos resultados das disputas. O par conceitual

amadorismo / profissionalismo expressa aqui a grande desigualdade social que caracteriza esse período.

De acordo com Elias e Dunning (1985), com a industrialização e a nova configuração social inglesa teremos o desenvolvimento de um *ethos amador* numa perspectiva ideológica, ou seja, uma moral amadora que será transformada em um discurso de combate à crescente profissionalização dos novos esportes, como o rúgbi e o futebol. Um processo importante para essa ideologização é a popularização dos esportes. Ao serem apropriados pela classe média e pelas classes operárias, os esportes gradativamente começam a deixar de ser elemento de diferenciação entre as camadas sociais. As tensões que envolvem essa alteração podem ser identificadas na polarização entre os que defendem a manutenção da prática esportiva amadora, como forma apenas de divertimento, e os que defendem a prática esportiva como, além de divertimento, um meio de sobrevivência. As primeiras disputas respaldam a consideração do espaço social dos esportes como um *campo* esportivo.

A noção bourdesiana de *campo* começa a ser empregada aqui propositalmente, pois ajuda-nos a destacar esse momento dos esportes que sinaliza a autonomia do fenômeno em relação a outros. Ainda que exista um diálogo constante com outras esferas sociais, como a economia e a política, o espaço social dos esportes começa a abrigar disputas próprias nesse segundo momento do processo de esportivização que aponta para uma nova direção.

Afirma Hobsbawm (1988):

Os novos esportes abriram caminho até a classe operária, e, mesmo antes de 1914, alguns deles eram entusiasticamente

praticados por operários – havia, na Inglaterra, talvez um milhão de jogadores de futebol – que eram observados e seguidos com paixão por grandes multidões. Este fato incorporou ao esporte um critério de classe próprio, o amadorismo, ou antes a proibição ou a estrita segregação da casta dos “profissionais”. Nenhum amador poderia distinguir-se de modo genuíno nos esportes, a não ser que pudesse dedicar a eles mais tempo do que os operários dispunham exceto se fossem pagos (p. 256).

A reflexão do autor nos traz informações importantes sobre a dinâmica de um *campo* em construção. A existência de um grupo que ocupa a posição dominante, detentor de um maior capital específico e um grupo de neófitos que chega sem possuir muito desse capital. Ao contrário do que possa demonstrar a citação anterior, é importante destacar que os recém-chegados não constituem apenas os trabalhadores e operários, mas todos aqueles “não-nobres”, o que nos leva a perceber a relação direta com o contexto social da época. O que parece ser predominante grupo de principiantes é a defesa de um quadro de valores diferente para o *campo* em questão.

A realização, cada vez mais freqüente, de torneios que abrangem cidades, estados e mais tarde países, possibilita competições internas ao *campo* esportivo, por uma posição própria neste espaço. Aqueles que conquistam os melhores resultados e, mais especificamente a vitória, detêm a posição dominante. Isso nos faz refletir como, diferentemente do momento anterior, nesse novo contexto, o profissionalismo se torna uma ameaça às classes dirigentes, que em campo podem perder sua posição no *campo*. Tal situação contribui para que entrem em disputa pela posição dominante no *campo* esportivo, transformando o

ethos amador em uma ideologia.

Esta reação ideológica, entretanto, não consegue prevalecer graças à “tendência à seriedade” dos esportes destacada por Dunning (1985). A reação das elites, ao invés de contradizer esse novo direcionamento, também pode ser lida como uma demonstração dele, pois não é apenas a manutenção do divertimento como princípio que faz as elites dirigentes rejeitarem o profissionalismo, mas também a possibilidade de serem derrotadas pelos times dos “recém-chegados”. Essa nova orientação da prática esportiva para os resultados gerará, cada vez mais, a necessidade de esportistas de alto-rendimento que são obrigados a se dirigirem aos outros e a participar do esporte de maneira séria (DUNNING, 1985). O tempo livre não é mais suficiente para alcançar o rendimento necessário à vitória.

Concomitantemente, uma nova etapa se inicia no processo de esportivização dos passatempos ingleses: a difusão e popularização global. Segundo Elias (2003), práticas como o boxe, o turfe e o remo, foram difundidas, pelo mundo, para em seguida termos a chegada dos jogos com bola. É importante destacar aqui que, mesmo chegando depois de outros esportes, o futebol terá uma posição de destaque no *campo* esportivo devido a sua grande popularidade.

Essa nova etapa do processo de esportivização marca a chegada dos primeiros esportes britânicos ao Brasil, delineando-se o que chamaremos de um *campo* esportivo brasileiro. Chegando ao mesmo tempo em que alguns novos processos se desenvolvem no país – como a industrialização, a urbanização, os meios de transporte e comunicação, entre outros –, os esportes espraiam-se por todo o território. No caso particular do futebol, a especificidade da realidade brasileira – de um país em adaptação à recém abolida escravidão; de economia dependente e uma revolução burguesa

tardia³, ao mesmo tempo, uma nação que se construía atenta às inovações européias – será responsável pelo desenvolvimento peculiar deste esporte que, em pouco tempo, reunirá milhares de pessoas em torno de sua prática e, em seguida, outros milhões nos torneios internacionais como o sul-americano e as copas. Esse desenvolvimento peculiar está relacionado com o que Maguire (2002) chama de “a emergência de formas mais intensas de nacionalismo e um vigoroso impulso nos processos de globalização” (p. 10)⁴.

O futebol amador chega ao Brasil...

Trazido pelos ingleses em finais de século XIX e início do século XX, o futebol vai exigir a princípio uma bola, o conhecimento das regras, um espaço e agentes predispostos a sua prática. Num primeiro momento, isto estará sob posse apenas da elite: seja representada pelos jovens que retornavam de seus estudos em universidades européias, seja por dirigentes das fábricas ou dos professores das escolas (estas existiam apenas para esta camada social). Com a popularização do futebol, teremos a formação de clubes suburbanos ou populares que consistiam naqueles formados por trabalhadores, comerciantes, entre outros indivíduos que não atendessem aos critérios da elite aristocrática do país⁵.

Com a presença dos novos clubes suburbanos, em pouco tempo, o *campo* futebolístico será marcado pelas tensões entre amadorismo e profissionalismo, transformando-se o *ethos* amador em uma ideologia, ou, pensando sob o prisma *bourdesiano*, em uma estratégia de conservação da posição ainda dominante no referido *campo*.

A organização dos clubes em Ligas que visavam à manutenção de competições, dinâmica própria do *campo* futebolístico, a princípio respondia à necessidade de distinção entre os diversos clubes

que surgiam; aos poucos, apareciam, assim, espaços de afirmação da tendência à seriedade dos esportes, agregando as equipes que tinham desempenho destacado. As resistências estarão sempre presentes. A criação de divisões demarca a necessidade de diferenciação. Os clubes suburbanos poderiam permanecer na Liga, mas não “misturados” aos clubes de elite.

Com a crescente seriedade, como uma tendência dos esportes de forma geral (ELIAS e DUNNING, 1985), a busca pela vitória e pelos resultados trará um ponto de vantagem aos recém-chegados. Emerge a necessidade de atletas cada vez mais preparados e treinados, não sendo suficiente o tempo livre de que dispunham os amadores para alcançar a vitória, que em certo momento terá sua representatividade relacionada não a um clube, mas a uma nação⁶. O processo de esportivização, que no Brasil se direciona ao futebol amador, em pouco tempo tomará uma nova direção: o futebol profissional.

Ao mesmo tempo em que equipes como o Bangu possibilitam a entrada de trabalhadores, o destaque destes em campo gera premiações e contrapartidas que, aos poucos, vão se tornando mais frequentes e algumas se relacionam à transferência do tempo de trabalho na fábrica para o tempo de trabalho em campo. A busca pela vitória por parte dos clubes vai abrindo espaço ao exercício do futebol como um meio de sobrevivência, com grande resistência.

O momento histórico que destaca a disputa entre amadores e profissionais está na vitória do Vasco da Gama, em 1923, na primeira divisão do campeonato da Liga carioca, considerado o primeiro clube de “profissionais” a vencer um campeonato (LOPES 1994; 1998, SANTOS NETO, 2002). Segundo Pereira (2000),

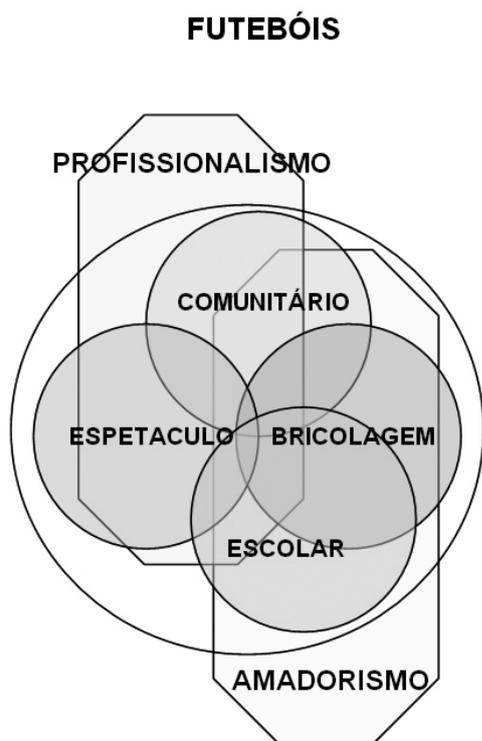
(...) O Vasco levava a campo uma equipe que não correspondia ao padrão social de

seus sócios. Radicalizando um impulso que já se fazia presente em muitos outros clubes da liga, o clube montava uma equipe composta por atletas que, ao contrário do que seria o padrão entre os amadores que disputavam até então o campeonato, faziam claramente do futebol sua profissão. Dedicando-se integralmente ao esporte, os jogadores – muitos deles negros – conseguiam grande vantagem sobre os adversários, que dividiam seus afazeres entre a bola e o trabalho, sagrando-se campeões naquele ano após uma vitória contra o São Cristóvão (p. 309).

A catarse desta contenda se dará na efetivação do atleta como profissional na legislação trabalhista aprovada no governo Vargas.

Futebol x futebolis

A realidade atual do futebol é estudada também por Damo (2003, 2007). Este autor considera a existência de “futebolis”, a partir de quatro matrizes básicas: a bricolada, a comunitária, a escolar e a espetacularizada ou profissional. Conforme o raciocínio de Damo, dispondo-se tais matrizes em termos da predominância entre profissionalismo e amadorismo, elas podem ser pensadas da forma explicitada graficamente na ilustração 1, a seguir:



Esta ilustração, longe de almejar a reprodução de um modelo equivalente à realidade social, busca demonstrar as relações de continuidade e ruptura que se estabelecem entre as várias matrizes a partir de uma análise que considera o par conceitual profissionalismo e amadorismo. As primeiras são evidenciadas com base nas intersecções e as segundas nas ausências.

Segundo Damo (2007), por futebol de bricolagem,

(...) são compreendidas as configurações nas quais se admite as mais diversas variações a partir da “unidade futebolística”. Como não há agências para controlá-lo, não há limites para a invenção e/ou adequação de códigos situacionais, destacando-se, sobretudo, as distorções em relação ao football association (p. 40).

Em nossa ilustração, a bricolagem está posicionada em intersecção com todas as matrizes, mas num espaço predominantemente amador.

Como futebol escolar, Damo (2007) “considera aquele futebol praticado nas escolas, integrado aos conteúdos da educação física, como parte das disciplinas legalmente constituídas” (p. 37); acrescentamos a isso, o futebol praticado nas “escolinhas esportivas” dentro das escolas e que possuem uma dinâmica própria de organização e campeonatos específicos entre as instituições educativas. Na ilustração, a matriz escolar se posiciona predominantemente no amadorismo, mas numa dimensão menor que a bricolada, ainda que estabeleça com essa matriz mais relações do que com as outras.

A matriz espetacularizada ou de alto-rendimento é caracterizada por Damo (2007) de forma geral, por particularidades dentre as quais três se destacam: a organização monopolista, globalizada e centralizada através da Fifa-IB⁷; a divisão social do trabalho, dentro e fora de campo aliada à distinção clara e precisa entre quem pratica e assiste; e a excelência performática exigida dos participantes. Essa matriz representada na ilustração como aquela na qual predomina o profissionalismo, pode ser considerada a que servirá de modelo para as demais, tendo em vista o sentido do processo de esportivização em seu estágio atual. Assim, as intersecções entre as matrizes, neste caso, correspondem não só ao ponto de contato entre os distintos espaços de figurações humanas, mas também à maior ou menor preocupação com o modelo que o sentido do processo indica.

Desta reflexão chegamos, propositalmente por último, à matriz denominada por Damo (2007) de *comunitária*. Segundo ele, esta matriz seria caracterizada pela “presença de quase todos os componentes do espetáculo, mas diferindo em escala. A divisão social

do trabalho não é nula, mas é precária” (p. 45). O autor define essa matriz como um futebol intermediário entre o espetacularizado e o bricolado. Em nossa ilustração, o futebol comunitário está posicionado como o segundo espaço em que o profissionalismo é predominante. Isso porque este futebol, também chamado de amador, possui na realidade social brasileira⁸ algumas configurações muito próximas do profissional. Na realidade pernambucana que acompanhamos durante a realização da pesquisa, por exemplo, alguns times da segunda divisão do futebol profissional apresentam diferenças pouco perceptíveis, se comparados ao futebol amador. Questões como espaço físico (os considerados estádios, mas que podem ser mais bem visualizados se dissermos campos de várzea com sede), organização clubística (desde as questões documentais como estatuto e atas, até a existência de um grupo de dirigentes) e existência de várias equipes (com as subdivisões específicas tais como: infantil, juvenil, adulto e veterano; este último predominante das equipes amadoras), entre outras, retém características bastante similares nas duas matrizes.

Dos futebolis amadores

Nascido das elites e fruto de um processo de difusão complexo, o futebol brasileiro tem sua origem ligada à intermediação de agentes os mais diversos: marinheiros, técnicos de ferrovias, operários de minas, professores dos estabelecimentos educacionais das colônias inglesas, jovens bacharéis egressos das universidades européias, missionários europeus, etc. Esta diversidade se manifesta na construção histórico-social deste esporte, que em pouco tempo se populariza, tornando-se uma das grandes paixões brasileiras. Ao longo de seu desenvolvimento neste

território, o futebol é praticado em diferentes formas, que se consolidarão no cotidiano das cidades, entre elas, o que hoje convencionamos chamar de Futebol Amador.

Este futebol caracteriza-se pela sua prática não-profissional, realizada em campos localizados nas ‘várzeas’ e/ou outros espaços disponíveis nas cidades, com uma organização predominantemente local. Seu surgimento está vinculado à profissionalização do futebol e sua permanência na cidade acontece apesar da disputa pelos espaços e da monopolização estética de um futebol profissional e de espetáculo.

Fazendo um passeio pela cidade do Recife, encontraremos o futebol amador principalmente nos campos concentrados na periferia, apertados entre os barracos e as casas populares e atraindo vasta e diversa platéia: feitos de areia ou barro, com arquibancadas ou não, vestiários apertados (quando existem), alambrados emendados e, em alguns casos, iluminação. Apesar de reduzido – se comparado ao que foi no passado –, e de os campos deixarem de se localizar nos espaços centrais da cidade, o futebol amador continua a existir principalmente nas áreas onde reside a população mais pobre e que acaba tendo nele uma de suas poucas práticas de lazer. Neste sentido, muito mais do que o “oposto ao profissional”, nosso trabalho identifica o futebol amador como uma “figuração social” diversa e dinâmica.

A idéia central do conceito de *figuração social* (ELIAS, 2005) está no seu aspecto relacional em que transparecem as múltiplas relações existentes entre os indivíduos, de forma interdependente. Mantendo o movimento próprio da dinâmica social – já que a idéia de figuração denota uma formação em contínua mudança –, Elias pretende nos mostrar como a idéia de indivíduos (indivíduo no plural) está interligada com a idéia de sociedade.

Como um conceito bastante elástico, ele alcança os vários tipos de relações possíveis (seja de união, seja de oposição) e pode ser aplicado para os mais diversos grupos sociais; desde um grupo de quatro pessoas jogando cartas até uma nação inteira que abriga milhões de indivíduos. Formadas apenas por indivíduos (por isso sociais), as figurações sociais são flexíveis à noção de tempo. Em permanente movimento, as figurações sociais podem durar mais, ou menos, de acordo com sua consolidação na realidade social.

Considerando o futebol amador como uma figuração social, e com isso, diversa e dinâmica, este trabalho demonstra a maneira como uma forma específica de praticar o futebol (destacando aqui não só a realização do jogo, mas as várias relações necessárias para um determinado tipo de prática), que entendemos como um dos possíveis futebolis amadores existentes, se consolidou na cidade do Recife.

Longe de querer definir o futebol amador de maneira simples, este trabalho demonstra sua diversidade, sua heterogeneidade no contexto social, a partir das inúmeras figurações que coexistem sob o nome de futebol amador, e de uma análise de sua posição quando pensamos o futebol de forma geral.

Como vimos anteriormente, segundo Damo (2007), temos alguns tipos de prática do futebol que podemos analisar como uma matriz *comunitária*. O autor define tal matriz como um futebol intermediário entre o espetacularizado e o bricolado. Usualmente, pode ser chamada pelo nome abrangente de “futebol amador”, por não possuir a característica destacada anteriormente da relação de trabalho institucionalizada. A denominação diferenciada que o autor emprega justifica-se pela existência de outras matrizes que, igualmente, podem ser consideradas amadoras, tendo em vista que nelas também não se estabelecem necessariamente relações formais de trabalho. Por

outro lado, é importante percebermos que o termo “comunitária” destaca um território específico da cidade onde geralmente encontraremos esse futebol: as comunidades. Assim, a matriz comunitária abrange um conjunto de *figurações sociais* do futebol que têm uma história própria – que se propaga de forma oral, documental e iconográfica –, ocupa territórios específicos na cidade – em geral, são comunidades da periferia – e é construída por diferentes grupos agregados em torno do futebol, pelos mais diferentes motivos e de forma organizada.

Rede de contatos e relações no futebol amador recifense

Neste trabalho, tendo como base teórica o conceito de *figurações sociais*, buscamos identificar o mais próximo possível uma parte da figuração social que forma o futebol amador hoje. Procuramos fazer isso a partir da construção de uma “rede de contatos” durante a investigação com as equipes anteriormente descritas.

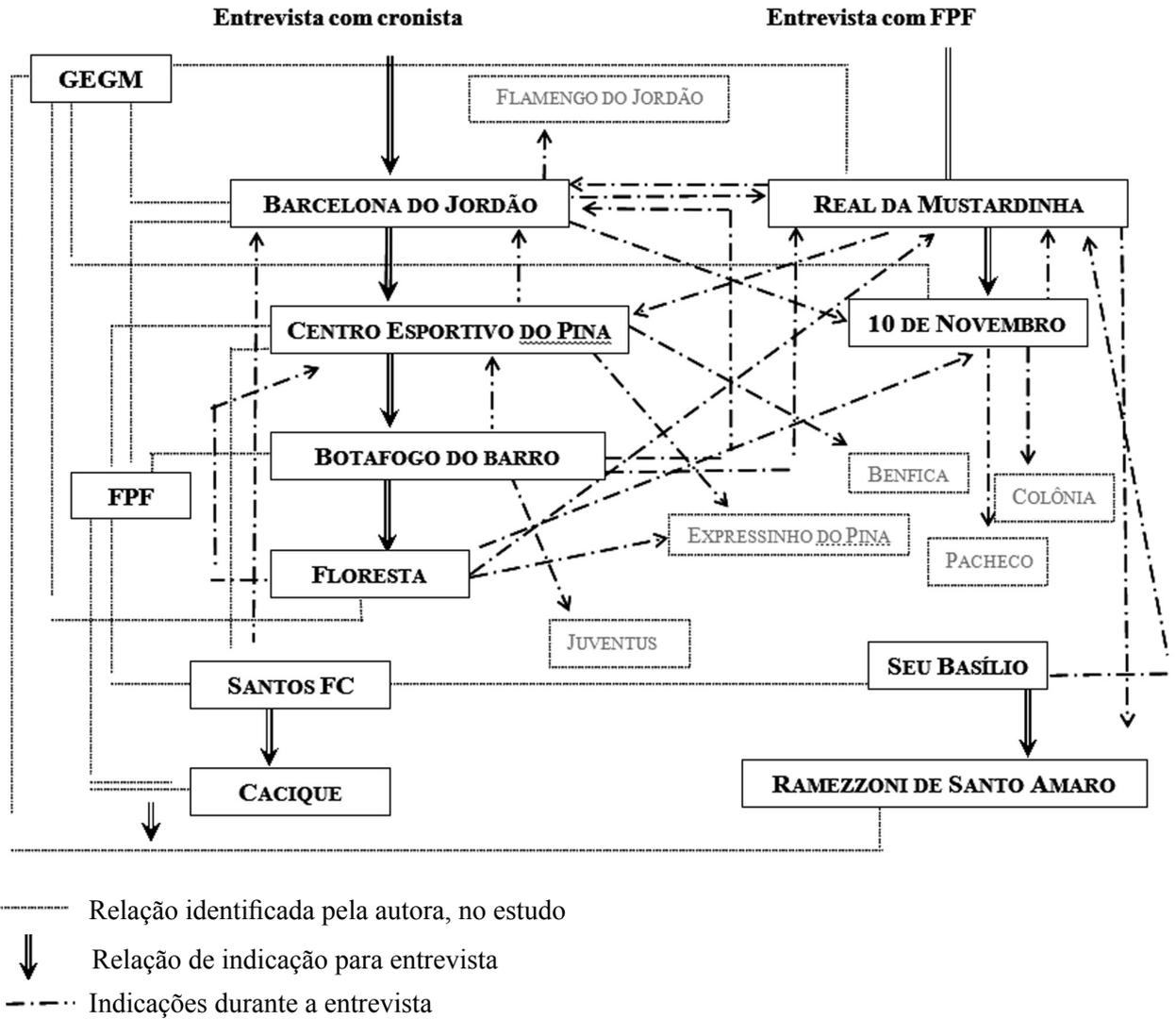
Vejamos a definição de *figuração*, segundo Elias (2005), a partir da analogia com um jogo de futebol.

Tomando como exemplo o futebol, podemos ver que uma configuração é uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de “eu” e “ele”, “nós” ou “eles”. Torna-se evidente que dois grupos de adversários, que têm entre si uma relação de “nós” e de “eles”, formam uma configuração singular. Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante. Se se pretende que os espectadores compreendam e gostem do jogo, terão que estar

aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de

cada lado – para seguir a configuração fluida de cada uma das equipas (p. 142).

Ilustração 2 - Rede de Contatos



Fonte: quadro elaborado pela autora deste trabalho.

Neste estudo, somos os espectadores que precisamos conhecer como estão relacionadas as várias disposições mutáveis que formam o futebol amador. A diferença é que num nível mais estrutural – que Elias (2005) enfatiza que não deve deixar de ser compreendida como uma formação de indivíduos – a

mutabilidade se apresenta num padrão de tempo diferenciado. E é a partir das várias relações exemplificadas pelo autor – “eu” e “ele”, “nós” e “eles” – que daremos prosseguimento ao nosso estudo.

A análise empreendida neste trabalho parte de uma figuração específica que se forma entre grupos

que nas suas relações formam o que denominamos de futebol amador. A “rede de contatos” consiste na forma que utilizamos para selecionar as equipes a serem entrevistadas, com o objetivo de materializar, na pesquisa empírica, as características do nosso referencial de análise, que se baseia na teoria elisiana. Partindo do conceito de figurações sociais, a “rede de contatos” funcionou como uma reconstrução da figuração (ou parte dela) que nas relações entre equipes/clubes formados pelos indivíduos é edificada, e aqui convençionalmente chamamos de futebol amador.

Neste sentido, partindo do relato do primeiro entrevistado, que mencionou um time de várzea muito organizado, demos início à rede. O prosseguimento de sua constituição ocorreu a partir da entrevista com cada equipe. Em grande parte, durante a entrevista, os entrevistados citaram times com os quais tinham alguma relação. Em cada entrevista, escolhíamos um dos times que se destacava na conversa e buscávamos o contato.

Ressalte-se que, nesse contexto, as relações foram consideradas um dado a ser organizado e analisado. O motivo da indicação e a forma como foi indicado foram também registrados e transformados em objeto de análise, sendo importantes para a construção da rede de contatos. Assim, formamos uma teia que procura aproximar-se da figuração social que hoje formam entre si os indivíduos no meio futebolístico amador, e que deve ser lida à luz de um momento histórico-social específico, respeitando, assim, a idéia do movimento como parte da natureza humana – e conseqüentemente social –, tão importante à teoria elisiana.

Os motivos para a indicação surgiram durante a conversa, falando-se de organização, de destaque, de amizade, dando um exemplo, ou, em último caso, pelo pedido da pesquisadora.

Em um primeiro momento, em nossa investigação, buscamos analisar a rede de contatos construída durante o trabalho de campo com as equipes, a partir das lideranças de times, de forma que nos permitisse perceber as principais relações que se dão na dinâmica da figuração do futebol amador recifense atual. Solicitando a indicação de outras equipes, ou apenas explorando um comentário espontâneo durante a entrevista, foi possível identificar algumas dessas relações. Entre as principais, destacamos:

- Rivalidade
- Respeito ao tempo / tradição
- Admiração pelo bom desempenho nos campeonatos
- Amizade

Nenhuma delas aparece desconectada das outras; há um sentido de predominância. É importante ressaltar que as relações tratadas, aqui, são aquelas que se dão entre os grupos a partir, principalmente, do ponto de vista dos dirigentes e/ou responsáveis pelos clubes amadores.

Segundo Elias (2005), ao exemplificar o conceito de configuração a partir de quatro indivíduos num jogo de cartas, “a interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários” (p. 143). Em nossa investigação, numa perspectiva de análise mais estrutural, prevaleceram nas relações interdependências de aliados. Às indicações e às menções aos clubes no estudo subjaz a idéia de algum tipo de parceria, pois os comentários eram sempre favoráveis. Existiu uma tendência nas entrevistas a valorizar os clubes parceiros e a não mencionar aqueles com os quais houvesse algum tipo de relação desagradável. Mesmo provocadas, as lideranças preferiram evitar fazer comentários sobre equipes com as quais estabeleciam relações pouco

amistosas. Assim, mesmo que durante um jogo essas equipes tenham sido adversárias, no contexto mais geral, no momento do estudo, elas apresentaram relações de aliadas. Isto nos remete diretamente à primeira relação: a rivalidade.

Esta relação é considerada como parte inerente ao futebol, existindo na realidade em duas formas: uma rivalidade sadia e uma “outra” rivalidade – que seria “não-sadia”. A rivalidade sadia está relacionada à rivalidade em campo, à disputa entre as equipes, à vontade de ganhar, e a uma “violência permitida” – que seriam ações como xingamentos, gritos, e discussões durante o momento de jogo. A “outra” rivalidade está ligada a uma “violência não-permitida”, que extrapola os limites do que é considerado sadio. Esta está diretamente relacionada a atitudes de violência física como agressões e brigas.

Segundo os dirigentes, a rivalidade é mais forte entre os times do mesmo bairro, que disputam o reconhecimento da mesma comunidade. Pudemos perceber que é mais forte naqueles clubes que têm uma relação com a comunidade fortalecida, que se legitimam no meio futebolístico não só pelo seu desempenho em jogo, mas pela sua popularidade, pela sua capacidade de mobilização. Já em clubes cuja interação com a comunidade é tênue ou nula, a relação com times do mesmo bairro é menos tensa. Também foi possível perceber que a priorização de diferentes espaços de competição (por exemplo, o Campeonato da Federação, em detrimento do Campeonato da Prefeitura) surge como um elemento apaziguador da rivalidade. Assim, por exemplo, os clubes entrevistados, Botafogo e Floresta, que fazem parte do mesmo bairro (Barro) e disputam campeonatos diferentes tendem a possuir menos rivalidade do que o Real da Mustardinha e outros times da mesma região que disputam o Campeonato de Futebol Participativo

(organizado pela Prefeitura).

A segunda relação a ser destacada é o respeito ao tempo de existência e à tradição. Ela aparece, sobretudo, nos times “mais antigos”, como uma marca importante, principalmente ao se considerar a rotatividade⁹ de times do futebol amador. A idéia de manter um clube amador está presente em todas as falas como algo difícil e que exige muito trabalho e sacrifício. Assim, ter um clube com 60, 70 anos de existência é considerado, por si só, uma grande vitória e um elemento de reconhecimento.

A terceira – a admiração pelo bom desempenho nos campeonatos – é parte do futebol de forma geral e esteve presente, permanentemente, neste estudo, agregada a outras relações. Aqueles times que se mantêm entre os primeiros colocados nas competições são reconhecidos por isso. Tal reconhecimento ultrapassa a relação temporal. Assim, aqueles clubes que foram campeões ou estiveram entre os primeiros colocados nas competições durante um período de tempo acumulam certo prestígio; quanto maior esse tempo, maior o reconhecimento. A proximidade temporal é um fator importante, mas, com base nesta investigação, não nos é possível precisar até quantos anos de distância isso é considerado. Temos o exemplo do clube 10 de Novembro que não disputa a categoria “Adulto” desde 2006, mas é lembrado pelos seus destaques “de outrora”.

A quarta é a amizade. A relação amigável entre duas equipes – principalmente na relação entre seus dirigentes – parece estabelecer um padrão de reconhecimento, tendo em vista que esta de forma geral é uma relação muito enfatizada no futebol amador e que tem estreita relação com o surgimento das equipes e sua manutenção. A amizade é parte da rivalidade sadia que vimos anteriormente. Com ela, garante-se certo controle de violência durante o jogo

e as celebrações posteriores, as quais algumas vezes – principalmente nos amistosos – são realizadas em conjunto. Além disso, a amizade é responsável pelo aumento da teia de relações que cada equipe desenvolve, ampliando a atuação das equipes, que extrapola os limites territoriais do bairro, muitas vezes, das cidades e até mesmo do Estado.

Esses quatro tipos de relações nos permitem conhecer um pouco de como se constitui a figuração social do futebol amador. As próprias relações demonstram a dependência existente da figura do “outro” para a figuração existir. Desta forma, corroboramos o que Elias nos traz como “interdependência”. Aqui, não existe uma dependência apenas de um indivíduo para com o outro, mas também de um grupo de indivíduos em relação a outro. A interdependência, como forma de entendimento mais amplo, reforça a compreensão da sociedade de forma dinâmica.

No caso do Futebol Amador, a figuração só existe pela relação de interdependência entre os indivíduos. Estes só formam uma figuração por causa das ligações sociais (ELIAS, 2005). As ligações não são boas ou ruins; elas existem e conservam os “laços invisíveis” que asseguram figurações sociais de maior permanência, entre elas, as formadas pelo Futebol Amador.

Para tentar concluir...

Como um processo social de longa duração, e que no Brasil se desenvolve no início do século passado, é possível dizer que o direcionamento ao profissionalismo ainda está se consolidando nos dias de hoje. Uma série de mudanças e construções vai ocorrendo, aliada à dinâmica do próprio jogo, como a função de espetáculo, desenvolvida concomitante ao processo de profissionalização. O amadorismo não desaparece, mas ele não mais predomina nas figurações sociais

futebolísticas.

Esta ruptura entre amadores e profissionais faz parte de um processo mais complexo que incorpora também continuidades, a que vimos chamando até o momento de processo de esportivização. Ligados por uma prática – no caso deste trabalho, o futebol –, ambos (amadores e profissionais) estão, no momento atual, submetidos ao novo sentido do processo de esportivização: o profissionalismo. E, ocupando posições diferenciadas no *campo* em questão, vão lutando ora pela manutenção, ora pela mudança da posição ocupada.

No caso do futebol amador, encontramos uma mudança significativa na sua estrutura. O futebol amador deixa de ser uma prática predominante das elites para ser uma prática predominante das classes populares; sua forma de organização se inspira na profissional, mas ela se desenvolve com menos recursos. Enquanto os clubes profissionais seguem uma institucionalização crescente (regras, leis que regem a prática esportiva e a organização clubística, etc.), os clubes amadores seguem as regras institucionalizadas, de acordo com suas condições materiais, mas também de acordo com as relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos que formam a teia de interdependência do futebol amador.

Notas

- 1 Algumas reflexões deste trabalho foram publicadas no livro *Escrito sobre Norbert Elias 2* (no prelo).
- 2 A idéia de profissão aqui está mais ligada à idéia de ofício, ocupação do que ao conceito de profissão tal como é visto nos estudos sociológicos atuais. Segundo Diniz (2001), uma definição “mínima” do termo profissão seria: “ocupações não-manuais que requerem funcionalmente para seu exercício um alto nível de educação formal usualmente testado em exames e confirmado por algum tipo de credencial” (p. 18).
- 3 As especificidades da realidade brasileira podem ser apro-

- fundadas na obra: Fernandes, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.
- 4 Tradução da autora, do original: “the emergence of intense forms of nationalism and a spurt in globalisation processes”.
 - 5 As informações sobre a história do futebol, sua difusão e adoção no Brasil são baseadas nas obras dos historiadores Pereira (2000), Santos Neto (2002), Franco Júnior (2007) e Couceiro (2003).
 - 6 Os estudos históricos costumam referir-se à construção do selecionado (equipe) brasileiro e à crescente identificação social do brasileiro com o futebol. Algumas das análises realizadas sobre este processo e as possíveis razões para o desenvolvimento do futebol como “identidade da nação” podem ser encontradas nos estudos de Guedes (1977, 1998) e Negreiros (2003).
 - 7 *Federation International of Football Association e International Board*, instituições responsáveis pela organização do futebol em âmbito mundial, sendo esta última específica para as alterações do jogo propriamente dito.
 - 8 É importante destacar a ênfase na realidade brasileira porque, como mostra Damo (2007), o futebol amador na realidade francesa possui outro formato, sendo fortemente supervisionado pelo Estado e fazendo parte do chamado “futebol oficial”, que é aquele que está sob a organização da FIFA. No Brasil, a supervisão pelo Estado ainda é muito inferior ao significado do futebol no país. Fazem parte do “futebol oficial” os clubes profissionais, não havendo nacionalmente a preocupação com o futebol amador (em alguns casos específicos, as federações estaduais consideram a existência do futebol amador realizando atividades direcionadas). Algumas fontes de informações: Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – www.cbf.com.br, Federação Pernambucana de Futebol (FPF) – www.fpf-pe.com.br e Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FFERJ) – www.fferj.com.br.
 - 9 Esta rotatividade está principalmente relacionada à morte do responsável, de forma mais forte no caso dos times que se organizam com um dono e não com um corpo de dirigentes – ainda assim podendo ser repassado, como no caso do Santos F. C.. Aqueles que se organizam por dirigentes e têm uma estrutura física construída tendem a se desfazer quando os dirigentes perdem o interesse e permitem que seja desfeito. Contudo, se tiverem marcado a história da comunidade, podem ser retomados mais tarde, como no exemplo do Floresta. Um time extinto indicado na rede é o Expressinho do Pina.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa/São Paulo: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 59-74.
- BOURDIEU, P. Algunas propiedades de los campos. In: BOURDIEU, P. *Sociología y cultura*. México: Conaculta, 1990b, p. 135-141.
- BOURDIEU, P. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, p. 154-161.
- BOURDIEU, P. Programa para uma Sociologia dos Esportes. In: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990a, p. 207-220.
- DAMO, A. S. *Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed., Anpocs, 2007.
- DAMO, A. S. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. **Movimento**. Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 129-156, 2003.
- DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N. e DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1985, p. 299-325.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, N. *Escritos & Ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ELIAS, N. The genesis of sport as a sociological problem. In: DUNNING, E. e DOMINIC, M. *Sport: critical concepts in sociology*. London: Routledge, 2003, p. 102-126.

FUTEBOL: AMADORISMO EM TEMPOS DE PROFISSIONALISMO

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1985.

HOBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, J. S. L. A vitória do futebol que incorporou a pelada. *Revista da USP, Dossiê: Futebol*, São Paulo, n. 22, p. 65-83, 1994.

LOPES, J. S. L. Futebol 'mestiço': história de sucessos e contradições. *Ciência hoje*, 1998. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/images/ch%20on-line/especial/futebol/artigo1.rtf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2008.

MAGUIRE, J. A. *Sport worlds: a sociological perspective*. Human Kinetics, 2002.

NEGREIROS, P. J.L. de C. Futebol nos anos 1930 e 1940: construindo a identidade nacional. *História: Questões & debates*, Curitiba, Editora UFPR, n. 39, p. 121-151, 2003. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2727/2264>>. Acesso em: 27 de outubro de 2008.

PEREIRA, L. A. de M. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro: 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SANTOSNETO, J. M. dos. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em abril/11).

O RACISMO NO FUTEBOL CARIOCA NA DÉCADA DE 1920: IMPRENSA E INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES

Introdução

Ao discorrer sobre o termo *tradição inventada*, o historiador Eric Hobsbawm recorre à pompa das cerimônias públicas da realeza britânica para ilustrar seu argumento. Segundo ele, nem todos os aparatos utilizados nesses eventos derivam de manifestações antigas. Muito do que é feito nesses momentos são, na verdade, manifestações recentes, criadas de forma involuntária ou não, mas que para o grande público se confundem com gestos seculares. Por este tipo de manifestação entende-se *tradição inventada* (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Para enriquecer seu exemplo, o autor ressalta como as partidas do campeonato britânico de futebol também são cercadas de um aparato que, em muitos aspectos, não passam de tradições criadas por seus organizadores, algumas delas sem o menor sentido prático.

Este artigo analisa a criação e a propagação de uma *tradição inventada* do futebol brasileiro. No entanto, não pretendemos pensar como ocorre a cerimônia de um jogo de futebol, como propôs

RONALDO HELAL*

JOÃO PAULO VIEIRA TEIXEIRA**

RESUMO

Este artigo analisa a aplicação do conceito de "tradições inventadas" (cunhado pelo historiador Eric Hobsbawm) a um estudo sobre futebol brasileiro. Procuramos mostrar como foi contada a inserção do negro no esporte mais popular do País e, simultaneamente, entender a criação de algumas premissas a esse respeito, na primeira metade do século XX, e a incorporação das mesmas como verdades recontadas por estudiosos e parte da imprensa passando, assim, tais idéias a integrar o senso comum.

Palavras-chave: futebol, cultura, racismo, Vasco da Gama e invenção das tradições.

ABSTRACT

This article looks to discuss how the concept of "invented traditions", created by the historian Eric Hobsbawm might apply to football. We intend to show how the press and some writers told the story of how Black people were accepted and incorporated into the most popular sport in Brazil. Also we intend to understand why some assumptions have been made in the first half of the twentieth century and became truths recounted by scholars and the press becoming so part of common knowledge and acceptance.

Keywords: football, culture, racism, Vasco da Gama, invention traditions.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Hobsbawm. Nas próximas páginas, discutiremos a forma como a historiografia brasileira trata a inserção do negro neste esporte, que teria desembarcado oficialmente no país como uma atividade física das elites.

Quem pesquisa sobre esporte no Brasil, mais especificamente sobre futebol, encontra praticamente uma única cronologia. Na segunda metade do século XIX, o esporte teria chegado ao País por meio de filhos de imigrantes ingleses e, por isso, era praticado exclusivamente em clubes que reuniam as elites das sociedades das principais cidades brasileiras. Anos depois, o futebol começaria a se popularizar e, a partir de então, os negros começariam a ter um papel fundamental nesse processo de "democratização"¹.

Essa cronologia é reforçada pela obra do cronista esportivo Mario Filho². Em seu livro, *O negro no futebol brasileiro*, ele mistura suas lembranças com uma imensa coleção de recortes de jornais, para contar como foi o início do esporte que viria a se tornar o mais popular do Brasil. Publicada originalmente em 1947, a obra ganhou uma nova

edição no ano de 1964, com dois novos capítulos.

Desde então, o texto passou a ser fonte tanto para jornalistas como para pesquisadores, funcionando como referência para se entender o panorama das primeiras décadas do século XX. No entanto, essa utilização constante e, algumas vezes, indiscriminada da obra criou distorções que culminaram com a perpetuação de algumas ideias construídas através da escrita de Mario Filho. Ele relata, com uma narrativa que tende ao heroísmo, como foram os primeiros anos em que os negros participaram do esporte na cidade do Rio de Janeiro. O principal eixo dessa narrativa se concentra no Campeonato Carioca do ano de 1923. Na disputa, a equipe do Vasco da Gama seria formada por negros, mulatos e brancos e, pela primeira vez, um time com esta miscigenação racial conquistara o título da cidade. Para Mario Filho, o fato teria levantado a ira da “alta sociedade” daquela época, então representada pelos clubes tradicionais da Zona Sul da cidade como Flamengo, Botafogo e Fluminense.

Já no seu trabalho de doutorado, Soares (1998) desenvolveu um importante estudo, questionando a repetição acrítica da obra de Mario Filho para contar a história do início do futebol no Brasil. Soares denomina de “novos narradores” aqueles que assim o procediam. Para ele, os “novos narradores” apenas reproduziram o que escreveu Mario Filho. Sem comparar com novas fontes, o discurso se tornaria uniforme e cada vez mais prenhe na sociedade.

É neste ponto que consideramos que a obra de Hobsbawm pode nos ser útil. Queremos tentar entender a razão da versão de Mario Filho ter sido consagrada no Brasil e que motivos fizeram com que ela pouco fosse questionada. Pretendemos verificar se o heroísmo atribuído por Mario Filho à equipe vascaína pode ser entendido como uma tradição inventada, nos termos cunhados

por Hobsbawm:

O termo “tradição inventada” é usado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas; quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e de determinado tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

O assunto já ocupa um lugar importante nos estudos relacionados ao tema. Vários estudiosos³ de diversas partes do Brasil começam a tentar rever como esta história foi contada. A seguir, faremos uma revisão da discussão acadêmica sobre o tema. Retomando trechos de Mario Filho, as críticas de Soares à utilização indiscriminada da obra e incluindo a resposta de alguns daqueles que foram acusados de apenas repetir o cronista, pretendemos fornecer mais dados para a discussão, a fim de, em seguida, analisar a adequação, ou não, do termo *tradição inventada* nesta discussão.

1. O nascimento do racismo no futebol brasileiro

A conquista do Clube de Regatas Vasco da Gama no ano de 1923 provocou consequências no futebol carioca. Este fato é inegável. O que se passou a questionar foi a veracidade dos relatos em *O negro no futebol brasileiro*. A seguir, temos partes do relato feito por Mario Filho:

Desaparecera a vantagem de ser de boa família, de ser estudante, de ser branco. O rapaz de boa família, o estudante, o branco, tinha de competir, em igualdade de

condições, com o pé-rapado, quase analfabeto, o mulato e o preto para ver quem jogava melhor. Era uma verdadeira revolução que se operava no futebol brasileiro (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 126).

Em 1922, o Vasco já havia conseguido resultados expressivos. No entanto, como estava na Segunda Divisão, isso não desagradou aos grandes clubes. Só no ano seguinte, quando foi enfrentar as principais equipes da cidade e passou a vencê-las, é que o clube de imigrantes portugueses misturados com negros teria despertado a ira dos rivais. Mario Filho resume, assim, o que supostamente pensavam os rivais na ocasião:

Ninguém ligou para importância à ida do Vasco para a primeira divisão. Que é que podia fazer um clube da segunda divisão (...) O Vasco que botasse quantos mulatos, quantos pretos quisesse no time. Tudo continuaria como dantes, os brancos levantando os campeonatos, os mulatos e os pretos nos seus lugares, nos clubes pequenos (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 121).

A primeira vitória de um time formado por negros teria abalado a estrutura hierárquica de uma sociedade onde havia discriminação racial e social⁴. No entanto, Soares chama a atenção para o fato de a narrativa de Mario Filho não ser totalmente fiel aos fatos. Além disso, ela seria recheada de incoerências, como as que ele cita a seguir:

A vitória inquestionável do Vasco em 1923 não teria esse tom dramático se simplesmente pensássemos que aquela equipe foi montada com excelentes jogadores

dedicados quase que exclusivamente ao futebol, isto é, que viviam sob uma estrutura semiprofissional bem sucedida em relação aos demais. Não teria o charme que tem caso aqueles que se nutrem de Mario Filho estivessem atentos à própria narrativa de seu inspirador, quando descreve que a equipe do Vasco era treinada exaustivamente por Platero e os jogadores eram superiores em termos de preparação física porque viviam como “meninos de colégio interno”. Argumentos dessa natureza não serviriam para realizar um discurso épico do negro ou da mistura racial, com a roupagem do politicamente correto, como o que é apresentado nos artigos acadêmicos sobre o futebol (SOARES, 2001b, p.118- 119).

Desta forma, tudo o que é dito a respeito do tema atualmente precisaria ser questionado, uma vez que não haveria total fidelidade entre a versão consagrada dos fatos e o ocorrido na década de 1920. Para Soares, conceder ao Club de Regatas Vasco da Gama as honras de ser o único responsável pela democratização do esporte nacional não passaria de uma *tradição inventada*, o que não desmerece sua eficácia simbólica.

O que tentamos demonstrar é que a “heróica” trajetória do Vasco na luta contra o racismo na década de 20 é uma tradição inventada, é uma história de identidade (Hobsbawm, 1997). Sua origem está em Mário Filho, e a continuidade dessa tradição está na boca dos aficionados pelo Vasco, na imprensa e nos textos acadêmicos que tratam a referida história. Os recortes, as ênfases, os esquecimentos são reveladores dos mecanismos de construção da memória coletiva e da identidade. Os limites entre a história social, a história das

mentalidades e a história de identidade são confusos e interpenetram-se. Mas isto não significa que uma mentalidade ou identidade informe exatamente o que se passou em um determinado evento ou trama específica (SOARES, 2001b, p. 119).

A principal acusação aos autores que se dedicaram ao estudo do início do futebol no Brasil refere-se à utilização indiscriminada do livro de Mario Filho. O relato deste cronista deveria ser considerado apenas como uma das faces do ocorrido. Do contrário, só haveria a contribuição para a criação e perpetuação de mitos com base nas narrativas jornalísticas. “As narrativas produzidas por jornalistas a partir de fatos envolvendo clubes e jogadores do futebol no Brasil têm sido tradicionalmente fonte de criação de mitos e, como tal, têm influenciado ou confundido pesquisadores pouco familiarizados com as idiossincrasias deste esporte” (SOARES, 2001b, p. 101).

O grande transtorno que esta prática teria causado teria sido a falta de informações novas às pesquisas existentes, contribuindo para uma repetição cada vez mais enfadonha de um discurso já conhecido e que deveria ser mais questionado. Soares afirma que ao recorrer à literatura, acadêmica ou jornalística, sobre o passado do futebol brasileiro, tem a impressão de estar sempre lendo os mesmos textos, com variações não significativas (SOARES, 2001a, p.13).

Essa repetição constante se faz presente também devido ao interesse de se manter uma identidade já construída e que, para muitos, não deve ser alterada.

Assim, *O Negro no Futebol Brasileiro* funciona como história mítica que vai sendo atualizada adequando-se às demandas de construção de identidade e/ou às denúncias anti-racistas, independentemente do piso sociológico, histórico ou antropológico do

qual os textos afirmam partir (SOARES, 2001a, p. 14).

O maior inconveniente dessa falta de rigor historiográfico seria a ausência de comparação com outras fontes. Desta forma, informações são legitimadas apenas a partir da utilização de uma obra clássica. No limite, esta prática poderia levar à imposição de “verdades” que não necessariamente tenham alguma fundamentação.

(...) De fato, não haveria problema algum se a obra fosse tomada como mais uma fonte de informação e contrastada ou cruzada com outras. O problema é que a obra em questão tem sido utilizada, no interior das ciências sociais, como prova para as interpretações, estabelecidas *a priori*, sobre as relações raciais no futebol e sobre o singular estilo de futebol nacional. A carência de historiografia sobre o futebol converteu *O Negro no Futebol brasileiro* em clássico, na verdade em laboratório de provas, sem passar pelo rigor da crítica. Um dos sintomas da carência, ou mesmo da ausência de fontes é o fato de os consumidores do *Negro no Futebol brasileiro*, que chamo de “novos narradores”, construírem legitimações acadêmicas da obra e de seu autor (SOARES, 2001a, p. 14).

No artigo “O racismo no futebol do Rio de Janeiro nos anos 20: uma história de identidade”, Soares (2001b) se apóia na pesquisa em jornais do ano de 1924⁵ para rechaçar alguns relatos contidos na obra de Mario Filho e, posteriormente repetidos, por cientistas sociais. Para ele, a questão do amadorismo é que era mais central. Os clubes de elite até aceitariam negros, mas queriam a garantia de que não se tratava de atletas profissionais. Soares relata que qualquer

negro, sem nome familiar ou profissão de prestígio, que aparecesse para jogar em time da primeira divisão tinha sua condição de amador colocada sob suspeita. O autor lembra que a maioria dos negros e mestiços daquela sociedade ocupava posições inferiores e empregos subalternos. A lógica “quanto melhor condição social e econômica, maior a probabilidade do jogador ser amador” provavelmente governava as percepções dos dirigentes esportivos. Assim, é provável que a desconfiança fosse maior em relação aos negros sem sobrenome de prestígio (SOARES, 2001b, p.117).

Soares tem uma conclusão clara a respeito do tema. Para ele, há incorreções nesta história, mas como seria politicamente incorreto tentar desmistificá-la, ela continua sendo transmitida desta forma tanto pela academia quanto pela imprensa.

A “história” de racismo e perseguição da AMEA aos negros e mestiços do Vasco em 1924 tem, no máximo, servido à construção de um discurso acadêmico politicamente correto, cuja eficácia é apenas de reforço da identidade positiva dos vascaínos. Para concluir, reforçamos que a crise vivida no futebol carioca nos anos 20 fazia parte de uma configuração mais ampla do esporte; e que não se limitava ao Brasil. A popularização do futebol, seu processo de transformação em negócio e em profissão estava tensionado pelos valores amadorísticos ou aristocráticos do esporte (SOARES, 2001b, p. 119).

2. Relativizando

Se, para Soares, toda esta história se configura

em uma *tradição inventada*, já para alguns outros estudiosos, é preciso ter um olhar mais atento, valorizando a obra de Mario Filho. Além de propor um reconhecimento do texto, alguns garantem que ali está, ao menos, uma parte de um retrato fiel da sociedade da época. Se aquele discurso passara a ser eficiente, deveríamos pesquisar a razão dessa eficiência.

César Gordon Júnior, um daqueles apontados por Soares como “novo narrador”, se dedicou, junto com Ronaldo Helal, a responder parte das críticas e acrescentar novas considerações ao debate acerca da inserção do negro no futebol brasileiro. Em “Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol”, Helal e Gordon Júnior rebatem alguns argumentos de Soares. Eles lembram que os relatos apresentados por Mario Filho, ainda que não possam ser utilizados para provar, podem, no entanto, ilustrar os reflexos do preconceito. Para eles, os “causos” descritos do NFB, sejam “verdadeiros” ou “falsos”, expressariam justamente sua força histórica quando nos permitem vislumbrar esse “clima de época”. Eles nos dão acesso às formas pelas quais as pessoas representavam as relações raciais e as tensões que experimentavam dentro do universo do futebol. (HELAL e GORDON JR., 2001, p. 55)

Estes autores acreditam que não se deve inutilizar a obra usando apenas o argumento de falta de fidelidade aos fatos. Eles lembram que a principal crítica ao texto de Mario Filho está situada na dúvida entre se tratar de um texto histórico ou de um romance. Mas, para eles, esta discussão seria infrutífera.

Um dos argumentos centrais do trabalho de Soares é que Mário Filho não teria construído um estudo histórico ou sociológico sobre o negro no futebol brasileiro, mas um “romance”. Através de uma análise

exaustiva das edições do NFB, bem como da biografia de Mario Filho, Soares conclui que o autor, mediante artifícios retóricos de legitimação, conseguiu disseminar a idéia de que sua obra se constituía numa descrição histórica objetiva das relações raciais dentro do futebol, encobrando, na realidade, um projeto de construção de identidade nacional baseado na noção de harmonia e integração das raças formadoras (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 52-53).

Helal e Gordon Júnior destacam que, ainda que lido como um romance, o texto pode ser valorizado por descrever um contexto social criado a partir de uma realidade existente. Ambos acreditam que este tipo de texto fornece um material que deve ser considerado até mesmo pelos historiadores na tentativa de entender como pensavam as pessoas de determinada época.

Apesar de louvarmos o mérito do trabalho de Soares ao apontar um provável descuido metodológico dos ‘novos narradores’, questionamos sua posição radical em negar qualquer possibilidade de utilização histórica do texto de Mario Filho (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 54).

Outra crítica às conclusões de Soares é a de que ele simplesmente haveria trocado uma discussão por outra. “[...] onde se lia ‘racismo’, propõe que se leia ‘amadorismo x profissionalismo’. E essa redução não nos parece nem profícua do ponto de vista metodológico, nem justa do ponto de vista histórico” (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 57). Em síntese, o contraponto feito às críticas de Soares pode ser conhecido da seguinte forma resumida:

Mesmo considerando que os argumentos de Soares merecem uma análise mais detida e aprofundada, iremos nos limitar, por motivos de espaço, a discutir quatro pontos de seu argumento, que na verdade estão interligados ao longo do texto, ainda que nem sempre formulados de modo explícito: 1) a crítica à utilização do NFB como fonte histórica; 2) a recusa em considerar a pregnância do idioma simbólico do racismo na história do futebol brasileiro; 3) a negação de um processo de relaxamento das tensões raciais no universo do futebol; 4) a desconsideração da ideologia da identidade nacional como instrumento heurístico relevante para a compreensão dessa história (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 52).

Para entender melhor estes quatro pontos, os autores fazem uma contextualização histórica acerca do momento sobre o qual estamos falando. A introdução do futebol no Brasil deu-se pouquíssimo tempo após a abolição da escravidão. A presença dos negros no esporte poderia suscitar desconfiança e até mesmo repúdio. Esta possibilidade seria crível e plausível, ainda que não tenhamos dados suficientes para demonstrá-la. Os autores destacam que era um momento da história da sociedade brasileira em que brancos e negros vivenciavam uma situação em que podiam competir abertamente em algum domínio da vida social, colocar efetivamente à prova suas “qualidades raciais”: os ex-escravos e os ex-senhores iriam medir forças no campo de futebol em condições de (parcial) igualdade (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 65).

Segundo Helal e Gordon Júnior, esta situação pode explicar porque no basquete, no vôlei e nos esportes aquáticos o amadorismo predominou

por mais tempo; o que fez com que ficasse difícil para pessoas das classes sociais menos favorecidas conseguirem ter uma condição atlética próxima dos que se dedicavam de forma amadora. Por este caminho, poder-se-ia dizer que ocorreu um processo de democratização no futebol brasileiro. (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 66). Por outro lado, seria exagerado negar que dentro do futebol não pudesse ter havido também resquícios do preconceito visível na sociedade⁶.

Enfim, por que o futebol estaria imune às representações sociais do negro e da mestiçagem que se constituíam num discurso ou num idioma que imperava em todas as outras instâncias da vida social, incluindo as políticas públicas (discussões sobre legislação imigratória, reformas penais etc.)? Parece no mínimo um contra-senso imaginar que o futebol, desde o período de sua implantação como fenômeno cultural de massa, pudesse ficar imune à penetração das representações sociais do negro e da mestiçagem (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 62-63).

Sendo assim, não deveríamos perder de vista a existência do racismo no Brasil⁷. Talvez, por isso, estejamos investigando o futebol para podermos encontrar algumas respostas. As representações culturais a respeito das relações entre as raças manifestavam-se dentro do universo futebolístico como na sociedade brasileira em geral. O futebol torna-se um espaço privilegiado para investigar tais temas, uma vez que foi utilizado na construção de nossa identidade nacional e esta, por sua vez, foi construída em cima de pressupostos racistas (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 56).

Helal e Gordon Júnior propõem uma discussão que talvez esteja presente no núcleo central deste trabalho: por que hoje gostamos de ouvir esta história, contada desta forma, já que na época ela agradava apenas uma minoria? Por que ela mais tarde se tornou a “história oficial”? (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 68).

Pelos registros iniciais verificados nos jornais, ainda não ficou claro de que forma a história foi contada no ano de 1923. E a questão racial não está explícita em nenhuma das páginas consultadas⁸.

Restaria perguntar ainda se todas as histórias oficiais sobre formação de identidades nacionais não seriam, de fato, construções que, mesmo que incentivadas por uma elite, só fazem sentido, só se tornam oficiais, quando “colam” com os anseios da população, isto é, quando são simultaneamente mito e sonho. Ou seja, não existiria uma relação dialética entre elite (discurso erudito) e povo (discurso popular)? O que percebemos, enfim, é que essas essencializações, das quais a construção de uma identidade nacional faz parte, são eficazes, possuem ‘materialidade’, mesmo sendo simbólicas; ou seja, produzem um resultado prático no imaginário coletivo: soldados morrem nos campos de batalha defendendo a bandeira de seus países, guerrilheiros matam em nome da legitimação de sua “etnicidade” (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 69).

Nesta construção, portanto, Mario Filho teria deixado claramente demarcada a luta de classes, evidenciando quem estava de qual lado. “Nessa trama, Mário Filho teria escolhido seus heróis — os jogadores negros e mulatos — e seus vilões — a elite branca

urbana brasileira, fundadora dos grandes clubes de futebol e contrária à inserção dos negros nesse novo domínio da vida social que era o esporte” (HELAL e GORDON JÚNIOR, 2001, p. 53).

3. Futebol e cultura

Até a década de 1980, a literatura acadêmica sobre o futebol no país era escassa e vista como tema menos relevante. Hoje, o descaso inexistente e é possível entender a cultura de uma forma mais ampla, enxergando-a não apenas por meio das estruturas rígidas da sociedade, mas também a partir das ações cotidianas, do lazer e até das atividades mais desprezíveis. A quantidade de grupos de trabalhos sobre esporte em congressos científicos de ciências sociais é a prova definitiva do crescimento do campo. Neste sentido, os trabalhos de Roberto DaMatta (1978 e 1982) sobre carnaval e futebol foram fundamentais.

Lovisololo (2001) demonstra que a noção do futebol enquanto alienador das massas não cabe mais em trabalhos acadêmicos. Em suas palavras:

Há duas ou três décadas, os cientistas sociais pouco se ocupavam com o futebol que era, isso sim, preocupação do jornalismo esportivo, dos políticos e das pessoas da rua. Mais ainda, a corrente principal das ciências sociais considerava o futebol como uma coisa que distanciava o povo das “preocupações verdadeiras”. O futebol era visto como formando parte dos processos de alienação das massas. Os ventos mudaram o rumo da prosa. Hoje, talvez sob o furacão do culturalismo e da importância concedida à identidade, a crítica da alienação foi varrida e as folhas da valorização da cultura e identidade local formam o piso sobre o qual andamos (LOVISOLO, 2001a, p. 9).

Feita esta breve ressalva, lembramos que, a partir do momento em que os estudos sociais começaram a encontrar no futebol uma poderosa forma de compreender parte da sociedade, foram dados passos importantes para a compreensão das formas de construção identitária do Brasil. Uma vez mais, recorremos a Lovisololo:

Embora o futebol possa ser considerado como “quase universal”, na linguagem estetizada do gosto e do estilo particular passou a ser uma dimensão importante da construção identitária, tanto no caso da sociedade brasileira quanto de outras. Futebol, alegria, festa, carnaval, música são temperos recorrentes dessa construção. A ‘alegria do futebol’, cuja essência foi posta na ginga de Garrincha, passou a ser uma poderosa metonímia da representação da identidade brasileira: o povo que enfrenta as adversidades com alegria. De fato, o futebol foi visto como teatro da vida (LOVISOLO, 2001a, p.10).

No entanto, o próprio Lovisololo nos lembra que o tema exige muito cuidado. Para ele, uma das principais armadilhas que ameaça os pesquisadores é o erro comum de apenas repetir a imprensa esportiva, ao invés de fazer uma investigação mais profunda sobre o tema. “De fato, quando os cientistas sociais passaram a falar do futebol com as categorias organizadoras de cultura e identidade também começaram em grande parte a traduzir, quando não meramente a repetir, aquilo que os jornalistas vinham dizendo na linguagem inventada para tratar dos esportes e, sobretudo, no nosso caso, do futebol” (LOVISOLO, 2001a, p.10).

4. Uma tradição inventada e repetida

A tentativa de testar o conceito de *tradição inventada* nos relatos que tratamos anteriormente se mostrou possível, à medida que tivemos a oportunidade de uma leitura mais minuciosa do texto de Hobsbawm. No trecho a seguir, ele resume claramente nossa proposta neste trabalho. “É óbvio que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o **como elas surgiram e se estabeleceram**” (HOBSBAWM, 1997: p. 9, grifos nossos).

Hobsbawm escreveu que as *tradições inventadas* acabam por se tornar instrumentos muito poderosos para se manter uma determinada continuidade com um passado que determinado segmento julgue conveniente:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Parece-nos que este é o caso do nosso objeto. Determinados setores da sociedade sempre tiveram interesse em recontar aquela história. O que nos impressiona é que entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, das mais variadas linhas das ciências sociais e humanas, poucos foram os que realmente demonstraram zelo pelo assunto. A maioria apenas repetiu o que já havia sido dito.

Todavia, todos os historiadores, sejam

quais forem seus objetivos, estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades (HOBSBAWM, 1997: p. 22).

Não podemos culpar a população em geral pela perpetuação das *tradições inventadas*. O que nos incomoda é a falta de empenho dos acadêmicos e, neste sentido, concordamos com Soares, em buscar novos elementos que elucidem os fatos.

5. Considerações finais

Após todas estas releituras decorrentes também de outras pesquisas paralelas à produção deste artigo, suspeitamos que a história da inserção do negro no futebol brasileiro, como é contada e recontada nas mais diversas publicações, poderia se encaixar como um exemplo de *tradição inventada*, nos exatos termos criados por Hobsbawm.

Fato é que a historiografia tomou uma parte da história e transformou-a no eixo central de um momento importante da sociedade brasileira. A vitória de um time caracterizado por uma miscigenação racial foi importante para aumentar a participação dos negros no esporte. No entanto, ela não foi a única iniciativa responsável por este acontecimento. Outros clubes já possuíam em seus quadros negros e mulatos, eles só não haviam conseguido resultados expressivos até aquele momento⁹. Além disso, pelas fontes pesquisadas, a reação das elites não foi tão perversa como se relata até hoje.

Portanto, estaríamos diante de uma *tradição*

inventada que pode até ter sido criada de forma involuntária e consagrada nas páginas de Mario Filho. Porém, a perpetuação desta história é resultado de um conjunto de interesses. Este discurso serviu durante anos a uma grande parcela da academia que tinha medo de ferir o status do politicamente correto. Ele foi útil também para o próprio Clube de Regatas Vasco da Gama que se apoderou desta versão dos fatos para se vangloriar de uma história que, contada desta forma, tornou-se um dos maiores orgulhos dos seus torcedores. Indo além, o clube hoje tem receitas econômicas geradas através da venda de camisetas que fazem alusão ao time de 1923 e se vangloria, em vários vídeos institucionais e outras ações de marketing, de ser o primeiro clube a abrir as portas para os negros no Brasil¹⁰. Apesar de tratar-se de uma *tradição inventada*, não achamos que, por isso, esta versão dos fatos deva ser seja apagada. Reconhecemos que os registros orais, e mesmo as lembranças afetivas, devam ser mantidas e valorizadas. Estamos certos de que elas também são importantes para se compor o retrato daquele momento. Mas não é por isso que devemos deixar de lado o rigor que nossa proposta de pesquisa nos exige.

No senso comum, principalmente na imprensa, ainda estamos reféns de apenas uma leitura sobre o assunto. O discurso vigente foi apoderado por vários setores da sociedade. Para o Movimento Negro, para torcedores, dirigentes e patrocinadores daquelas equipes que são apontadas como responsáveis pela inserção do negro no futebol e a consequente democratização desse esporte, essas leituras tradicionais são convenientes. A eles, não interessa discutir a veracidade dos fatos. Apenas repetir torna-se suficiente para cada um de seus objetivos.

O que concluímos é que se trata de um esforço hercúleo tentar convencer o senso comum de que

esta história possui vários detalhes que foram suprimidos ao longo do tempo e que se forem iluminados acabam por mudar de forma substancial a versão dos fatos. No entanto, somos de opinião de que é obrigação tanto de jornalistas como de pesquisadores uma pesquisa mais profunda e a consulta a um número maior de fontes para que se possa traçar um panorama mais fiel aos fatos.

Por fim, é preciso deixar claro que não estamos aqui colocando em dúvida a existência de racismo em um determinado momento histórico do futebol brasileiro. Como parte de uma sociedade permeada por este tipo de comportamento seria difícil que o futebol passasse ao largo, apesar de que os universos dos esportes e das artes sempre foram tradicionalmente zonas mais brandas em relação às questões raciais.

Notas

- 1 Sobre essa versão da democratização do futebol através da inserção do negro, ver Antônio Jorge Soares (2001a). Ressalte-se que, em 1998, Soares defendeu a sua tese de Doutorado, intitulada *Futebol raça e nacionalidade no Brasil – releitura da história oficial*, no Programa de Pós-graduação em Educação Física, na Universidade Gama Filho.
- 2 Mario Filho (1908-1966) foi um dos mais importantes cronistas esportivos brasileiros do Século XX. Além de jornalista, foi também proprietário do *Jornal dos Sports*, publicação que, enquanto comandada por ele, fomentou diversas competições esportivas e reuniu intelectuais importantes que escreviam no periódico. Ele foi um dos principais incentivadores da construção do Estádio do Maracanã que acabou por receber o seu nome. Na literatura teve contribuições importantes, sendo a mais destacada *O negro no futebol brasileiro*. Mario Filho era irmão do dramaturgo Nelson Rodrigues.
- 3 Para um levantamento de todos os autores que trataram do tema, ver Soares (2001a).
- 4 Ver, por exemplo, os estudos de Fernandes (1972) e Bastide e Fernandes (2008) sobre a questão racial no Brasil.
- 5 No ano seguinte à conquista do título do Vasco da Gama, os quatro principais clubes do Rio de Janeiro (Flamengo,

Fluminense, Botafogo e América) criaram a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA), da qual o Vasco acabou não participando. A justificativa oficial para a criação da AMEA, que gerenciaria as competições esportivas, concentrou-se no propósito de manter a ética do amadorismo no esporte, impedindo a participação de atletas profissionais ou semiprofissionais nas disputas (ASSAF e MARTINS, 2010). Para Mario Filho, a nova liga foi criada em resposta à vitória do time miscigenado. Esta visão foi repetida por diversos pensadores. Para Soares, a criação da AMEA pode ser justificada principalmente pela discussão entre amadorismo e profissionalismo. Fato é que o Vasco disputou o campeonato de 1924 organizado pela Liga Metropolitana de Esportes Terrestres (METRO).

- 6 Ressaltemos que, após a Segunda Guerra Mundial, a UNESCO financiou pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, acreditando que neste país as relações raciais eram harmônicas. Bastide e Fernandes (2008), Fernandes (1972) e Nogueira (1998) demonstraram o equívoco desta “crença”, ainda que nessas pesquisas ficasse comprovado que as relações raciais no Brasil eram, de fato, diferentes das que existiam nos Estados Unidos.
- 7 Uma vez mais, destacamos os trabalhos mencionados na nota anterior.
- 8 Pesquisa preliminar realizada nos jornais *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*.
- 9 Consta que o Bangu, por exemplo, sempre teve jogadores negros e pardos, operários da fábrica do mesmo nome.
- 10 Em seu *site* oficial, o Clube de Regatas Vasco da Gama destaca o suposto pioneirismo do Vasco na inserção dos negros no futebol brasileiro. Em diversas ações de *marketing* propostas pelo clube este “feito” também é destacado. Além disso, no ano de 1997, o então vereador Antônio Pitanga, militante do movimento negro apresentou um projeto de Lei (que acabou não sendo aprovado) para que se tornasse obrigatório o ensino da história do Vasco da Gama nas escolas do Município do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

- ASSAF, Roberto e MARTINS, Clóvis. *História dos campeonatos cariocas de futebol, 1906-2010*. Rio de Janeiro: Maquinária, 2010.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global Editora, 2008.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAMATTA, Roberto. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.
- FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- FREYRE, Gilberto. “Prefácio à 1ª edição”. In: RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- HELAL, Ronaldo. *O que é sociologia do esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- HELAL, Ronaldo e GORDON JÚNIOR, Cesar. “Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol”. In: HELAL, Ronaldo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 51-76.
- HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E. e RANGER, T. *A produção em massa de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1997: p.9-23.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOVISOLO, Hugo. “Introdução”. In: HELAL, Ronaldo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001a. p. 9-12.
- LOVISOLO, Hugo. “Saudoso futebol, futebol querido: a ideologia da denúncia”. In: HELAL, Ronaldo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001b. p. 77-100.
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo:

Edusp, 1998.

RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SOARES, Antônio Jorge G. “História e a invenção de tradições no futebol brasileiro”. In: HELAL, Ronaldo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001a. p. 13-50.

SOARES, Antônio Jorge G. “O racismo no futebol do Rio de Janeiro nos anos 20: uma história de identidade”. In: HELAL, Ronaldo, SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001b. p. 101-122.

SOARES, Antônio Jorge G. *Futebol raça e nacionalidade no Brasil – releitura da história oficial*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho em 1998. Inédito.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em março/11).

GILBERTO FREYRE E O FUTEBOL: ENTRE PROCESSOS SOCIAIS GERAIS E BIOGRAFIAS INDIVIDUAIS¹

Introdução

É comum encontrarmos, na obra de Gilberto Freyre a descrição e análise de um fenômeno de ordem macrosociológica intercalado por referências a pessoas concretas de carne-e-osso², pessoas estas que exemplificariam, ou antes, demonstrariam a existência do fenômeno sob análise. As biografias de tais pessoas, que Freyre invoca constantemente, seriam suficientes para evidenciar a concretude do fenômeno macrosocial referido. Considere-se, como ilustração disto, o fenômeno da “ascensão do bacharel e do mulato”. Para provar sua tese, Freyre recorre a diversos personagens de nossa história – sendo Gonçalves Dias, o famoso poeta romântico, o seu exemplo mais consistente – e faz referência a episódios de suas vidas que ilustrariam o fenômeno social mais geral. Esta operação teórico-metodológica também aparece nas análises que Freyre fez do futebol jogado no Brasil.

É com relação a estes escritos – compostos de alguns artigos de jornais, o famoso prefácio à obra de Rodrigues Filho (2003) e passagens esparsas em algumas de suas obras mais famosas – que analisamos

JORGE VENTURA DE MORAIS*

JOSÉ LUIZ RATTON JÚNIOR**

RESUMO

Este artigo analisa, a partir dos escritos de Gilberto Freyre sobre o futebol, a articulação metodológica entre trajetórias individuais de grandes jogadores (Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Pelé e Garrincha) com processos sociais mais amplos: a ascensão do negro na sociedade brasileira através do futebol e as relações entre as culturas nacionais e as distintas formas de praticar o futebol.

Palavras-chave: Gilberto Freyre, futebol, trajetórias individuais, processos sociais.

ABSTRACT

Based on Gilberto Freyre discussing about football, this article analyses methodological articulation between individual pathways of major players (Leônidas da Silva, Domingos da Guia, Pelé and Garrincha) with wider social processes: the rise of Black people in society through football and the relations between national cultures and different ways to practice football.

Keywords: Gilberto Freyre, football, individual pathways, social process.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Futebol/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Criminalidade, Violência e Políticas Públicas de Segurança, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

sua concepção sociológica a respeito dos atores sociais, bem como a articulação do nível da microagência com os processos macrosociais mais amplos. Examinamos também os problemas teóricos e metodológicos envolvidos nessa operação de redução dos processos macrosociais ao âmbito microsocial, assim como o problema reverso que é o da agregação de biografias diversas a um fenômeno macrosociológico³.

Dessa forma, como em mais de uma obra Freyre lança mão de exemplos extraídos de percursos individuais para ilustrar a configuração e a dinâmica de um determinado fenômeno social, podemos delinear o foco deste trabalho: investigar a construção dos tipos e das trajetórias de vida individuais, sua relação com os processos macrosociológicos e os problemas de redução e agregação na obra de Gilberto Freyre, no que se refere aos seus escritos sobre o futebol.

1. O problema agência-estrutura, as ligações micro-macro e a obra de Gilberto Freyre

Pode-se afirmar que o tema da relação agência-estrutura é um problema central das ciências sociais,

especialmente da sociologia. Com efeito, a forma de entender a relação entre esses dois pólos tem preocupado várias gerações de pensadores na sociologia, desde os clássicos até a sociologia contemporânea.

Grosso modo, pode-se identificar duas posições: o coletivismo metodológico e o individualismo metodológico. No primeiro caso, apesar de os indivíduos serem os “portadores” da ação, a eles se atribui pouca importância analítica, uma vez que grupos, classes e instituições representam a concretude dos fenômenos sociais, estes sim merecedores da atenção dos sociólogos. Em contrapartida, no caso do individualismo metodológico, sem que isto signifique abraçar uma visão atomista, há a crença de que todos os fenômenos sociais, em princípio, podem ser reduzidos analiticamente à instância dos indivíduos.

Quanto a Gilberto Freyre, muitos argumentam que, por estar interessado no “homem concreto, de carne e osso”, sua análise sociológica mostraria uma “face” mais compreensiva, por dar atenção ao detalhe e à especificidade das vidas, das culturas, dos espaços geográficos etc. Há, neste tipo de argumento, a sugestão de que a sociologia de Freyre faria pouco uso de tipologias e classificações tendo em vista esse “lado mais humano” (cf. ALBUQUERQUE, 2000). Porém, embora o foco analítico deste trabalho sejam as relações entre processos sociais e seus componentes microsociológicos na obra de Gilberto Freyre, é também nosso objetivo chamar a atenção para o fato de que a análise que este autor faz dos atores sociais não está desprovida de categorizações e do uso de tipologias⁴.

É quase consenso apontar a família como a unidade analítica que percorre a obra de Gilberto Freyre, o que, aliás, o próprio autor afirma em muitos momentos, pois, nas palavras de Souza (2003, p. 70), “a família é a unidade básica, dada a distância do

Estado português e de suas instituições, da formação social brasileira”. Isto está admiravelmente posto em *Casa-Grande & Senzala* e em *Sobrados e Mucambos* (cf. ALBUQUERQUE, 2000, p. 46; SAMARA, 2003; SKIDMORE, 2003, p. 48). Por outro lado, é igualmente claro que os processos de institucionalização se dão por intermédio dos indivíduos, vistos por Freyre não somente como conformados por tal processo, mas também como portadores, no sentido de serem agentes ativos, dos costumes e dos valores, já que, segundo ele,

A pessoa humana, o homem social ou o socius se afirma não só conservador da herança cultural que lhe é comunicada pela geração anterior, como assimilador de culturas de outros grupos que entrem em contato com o seu, e, ainda – sendo maior sua potencialidade – um criador, pelo que acrescente, sozinho ou com poucos outros, à herança do seu grupo ou à cultura de seu tempo (FREYRE, 1957, p. 121; cf. também pp. 114, 119, 120, 122, 526, 631, 635 e 636, entre outras).⁵

Por isso, qualquer estudioso familiarizado com a obra de Gilberto Freyre sabe que a análise que ele faz da “história da sociedade patriarcal no Brasil” é fartamente ilustrada por trajetórias de vida de indivíduos, por assim dizer, concretos. Skidmore afirma que “*Casa-Grande & Senzala* não possuía uma história ou acontecimentos dramáticos, heróis ou vilões. Na verdade, havia poucos indivíduos identificáveis em suas seiscentas páginas” (2003, pp. 56-57). Contudo, se a sociologia histórica de Freyre não é uma narrativa de heróis⁶ e grandes feitos, um processo de exercício teórico-metodológico se inicia claramente em *Sobrados e Mucambos* e continua, de forma marcante, em *Ordem e Progresso* (cf. OLIVEIRA, 2003), no qual

as trajetórias de vida individuais ganham relevo na explicação de processos macrossociais. No dizer de um intérprete, Freyre

[...] articula o homem a sua situação e procura compreendê-lo a partir de suas vivências [...]. Capta nessas vivências inter-relações, interações, interferências, complementaridades, oposições, antagonismos, conflitos que escapam por entre os dedos de tantas disciplinas encarceradas (ALBUQUERQUE, 2000, p. 48).

Com efeito, na descrição e na análise da “decaência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano” – subtítulo de *Sobrados e Mucambos* –, ao considerar os fenômenos sociais e os diversos fatores ou variáveis envolvidos, Freyre procura constantemente ilustrá-los, recorrendo a passagens da vida de indivíduos que ele conheceu ou que tiveram uma vida intensa e publicamente ligada ao fenômeno analisado.

Nesta obra, o sociólogo pernambucano levanta a questão em termos puramente teórico-metodológicos, conforme se observa no trecho a seguir:

Para acompanharmos a degradação dos valores menos visíveis, característicos da poderosa instituição, é que necessitamos de estudá-la nas suas intimidades mais sutis e esquivas [...]. Elas precisam de ser estudadas em nós mesmos ou nos nossos avós – produtos e reflexos, ao mesmo tempo que animadores, e não apenas portadores, da instituição. Nas pessoas, e não apenas nas formas impessoais em que histórica e sociologicamente se objetivou ou materializou o patriarcado no Brasil (1951b, p. 46).

É nesse sentido que as trajetórias de vida, por exemplo, do Padre Ibiapina, do “velho” Félix Cavalcanti de Albuquerque Mello, de Joaquim

Nabuco, de Oliveira Lima, entre outros, aparecem constante e recorrentemente para ilustrar processos macrossociais impessoais, evidenciando a metodologia esboçada por Freyre na Introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*. A utilização de biografias aparece também na análise que Freyre faz, nesta mesma obra, da relação entre o pai e o filho.

Em relação ao livro *Ordem e Progresso*, esse processo torna-se mais evidente pela metodologia de “depoimentos pessoais” empregada por Freyre (1959a, pp. XIX-CLXIX, mais especialmente, pp. LXXXVI-CXVII; 1959b, p. XLIV).

É importante destacar que esse tipo de “história oral” (cf. FARIA, 1998, p. 145; OLIVEIRA, 2003, p. 141) não se refere somente a percepções dos atores sociais entrevistados acerca dos processos sociais por eles vividos, mas também – ou, talvez, principalmente – a suas trajetórias de vida, à moda de uma autobiografia, dado o nível de detalhamento do questionário proposto por Freyre. Tanto isso é verdade que alguns se recusaram delicadamente a responder ao questionário com o argumento de que, se o preenchessem, estariam antecipando as memórias que pretendiam publicar (cf. FREYRE, 1959a, p. XLIII). Para Freyre, a personalidade tem um componente coletivo, ou seja, o agente social expressa, além de suas características irredutivelmente individuais, a cultura, os costumes, os valores e a história da sociedade em que viveu. Nesse sentido, o autor afirma, por exemplo, que seus “apontamentos autobiográficos [são] menos referentes a Félix, indivíduo isolado..., [e mais] ao Cavalcanti, chefe de família patriarcal” (1959b, p. CVI, cf. também, 1968a, pp. 51ss.). A análise dos processos históricos de mudança social, segundo Freyre, passa necessariamente pela ação dos agentes sociais, e esta ação só pode ser capturada pelo método que ele denominou de empático⁷, o qual pode ser sintetizado,

nas palavras do autor:

(...) Daí, para a interpretação de uma época, não ser suficiente o analista dela, desdobrado em intérprete, familiarizar-se com o que no seu decorrer foram fatos; ou apenas valores-coisas. É preciso que ele se torne quanto possível íntimo das relações entre essas pessoas e esses valores; entre as pessoas e os valores imateriais; entre as pessoas e os símbolos mais característicos da época [...]. Daí ser-lhe necessário buscar penetrar a realidade social através do estudo direto de pessoas tomadas isoladamente (biografias) ou em interação com outras (biografias sociológicas) [...] (1959a, p. XXXII).

Assim, longe de fazer um mero exercício de admiração pelo biografado, Freyre dedicou parte razoável de sua obra intelectual à reconstrução das vidas de pessoas por ele consideradas chave para a compreensão de certos processos sociais pelos quais o Brasil passou ou cujas autobiografias ou simples anotações lhe pareceram de extrema importância para compreender os processos macrosociais⁸. Vale lembrar as obras – na verdade poderíamos chamá-las de extensas introduções – referentes a Vauthier (1960), Oliveira Lima (1968c), Félix Cavalcanti (1959b), Euclides da Cunha (1944), entre outros, no contexto de sua postura metodológica:

A pessoa social, ou humana, ou simplesmente pessoa, é o resultado de processos sociais e de cultura anteriores ao aparecimento do indivíduo e sobreviventes ao seu desenvolvimento individual ou puramente físico-químico e biológico no espaço e no tempo (FREYRE, 1957, p. 120).

Isto porque, em obra de cunho mais teórico, Freyre, seguindo Hadley Cantril, aceita a regra

teórico-metodológica segundo a qual,

Não será um simples esforço de empatia projetar-se um indivíduo de hoje nos motivos de ação e de comportamento de um indivíduo de área e época diversas da sua, mas um esforço em que a empatia precisará de ser acompanhada o mais possível de conhecimento dos antecedentes e valores de cultura que, na pessoa remota ou distante que se procure estudar sociologicamente – um Antônio Conselheiro, por exemplo – tenham se interiorizado se não no seu eu – o que tenderia a particularizar todo esforço de compreensão de tal pessoa em biografias – no seu ‘nós’ psicocultural e histórico-regional [...]. Seriam considerados, portanto, ao mesmo tempo, “instintos”, valores suscetíveis de interiorização e variação individual e normas do grupo ou da época inteira. Que todos formam o “nós” de um grupo ou figura de uma geração que não se avalie a si próprio – e aja dentro dessa auto-avaliação – tendo por ponto de referência as normas de sua sociedade particular ou de seu tempo (FREYRE, pp. 514-515).⁹

No entanto, talvez seja em uma obra relativamente desconhecida no Brasil, intitulada *Contribuição para uma sociologia da biografia* (1968a)¹⁰, que Freyre leva a cabo, a nosso ver, uma análise magistral – em meio aos floreios verbais de que tanto gostava – da interação entre biografia individual e processos macrosociais¹¹. Neste trabalho, o autor analisa a vida do capitão-general Luiz de Albuquerque, governador da província de Mato Grosso no fim do século XVII.

Luiz de Albuquerque, um nobre português, que, tendo se destacado na luta contra os espanhóis, foi enviado ao Brasil para administrar aquela inóspita província, que estava ameaçada pelas incursões dos espanhóis. Durante o seu governo, Luiz de

Albuquerque, além de obras notáveis de engenharia (por exemplo, a construção de fortes com materiais trazidos da Europa em barcas através de rios parca-mente navegáveis), também promoveu festas e saraus e recolheu vasto material sobre a fauna e a flora do Novo Mundo.

Para Freyre, este capitão-general representa um tipo sociológico por excelência do que ele chama homem luso-tropical. Freyre, então, vasculha as anotações – uma espécie de diário – deixadas por Luiz de Albuquerque. E o interessante é que antes de emprender a análise, Freyre abre o livro com uma epígrafe retirada de *A imaginação sociológica*, de C. Wright Mills: “a imaginação sociológica [...] nos permite compreender a história e a biografia, e as relações entre as duas dentro da sociedade”¹².

No entender de Freyre,

Com esse material [as anotações de Albuquerque], além de autobiográfico, histórico, supõe o Autor [Freyre] ter reunido, não só dessa fonte como de arquivos públicos [...], um conjunto de informes sociologicamente significativos que concorram para uma ‘autobiografia colectiva’, de tipo como que weberianamente ‘ideal’..., do homem português e, neste caso, transformado – ou em fase aguda de transformação, como foi a aventura de Luiz de Albuquerque em Mato Grosso – em homem luso-tropical (1968a, p. 29; cf. também p. 97).

No entanto, Freyre, além de falar em “tipo como que weberianamente ‘ideal’”, refere-se também a Luiz de Albuquerque como um tipo

[...] simbólico e, por conseguinte, como indivíduo que, pelos seus característicos de personalidade e pelos seus actos e seu comportamento durante o período de sua

existência mais historicamente significativo [...], contribuiu para a ampliação de uma autobiografia colectiva antes dele já em desenvolvimento: a da transformação, no espaço e no tempo, do homem apenas português em homem luso-tropical (FREYRE, 1968a, p. 49; cf. também pp. 53, 72-73).

Nesse sentido, Freyre considera ser Luiz de Albuquerque um tipo sociológico privilegiado para a análise do fenómeno macrossocial do luso-tropicalismo, pois que o capitão-general representava, ao mesmo tempo, um Albuquerque; um hispano ou ibérico; um português fidalgo, católico e – contradição – pombalino; um oficial-engenheiro do Exército português etc. (FREYRE, 1968a, p. 54). E acrescenta que o seu estudo deste oficial português

[...] pretende sugerir de Luiz que ele teria sido parte de um processo historicamente sociológico ou sociologicamente histórico, em que a sua personalidade teria funcionado, repetindo outras do mesmo tipo: a de português fidalgo em acção construtiva no trópico (FREYRE, 1968a, p. 99).

Adiante, reafirma, ainda de forma mais clara:

É talvez o que mais se deva distinguir na personalidade e na acção que Luiz desenvolveria [...]: o facto de nessa personalidade e nessa acção terem-se juntado a constantes de português velho assimilações de técnicas e saberes norte-europeus, novos e até novíssimos, por ele postos a serviço de vasta empresa luso-tropical, iniciada sob a mesma congregação de actividades: a militar, completada pela técnica; a religiosa, completada pela científica; a intuitiva, pela racional (FREYRE, 1968a, p. 127).

2. Micro e macro na sociologia: individualismo metodológico, redução e superveniência

A discussão que vimos empreendendo nos permite, agora, fazer uma relação com um tema aparentemente distante das preocupações freyrianas: a articulação entre os níveis micro e macro da explicação social. Em que medida podemos supor que existe, em Gilberto Freyre, um tipo de explicação dos fenômenos sociais que está relacionado a esse problema metodológico?

Podemos partir da perspectiva de um posicionamento metodologicamente individualista. O individualismo metodológico deve ser compreendido aqui em sua vertente explicativa, ou seja, uma forma de reducionismo, uma injunção para explicar fenômenos sociais complexos em termos de seus componentes individuais, tanto quanto a biologia tenta explicar os fenômenos celulares em termos dos seus componentes moleculares (ELSTER, 1983).

Este tipo de reducionismo levar-nos-ia a explicar fenômenos complexos de forma simples. O reducionismo, portanto, seria a mais importante estratégia da ciência, tendo levado ao surgimento de disciplinas como a biologia molecular e a físico-química. No entanto, no âmbito das ciências sociais, é preciso concordar com Jon Elster e admitir que estamos longe de uma psicologia social ou de uma sociologia psicológica que tenha conseguido efetuar uma redução completa. Não haveria objeções a essa redução, mesmo que, contemporaneamente, ela só possa ser parcial (ELSTER, 1983)¹³.

Uma outra linha de argumentação, proposta por Garfinkel e Papineau (*apud* BHARGAVA, 1992), pressupõe que as explicações macro e micro têm objetos diferentes. O princípio da microrredução – para cada objeto existem duas explicações, uma reduzida à outra – não é possível porque resultaria em

explicações não do mesmo objeto, mas de dois objetos completamente separados. Teríamos, portanto, duas explicações irreduzíveis, e a microrredução falharia. Esses autores não negam que os objetos têm microexplicações ou microfundamentos, mas defendem que as explicações no nível micro constroem seus objetos de forma diferente, não competindo, assim, com as explicações no nível macro. As microexplicações seriam incapazes, portanto, de ameaçar a autonomia das macroexplicações.

Bhargava (1992) chega a afirmar que uma visão pragmática nos mostra que uma explicação que postula uma relação entre fatos existentes completamente independentes dos indivíduos que os analisam não existe. A explicação tem um componente do qual não se pode escapar: é construída com propósitos epistêmicos específicos.

O argumento pragmático afirma que tanto o não-individualista quanto o individualista têm razão ao afirmar que as explicações causais são indispensáveis.

Outro tópico de especial relevância no debate sobre o Individualismo Metodológico, como projeto de redução, é a questão posta por Bhargava a respeito de indivíduos típicos ou efetivos (particulares) como unidades de redução de fenômenos sociais típicos ou efetivos.

Esse autor defende a idéia de que reduções devem envolver indivíduos típicos, não qualquer conjunto de indivíduos que, em algum momento, participam da construção de uma entidade social em questão. Todas as microrreduções estariam referidas a entidades típicas em diferentes níveis de generalidade e não diriam respeito a quaisquer entidades particulares que, em um determinado momento, constituem a macroentidade. Uma explicação em termos de tais entidades particulares, chamada de microexplicação, poderia ser válida, mas não seria uma microrredução.

Segundo Bhargava, a microrredução deve encerrar uma explicação em termos de indivíduos que conformam um fenômeno social típico e não envolve a explicação de entidades sociais particulares.

Tomemos um exemplo no campo das ciências naturais: a relação água-H₂O. Parte-se do suposto de que existem diferenças entre amostras específicas e amostras típicas de água. Qualquer amostra particular de água contém um grande número de impurezas. Então, uma amostra particular de água nunca poderá ser identificada com os constituintes “originais” da água. Se, analogamente, imaginamos todos os atributos contingentes dos indivíduos, um grande número de “impurezas” também ocorrerá. Então, a redução da entidade social para esses indivíduos efetivos poderá não funcionar nem ser desejável.

Uma objeção plausível a esta discussão é que, no mundo social, não existem dois indivíduos iguais, o que tornaria a redução, através de elementos típicos, aparentemente, problemática. Em outros termos, os componentes psicológicos dos indivíduos podem variar de uma forma que não seria captada pela atribuição de elementos psicológicos típicos (os microcomponentes) a eles. Assim, nas ciências sociais, esta diferença pode ser significativa, pois a substituição dos atributos “encontrados” pelos típicos pode mudar a identidade de um indivíduo humano. Haveria diferenças até entre um conjunto de propriedades típicas e todas as propriedades, as quais apenas de modo contingente pertencem a indivíduos.

À guisa de finalização deste tópico, nos parece útil inserir no debate o conceito de “superveniência”, como proposto por Little (1991). A idéia deste autor é que fenômenos sociais têm superveniência sobre as ações e as crenças individuais, permitindo-nos absorver a exigência de que os fenômenos sociais são completamente dependentes dos conjuntos de indivíduos,

sem os perigos da redução radical. Ao contrário da tese radical, podemos conviver com o fato de que os fenômenos sociais têm superveniência sobre os fenômenos individuais, mas isto não implica que os conceitos e as explicações sociais necessitam de redução a conceitos e explicações no âmbito individual, que transformem em exigência metodológica a redução, que é uma estratégia analítica, mas não exclusiva.

Essa breve discussão sobre o individualismo metodológico e alguns de seus desdobramentos – a redução, suas possibilidades e seus inconvenientes – deve ser conectada com a obra de Gilberto Freyre. É certo que sua obra é pródiga em utilizar as trajetórias de indivíduos concretos para ilustrar processos de mudança social: políticos, proprietários rurais, médicos, advogados, padres, jogadores de futebol etc. são elementos constituintes da narrativa analítica freyriana. Assim, a questão central que se anuncia é: em que medida a utilização de biografias e de trajetórias de vida individuais insinua uma posição metodologicamente individualista ou mesmo um projeto de redução? Ou haverá, meramente, a descrição de processos sociais “ilustrados” por trajetórias individuais, o que configuraria a aproximação com a idéia de superveniência proposta por Little? A utilização de indivíduos históricos concretos permite a afirmação de que a obra de Freyre tem a preocupação de fundamentar, no âmbito da ação individual, processos sociais mais amplos?

Tais questões servirão como referência para o desenvolvimento da análise que faremos de parte da obra de Gilberto Freyre referente ao futebol.

3. Os fenômenos macrossociais no futebol e os heróis futebolísticos de Gilberto Freyre

A análise sociológica de Freyre é pautada por uma recorrente operação metodológica, qual seja, a articulação dos processos sociais mais gerais com a

vida concreta de alguns personagens da história brasileira. Ora ele invoca a vida de Joaquim Nabuco, ora a do Pe. Ibiapina, ora a de outros personagens. No que se refere às suas teses mais gerais sobre o futebol, cita Leônidas, Garrincha e Pelé.

Freyre trata de um processo macrosociológico extremamente complexo dado o número – inferimos – de variáveis envolvidas. Note-se que é o próprio Freyre que, teórica e metodologicamente, aumenta a complexidade do problema ao chamar a atenção do leitor para os aspectos culturais e psicológicos, além dos fatores econômicos, envolvidos. Mesmo assim, sua análise indica uma passagem direta e imediata desse plano mais geral para a esfera da vida concreta: a do velho Félix Cavalcanti. Nesse sentido, parece haver a crença de que indivíduos concretos – não abstratos ou típicos – são portadores dos processos sociais. Em outras palavras, o processo social mais geral e, de certa forma, abstrato, que é a decadência do patriarcado rural, revela-se em sua inteireza na vida do patriarca decadente que foi o velho Félix. A transposição do nível macro para o nível micro é direta, sem intermediações. Porém, há de se atentar para o fato de que Freyre faz uma análise à parte de outros fenômenos sociais que, na realidade, estão subordinados ao processo macrosocial. Afirma nosso autor:

O regime de economia privada dos sobrados, em que se prolongou quanto pôde a antiga economia autônoma, patriarcal das casas-grandes, fez do problema do abastecimento de víveres e de alimentação das famílias ricas, um problema de solução doméstica ou particular [...] [foi] o caso de Félix Cavalcanti de Albuquerque (FREYRE, 1951, p. 363).

Embora formalmente subordinada ao processo de decadência da economia baseada no

patriarcalismo rural, a questão do abastecimento de víveres é tratada como um fenômeno em si. Se pensarmos no esquema:

processo macrosocial→**processo mesossocial**→**processo microsossocial**,

veremos que Freyre não trabalha dentro dessa lógica, mas de forma que os dois níveis de maior abrangência analítica, independentes entre si, são conectados às biografias de personagens concretos. A vida do velho Félix ilustra simultaneamente os processos meso e macrosociais sem que façam parte de uma operação teórico-metodológica, como ilustrado no fluxo macro-meso-micro aludido.

Um outro fenômeno interessante analisado por Freyre é o cenário cultural nesse período de transição tratado em *Sobrados e Mucambos*. No processo de decadência do patriarcalismo rural brasileiro, Freyre atribui um peso considerável ao fato de os valores dessa estrutura social começarem a se desagregar, graças ao surgimento de novos valores culturais, eminentemente urbanos, cultivados pelos novos bacharéis de formação cosmopolita, isto é, européia. Com efeito, Freyre acentua que a decadência do patriarcado rural não se deve somente à decadência de um tipo de economia baseada na escravidão, mas também ao crescimento dos centros urbanos e ao surgimento de uma classe burguesa, de novas profissões e da ascensão dos bacharéis, muitos deles mulatos. Como muitos desses novos personagens tiveram formação acadêmica em importantes universidades européias (Montpellier e Coimbra, principalmente), trouxeram consigo valores socioculturais correntes no cenário cultural europeu de então.

Assim é que muitos dos nossos literatos abraçaram os ideais românticos não apenas como valores estéticos, mas também como modo de vida – diz Freyre que o Pe. Gama se alarmava com a aparência doentia

dos jovens do seu tempo. Vários são os exemplos de escritores que morreram antes dos 25 anos – Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire, entre outros, que tinham como ideal de vida uma certa morbidez por morrer jovem.

Concomitante a essa mudança de valores, se observam outros dois processos sociais em evidência: a ascensão do jovem bacharel e a do mulato. Muitas vezes, esses dois processos foram vividos pelo mesmo sujeito – jovem bacharel e mulato – que começa a ocupar o lugar dos mais velhos. Gradativamente, os novos bacharéis foram assumindo cargos importantes no aparato estatal (FREYRE, 1951, p. 240) ou mesmo o comando dos negócios dos patriarcas, através do casamento com as filhas desses senhores. Esses fenômenos sociais estão todos ligados e nada se fez sem atritos. Por mais longo e imperceptível que seja um processo de mudança social, na concepção de Freyre, este não se dá de forma suave e sem impacto na vida das pessoas envolvidas. Assim é que emerge da análise freyriana a idéia de que havia um certo desconforto psíquico, quase físico, por parte dos bacharéis, sobretudo dos bacharéis mulatos, alguns dos quais terminaram por aderir, explica Freyre, a movimentos revolucionários.

Em suma, temos aqui três fenômenos macrosociológicos: ascensão dos jovens bacharéis, ascensão de mulatos (processos de mobilidade social) e surgimento de um conjunto de valores culturais urbanos, baseado nos ideais românticos (processo de mudança cultural). Freyre os exemplifica fartamente com a descrição de diversas histórias de vida, mas, para alguns dos aspectos desses fenômenos, seu exemplo mais caro é o poeta Gonçalves Dias.

Com efeito, a vida ímpar de Gonçalves Dias serviu para que Freyre pudesse ilustrar, a um só tempo, esses fenômenos que, na sua avaliação, ocorreram

concomitantemente ao processo de decadência do patriarcalismo rural. Gonçalves Dias era – Freyre enfatiza várias vezes (FREYRE, 1951, pp. 240, 284, 975-976) – um bacharel mulato e poeta romântico que morreu aos 40 anos. Em outras palavras, Freyre opera mais uma vez o artifício teórico-metodológico que vimos anunciando neste trabalho: a ligação direta entre um ou mais fenômenos macrosociológicos e a trajetória singular de um determinado indivíduo.

Dito isto, é possível identificar, nos escritos de Gilberto Freyre sobre futebol, dois processos macrosociológicos, a saber: 1) o futebol permitiu a ascensão e a integração de negros e mulatos à sociedade brasileira; e 2) o futebol jogado no Brasil é *dionisíaco*, em oposição ao futebol praticado, por exemplo, na Inglaterra, que seria *apolíneo*¹³.

O primeiro fenômeno está obviamente ligado à tese mais geral de Freyre – exposta com maior clareza no capítulo XI “A ascensão do bacharel e do mulato”, de *Sobrados e Mucambos*, já detalhado acima.

Pois bem, embora não tenha tal visibilidade nem este grau de detalhamento, é possível localizar nos escritos de Freyre – escondida no meio da outra tese, sobre dionisíacos e apolíneos – argumento semelhante acerca da ascensão social de jogadores negros e mulatos na sociedade brasileira.

Freyre é quase que lacônico sobre isto, mas é possível inferir o processo social envolvido a partir da obra de Rodrigues Filho (2003), prefaciada pelo nosso autor. O futebol chegou aqui trazido por ingleses e brasileiros anglicizados e foi adotado pela elite brasileira. O jogo se desenvolveu sendo praticado, de forma amadora, por filhos de famílias ricas. Nossos primeiros times estavam ligados aos clubes desta elite. Neste contexto, não havia espaço para a gente pobre e negra. Os times aristocráticos recusavam-se a aceitar jogadores negros ou mesmo mulatos.

Gradativamente, começaram a surgir alguns times, principalmente ligados a fábricas, com jogadores negros e mulatos. Outros, como foi o caso do Vasco da Gama, ligado a comerciantes portugueses, usavam muitos jogadores negros. Com o sucesso destes times nos campeonatos regionais, houve a passagem, traumática, para o profissionalismo. Os times puderam, então, empregar jogadores pagos dedicados ao futebol.

Ao que parece, apesar de continuar a haver racismo, os jogadores negros eram cada vez mais admirados em campo (Cf, DaMATTA, 2006). Se até meados da década de 1960, os jogadores não faziam fortuna com o futebol, a partir daí começaram a fazer contratos mais vantajosos até chegar às cifras astronômicas recebidas por alguém como Ronaldinho Gaúcho.

Este processo todo levou, segundo Freyre, a uma maior integração do negro na sociedade brasileira e à sua maior aceitação pelos brancos, como é reconhecido pelo próprio autor, na 2ª edição, ampliada, de *Sobrados e Mucambos*, no capítulo intitulado “Em torno de uma sistemática da miscegenação no Brasil Patriarcal e Semipatriarcal”:

Observa-se, entretanto, nas gerações mais novas de brasileiros – gerações menos atingidas por aquela diferença de garantias sociais – a ascensão do mulato não só mais claro como mais escuro, entre os atletas, os nadadores, os jogadores de foot-ball, que são hoje, no Brasil, quase todos mestiços (FREYRE, 1951, p.1068).

Deve-se atentar para o fato de ser este um processo social extremamente amplo que perpassa décadas de nossa história. Porém, seguindo a operação teórico-metodológica já aludida, Gilberto Freyre o resume todo na figura de Pelé. Diz ele, em entrevista a Lenivaldo Aragão:

Eu acho que o futebol valorizou muito o negro. Você vê hoje Pelé disputado por brancas. Pelé hoje escolhe quem quiser entre brancas e grã-finas. Como é que se fez a carreira de Pelé? Fez-se através do heroísmo no futebol. Ele foi um herói do futebol brasileiro e conagraçou muito o brasileiro branco com o brasileiro de cor (Jornal do Commercio, 10/04/2000).

Apesar do primarismo do exemplo, não cabe nos objetivos deste artigo discuti-lo, mas tão somente chamar a atenção para o fato de Pelé ser tratado como ator sociológico ímpar. O camisa 10 santista não somente sintetizaria – para Freyre – todo o processo macrosociológico de integração do negro à sociedade brasileira, mas é, ele próprio, vetor principal de tal processo. Observe-se que se, nas suas primeiras obras, Freyre não se utiliza de heróis na sua sociologia histórica, como queria Skidmore, este trecho não deixa dúvidas com relação ao papel exercido por Pelé.

No que se refere ao segundo fenômeno macrosociológico, Gilberto Freyre aplica ao futebol a mesma tese mais geral através da qual pretende explicar o Brasil, qual seja, a de que uma civilização particular – a que se pode chamar de luso-tropical – aqui se desenvolveu a partir da confluência de três contribuições culturais distintas: a do português, a do negro e a do índio. A conjunção destas três culturas teria gerado uma certa disposição corporal propensa a uma certa flexibilidade de movimentos, a uma certa ginga etc.

Aplicada ao futebol, esta tese procura explicar o jeito brasileiro de jogar, voltado ao drible, à ginga, à firula, à dança etc. Na expressão de Freyre, uma forma dionisíaca de jogar, em oposição à forma apolínea européia (racional, metódica, planejada, angulosa) (Cf. FREYRE, 1938, 1947, 1951, 1955a, 1955b, 1974a, 1974b, 2000 e 2003; BARRETO, 2004b; DaMATTA,

2006, pp. 68-69, 83-84; MARANHÃO, 2006). Em artigo publicado pelo *Diário de Pernambuco*, em 30 de junho de 1974, durante a Copa do Mundo da Alemanha, Freyre resumiu este processo histórico:

No Brasil, o futebol começou como simples arremedo colonial do inglês e jogado principalmente por ingleses ainda meio vitorianos, desgarrados no trópico brasileiro; ou por jovens elegantes anglicizados no seu modo de ser esportivos. Apolíneos, portanto. Mas à medida que se desenvolveu, que se abrasilhou, que se tropicalizou, que adquiriu o ritmo de um novo tempo social, sem deixar, é claro, de ser futebol, tornou-se brasileiro. Vibrantemente brasileiro. Dionisiaco. Com alguma coisa de ágil nos seus passos de jogo como que afrobrasileiramente dançado. E assim se veio afirmando até tornar-se quase perfeito, no seu modo de ser ao mesmo tempo futebol e brasileiro¹⁴.

Esta mudança social, segundo a tese freyriana, se expressa a partir de três processos sociais: primeiro, um processo físico que se refere ao tamanho do pé dos negros e seus descendentes em contraposição ao dos brancos. Freyre afirma que, se comparados aos europeus em geral, os negros tinham pés menores e, portanto, mais ágeis. Isto teria permitido um maior controle da bola.

O pé caracteristicamente brasileiro pode-se entretanto dizer que continua, em largos trechos do país, o pé pequeno que o mulato tem certo garbo em contrastar com o grandalhão, do português, do inglês, do negro, do alemão. O pé ágil mas delicado do capoeira, do dançarino de samba, do jogador de foot-ball pela técnica brasileira antes de dança dionisiaca do que de jogo britanicamente apolíneo (FREYRE, 1951, p. 991).

Na linguagem contemporânea de DaMATTA (2006, p. 157):

O fato é que esse jogo britânico do ‘pé na bola’ foi interpretado no Brasil como a arte da ‘bola no pé’, o que mudou tudo. Num caso a bola é um atrapalho a ser rebatido, despachado ou chutado com o pé que, afinal foi feito para isso mesmo; no outro, entretanto, descobre-se uma afinidade inusitada entre o pé e a bola que agora tem com esse pedaço do corpo humano uma séria afinidade e uma atração que é uma das marcas mais importantes do futebol brasileiro.

O outro processo, intimamente ligado a este primeiro, diz respeito à capacidade que teria o brasileiro – aqui equacionado por Freyre com o negro/mulato [“Psychologicamente, ser brasileiro é ser mulato” (FREYRE, 1938)] – de, por causa de seu pé, transformar tudo em dança. Não em qualquer dança, mas na dança dionisiaca, pois como afirma o nosso autor:

Ocorre, é certo, a adaptação de danças e jogos importados de um tipo de cultura à configuração psico-social de tipo diverso. Mas sofrendo recriação ou deformação. O inglês dança a rumba, tornando-a antes apolínea que dionisiaca. O mestiço brasileiro, o baiano, o carioca, o mulato sacudido do litoral, joga um futebol que não é mais o jogo apolíneo dos britânicos mas uma quase dança dionisiaca (FREYRE, 1957, p. 393. grifos no original).¹⁵

Em outras palavras, se por sua formação, os britânicos tornam a rumba em uma dança apolínea, os brasileiros, dada a sua descendência africana, transformam a mesmíssima rumba em uma dança dionisiaca.

Processo semelhante se dá no futebol. Este

esporte bretão, jogado somente com os pés pelos britânicos, seria jogado no Brasil com todo o corpo – à exceção das mãos, naturalmente –, isto é, com a ginga da cintura (Cf, DaMATTA, 2006), o que permitiu o desenvolvimento de “um jogo inteiramente diferente”, na expressão de Aidan Hamilton (2001). No texto, já muitíssimo citado de 1938, Freyre define o fenômeno:

Os nossos passes, os nossos pitu's, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, o alguma coisa de dança e de capoeiragem que marca o estylo brasileiro de jogar foot-ball, que arredonda e adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantissimo para os psychologos e os sociólogos o flamboyant e ao mesmo tempo malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil. Acaba de se definir de maneira inconfundível um estylo brasileiro de foot-ball; e esse estylo é mais uma expressão do nosso mulatismo agil em assimilar, dominar, amollecere em dança, em curvas ou em musicas technicas europeas ou norte-americanas mais angulosas para o nosso gosto; sejam ellas de jogo ou de architectura [...]” (FREYRE, 1938).¹⁶

Portanto – e aqui entra o terceiro processo –, os diversos africanismos que marcam a sociedade brasileira são sublimados e transformados na dança dionisíaca que é o nosso futebol.

Vamos dar o corte. Observemos a seguinte descrição:

(...) Acabo de assistir ao jogo dos brasileiros. Serão eles animais de cinco pernas? Não! Há entre eles um que tem seis. Refiro-me a Leônidas. Cabelos esticados,

pele escura como um grão de café torrado, pequeno de corpo. Mas sua vivacidade é verdadeiramente desconcertante, sua velocidade insuperável. O *comandante brasileiro avança como um raio, infiltra-se como uma flecha e lança bólidos contra o arco contrário*. Leônidas não pesa 60 quilos e pouco que seja atirado ao solo pelo inimigo. *Esse homem de borracha, na terra ou no ar, possui o dom diabólico de controlar a bola em qualquer posição*, desferindo chutes violentos – não importa de que forma – *quando menos se espera*. Numa partida, Leônidas deve beijar a grama uma vez por minuto. Mas não tem importância, pois quando se levanta, de um salto, está de novo pronto para a luta. E quando seus adversários pensam tê-lo dominado, *ele toma posição horizontal, os pés estendidos, qual uma flecha no ar. Nessa posição de fera atingida, vi Leônidas executar uma série de tesouras com as pernas, aproveitando um centro e golpeando a bola de costas para o gol*. Certamente, seus companheiros são grandes jogadores. Mas se tivessem esquecido Leônidas no Rio, nosso assombro hoje seria menor. Quando Leônidas faz um gol, pensa-se estar sonhando, esfregam-se os olhos. Leônidas é a magia negra! (Raymond Thourmagen *apud* RIBEIRO, 1999, p. 91. Grifos nossos).

Esta é a descrição entusiasmada do correspondente do *Paris Match* sobre a atuação de Leônidas na Copa do Mundo de 1938. Como se pode observar, vários trechos da sua descrição remetem diretamente a algumas das características do futebol brasileiro imortalizadas na obra de Gilberto Freyre, Mario Rodrigues Filho, Nelson Rodrigues, entre outros.

Sem o recurso da televisão, as pessoas dependiam de descrições como essas. E foi no calor do impacto do futebol brasileiro na França de 1938 que

Freyre escreveu o seu famoso “Football Mulato”. Para os nossos interesses neste trabalho, vale ressaltar que daí por diante, Freyre começa a fazer referência a Leônidas como o jogador que sintetizaria as qualidades do futebol brasileiro tal como pensado por ele. Nesta operação teórico-metodológica, Freyre aponta Leônidas como o ator que portaria – como o ‘velho’ Félix Cavalcanti no que respeita à decadência do patriarcalismo rural – as características do futebol brasileiro, como fica claro nas passagens que se seguem:

É curioso observar hoje – largos anos depois dos dias de repressão mais violenta a tais africanismos [o batuque, o samba, a capoeiragem etc] – que os descendentes dos bailarinos da navalha e da faca como que se vêm sublimando nos bailarinos da bola, isto é, da bola de *foot-ball*, do tipo dos nossos jogadores mais dionisíacos como o preto Leônidas [...] (FREYRE, 1951, pp. 881-882).

[...] O futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e de variações dionisíacas que é. A dança dançada baianamente por um Leônidas [...] (FREYRE, 2003, p. 25).¹⁷

Vamos dar outro corte. Observemos a descrição do primeiro treino de Garrincha no Botafogo:

(...) Garrincha estava na cerca, esperando. A tarde caía, daqui a pouco o treino ia acabar. De repente, Gentil Cardoso se vira e chama-o:

- Você aí. Entre.

Garrincha entrou. A sorte dele foi a de que o beque que ia marcá-lo se chamava Nilton Santos. Garrincha pegou a bola, parou diante de Nilton Santos, as pernas tortas, fez que ia, não foi, foi.

Quem estava em General Severiano viu o que nunca esperava: um novato de pernas tortas, derrubar Nilton Santos num drible. Nilton Santos estava no chão, de pernas para o ar (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 310).

Ou estas outras passagens:

(...) Garrincha tinha sido barrado depois de um gol na Fiorentina [da Itália], o último de uma vitória de quatro a zero. Driblara toda a defesa italiana, inclusive o goleiro, o gol estava vazio, mas esperou que o beque voltasse para tirá-lo de debaixo dos três paus com outro drible. O beque saiu do gol, quando viu Garrincha entrando, de bola e tudo, quis voltar e bateu com a cara na trave (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 324).¹⁸

Gilberto Freyre, tendo lido a obra de Mario Filho e, certamente, visto pela televisão as jogadas de Garrincha¹⁹, estava ciente do tipo de jogador que ele era. Os dribles desconcertantes, a ginga, a dança diante dos zagueiros, os zagueiros no chão de pernas para o ar etc, impressionaram o nosso autor. Assim, mais do que Leônidas, Garrincha passa, para Freyre, a simbolizar toda a concepção de futebol brasileiro dionisíaco. Felizmente, Lenivaldo Aragão fez a pergunta crucial em uma entrevista publicada somente depois da morte de Freyre. Vale a pena reproduzir a seqüência na íntegra:

- **Qual a explicação para esse destaque do jogador negro? GF** – A grande explicação é que o brasileiro recebeu o jogo inglês chamado “foot-ball” e toda terminologia em língua inglesa. Depois é o que brasileiro abraçei. Mas o brasileiro não abraçei somente a terminologia. O brasileiro recriou o futebol,

e recriando o futebol, aproximou esse jogo – que para os ingleses era um jogo hirto, reto – de uma dança. O futebol brasileiro é realmente uma dança, com grande influência do samba. Você vê sua beleza, pois é um jogo que exercita muito a capacidade improvisadora do jogador. Vários especialistas, que às vezes têm tomado conta do futebol brasileiro e querem fazê-lo voltar a ser um jogo europeu, criticam seu estilo. Pra mim é uma virtude. O brasileiro adaptou o futebol à sua própria vocação para a dança, para o baile, para a agilidade nos pés e nas pernas.

- Haveria um jogador que sintetizasse todas essas tendências?

GF – *Quem eu creio que foi um grande acrobata, o que é até um paradoxo, já que ele era quase aleijado, foi Garrincha. Você vê que Garrincha tinha momentos em que dançava mais do que Pelé. E dançava com as pernas tortas. Ele tinha lances de bailarino, eu acho que ainda não houve uma justa avaliação de Garrincha. Acho que é preciso, que haja uma grande história do futebol brasileiro, escrita por alguém que saiba escrever literariamente, que entenda o jogo e que se informe sobre fatos históricos, sobretudo, sobre essa transição. Um jogo que começou elitista. Os rapazes ricos que iam à Europa trouxeram a novidade e só sabiam jogar imitando os ingleses, estes elitistas. Daí, o jogo numa transição magnífica que honra o Brasil, passa a ser um jogo quase contrário ao jogo originalmente inglês. Passa a ser um jogo de grande mobilidade. O jogo inglês é quase parado, paradoxalmente. Viva tantas combinações, que é um jogo de cooperação. Quase não admite a competição, enquanto o futebol brasileiro é competitivo e é aberto, permitindo improvisações. Com essa transformação, o*

vitorioso, o grande vencedor foi o Brasil, foi o povo brasileiro. É um jogo popular. Tudo está bem contido no caráter, no temperamento, nas vocações do brasileiro (FREYRE, 2000. Grifos nossos).

Porém, há de se acentuar aqui que a tese do Brasil dionisíaco versus Europa apolínea é um pouco mais complexa do que deixa antever a dicotomização referendada e difundida pelo próprio Freyre para realçar a sua visão.

É óbvio que nem todos os jogadores brasileiros tiveram ou têm a performance de Leônidas ou Garrincha. Consideremos o caso de Domingos da Guia:

(...) O caso se passou assim: num ataque uruguaio, a pelota que estava nos pés de Dorado adiantou-se. Domingos e o perigosíssimo ponta correram para sua conquista. Domingos conseguiu apossar-se da esfera. Mas a situação não se modificou nem assim; o perigo continuava. Como poderia o beque nacional devolver a bola a meio campo se o inimigo o perseguia implacável? Momento de indescritível emoção: silêncio impressionante. Foi então que, quase na linha de córner, Domingos praticou a jogada magistral: deu um 'dribbling' de corpo, fingindo que ia se encaminhar em direção ao arco de Velloso e, súbito, volveu para o lado contrário. Iludido, Dorado correu em sentido diverso ao que efetivamente o nosso craque seguiu...

Esta é a descrição de Rodrigues Filho, transcrita por Hamilton (2005, p. 74). Note-se que Domingos praticou um drible de corpo, comum, seguindo as concepções de Rodrigues Filho e de Gilberto Freyre, ao jeito brasileiro de jogar futebol. Porém, a sua elegância ao jogar talvez esteja descrita nas palavras de

Arthur Friedenreich, um dos maiores artilheiros brasileiros de todos os tempos, no *Jornal dos Sports* de 3 de maio de 1933:

Individualmente, jogávamos melhor há dez anos passados. Se digo isso não posso dizer: o futebol era mais eficiente. O padrão de jogo mudou. Domingos modificou, completamente, o jogo dos beques. Trouxe todas as virtudes de um ‘center-half’ para a zaga. Calmo, imperturbável, só intervém no momento preciso. O perigo se aproxima e ele conserva a mesma impassibilidade. Deixa que o adversário sonhe com um gol que não se realiza, porque ele vai agir (*apud* HAMILTON, 2005, p. 122).

A calma, a frieza, a impassibilidade de Domingos da Guia vão dominar as imagens perpetuadas do seu jeito de jogar. Dessa forma, Rodrigues Filho, sempre no seu estilo hiperbólico, vai comparar Domingos com Machado de Assis, como se fossem dois ingleses desterrados nos trópicos. Rodrigues Filho vai equalizar as qualidades do jogador e do escritor com qualidades tidas idealmente como o modo de ser inglês. Leiamos a sua análise:

Domingos gingava o corpo, mas não se desmanchando todo, como Leônidas. Dançando o samba, jogando futebol. A sobriedade de Domingos chocava como uma coisa vinda de fora. Da Inglaterra. Tanto que quando se queria dar uma idéia de Domingos vinha-se logo com futebol inglês. O futebol inglês como a gente imaginava. Pelas anedotas de inglês tão do gosto brasileiro. O inglês frio, incomovível. As anedotas de inglês sendo, para Domingos, o que Sterne foi para Machado de Assis. De uma certa forma, Domingos foi o Machado de Assis do futebol brasileiro. Inglês por fora, brasileiro por dentro. Sobre tudo

carioca [...] (RODRIGUES FILHO, 2003, p. 216-217).

Freyre aceita esta visão e procede a operação analítica que vimos mostrando aqui: Domingos da Guia se torna o modelo de jogador apolíneo entre dionisíacos. Assim é que no famoso prefácio à obra de Rodrigues Filho, ele escreve:

(...) A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol que de um jogador um tanto álgido como Domingos, admirável em seu modo de jogar mas quase sem floreios – os floreios barrocos tão do gosto brasileiro – um crítico da argúcia de Rodrigues Filho pode dizer que ele está para o nosso futebol como Machado de Assis para a nossa literatura, isto é, na situação de uma espécie de inglês desgarrado entre tropicais. Em moderna linguagem sociológica, na situação de um *apolíneo* entre *dionisíacos* (FREYRE, 2003, p. 25. Grifos no original).

Para finalizar esta seção, ressalte-se que – diferentemente do que ele faz em suas obras mais conhecidas –, nos seus escritos sociológicos sobre futebol, Freyre procede de uma forma a usar o nome de Leônidas no plural, metonimizado, para denotar que, embora este ator individual seja sujeito irreduzível, ele representa a síntese do modo dionisíaco do futebol brasileiro. É por isso que Freyre utiliza a expressão “os Leônidas” e se refere a este processo em pelo menos uma ocasião. Em 1955, em artigo para a revista *O Cruzeiro*, Freyre escreve o seguinte:

(...) Que significa ser um jogo predominantemente individualista no seu estilo? Pura anarquia? O inteiro sacrifício do grupo aos caprichos dos indivíduos? De certo modo

não. Significa constante interação entre o esforço coletivo do grupo e as façanhas, as iniciativas, os próprios improvisos de indivíduos que, assim agindo, destacam-se como heróis, exibem-se, como bailarinos-mestres, acrescentam-se à rotina do jogo, não só em benefício próprio como em benefício do grupo. E o que fazem no futebol brasileiro os Leônidas que assim procedendo, procedem sob o impacto da herança africana de cultura, que tende a fazer dos jogos, danças e até bailados. Aquêles em que o indivíduo não se dissolve de todo no grupo, mas conserva certas e essenciais liberdades de expressão heróica e de exibição dramática (Freyre, 1955).

E encontra eco em Vilanova (1999, p. 128), que afirma:

[...] nisso reside seu [de Freyre] gosto pelo biográfico, sublinhando na personagem individual o ponto de intersecção das correntes de pensamento social, político, literário, ressaltando, dialeticamente, no indivíduo o social, e na dessubjetividade do social o indivíduo historicamente relevante.

Considerações finais

Afinal, podemos dizer que a redução é um procedimento metodológico utilizado na obra de Gilberto Freyre? Em outras palavras, os processos sociais complexos são explicados em termos dos seus componentes individuais? Mesmo se considerarmos as objeções de Little e Elster, de que não se pode encontrar leis nas ciências sociais, e ficarmos apenas com mecanismos como substitutos das leis, em Freyre, haveria uma conexão dos mecanismos no nível macro com mecanismos no nível micro? E, finalmente, se, em Freyre, os indivíduos que “exemplificam” os processos sociais não são indivíduos típicos, mas concretos,

inviabilizando a idéia de que a explicação em Freyre se assemelha à redução, podemos falar então de superveniência na obra deste autor?

Os argumentos desenvolvidos na parte 3 deste trabalho revelam como Freyre conecta processos macrossociais – como a transformação do futebol brasileiro de francamente inglês em dionisíaco e a integração social do negro à sociedade brasileira graças ao seu papel no futebol, a aceitarmos a sua visão – com figuras históricas: Leônidas, Garrincha e Pelé, respectivamente (mais Domingos da Guia, como que representando a sobrevivência de um estilo apolíneo em nosso futebol). Juntos, estes protagonistas da história do nosso futebol aparecem com frequência na explicação freyriana do nosso “jogo inteiramente diferente”.

Freyre parece utilizar – de forma combinada, na tentativa de articular o nível mais abrangente de sua explicação a trajetórias de vida dos indivíduos tomados como exemplo – princípios que lembram ora um processo de redução mais rigoroso (fenômeno macrossingular – indivíduos típicos), ora uma articulação mais superficial das trajetórias particulares com fenômenos macrossociais aludidos (fenômenos sociais macroparticulares – indivíduos particulares). Contudo, certamente a inclinação freyriana por uma sociologia da biografia, aliada a uma despreocupação metodológica em termos dos cânones explicativos, parece indicar princípios que mais se aproximam de uma microexplicação de certa forma enfraquecida – em que os indivíduos típicos são apenas coadjuvantes, predominando as figuras históricas exemplares, quase que portadoras típicas dos processos sociais que o autor quer entender e explicar –, do que propriamente de uma microrredução, se seguirmos as distinções propostas por Rajeev Bhargava e apresentadas na parte 2 deste artigo.

Se, por um lado, a opção metodológica do autor perde em rigor analítico, por outro, as objeções que levantamos quanto à factibilidade de um projeto de redução radical como estratégia válida para as ciências sociais parecem legitimar, em algum grau, a escolha de Freyre por uma modalidade de associação entre processos sociais e indivíduos não-típicos, ou, em outros termos, biografias individuais. Essa posição daria conta das sutilezas e das nuances que a variação individual comporta, evitando a padronização que uma opção por indivíduos típicos carregaria. Ademais, em Freyre, a explicação sociológica é também histórica, contingencial. Nesse caso, nem os processos macrosociais seriam típicos.

Se o que dissemos acima é verdadeiro, e não temos efetivamente redução ao nível micro em Freyre, a idéia de superveniência, aqui proposta a partir de algumas das idéias de Little e Ryan, parece deixar um campo mais aberto para o enquadramento da explicação freyriana. Pois os microprocessos psicossociais específicos identificados nos inúmeros biografados de Gilberto Freyre podem articular-se, com menos problemas, aos mecanismos sociais mais amplos propostos pelo autor sem que, necessariamente, sejam os exemplares por excelência daqueles processos. A explicação dos “casos”, portanto, ilustra e exemplifica os “processos” sem, contudo, esgotá-los. Menos do que redução, a explicação em Freyre se configura como uma forma não-intencional de superveniência que, articulando os níveis macro e micro de uma forma relativamente frouxa, aponta, ainda que de maneira incipiente, para os temas da agência e da estrutura.

Notas

- 1 Este trabalho – no que se refere a problemas de teoria sociológica nele tratados, assim como muitas outras passagens – está baseado em artigo que publicamos na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Aplicamos as idéias ali desenvolvidas à análise que Gilberto Freyre produziu do futebol jogado no Brasil. **Agradecemos a Túlio V. Barreto** a cessão de cópias dos artigos que Gilberto Freyre publicou sobre futebol na imprensa. No que respeita à análise do material referente ao futebol, desenvolveu-se sob os auspícios de uma bolsa de produtividade concedida pelo CNPq.
- 2 O termo “homem de carne e osso”, correlato a “homem concreto”, sem qualquer conotação biológica, é largamente usado por vários comentaristas de Freyre (ver, por exemplo, AGUIAR, 1999), para acentuar o fato de que a concepção freyriana de homem não se reduz a tipologias sociologizantes.
- 3 A maior parte dos trabalhos sobre a obra de Freyre concentra a atenção nos processos sociais empíricos *em si*, mais do que na problematização acerca da construção de um modelo teórico-metodológico para a explicação freyriana.
- 4 Estamos atentos tanto às complexas relações que se estabelecem entre a perspectiva sociológica e a perspectiva histórica nas ciências sociais, quanto à relevância que esse tópico tem na obra de Gilberto Freyre, em especial.
- 5 Nas citações de Freyre, procuramos manter a grafia da época.
- 6 Ressalte-se, no entanto, que Freyre (1974b), em crônica acerca da derrota do Brasil frente à Holanda, em 1974, na Copa do Mundo da Alemanha, trata Johan Cruyff, craque holandês, como herói.
- 7 Cf. Freyre (1968a, p. 101), em que se pode observar claramente sua tese. Ver também a esse respeito, Bastos (1995, p. 71; 1999a, p. 320; 1999b, pp. 328, 335, 336-337, 345), entre outros.
- 8 Ressalte-se que Freyre também dedicou páginas a pessoas que ele admirava e que nada tinham a ver com o Brasil. Nesse caso, incluem-se, entre outros, o opúsculo sobre Walt Whitman, poeta que ele tanto admirava, e os capítulos sobre Amy Lowell e H.L. Mencken.
- 9 É nítida a proximidade entre o procedimento empático proposto por Freyre e aquilo que se convencionou chamar de método *Verstehen* nas ciências sociais.
- 10 A única edição brasileira, segundo dados da *home-page* da Fundação Gilberto Freyre, foi publicada em 1978 pela Fundação Cultural de Mato Grosso. A edição usada aqui é a portuguesa, publicada em 1968. Este livro, tal como *Um engenheiro francês no Brasil*, em sua segunda edição, é dividido em dois volumes, sendo o primeiro dedicado à análise do material por Freyre, e o segundo, às notas de um diário deixado por Luiz de Albuquerque.
- 11 O livro *Mozart: sociologia de um gênio*, de Norbert Elias (1995), é um exemplo de tratamento sociológico de uma biografia individual.
- 12 Há, curiosamente, uma aproximação aparentemente estra-

- nha entre as idéias de Elster e as percepções gerais de Gilberto Freyre acerca da necessária introdução de elementos psicológicos na explicação sociológica. No entanto, Freyre busca evitar a subordinação da sociologia à psicologia, propondo uma fundamentação antropológica e histórica da primeira, dada sua natureza de ciência da cultura. É possível também identificar uma clara afinidade – consciente ou não – de tais idéias com elementos da metodologia weberiana (cf. FREYRE, 1951b, pp. 49-51; 1957, pp. 234-235).
- 13 Excelentes fontes sobre o pensamento de Freyre acerca do futebol brasileiro são: Barreto (2004b), Maranhão (2006) e Wisnik (2008, Cap. 4, “Bola ao alto: interpretações do Brasil”).
- 14 É interessante ressaltar que Arthur Friedenreich, no *Jornal dos Sports*, de 3 de maio de 1933, fez a seguinte afirmação: “O nosso padrão, há dez anos, era clássico. O tempo tratou de eliminá-lo aos poucos. Agora está se formando um padrão brasileiro. *Jogávamos obedecendo aos cânones ingleses. A malícia dominou e há de existir um estágio do triunfo da malícia*” (apud HAMILTON, 2005, p. 122. Grifo nosso).
- 15 Freyre (1947, pp. 172-3) expressa tese semelhante em outra de suas obras: “[...] Sugerir também um outro [estudo] em torno da maneira brasileira mais característica de jogar o *foot-ball*. O jogo brasileiro de *foot-ball* é como se fosse uma dança. Isto pela influência, certamente, dos brasileiros de sangue africano, ou que são marcadamente africanos na sua cultura: eles são os que tendem a reduzir tudo a dança – trabalho ou jogo –, tendência esta que parece se faz cada vez mais geral no Brasil, em vez de ficar somente característica de um grupo étnico ou regional”.
- 16 Para Freyre, a característica brasileira de transformar tudo em dança tem raízes na nossa origem africana e é isto que ele encontra em Cabo Verde, em sua visita de 1953: “Alguns coisas no físico e algumas coisas na ternura de gestos, de palavras, de sorrisos. Alguns coisas no modo de falar, de cantar, de dançar e de jogar futebol: um jogo que é não apenas jogo mas também dança” (FREYRE, 1953).
- 17 Importantes fontes adicionais sobre Leônidas são Ribeiro (1999) e Prado (1994).
- 18 Em 1962, Rodrigues Filho continuava a fundir o futebol brasileiro com as habilidades de Garrincha: “Garrincha era aquele menino daquela história da carochinha que tinha visto o Rei nu. Aquele menino que vira o Rei nu era o jogador brasileiro capaz de descobrir caminhos nunca dantes percorridos para fazer um *goal*, para desmoronar tudo o que, durante quatro anos, o *football* do mundo arquitetara contra o *football* brasileiro. E aqueles rapazes, brancos, mulatos, pretos, que tinham conquistado o bi para o Brasil tinham vindo das entranhas do povo. Alguns sabiam apenas assinar o nome. Vendo-os em plena glória eu me sentia um deles. Eles representavam o que o Brasil tinha de melhor. Era bom ser brasileiro, porque o brasileiro era assim. O *football* era uma amostra. Nêle estava tudo o que havia de mais brasileiro. A ginga do samba, a agilidade do capoeira, o repentismo dos cantadores de viola, a boa conversa, a imaginação, a fantasia, a música, a dança”.
- 19 Outras excelentes fontes acerca de Garrincha são: Castro [2008 (1995)], Saldanha (2004) e Wisnik (2008, Cap. 3 “A elipse: o futebol brasileiro”).

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Cláudio (1999). “O homem ‘intrahistórico’ em *Casa-grande & senzala*”, in QUINTAS, F. (org.), *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana.
- ALBUQUERQUE, Roberto C. de (2000). *Gilberto Freyre e a invenção do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- ARAÚJO, Ricardo B. de (1994). *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- BARRETO, Túlio V. (2004a), “Os diamantes são eternos”. *Jornal Folha de São Paulo* (Caderno *Mais!*), 1º de Fevereiro.
- _____. (2004b). “Gilberto Freyre e o futebol-arte”. *Revista USP*, 62: 233-238.
- BASTOS, Elide R. (1995). “Gilberto Freyre e as ciências sociais no Brasil”. *Revista Estudos de Sociologia* (Recife), 1 (1): 63-72.
- _____. (1999a). “Gilberto Freyre e o não europeísmo da sociedade ibérica”, in F. Quintas (org.), *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana.
- _____. (1999b). “Gilberto Freyre e o pensamento hispânico”, in QUINTAS, F. (org.), *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana.
- _____. (2000). “O tema da decadência em *Sobrados e mucambos*”, in MIRANDA, M. do C. T. de (org.), *Que somos nós? 60 anos de Sobrados e mucambos*. Recife: Massangana.
- _____. (2001). “Gilberto Freyre: *Casa-grande &*

- senzala”, in MOTA, L. D. (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 3ª edição. São Paulo: SENAC, v. 1.
- _____. (2002), “Gilberto Freyre: *Ordem e progresso*”, in MOTA, L. D. (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 2ª edição. São Paulo: SENAC, vol. 2.
- _____. (2003). *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Afonso El Bueno*. São Paulo: ANPOCS / Sumaré / Edusc.
- BHARGAVA, Rajeev (1992). *Individualism in social science*. Oxford: Clarendon Press.
- BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François (1993). *Dicionário crítico de sociologia*. Tradução: M. Leticia G. Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática.
- CASTRO, Ruy. (2008 [1995]). *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras.
- COLEMAN, James S. (1987). “Microfoundations and macrosocial behavior”, in ALEXANDER, J. C. et al (org.), *The micro-macro link*. Londres: Berkeley, Los Angeles: University of California Press.
- DaMATTA, Roberto (2006). *A bola corre mais do que os homens*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DAVIDSON, Donald (1980). *Essays on actions and events*. Oxford: Oxford University Press.
- ELIAS, Norbert. (1995). *Mozart: sociologia de um gênio*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELSTER, Jon (1983). *Explaining technical change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FARIA, Lina Rodrigues de (1998). “Histórias de vida: o pioneirismo de Gilberto Freyre”. **Sociedade e Estado**, 13 (2): 143-164.
- FRANZINI, Fábio (2000). “No campo das idéias: Gilberto Freyre e a invenção da brasilidade futebolística”. *Efdeportes-Revista Digital*, 26 (www.efdeportes.com/efd26a/gfreyre.htm). Acesso em 30/10/2007).
- FREYRE, Gilberto. (1929). “Fair play”. **A Província**, 19 de Dezembro (publicado sob o pseudônimo de Jorge Rialto).
- _____. (1938). “Foot-ball mulato”. **Jornal Diário de Pernambuco**, 17 de Junho.
- _____. (1944). *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1947). *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Tradução: Olívio Montenegro. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1951) *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1953). “Um brasileiro em Cabo Verde”. **Revista O Cruzeiro**, 7 de Março.
- _____. (1955a). “A propósito de futebol brasileiro”. **Revista O Cruzeiro**, 18 de Junho.
- _____. (1955b). “Ainda a propósito de futebol brasileiro”. **Revista O Cruzeiro**, 25 de Junho.
- _____. (1957). *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1959a). *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre, aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da Monarquia para a República*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1959b). *O velho Félix e suas “Memórias de um Cavalcanti”*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1960). *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1967). *Homem, cultura e tempo*. Lisboa: Casa Portuguesa.
- _____. (1968a). *Contribuição para uma sociologia*

- da biografia: o exemplo de Luís de Albuquerque, governador de Mato Grosso, no fim do século XVII*. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- _____. (1968b). “Folclore e esporte”. **Brasil Açucareiro**, 72 (2): 24-25.
- _____. (1968c). *Oliveira Lima, Don Quixote gordo*. Recife: Editora da UFPE.
- _____. (1970). *O brasileiro como tipo nacional de homem situado no trópico e, na sua maioria, moreno: comentários em torno de um tema complexo*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- _____. (1974a). “Futebol desbrasileirado”. **Jornal Diário de Pernambuco**, 30 de Junho.
- _____. (1974b). “A propósito da derrota do time brasileiro na Alemanha”. **Jornal Diário de Pernambuco**, 7 de Julho.
- _____. (1976). “Aspectos da influência africana no Brasil”. **Cultura - MEC**, 23: 6-19.
- _____. (1977). “A experiência afro-brasileira”. **O Correio da Unesco**, 5: 10, 13-18.
- _____. (1980). “Possibilidades esportivas dentro de tradições brasileiras”. **Jornal Folha de São Paulo**, 17 de Agosto.
- _____. (2000). “Batendo bola com o mestre: entrevista a Lenivaldo Aragão”. **Jornal do Commercio**, 10 de Abril.
- _____. (2003) Prefácio à 1ª edição, in Rodrigues Filho, *O negro no futebol brasileiro*, 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad.
- GOMES, Ivan Marcelo (2000). “Deus no céu e o negro na terra: a visão de Gilberto Freyre sobre o futebol brasileiro”. **Caos: revista eletrônica de Ciências Sociais**, 2 (www.cchla.ufpb.br/caos/02-gomes.html). Acesso em 30/10/2007).
- HAMILTON, Aidan (2001). *Um jogo inteiramente diferente! Futebol: a maestria brasileira de um legado britânico*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- _____. (2005). *Domingos da Guia: o divino mestre*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- HEDSTRÖM, Peter & SWEDBERG, Richard (orgs.) (1998). *Social mechanisms: an analytical approach to social theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LITTLE, Daniel (1991), *Varieties of social explanation*. Oxford, Westview Press.
- LOPES, José Sérgio Leite (1994). “A vitória do futebol que incorporou a pelada”. **Revista USP**, 22: 64-83.
- LUKES, Steven (1970). “Methodological individualism reconsidered”, in D. Emmet e A. Macyntire (orgs.), *Sociological theory and philosophical analysis*. Londres: MacMillan.
- _____. (1973). *Individualism*. Oxford, Blackwell.
- MARANHÃO, Tiago (2006). “Apolíneos e dionisíacos: o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do ‘povo brasileiro’”. **Revista Análise Social**, 179: 435-450.
- MORAIS, Jorge V. de & RATTON, José Luiz (2005). “Gilberto Freyre e a articulação micro e macro na sociologia”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 58: 129-144.
- MULHALL, Terry & MORAIS, Jorge Ventura de (1998). “Mapeando o Reino’ da sociologia histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol”. *Bib*, 45: 25-50.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2003). “Ordem e progresso em Gilberto Freyre”, in E. V. Kosminsky et al (orgs.), *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo/Bauru: Unesp/Edusc.
- PALHARES-BURKE, M. Lúcia G. (2001). “Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre”, in J. Falcão e R. M. B. de Araújo (orgs.), *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/UniverCidade/Fundação Roberto Marinho/Topbooks.
- PRADO, Décio de Almeida (1994). “Recordações

- de Leônidas (da Silva), o Inventor da Bicicleta Voadora”. **Revista USP**, 22: 27-29.
- RATTON JR., José Luiz de A. & MORAIS, Jorge Ventura de (2002). “O encontro de Jon Elster e Machado de Assis: racionalidade e emoções”. **Revista Ciência & Trópico**, 30 (2): 309-320.
- _____ (2003). “Para ler Jon Elster: limites e possibilidades da explicação por mecanismos nas ciências sociais”. **Revista Dados**, 46 (2): 385-410.
- RIBEIRO, André (1999). *O diamante eterno: biografia de Leônidas da Silva*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gryphus.
- RODRIGUES FILHO, Mário (2003). *O negro no futebol brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad.
- _____ (1962). “Copa do mundo, 62”. **Revista O Cruzeiro**.
- RYAN, Alan (1977). *A filosofia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- SALDANHA, João (2004). *Histórias do futebol*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Revan.
- SAMARA, Eni de M. (2003). “Relendo os ‘clássicos’ e interpretando o Brasil: Freyre e os estudos de família”, in E. V. Kosminsky et al (orgs.), *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo/Bauru: Editora da Unesp/Edusc.
- SCHELLING, Thomas (1978). *Micromotives and macrobehavior*. Nova York: Norton.
- SKIDMORE, Thomas E. (2003). “Raízes de Gilberto Freyre”, in E. V. Kosminsky et al. (orgs.), *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo/Bauru: Editora da Unesp/Edusc.
- SOARES, Antonio Jorge (2003). “Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre”, in P. Alabarces (org.), *Fútbol, identidad y violencia em América Latina*. Buenos Aires: Clacso.
- SOUZA, Jessé (2003). “A atualidade de Gilberto Freyre”, in E. V. Kosminsky et al (orgs.), *Gilberto Freyre em quatro tempos*. São Paulo/Bauru: Editora da Unesp/ Edusc.
- TUMBLETY, Joan (2008). “The soccer world cup of 1938: politics, spectacles, and la culture physique in interwar France”. **French Historical Studies**, 31 (1): 77-116.
- VILANOVA, Lourival (1999). “Gilberto Freyre – aspectos de sua obra: a sociologia como ciência cultural”, in F. Quintas (org.), *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana.
- VILA NOVA, Sebastião (1995a). “Cultura e sociedade em Gilberto Freyre”, in M. C. de Andrade (org.), *Gilberto Freyre: pensamento e ação*. Recife: Massangana.
- _____ (1995b). “Gilberto Freyre: do pragmatismo à ‘Escola de Chicago’”. **Revista Estudos de Sociologia (Recife)**, 1 (1): 23-34.
- _____ (1995c). *Sociologias e pós-sociologia em Gilberto Freyre: algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento*. Recife: Massangana.
- _____ (1999). “Pragmatismo, história e indivíduo em Casa-grande & senzala”, in F. Quintas (org.), *A obra em tempos vários*. Recife: Massangana.
- WISNIK, José Miguel (2008). *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2011. Aceito em abril/11).

LUGAR E PODER SIMBÓLICO EM *RIACHO DOCE*

Introdução

Este trabalho fundamenta-se em leituras e discussões sobre o tema “cultura e política”, destacando aportes teóricos relacionados ao conceito de *lugar* e às categorias cultura e poder, através de um estudo interpretativo do romance *Riacho Doce*, escrito pelo paraibano José Lins do Rego e publicado no ano de 1939.

Trata-se de uma ficção literária de abordagem regional-modernista, cuja trama tem como eixo principal um encontro tenso de alteridades num povoado que o autor nomeou de *Riacho Doce*. O “cenário” é uma vila de pescadores da região litorânea do estado de Alagoas (Nordeste do Brasil), onde o cotidiano das famílias de jangadeiros que ali vivem sofrerá diferentes “perturbações”, de ordem ecológica e moral, conseqüentes da tentativa de exploração de petróleo no local, empreendida por estrangeiros.

Focado nesse ambiente, o romance direciona atenção especial aos problemas da cultura, num enredo em que as categorias “próximo” e “distante” (AUGÉ, 2003: 13-42) são tratadas no plano social, embora tornadas mais expressivas a partir das subjetividades de duas personagens centrais, *Nô* e *Edna*, que estarão constantemente coagidas, sob pressão das

normas sociais.

Nô é filho de pescador e neto de *Sinhá Aninha*, a velha guardiã da moral do lugar, aquela que tem as chaves da igreja, que detém poderes de cura e de maldição, sua principal fonte de “poder simbólico” (BOURDIEU, 1989: 07-16). *Edna* é uma sueca, casada com um engenheiro que com ela mudou-se de Estocolmo (Suécia) para o Brasil, com fins de tornar-se rico, aproveitando a situação para oferecer novos ares à esposa, que vivia desanimada e sem motivação, como o era em sua terra natal, no campo. *Edna* e *Nô* viverão um relacionamento amoroso que

terá desdobramentos tempestivos sobre o cotidiano de *Riacho Doce* e dos forasteiros ali situados.

Ressalto que neste artigo não pretendo seguir o propósito da crítica literária, nem haveria competência para tal tarefa em meu saber, se fosse este o caso. A perspectiva sob a qual trabalho nesta leitura de *Riacho Doce* delinea-se, em parte, no sentido de ilustrar e refletir sobre os conceitos de *habitus* e poder simbólico, teorizados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989; 2004). O cotidiano “imaginado” por José Lins do Rego em *Riacho Doce* é cenário de um fenômeno interessante: quando os moradores da pequena vila de pescadores são postos em face da alteridade dos estrangeiros então “inseridos” em sua

ANTÔNIO GEORGE LOPES PAULINO*

RESUMO

O artigo apresenta reflexões sobre os conceitos de lugar e poder simbólico, através de uma leitura interpretativa do romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rego, em cujo enredo é possível identificar ilustrações acerca dos referidos conceitos, e manifestações mitológicas de interesse para uma abordagem centrada na temática cultura e política.

Palavras-chave: lugar, poder simbólico, cultura e política.

ABSTRACT

The paper reflects on the concepts of place and symbolic power, through an interpretive study of the novel *Riacho Doce*, by José Lins do Rego, on whose story you can identify illustrations about those concepts, and mythological events of interest to an approach theme in culture and politics.

Keywords: place, symbolic power, culture and politics.

* Doutor em Sociologia. Professor da Universidade Federal do Ceará.

rotina, a suspeita em relação ao perigo representado pela presença do estranho desencadeia atitudes de proteção à ordem interna por meio de uma vigilância que não se faz, em princípio, diretamente sobre o outro, mas entre aqueles que são “de dentro”, haja vista a ocorrência de atitudes não somente de estranhamento, mas também de encantamento, de admiração e, até certo ponto, de simpatia pelo mundo dos “de fora”.

Assim, configura-se a hipótese de que a singularidade de uma cultura não anula as tensões da diferença, que se manifestam, ainda que de forma tácita, também internamente. Do contrário, não haveria função para as sanções sociais que se fazem presentes mesmo em ambientes relativamente homogêneos, a exemplo das chamadas sociedades de pequena escala. É neste sentido que em *Riacho Doce* a personagem *Sinhá Aninha* dá força e movimento a diferentes estruturas mitológicas e a ritos de demarcação da ordem sociocultural do lugar, afirmando valores e atitudes animados por um capital simbólico de violenta eficácia (BOURDIEU, 2003: 70).

Em face dessas considerações iniciais, ressalto o objetivo de buscar compreender essa espécie de política do cotidiano ou esse “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 35-52) desenhado na narrativa de José Lins do Rego. A idéia de fazer um estudo interpretativo de uma criação literária através do enfoque antropológico não traz aqui o propósito de transpor conceitos das ciências sociais para explicar uma trama fictícia. Não obstante a premissa de resguardar as categorias de pensamento e expressão do próprio autor José Lins do Rego, a leitura de *Riacho Doce* representa aqui uma oportunidade fecunda para pensar sua trama a partir de diferentes aportes teóricos pertinentes ao estudo das categorias cultura e poder.

Assim, para compreender o que aqui chamo de “política do cotidiano” que se pode “observar” nas

relações vivenciadas pelas personagens de *Riacho Doce*, contextualizando suas visões de mundo, seus saberes e suas práticas, o presente artigo busca suporte não somente em Bourdieu¹, mas também em outras fontes, dentre as quais destaco: o pensamento de Clifford Geertz (2003: 111-141); as abordagens referentes aos conceitos de espaço e lugar em Michel de Certeau (2003) e Marc Augé (2003) e a discussão sobre mitos e narrativas mitológicas do poder, em Raoul Girardet (1987).

Apresentam também significativa pertinência para este trabalho, as idéias de Gilberto Velho acerca dos processos de “negociação da realidade” (VELHO, 2003: 31-48) vivenciados quando, num dado contexto, surgem “projetos” individuais (ou grupais) capazes de mobilizar uma “metamorfose” no sujeito/indivíduo e no seio de um grupo social. Aqui Gilberto Velho apóia-se na filosofia da ação segundo Alfred Schutz², em que a noção de “projeto” é concebida como a “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (*Apud* VELHO, 2003: 40). Embora na obra de Gilberto Velho esse modo de pensar se aplique mais ao ambiente das sociedades de larga escala, pensar a realidade social como um “campo de possibilidades” (2003: 46) é um exercício também válido para explicar as sociedades de pequena escala e, neste caso, para a leitura de *Riacho Doce*.

Compreender que a realidade social constrói-se num campo de possibilidades e que o real é, de certo modo, negociável, leva a crer que a tensão vivenciada com a alteração da rotina no cotidiano das personagens de *Riacho Doce* configura um quadro onde a violência simbólica se impõe de forma predominante, mas não sem sofrer desafios, demandando, em dadas situações, argumentações verbais ou por meio de outras atitudes, no sentido de “negociar” a aceitação de um *habitus* que se instituiu num determinado lugar

social ou “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 35-52), mas que se encontra em tensão quando entra em contato com o universo simbólico e prático do estrangeiro.

Em sua complexidade e riqueza, a construção narrativa de *Riacho Doce* constitui o que eu aqui denominaria “etnografia fictícia”, se fosse possível essa proposição terminológica. O romance em foco muito se aproxima de uma descrição antropológica da realidade de um Nordeste interiorano, pensado sob o imaginário da equação tradicional-moderno, como ilustração de visões de mundo e interesses que se manifestam em relações sociais estruturalmente antagônicas, mas que se concretizam por distâncias e aproximações.

Neste sentido, *Riacho Doce* afina-se com a linha discursiva e prática do modernismo regional que se constitui como campo específico no âmbito da literatura brasileira, apresentando características de um “ensaio social” com claras inspirações etnográficas. Teço esta afirmação em face da riqueza de detalhes presentes nas narrações do autor, segundo as quais é dado a “conhecer” um *Riacho Doce* densamente descrito (GEERTZ, 1989): um espaço social “percebido” em seu tempo e ritmo de vida cotidiana, com o modo de pensar e de ser de seus moradores, suas relações sociais, o trabalho no mar e na terra, as festas, os símbolos, os medos e as superstições, as necessidades e os recursos materiais.

Literatura e interpretação da realidade social

A leitura de *Riacho Doce* proposta neste artigo move-se também pela crítica à equivocada forma de se perceber a arte como objeto de uma espécie de prazer pelo “essencial”, herança de uma tradição formalista que concebe a obra de arte como obra que existe

por si mesma, por sua suposta “essência” de ser arte pela arte.

Na conferência intitulada “Por uma ciência das obras”, Bourdieu (2004: 53-89) sinaliza a necessidade de busca de equilíbrio quanto ao esforço por superar uma visão essencialista, sem que se incorra no risco de desenvolver uma abordagem também marcada pelo reducionismo, como seria o caso da redução interpretativa de uma obra ao seu contexto temporal e histórico.

Influenciado, em parte, pela filosofia da linguagem e da ação de Wittgenstein, Bourdieu (2004: 60) aplica a teoria do campo ao que denomina “microcosmo literário”, defendendo um “modo de pensar relacional” sobre o espaço social dos produtores de obras literárias. Nessa direção, define o “microcosmo literário” como

[...] um espaço de relações objetivas entre posições – a do artista consagrado e a do artista maldito, por exemplo – e não podemos compreender o que ocorre a não ser que situemos cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas com todos os outros. É no horizonte particular dessas relações de força específicas [...] que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados (BOURDIEU, 2004: 60-61).

Observando esta definição proposta por Bourdieu, busco também neste trabalho reconhecer o valor devido ao campo literário como forma de enobrecimento do espírito humano, veículo de percepção do belo e instrumento de compreensão da realidade social. Em muitos casos, a riqueza de detalhes que um romance pode fornecer sobre o comportamento

social em diferentes contextos e épocas, em nada deixa a desejar em relação a determinados textos de produção acadêmica das ciências sociais. Ressalto aqui, no entanto, a importância do rigor metodológico que deve orientar o conhecimento empiricamente testado, exigência da qual a literatura encontra-se relativamente livre, em virtude da “lógica trans-histórica” (BOURDIEU, 2004: 72) e da construção predominantemente semântica que caracteriza e eterniza uma obra artística.

Atentando para estas considerações e para a memória do processo histórico vivenciado pela literatura brasileira, cumpre reconhecer o papel deste campo do saber que se instituiu como a primeira fonte de registro e interpretação da realidade social no Brasil. Em *História concisa da literatura brasileira*, Alfredo Bosi (1998) assinala a importância deste campo de produção artística também qualificado como instrumento de apreensão estética da realidade, em que se observa, desde os mais remotos registros que antecedem a criação literária propriamente dita no Brasil, o interesse investido no propósito de retratar as características de um lugar que se constituiria como nação, à sombra da colonização e seus efeitos.

Em relação ao referido processo histórico, é interessante observar o movimento das tendências e escolas de produção que caracterizam a literatura brasileira. Nesse contexto, a passagem do Romantismo para o Realismo e deste para o Modernismo³ revela um percurso em que as alusões ao cenário econômico e social do Brasil elaboram-se, inicialmente, em visões romanescas e heróicas de cunho indianista, que serão substituídas por equivocadas interpretações evolucionistas a respeito da interação homem-ambiente e das relações de miscigenação, sendo que essas “leiturais” também serão superadas quando se fortalece, nas primeiras décadas do século XX, a crítica às teorias

raciais e ganha importância o conceito de cultura nos ensaios sobre os processos de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.⁴

A perspectiva da leitura social e cultural representou neste período uma das preocupações trabalhadas no âmbito do movimento modernista, que eclodiu oficialmente com a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922. Trata-se de um movimento por uma nova estética e expressão para a arte nacional, aberto ao processamento “antropofágico” das tendências de vanguarda vindas da Europa (surrealismo, futurismo, cubismo, dadaísmo) e buscando ares de modernidade que se opunham aos códigos ainda ressoantes do Simbolismo. O Modernismo promoverá uma espécie de “revolução” na literatura e na arte nacional, com claros rebatimentos sobre as idéias de intelectuais preocupados em explicar as particularidades históricas da sociedade brasileira.

Esta referência à literatura como fonte de ilustração da realidade nacional não negligencia o papel histórico das ciências sociais no campo da produção de teorias explicativas do Brasil. A proximidade entre os dois campos do saber é percebida pelo antropólogo Renato Ortiz, que destaca os nomes de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha como precursores das ciências sociais neste país.

[...] o estatuto de precursor revela a posição desses autores que na virada do século se dedicaram ao estudo concreto da sociedade brasileira, seja analisando suas manifestações literárias, seja considerando as tradições africanas ou os movimentos messiânicos (ORTIZ, 1994: 14).

Todavia, o autor citado ressalta a implausibilidade das teses defendidas por esses pioneiros, sobretudo pela vinculação que o discurso “científico” por eles proferido mantinha com tendências que, à época,

já se encontravam em processo de revisão crítica na Europa, a saber, “o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer” (ORTIZ, 1994: 14).

Sob tal influência, aqueles pensadores mobilizaram um pensamento que apresenta dois pontos específicos. Por um lado, rompendo com a hegemonia do Romantismo, reconhece a presença das populações africanas em nossa história; por outro lado, mantendo-se fiel aos preconceitos evolucionistas, busca entender a problemática da formação da sociedade brasileira através de construções deterministas, elaboradas em torno de duas categorias: ambiente e raça.

A problemática racial foi, então, tomada como eixo de uma discussão acerca do “atraso” econômico e social do Brasil em relação às nações ditas modernas, sendo que as condições climáticas e a miscigenação foram alvo de interpretações negativas e deterministas a respeito das possibilidades de desenvolvimento do povo brasileiro. Vários outros autores estiveram afinados com essa forma determinista de pensar a sociedade brasileira; dentre eles, destacam-se: o sergipano Tobias Barreto e o cearense Capistrano de Abreu.

Na contraposição dos determinismos biológico e geográfico, Gilberto Freyre, natural de Pernambuco, destaca-se como figura de função crucial, haja vista que sua discussão sobre os conceitos de raça e cultura, inspirada no antropólogo Franz Boas, ampliou os horizontes para a compreensão da sociedade brasileira.⁵ Mas antes de Gilberto Freyre já se observa uma tentativa de ruptura com as teses evolucionistas predominantes no Brasil, a saber, nas idéias do sergipano Manuel Bonfim:

Manuel Bonfim se insere no interior dos grandes marcos que delimitam as fronteiras do pensamento da época – Comte,

Darwin, Spencer. No entanto, sua interpretação desses autores é sui generis e se opõe às combinações brasileiras que absorvem o evolucionismo aos parâmetros da raça e do meio (ORTIZ, 1994: 22).

Assim, o ambiente intelectual no Brasil estava mais favorável e receptivo às teses defendidas por Gilberto Freyre que, ao publicar *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2001), não apenas deslocou o eixo reducionista da discussão sobre raça e mestiçagem como também realçou elementos de positividade da miscigenação, que foram ideologicamente apropriados pelo discurso nacionalista.

A obra de José Lins do Rego, na qual se inclui o romance *Riacho Doce*, de interesse central neste artigo, recebeu influências do pensamento de Gilberto Freyre. Como partidários do movimento modernista, ambos se afiliaram ao modernismo de cunho regional, em que também se encontram, por exemplo, na produção da literatura social nordestina da época (décadas de 1920, 30, 40...), os nomes de José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jorge Amado.

José Lins do Rego nasceu em Pilar, estado da Paraíba, onde passou a infância, no Engenho Corredor, pertencente ao avô materno. Estudou Direito no Recife, quando se aproximou de intelectuais que impulsionaram o movimento modernista-regionalista do Nordeste: José Américo de Almeida, Olívio Montenegro e, principalmente, Gilberto Freyre. Deste, recebeu incentivo para dedicar-se a uma arte atenta às raízes locais. Conheceu depois, em Maceió-AL, Jorge de Lima e Graciliano Ramos. Tornou-se também amigo de Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e Valdemar Cavalcanti, dentre outros. A partir de 1935, no Rio de Janeiro,

“participou ativamente da vida literária defendendo com vigor polêmico o tipo de escritor voltado para a região de onde proveio” (BOSI, 1998: 397).

A região de cultivo da cana-de-açúcar na Paraíba e em Pernambuco, em período de transição para a usina, encontrou notável expressão literária no ciclo da cana-de-açúcar, parte da obra de José Lins do Rego. A consciência crítica do autor o fez também sensível ao processo de transformação de um Brasil rural num país em processo de urbanização e industrialização.⁶ Nesse contexto, a “idade de ouro” dos engenhos nordestinos ficou para trás e consolidou-se a ascensão do eixo Sul-Sudeste como centro hegemônico da economia do país. Todavia, o Nordeste seria alvo do interesse por outras formas de exploração da terra e do homem, uma delas percebida por Lins do Rego em Riacho Doce, onde “[...] nos dá a sua visão possante dos desequilíbrios sociais e dos dramas humanos individuais e coletivos, provocados pelo problema do petróleo em Alagoas. [...]”⁷

As raízes da chamada “literatura nordestina” já teriam surgido através do cearense Franklin Távora, com *O Cabeleira* (1876). No entanto, o escritor não cumpriu, com esse “modesto” romance, “as promessas de uma literatura nordestina que precisou esperar pelo talento de um Oliveira Paiva, de um José Lins do Rego e de um Graciliano Ramos, para firmar-se como admirável realidade” (BOSI, 1998: 146).

Conforme esquema elaborado por Lucien Goldmann (1968, apud BOSI, 1998) em *Sociologia do Romance*, a explicação do romance moderno deve levar em conta sua relação com a totalidade social. Nesse sentido, José Lins do Rego, nos romances *Usina* e *Fogo Morto*, inclui-se na tendência de “tensão crítica”, em que “o herói opõe-se e resiste agonicamente às pressões da natureza e do meio social, formule ou não em ideologias explícitas, o seu mal-estar permanente”

(BOSI, 1998: 392).

Segundo Faraco & Moura (1987: 162), o próprio José Lins do Rego situou seu trabalho de ficção em distintas categorias, tendo, de forma predominante, a zona açucareira do Nordeste como cenário, num processo criativo que “testemunha a decadência de uma estrutura tradicional como resultado de uma nova ordem econômica”. Assim, a obra do autor divide-se nas seguintes fases: a) ciclo da cana-de-açúcar, com os livros *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Bangüê* (1934), escritos em Alagoas, *Fogo Morto* (1934) e *Usina* (1936); b) ciclo do cangaço, misticismo e seca: *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953); c) obras independentes: *O moleque Ricardo* (1935), *Pureza* (1937) e *Riacho Doce* (1939) – com influência dos dois ciclos.

Na obra de ficção de Lins do Rego ressalta-se uma característica compartilhada com os demais modernistas regionais e com o pensamento social defendido por Gilberto Freyre: a oposição aos determinismos biológico e geográfico, em favor de uma leitura crítica da realidade, contextualizando relações de mando e de poder como forças reprodutoras de desigualdades sociais cuja origem não estaria na miscigenação, mas numa ordem econômica e social historicamente instituída sob a lógica da exclusão e da inclusão perversa.

Nas leituras que fiz de *Riacho Doce*, encontrei o prazer de apreciar uma narrativa cuja linguagem representa o recurso privilegiado através do qual Lins do Rego construiu seqüências espaciais e temporais, relacionando personagens e desenvolvendo situações que compõem um enredo complexo, com seus pontos altos ou principais focados em questões morais e ecológicas, que são permanentemente realçadas com referências a práticas cotidianas de trabalho, costumes, manifestações da cultura popular e do folclore,

festejos, crenças e mitos mobilizados na compreensão do mundo natural e social de um lugar cuja descrição revela-o como “paradisiaco” – paradoxalmente, um “paraíso em tensão”. É sobre esse lugar, o Riacho Doce, que escrevo a seguir.

Riacho Doce: um lugar e suas tramas sociais

Quando anunciei atrás que em Riacho Doce José Lins do Rego cria detalhes descritivos de um “realismo” tão convincente que, não fosse o signo da ficção, diria que sua narrativa se iguala a descrições etnográficas, já estava antecipando um pouco da complexidade do enredo tecido pelo autor. Na verdade, a narração não começa falando sobre o ambiente de Riacho Doce e, sim, sobre a Suécia, onde o texto se desenrola desde a infância até a partida de Edna para o Brasil; Edna, uma das personagens centrais do enredo.

A leitura da Parte I do romance deixa clara essa sensibilidade “etnográfica” de Lins do Rego, como se pode interpretar através das palavras de Mário de Andrade:

É a tal e documentalíssima “cor local” que fez Lins do Rego nos dar uma Suécia cautelosa, sem grande interesse enquanto Suécia, mas não menos plausível que o México de Aldous Huxley, que no entanto esteve no México. O romance não pode, como permanência do seu conceito, fugir à cor do local, ao valor de qualquer forma documental. [...] (ANDRADE, 1955: 137-141).

É ainda em referência ao contexto da Suécia – através de um trecho memorial, antes de adentrar o ambiente paradisiaco e imaginário de Riacho Doce – que Lins do Rego ilustra uma evidente noção de pertencimento a um lugar social ou, no caso de Edna,

um sentimento de negação desse mesmo lugar; um desejo de fuga da ordem social que o constitui como mais que um espaço geográfico físico. Edna não gostava do seu lugar de origem. Viveu uma infância povoada pelo sonho de conhecer a vida de povos de outras terras, onde houvesse sol, calor e gente de cor morena e cabelos escuros; tudo diferente da frieza representada pela terra de invernos pesados onde morava e pelo ambiente familiar que a cercava. Assim, Edna logo concordou com a decisão do marido de mudar-se para o Brasil, desejando que também ele se distanciasse do seu povo:

Ficar na terra era se limitar, continuar uma tradição de vida miúda, ser o que tinham sido seus avós, continuar, continuar, sem que houvesse horizontes, perspectivas de ir além dos outros. Era melhor aceitar o convite. Havia muito longe uma terra que se fazia, ainda, um mundo novo precisando de gente de sangue vivo, de energia capaz. Viria para essa terra, seria dessa terra. Tudo devia-se quebrar entre ele e os seus. Porque eles vinham nascer outra vez. Uma alma nova devia substituir velhas concepções, hábitos antigos se perderiam. [...] (REGO, 1990: 05).

Na infância, Edna, que na verdade chamava-se Eduarda, foi crescendo junto aos irmãos Guilherme e Sigrid num lugar com características de região camponesa – talvez próximo a Estocolmo, segundo as descrições fornecidas por Lins do Rego –, sob o teto de seus pais, mas sob a ordem severa imposta por sua avó Elba, uma velha senhora com ares de matriarca, detentora de poderoso “capital simbólico” (BOURDIEU, 2004: 107), que professava fé protestante e impunha um modo para o ser das coisas, inclusive sobre os pais de Edna:

A velha avó, era ela que mandava na família inteira. Era ela que fazia seu pai tímido como menino e inspirava medo à sua mãe. Todos sabiam que a velha Elba conhecia de coisas, mais que todo mundo: manobrava sua tribo como dona de tudo, senhora absoluta. Alta, gorda, perto dela se falava baixo. Os meninos e os grandes não faziam diferença. Lá estaria ela exercendo seu poder, despótica, sem uma ternura, sem um agrado. Olhos que nunca se umedeceram de alegria, mãos que ninguém nunca viu afagar (REGO, 1990: 06).

Edna era uma menina de apenas dez anos de idade, quando se encantou por sua querida professora, Ester, uma moça de cabelos pretos, longos, como os da boneca pertencente à amiga Norma. Ester e a boneca representavam o impossível, o mundo lá de fora com o qual Edna sonhava em imaginação, em desprezo por seu mundo:

O que ela achava bonito até ali, eram as coisas que estavam distantes, que eram de outros mundos: os vestidos, as carruagens, os príncipes, as princesas dos contos, era o mar, as estrelas do céu, era a boneca de sua amiga Norma. Uma boneca que as meninas todas amavam como um impossível e que o pai de Norma trouxera de um país distante, numa de suas viagens de embarcação. Bela boneca de cabelos pretos como os de Ester. [...] (REGO, 1990: 07).

Edna nauseava-se com a tarefa diária de trabalho que lhe cabia: dar comida aos porcos. É como se, no quadro de um pesadelo, se somassem os porcos, a velha Elba, a timidez e a covardia de seu pai, a submissão de sua mãe, a monotonia de sua terra fria e invernal, sem sol. Ester representava, então, uma possibilidade de proporcionar à Edna o conhecimento

sobre algo diferente. Queria viver a alegria de ter o afeto, a atenção da mestra que já se tornara querida. Tanto que, durante as férias, na ausência de Ester, Edna planeja e executa o rapto da boneca de Norma, fato do qual será acusada e que, embora não o tenha confessado, despertará a atenção da avó Elba, a qual não vê com agrado a amizade entre a neta e a professora. Não obstante, a família acostuma-se com essa relação. Edna, agora com quinze anos, crescera, aprendera tudo o que Ester sabia, ganhara gosto pela música erudita, conhecera Estocolmo em viagem realizada com a amiga. Mas para a avó Elba, a viagem representou um excesso:

Há muito que vinha prevenindo o filho, abrindo os olhos de todos. Aquela professora não podia merecer a confiança que lhe davam. Não ia ao culto, ninguém sabia de sua religião, de seus princípios, e tinha outro sangue. No entanto, a menina vivia na casa dela, dormia lá, era uma rebelada contra a família (REGO, 1990: 36-37).

Uma série de fatos morais, com força de coercitividade, como diria Durkheim (1987; 1995), ou com intensa “eficácia simbólica”, como diria Bourdieu (2003: 70), incidirá sobre o “eu” de Edna: as pessoas do lugar mobilizaram falatórios sobre ela e a professora⁸, o pastor falara dela e exigira posicionamento de sua família; a avó cada vez mais decidida a afastá-la da escola, o pai aceitando a decisão. Atordoada, Edna saiu andando pela estrada, indo parar na casa da professora, onde esta não se encontrava. Edna achou uma carta remetida a Ester, por Roberto, um afeto de sua mestra, que na missiva declarava seu amor e narrava lembranças. Tudo isso se avolumou em Edna, desencadeando uma tentativa malograda de suicídio, da qual a personagem escapou muito debilitada.

A família e a comunidade atribuíram o ocorrido

à influência da professora sobre a adolescente. A mestra foi expulsa da escola. E Edna, após longo período de cinco anos como enferma, levantou-se com grande vontade de viver, em plena primavera. Tinha vinte anos quando, ainda remoendo arrependimento pelo que fizera – e por ter causado conseqüências para sua mestra –, recebeu uma carta de Ester e desde então deixou de sentir-se culpada, voltando, entretanto, a sofrer com o tédio do lugar, com a rotina. Sua “salvação” será o casamento com o engenheiro Carlos, a contragosto da velha Elba, pelo fato de o rapaz pertencer a uma família de católicos e, igualmente, contra a vontade dos pais de Carlos, que não queriam ver o filho casar-se com uma camponesa, ainda por cima, de fé protestante. Edna não amava Carlos, mas se apegou a ele como meio de fuga do seu mundo. Fez sua escolha e submeteu-se ao batismo católico para ser aceita na família de Carlos.

Casados, foram morar em Estocolmo e logo se mudaram para o Brasil, para *Riacho Doce*, que na imaginação de Lins do Rego, situa-se em Alagoas. Havia uma finalidade dupla na viagem do casal: *Carlos* queria encontrar as riquezas do petróleo e para *Edna* oferecia os ares de uma nova terra, cheia de luz, para que a esposa encontrasse na natureza e no convívio com outro mundo, uma nova razão que fortalecesse sua vontade de viver. Deste ponto em diante, serão vivenciados, de forma ainda mais tensa, os conflitos do poder simbólico (BOURDIEU, 1989) e se exacerbarão os ânimos demarcadores do lugar como espaço social regulamentado por uma ordem simbólica e prática, tal como narra a parte II do romance, também intitulada *Riacho Doce*.

Sobre o que já resumi até aqui a respeito da trama de *Riacho Doce* é possível fazer uma reflexão teórica, de cunho ilustrativo, acerca de algumas contribuições citadas na introdução deste artigo, iniciando pela

noção de lugar, categoria que se relaciona também às noções de espaço social, região, fronteira e território. Observando a tipologia proposta por Girardet (1987), já é possível falar também sobre algumas estruturas mitológicas subjacentes a situações vivenciadas por *Edna*, *Ester* e *Carlos*, no contexto sueco.

Início assumindo o risco de referenciar um pensamento que Michel de Certeau aplica ao ambiente de uma sociedade de larga escala, pois no caso do presente trabalho volto-me para uma sociedade fictícia, que muito se aproxima de uma sociedade de pequena escala. Ao referir-se às “táticas do consumo”, o autor propõe uma “análise polemológica da cultura” (CERTEAU, 2003: 37-53), exatamente por perceber a estabilidade da cultura como uma espécie de contrato a ser permanentemente renovado:

[...] a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas (CERTEAU, 2003: 44-45).

No que concerne à contextualização da trama de *Riacho Doce*, o caráter “polemológico” da cultura manifesta-se na trajetória inicial de *Edna*, que embora parecendo fraca em virtude da tentativa de suicídio, por várias vezes agiu contra a ordem estabelecida pela família e pela religião: quando roubou a boneca de *Norma*, quando viajou com *Ester*, quando dormiu na casa da mestra a contragosto da *avó Elba* e ainda, quando se casou com *Carlos*, que para a *velha Elba* era um herege. Exagerando na aplicação de Michel de

Certeau, diria que *Edna*, no que lhe foi possível, mobilizou suas *táticas*.

A noção de tática também se relaciona aos conceitos de “espaço” e “lugar”, segundo Certeau (2003: 199-217). Para o autor, o lugar determina-se por um sinal de estabilidade, sendo uma ordem em que se impõe uma lei fundada no sentido do “próprio”:

Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2003: 201).

Em relação ao conceito de espaço, Michel de Certeau o define como “um cruzamento de móveis” que, de certa forma, é

[...] animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...]. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 2003: 202).

Novamente evocando o “cenário” de *Riacho Doce*, vejo *Edna* e *Ester* como ilustrações desse espírito tático; espírito de praticar o lugar, de querer, tentar e vivenciar outras possibilidades existenciais no espaço como lugar praticado. Todavia, suas investidas numa

espécie de contracultura, longe de alcançarem o êxito da aceitação e da legitimidade social, suscitaram mecanismos de sanção e resguardo do poder simbólico. Este poder reagiu no sentido de realçar as fronteiras de um território onde prevalece a lei do “próprio”: o “próprio” da *avó Elba*, do *pastor* protestante e da cultura do lugar onde *Edna* nasceu e cresceu.

A noção de tática desenvolvida por Michel de Certeau distancia-se do conceito de *habitus* teorizado por Pierre Bourdieu (1989: 59-73), exatamente porque a tática é uma atitude engenhosa do sujeito que se coloca como um praticante do lugar, enquanto o *habitus*, embora seja também uma força estruturante, representa, sobretudo, um senso prático das coisas, que se orienta pelas regras de um jogo social fortemente determinado pela eficácia do poder simbólico (BOURDIEU, 2003: 69-78). Assim, o indivíduo inserido em um “campo do poder” (BOURDIEU, 2004: 52), não mobiliza o *habitus* de maneira puramente tática (consciente), mas de forma tácita (“inconsciente”).

Sinalizada esta distinção pontual entre as idéias de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu no que tange à reflexão ora em curso, ressalto, no entanto, a proximidade não intencional desses autores, quando se trata de pensar o lugar a partir das noções de estabilidade e fronteira, no caso em que um limite impõe-se com a força do que é tido como “próprio”. Neste sentido, Bourdieu discorre sobre a idéia de “região”:

A etimologia da palavra região (regio), [...] conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória da continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos, etc.). [...]. A regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado

do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de divisão legítima do mundo social. [...] (BOURDIEU, 1989: 113-114).

O conceito de lugar antropológico, tal como é relativizado na proposição feita por Marc Augé, também se aproxima das idéias de espaço e de região ou campo, presentes, respectivamente, nas idéias de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu, como afirmei anteriormente. Marc Augé entende lugar como uma invenção, fruto da ação dos sujeitos que nele se estabeleceram, fundando um sentimento de posse e, portanto, um senso de fronteira, do que é “próprio”. Nas palavras deste autor, um lugar é

[...] aquele que ocupam os [...] que nele vivem, nele trabalham, que o defendem, que marcam nele seus pontos fortes, que guardam suas fronteiras, mas nele detectam, também, os vestígios dos poderes ctonianos ou celestes, dos ancestrais ou dos espíritos que o povoam e que animam sua geografia íntima [...], como se não houvesse humanidade digna desse nome a não ser no próprio lugar do culto que lhes é consagrado. [...]. Esse lugar comum ao etnólogo e a seus indígenas é, num certo sentido (no sentido do latim *invenire*), uma invenção: ele foi descoberto por aqueles que o reivindicam como seu. [...] (AUGÉ, 2003: 43-44).

É interessante trazer agora para esta discussão, as idéias de Gilberto Velho acerca das noções de projeto e metamorfose que, fundamentadas no pensamento de Alfred Schutz (1979), aplicam-se à compreensão do “fenômeno da negociação da realidade”, no qual ocorrem “duas vertentes ou pontos de vista: o da

unidade e o da diferenciação” (VELHO, 2003: 21-22). Ao discorrer sobre essas noções, Gilberto Velho enfatiza que “a cultura, nos termos de Schutz, enquanto comunicação, não exclui as diferenças mas, pelo contrário, vive delas” (2003: 22).

É possível fazer aqui uma ponte entre essa abordagem empregada por Gilberto Velho e a noção de tática, conforme teorizada por Michel de Certeau, haja vista que, ao considerar a realidade social como um campo de possibilidades, a teoria de Schutz concebe a ação do sujeito como projeto, como ação intencional direcionada para determinados fins; no caso, ação como projeto direcionado para mobilizar um jogo de negociação da realidade, em face da tensão que se produz em meio a situações caracterizadas pela presença de sinais de metamorfose no ambiente da cultura de um grupo ou lugar (VELHO, 2003: 11-30; 31-48).

No que concerne à tensão entre os princípios de unidade e diferenciação que se manifesta em todas as culturas, a teoria da negociação da realidade pode ser ilustrada através do romance *Riacho Doce*, ainda no contexto sueco, onde, não obstante a estabilidade do sistema cultural resguardado pelas personagens *avó Elba* e o *pastor*, a pessoa de *Edna (Eduarda)*, embora acanhadamente, põe em questão a ordem social, a ponto de, em certo sentido, colocá-la em negociação, visando, em face da rigidez das regras vigentes à sua volta, conquistar o mínimo de liberdade para viver suas diferenças em relação à “mesmice” de sua gente.

Processos de negociação da realidade aparecem em diferentes cenas descritas em *Riacho Doce*, como demonstro a seguir, quando voltarei a desenrolar o resumo da trama do romance em foco. Antes disso, não posso perder de vista interessantes manifestações de mitos relacionados ao campo do poder que, identificadas na primeira parte da leitura de *Riacho Doce*,

contribuem para esta reflexão, no sentido de ilustrar idéias específicas do estudo feito por Raoul Girardet (1987). Em *Mitos e Mitologias Políticas*, o autor desenvolve a idéia de que o imaginário do poder e os mitos que se aplicam ao campo da política representam forças simbólicas discursivas e ideológicas, capazes de mobilizar desejos e práticas em defesa de uma determinada forma de organizar e manter o mundo protegido contra o que é temporal e perecível, sob a lógica de um poder que se instituiu a partir do sagrado, do eterno.

Compreendendo o mito como algo polimorfo, como realidade ambígua e movente, o autor realiza uma espécie de “sintaxe”, com o objetivo de mostrar que existe na estrutura mítica “uma certa forma de ordenação orgânica” (GIRARDET, 1987: 17), formando um sistema de sucessões e combinações de imagens. Assim, Girardet discorre sobre quatro conjuntos mitológicos identificados em relação à política da França nos séculos XVIII e XIX: a Conspiração, a Idade de Ouro, o Salvador, e a Unidade. Em todos esses conjuntos, o mito político apresenta três dimensões ou propriedades: é interpretação do real; exerce função explicativa e desdobra-se “em um papel de mobilização” de forças sociais (GIRARDET, 1987: 13).

Aplicando, na medida do possível, algumas contribuições desta abordagem à leitura de *Riacho Doce*, percebo, logo na primeira parte do livro, em diferentes situações, a ocorrência de uma espontânea e eficaz manifestação do mito da Unidade. Ora, a estabilidade da cultura em vigor no ambiente onde *Edna* nasceu torna-se tensiva não somente pela presença da professora *Ester*, mas também pelas ações de *Edna*, que não se sentia parte da suposta comunhão com os valores resguardados por sua *avó Elba*. Na verdade, o que esta personagem (*avó Elba*) reivindica como unidade

concretiza-se, de fato, numa ordem moral que a velha senhora sente estar ameaçada. Então, associada ao *pastor* protestante, mobiliza a família. O *pastor*, por sua vez, mobiliza a comunidade. A ameaça ao que parecia uno deveria ser removida. *Ester* foi expulsa da escola, foi embora do lugar. No entanto, *Edna* ficou e, com ela, a diferença em meio à “unidade”.

O mito da Conspiração ou do Complô também pode ser observado nessa primeira parte do romance, em relação ao personagem de *Carlos*, com quem *Edna* casará – a contragosto da *velha Elba*, por questões de princípios religiosos. Segundo Girardet (1987: 58-62), a busca por uma Igreja responde a uma necessidade de pertença grupal e, nesse sentido, produz a imagem do Complô, haja vista que um sistema religioso, quando contraposto a outro, põe em cena a velha batalha entre o Bem e o Mal; ocasião em que ambas as partes costumam reivindicar para si as insígnias do Bem. É o que ocorre, no caso do romance em foco, quando a personagem *avó Elba* opõe-se à união de *Edna* com *Carlos*:

Casara-se com Carlos, o filho mais velho dos católicos romanos. Um rapaz diferente de quase todos os outros da redondeza. [...]. Diziam que os pais de Carlos eram adoradores de bonecos. Que tinham parte com o diabo. E na escola excluíam-no dos brinquedos. Filho de hereges, de papistas, como a velha Elba dizia. [...] (REGO, 1990: 55).

Para *Edna*, que tanto fugia da “unidade” da cultura de seu lugar, morar em outras terras representava a realização de um sonho de infância, em que uma imagem era recorrente: sentia vontade de ver-se distante da voz rouca e autoritária de sua *avó Elba*; imagem que resumia toda a sua insatisfação. Mas o mito da Unidade – dentre outros – estará, com

aparência ainda mais forte, cotidianamente vivo no novo lugar de *Edna*, o *Riacho Doce*. E, é de pasmar-se, *Sinhá Aninha* – a avó de *Nô*, o nativo por quem *Edna* se apaixonará –, que, assim como a *velha Elba*, é a guardiã da moral de seu povo; é ela quem manda em assuntos de religião e, muito mais influente do que a *velha Elba*, traz em seu arcabouço de crenças e superstições o capital simbólico que a mantém como a autoridade mais temida de *Riacho Doce*.

Antes de chegar ao Brasil, *Edna*, ser angustiado e insatisfeito, espírito eternamente inquieto, já sentia a monotonia invadir sua vida com *Carlos*; já se esquivava de unir-se ao marido nos prazeres do sexo. A viagem representava, ao mesmo tempo, motivo de medo e esperança. Nos primeiros dias em *Riacho Doce*, *Edna* vive os encantos e espantos da descoberta do lugar. O sol e o verde do mar a conquistaram de imediato. Às noites, fascinada com o luar, *Edna* desce muitas vezes até a praia. E, mais inserida no contexto, já conversa com os pescadores, com o povo do lugar, com as rendeiras, com sua cozinheira, *Sinhá Benta*, um “anjo” seu. Mas *Sinhá Aninha*, que guarda os caminhos de *Nô*, não gosta de *Edna*:

A galega nova não fazia questão de besteira, não chorava miséria, e fazia gosto trabalhar para ela. A fama cresceu, e aos poucos as mulheres do Riacho Doce começaram a ver Edna de maiô sem susto. Só a velha Aninha permanecia com o seu ponto de vista. Aquela barata descascada era uma mandada do capeta. [...]. Na casa do seu filho, porém, todos gostavam da galega. A sua neta Francisca estava na almofada batendo bilro, fazendo renda para Edna. [...] (REGO, 1990: 94).

Quanto a *Carlos*, este mergulha de corpo e alma na tentativa, sempre malograda, de encontrar

petróleo. Aos domingos, no começo, aproveita as delícias do banho de sol e mar na companhia de “sua” *Edna*. Com o passar dos dias, o casal vai retornando ao distanciamento, embora sob o mesmo teto. *Carlos* sempre no trabalho e, à noite, bebendo uísque e ouvindo estações de rádio de sua terra, mal sintonizadas. *Edna*, cada vez mais distante do marido e próxima de algumas coisas do lugar; além das que pertencem à natureza, atenta aos costumes e às festividades do povo. Escuta, à noite, o canto que embala as danças e que, segundo a imaginação de Lins do Rego, alimenta-se das tristezas da gente que vive no *Riacho Doce*.

São as cantorias de *Nô*, as danças do coco, os ensaios de chegança com a presença central do neto da *velha Aninha* que irão atrair os desejos de *Edna*; desejos de fuga da monotonia vivenciada na solidão com seu marido. *Edna* se apaixona por *Nô* e este corresponde: os dois estarão envolvidos num escândalo através do qual se ilustram aqui diversos elementos do que, no início deste trabalho, denominei como “política do cotidiano”, referindo-me, por exemplo, às tramas do poder que se manifestam em face do adultério de *Edna*.

Antes de explorar as conseqüências do romance de *Nô* e *Edna*, é interessante apontar, ainda que brevemente, outra característica relacionada à noção de lugar – no caso, o lugar *Riacho Doce* –, concernente aos saberes reflexivos e práticos que orientam os sujeitos sociais num dado contexto histórico. Recorro aqui ao pensamento do antropólogo Clifford Geertz, em *O Saber Local*, onde o autor, dentre outros ensaios, discorre sobre o tema: “o senso comum como um sistema cultural” (2003: 111-141). Pelo que aqui se compreende, o senso comum não constitui uma forma irracional ou ingênua de pensar e agir:

Quando dizemos que alguém demonstrou ter bom senso, queremos expressar algo

mais que o simples fato de que essa pessoa tem olhos e ouvidos; o que estamos afirmando é que ela manteve seus olhos e ouvidos bem abertos e utilizou ambos – ou pelo menos tentou utilizá-los – com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia, e que esse alguém é capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia. [...] (GEERTZ, 2003: 115).

Em várias passagens da tessitura de *Riacho Doce*, Lins do Rego demonstra sensibilidade quanto a esse saber local e reconhece seu valor como patrimônio cultural imprescindível no cotidiano de um lugar historicamente vivido. Os trechos abaixo ilustram esta afirmação:

Só lá para as bandas da praia continuavam os pescadores, as jangadas saindo de madrugada para as pescas de cavalas. As mulheres ali não ficavam pensando nos maridos distantes. Raros teriam morrido no mar. Eles sabiam resolver as coisas, os quatro paus da jangada não deixavam nunca ir ao fundo, nem que as sereias os levassem para o seu reino longínquo. Voltariam. [...]. O mar não comia os homens, não fazia viúvas. Era bom e manso. Quando estava raivoso, eles ficavam nas caiçaras esperando que a cólera do mar passasse. [...] (REGO, 1990: 75).

E foram para a praia com o hábito que tinham de ajudar as jangadas que vinham do alto. O nordeste soprava fraco. José Divina falava da lua, que não estava boa para pescadores de linha. Juca Nunes saíra para o alto por sair. Lua de círculo pequeno não dava peixe nem escama (REGO, 1990: 148).

Estas citações concernem também ao conceito

de razão simbólica (SAHLINS, 2003) e, aqui, vinculam a abordagem em curso a um dos fatos centrais que ocorrem na trama de *Riacho Doce*: a questão socioambiental que se configura em torno da tentativa de exploração de petróleo em território local, numa região onde a relação homem-natureza é a base direta de reprodução da vida material, de satisfação, ainda que de forma precária, das necessidades básicas das famílias. Após a implantação malograda de uma fábrica nas proximidades do lugar, ocorre agora essa outra “invasão” do estranho, maltratando a terra em suas entranhas.

O sentimento de pertença e o senso de fronteira falarão alto no ambiente de *Riacho Doce*. A população está entre assustada e encantada com a promessa do “progresso” que poderá chegar com o petróleo. O praguejar de *Sinhá Aninha* não tardará em fazer um alerta contra aquilo. Sua retórica evoca não somente o senso de fronteira, que por sua vez relaciona-se ao mito da Unidade (GIRARDET, 1987: 12). Evoca também o mito da Conspiração ou do Complô, ao atribuir ao processo de exploração de petróleo o signo de obra do diabo:

Havia alguma coisa mesmo por ali. A velha Aninha botava para o diabo. Coisa do diabo. Mexer nas profundezas da terra, furar, passar das águas, atravessar as pedras, furar, só podia ser encomenda do demônio. Era outra vez a tentação que chegava para eles. Quando lhe apareciam com notícias, com fatos novos, ela desprezava tudo: “você estão procurando a desgraça. A fábrica também foi assim”. [...] (REGO, 1990: 82).

Outro acontecimento que marca a trama de *Riacho Doce*, já mencionado, é o relacionamento de *Edna com Nô*, o que despertará a fúria e o praguejar violento da *velha Aninha*, numa luta verbal de

intensidade enervante e efeitos prolongados, de substancial eficácia simbólica. Trata-se de um ponto alto do romance, em que se configuram imagens a partir das quais se pode ilustrar a idéia de “negociação da realidade” social (VELHO, 2003: 31-48), bem como evocar os já citados mitos da Unidade e Conspiração e, ainda, o da Salvação, em virtude da ocorrência de características específicas do “arquetipo do profeta” (GIRARDET, 1987: 78) na personagem de *Sinhá Aninha*.

A avó de *Nô*, *Sinhá Aninha*, tem um jeito de agir semelhante ao da avó de *Edna*, porém, seu poder é superior ao da *velha Elba*. A semelhança é tanta, que, assim como os pais de *Edna*, os pais de *Nô* também se conservam submissos e covardes em face dos mandos da velha benzedeira. Ainda menino, *Nô* tivera seu corpo fechado pelas rezas da avó, para que não sofresse os perigos da morte por faca ou tiro, mas também para que se livrasse do amor das mulheres, quando tal sentimento ameaçasse dominar-lhe o coração.

Assim, com o bentinho que *Mãe Aninha* lhe pusera ao pescoço e que deveria manter consigo para sempre, *Nô* deixou muitas mulheres sofrendo por sua causa. E agora chegava a *galega (Edna)*, tirando *Nô* do destino que lhe fora traçado. O *Nô*, que pertencendo ao *Riacho Doce*, era também do mundo, das viagens em embarcações. *Sinhá Aninha* o queria assim: o *Nô* que era forte, que não se rendia aos sentimentos nem parecia tê-los e, diferenciando-se dos outros, conhecia as estranhas. A paixão de *Nô* por *Edna* não podia ser tolerada pela *velha Aninha*, o principal agente do poder simbólico no lugar:

A velha Aninha benzia a morrinha do corpo. Bem velha era, mãe e avó de praieiros robustos. Sempre tivera força de fora, de cima, para as manobras com os outros. De sua casa de palha saíam as orações, os seus

benditos para a gente de perto e de longe. Ela sabia quando a lua vinha forte, quando as marés cresciam, quando a chuva tirava os peixes do mar. Velha sábia, de poderes estranhos, de coração duro. Era forte na dor, na desgraça, na alegria. Via defunto, fechava os olhos dos moribundos, cantava as orações dos mortos, benzia meninos, curava as frieiras dos bichos, fazia as cobras correrem para o mato. E nunca ninguém vira a velha Aninha com lágrimas nos olhos (REGO, 1990: 75).

Uma das passagens mais interessantes do romance é o descarrego verbal que *Sinhá Aninha* direciona sobre *Edna*, *Dr. Silva* (parceiro de trabalho de *Carlos*, o marido traído) e *Nô*, quando não mais se permite tolerar a infração moral protagonizada pela *galega* e seu neto. Os trechos a seguir são bastante ilustrativos nesse sentido e revelam, também, que apesar do esforço de *Sinhá Aninha* para conservar a “estabilidade” cultural entre o povo de *Riacho Doce*, o real, sob a presença do estranho, configurou-se ali como um campo de possibilidades, donde se lançou mão de argumentos direcionados de forma rude em diferentes tentativas de negociação da realidade:

E fora *Edna*, uma mulher branca, que botara tudo a perder. Fora ela que arrastara o rapaz da estrada boa para onde ia, fazendo papel de demônio, de anjo mau, de desgraça. Calara-se. Fechara o coração ao sofrimento, trancara a boca, entupira os ouvidos. Mas não podia agüentar mais. As orações não davam certo. Oração não tinha mais força. E vinha falar com ela, vinha pedir-lhe que deixasse o menino, que se pegasse com um branco da laia dela. [...]. Disse que pensara em procurar o *Dr. Silva* para falar daquilo. O doutor estava na obrigação de acabar com aquele coito do diabo (REGO, 1990: 149-150).

Cale-se, o quê?! O senhor é outro desgraçado. Vem para a terra da gente e ainda traz aqui umas pestes. E essa mulher, em vez de cuidar do marido, anda esfregando o rabo pela praia como uma cachorra no cio. [...]. Mande a sua laia se calar. Mas fique certo de que os poderes de Deus vingam a gente. O cancro há de comer a língua dessa danada... [...]. Deus do céu vai dar a cada um o seu quinhão de miséria. Tu, doutor, tu vais ficar de pedir esmola, de cuia, tu ficas nas tiras, nos molambos... (REGO, 1990: 151).

‘Deus do céu te dará o pago. Todo o teu corpo vai virar em pedacinho, todo o teu corpo vai ser varado de bala. A bexiga vai cortar o teu couro’. [...]. Aquilo caiu na casa como um raio. O pai e a mãe de Nô correram para a velha com cara de pânico. [...]. ‘É o que estou dizendo. Esse menino veio para aqui a mandado do cão. Do inferno ele trouxe um mandado contra nós todos. Eu sei das coisas’ (REGO, 1990: 154).

A questão de gênero, especificamente a do adultério, apesar das sanções contundentemente sofridas por *Nô* e *Edna*, resolveu-se em *Riacho Doce* de forma relativamente pacífica, haja vista que não incidiu violência física – exceto na intimidade entre *Edna* e *Carlos*, e sem graves conseqüências – no processo de punição dos transgressores da ordem. E o real configurou-se como um campo de possibilidades negociáveis dentro de certos limites. Limites que se manifestam como bem mais rígidos em outras ficções ilustrativas da dominação masculina, como o demonstram os romances: *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), de Jorge Amado⁹ e *Memorial de Maria Moura* (1992), da cearense Rachel de Queiroz¹⁰. Em ambos os romances ilustram-se situações em que o adultério é punido brutalmente, porém sob uma legitimidade

sociocultural reconhecida pela média das consciências, pois o reparo à honra masculina e familiar ferida “explicaria” a ocorrência do ato criminoso, sem enquadrá-lo no plano da anormalidade.

Concluo aqui esta seção compreendendo que em *Riacho Doce* José Lins do Rego construiu uma narrativa de incontestável beleza e sabedoria, ao descrever e interpretar traços marcantes da cultura brasileira que, ao longo da história, são apropriados pelas gerações que se sucedem no tempo. A dimensão cultural do poder é um desses traços, tão bem ilustrado no romance em foco através das relações de autoridade, obediência e transgressão que, na trama aqui interpretada, configuram a manifestação de uma “política do cotidiano”, exercida sob a força e eficácia do poder simbólico, tão cara à ordem de um lugar instituído como social.

Considerações finais

Retomando a hipótese anunciada na introdução deste artigo, reafirmo que o enredo de *Riacho Doce* ilustra o pensar sobre a tensão dialética que se constitui como uma característica da cultura; característica que parece ser universal. Embora se trate de uma obra de ficção, ao ler *Riacho Doce* observo que, mesmo numa sociedade de pequena escala, a cultura local apresenta uma estabilidade relativa. As personagens *Ester*, *Edna*, *avó Elba*, *Sinhá Aninha*, *Carlos* e *Nô* ilustram essa tensão que “alerta” os mecanismos coercitivos da cultura. A coerção faz-se não somente sobre o “outro”, o “distante”, mas também e, principalmente, sobre o “próximo”, o “de dentro”; isto significa dizer que os processos de subjetivação de valores morais não estão condicionados a uma identificação restrita com o que é “próximo”, com o que está “protegido” por “fronteiras”. E é por isso que o “distante”,

em inúmeras situações reais, é tão desejado por uns e repellido por outros.

Em relação ao que aqui denominei “política do cotidiano”, gostaria de ressaltar que empreguei tais termos com o intuito de distinguir um campo de exercício do poder que se constitui nas micro-relações sociais (FOUCAULT, 1989), como produto e reprodução de um campo cultural (BOURDIEU, 1989), do tipo de política que se exerce através de estruturas formais e centralizadas; embora esse tipo também esteja relacionado a diversas categorias do campo da cultura.

Assim, a leitura de *Riacho Doce* e a elaboração deste artigo representaram para mim uma oportunidade para pensar a relação existente entre as categorias cultura e política. No caso do romance em foco, o campo do poder e a “política do cotidiano” que nele se manifestam ilustram também o repensar sobre teses racionalistas da ciência política, que centram suas análises nas estruturas oficiais da política, muitas vezes insensíveis à existência de importantes redes de relações de poder e dominação que ficam despercebidas ou rotuladas sob o signo do irracional.

Em outra direção, considero também importante ressaltar que a discussão sobre o conceito de lugar não se esgota nos autores referenciados neste trabalho, apesar da consistência de suas idéias e argumentos. Há que se pensar, por exemplo, no fenômeno da mundialização e seus rebatimentos sobre noções e práticas de apropriação do lugar.¹¹ Neste sentido, a leitura de *Riacho Doce* inspira, por um lado, uma discussão de notória atualidade para o contexto do estado do Ceará no que concerne, por exemplo, à problemática socioambiental que se intensifica desde a década de 1990. Em poucas palavras, sugiro pensar no drama real das diversas famílias de pescadores que foram arrebatadas de suas pequenas propriedades na

região litorânea onde hoje se encontra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, construído com recursos emprestados, em grande parte, pelo capital internacional (RIGOTTO, 2001).¹²

Sugiro pensar também sobre o denominado Complexo Castanhão, uma represa cuja construção fez-se à custa do desterrar de populações situadas em áreas de diferentes municípios do sertão jaguaribano, num processo que incluiu a demolição de uma cidade inteira, Jaguaribara, e sua “reconstrução” em outro lugar. Com a ação política organizada, os sujeitos atingidos por esse impacto de caráter socioambiental lutaram e resistiram, mas não puderam impedir que o projeto fosse executado. Imagens que ficaram registradas em documentação visual¹³ revelam que, em muitos momentos, as crenças religiosas – um dos fundamentos da memória do povo do lugar – foram evocadas na tentativa de expurgar os malefícios dos interesses economicistas, como o fez, em sua espontaneidade e aspereza, a personagem de *Sinhá Aninha*, em *Riacho Doce*.

Os casos de impactos que a globalização da economia tem produzido sobre comunidades locais são incontáveis. É importante notar a onda de investimentos que empresários portugueses estão fazendo na exploração turística do litoral cearense, onde vivem diversas comunidades pesqueiras. Vale mencionar aqui a experiência vivenciada no município de Icapuí – CE, na localidade de Redonda, nos primeiros anos da década de 2000, quando os moradores organizados impediram a construção de um hotel cujo empreendimento era de proprietários portugueses e seria edificado na região de Ponta Grossa, onde resultaria um profundo impacto socioambiental. Contudo, o empreendimento foi construído na localidade de Tremembé, também pertencente a Icapuí (MELO NETO SEGUNDO; PAULINO, 2003).¹⁴

Por outro lado, embora a leitura de *Riacho Doce* se aplique a uma temporalidade em que os processos de globalização ainda não eram tão intensos e rápidos (contexto do Brasil nas décadas iniciais do século XX), o romance compõe imagens de um campo local da cultura em face da presença de sujeitos oriundos de outros sistemas culturais. No contexto do romance aqui focalizado, a tensão da ordem moral imaginada pelo autor não produziu rupturas que apontassem a possibilidade de incidirem-se descontinuidades substanciais no horizonte da cultura local. A punição simbólica e material que recaiu sobre *Nô* e *Edna* tornou triunfante o poder da tradição, não obstante o abalo sofrido na ordem das coisas.

Quanto ao ambiente das coisas reais, hodiernas, concluo agora este artigo enfatizando a importância de pensar sobre as complexas relações que tecem a dinâmica entre o local e o global no cenário contemporâneo. E assim, ficam aqui duas perguntas para reflexão: a mundialização representa uma força capaz de negar ou afirmar as culturas locais? Em que sentidos essas duas situações podem se configurar?

Notas

- 1 O conceito de “região” é também importante no contexto das discussões desenvolvidas neste artigo (BOURDIEU, 1989: 107-132).
- 2 Ver SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 3 Entre o Realismo e o que se convencionou chamar de “Pré-Modernismo”, situa-se o Simbolismo como movimento de produções voltadas para um sentimento de totalidade e transcendência, fundamentado em valores metafísicos de influência européia, tais como o Bem, o Belo, o Verdadeiro, o Sagrado etc. (BOSI, 1998: 261-300).
- 4 Referenciar a literatura brasileira como campo de produção de interpretações sobre a realidade sociocultural do País torna imprescindível mencionar também a importância da poesia popular e da literatura de cordel como meios de apreensão estética do real no Brasil.
- 5 Ver BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Organização e tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- 6 Sobre a configuração econômica do Brasil à época, ver IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- 7 Trecho de estudo crítico datado de 12/11/1939, publicado no vol. XX das Obras Completas de ANDRADE, Mário de. *O Empalhador de passarinho*. 2ª ed. São Paulo: Martins, 1955, Pp. 137-141.
- 8 Embora possa parecer, em nenhum momento Lins do Rego insinua explicitamente a existência de um romance entre *Ester* e *Eduarda* (*Edna*). O que fica explícito mesmo, ainda que possa ter havido um desejo inconsciente de *Edna* por sua mestra, é o apego da jovem senhorita ao afeto e ao mundo diferente do seu que a professora lhe proporcionava. Não se tratava também de uma relação utilitária e oportunista da parte de *Edna*, mas de um carinho sincero que ela dava e recebia e que era escasso ou quase inexistente no ambiente de sua casa.
- 9 Ver AMADO, Jorge. *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- 10 Ver QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 2000.
- 11 Ver: 1) CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998. 2) ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água, 1996. 3) SANTOS, Milton. *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- 12 No contexto atual, esta problemática agrava-se ainda mais. Finalizando o último período de convocação extraordinária, no dia 20/01/2011, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou, sem realizar um diálogo aberto com a sociedade, o Projeto de Lei 7.230/B-11, do Executivo Estadual, que dispõe sobre casos de dispensa de licenciamento ambiental, configurando um formato que amplia e concentra poderes de decisão nas mãos do Executivo, favorecendo com celeridade a aprovação de mega-projetos desenvolvimentistas e impactantes, alguns deles relacionados à área do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
- 13 Há um amplo material sobre o movimento de luta contra o projeto Castanhão, documentado pelo Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC.
- 14 Evocando aqui as imagens do fictício *Riacho Doce*, lembro também que em Icapuí os riscos socioambientais decorrentes da exploração do petróleo fazem parte da realidade do lugar, onde a companhia Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) executa atividades de extração da referida substância mineral.

Referências bibliográficas

- AMADO, Jorge (1988). *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Record.
- ANDRADE, Mário de (1955). *O Empalhador de Passarinho*. 2ª ed. São Paulo: Martins.
- AUGÉ, Marc (2003). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus.
- BOAS, Franz (2004). *Antropologia Cultural* (org. Celso Castro). Rio de Janeiro: Zahar.
- BOSI, Alfredo (1998). *História concisa da literatura brasileira*. 46ª ed. São Paulo: Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2003). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2004). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5ª ed. São Paulo: Papirus.
- CANCLINI, Nestor Garcia (1998). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- CERTEAU, Michel de (2003). *A Invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. 9ª ed. Petrópolis: Vozes.
- DURKHEIM, Émile (1987). *As Regras do método sociológico*. São Paulo: Ed. Nacional.
- _____ (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- FARACO, C. E. & MOURA, F. M. de (1987). *Língua e literatura*. 9ª ed. São Paulo: Ática.
- FOUCAULT, Michel (1996). *Microfísica do poder*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREYRE, Gilberto (2001). *Casa-grande e senzala*. 43ª ed. São Paulo: Record.
- GEERTZ, Clifford (1989). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- GEERTZ, Clifford (2003). *O Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GIRARDET, Raoul (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLDMANN, Lucien (1968). *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, Otávio (1971). *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & PAULINO, Antonio George Lopes (2003). *Cidadania participativa: um espaço em construção*. Políticas sociais de combate à pobreza em Icapuí (Ceará, Brasil). [Relatório de Pesquisa]. Fortaleza: Ágora XXI; Programa de Gestão Urbana (América Latina e Caribe) – PGU/ALC. <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/urbal/pt/midia/publicacoes/Icapui_Brasil.pdf>. Acesso em 12/02/11.
- ORTIZ, Renato (1994). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- ORTIZ, Renato (1996). *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'água.
- QUEIROZ, Rachel de (2000). *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano.
- REGO, José Lins do (1990). *Riacho Doce*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- RIGOTTO, Raquel M. (org.). (2001). *As Tramas da (In)Sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza: INESP.
- SAHLINS, Marshall (2003). *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- SANTOS, Milton (2000). *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo.
- SCHUTZ, Alfred (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, Gilberto (2003). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em abril/11).

DEVAGAR E SEMPRE, COM FÉ EM DEUS: EVANGÉLICOS CEARENSES NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS

1. Dez anos depois, enfim uma análise

Quando da divulgação pelo IBGE do Censo Demográfico 2000, sociólogos, antropólogos e teólogos debruçaram-se sobre seus números e imediatamente puseram-se a escrever sobre a recomposição global do campo religioso brasileiro. Uníssonos proclamaram em jornais, revistas e livros que a identidade religiosa nacional estava em transição e que sua sintomatologia podia ser verificada a partir de seis tendências apontadas pelos dados colhidos nos últimos censos, a saber: a persistente perda de adeptos por parte do catolicismo; encolhimento das religiões afro-brasileiras, particularmente a umbanda; diminuição das igrejas evangélicas de missão, à exceção dos batistas; a crescente pentecostalização do protestantismo; a diversificação religiosa ou de práticas e crenças de fundo religioso e o expressivo crescimento do

MAURÍCIO RUSSO*

GLEDSON RIBEIRO DE OLIVEIRA**

RESUMO

Neste artigo aferimos e analisamos algumas tendências implícitas nos dados dos Censos de 1872 a 2000, relativos às religiões evangélica e católica no estado do Ceará, comparando sempre que possível com dados nacionais e regionais. Trabalhamos com informações que permitem quantificar o crescimento evangélico no estado, o período de maior e menor expansão, confrontando os resultados com os números do catolicismo. Além disso, observamos as cidades e microrregiões com maior e menor presença de evangélicos, considerando sexo e idade, bem como as denominações que mais arrebanham fiéis.

Palavras-chave: censos demográficos, evangélicos de missão, evangélicos pentecostais, católicos.

ABSTRACT

In this article we intend to appraise and to analyze some implicit trends in the data of the censuses from 1872 to 2000 that concern to the evangelical and catholic religion in the state of Ceará (Northeast of Brazil), comparing whenever possible with national and regional data. We work with informations that allow quantifying the evangelical growth in the state, the period of greater and smaller expansion, confronting the results in dialogue with the numbers of the Catholicism. Moreover, we observe the cities and micro-regions of greater and smaller evangelical presence, the gender and age, as well as the denominations that more gather up believers.

Keywords: demographics censuses, evangelical's mission, Charismatic/Pentecostal Christians, Catholics.

* Mestre em Sociologia (UFRGS). Doutorando em Sociologia (UFC), pesquisador do grupo de pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS/IFHC e pesquisador convidado do Laboratório de Estudos da Violência (UFC).

** Mestre em História (UFPE). Doutorando em Sociologia (UFC), pesquisador do Núcleo de Estudos de Religião, Cultura e Política (NERPO). Membro do Instituto Praeservare – preservação do patrimônio cultural.

percentual dos “sem religião”.

Os sinais dessa recomposição foram enunciados pela primeira vez, ainda em 1973, quando Cândido Procópio Camargo e sua equipe concluíram haver uma tendência geral nos Censos de 1940 a 1960 de “declínio moderado, mas constante, de adeptos da Igreja Católica” e de perda de fiéis, desde os anos 1930, no interior do protestantismo histórico em “benefício dos pentecostais” (CAMARGO, 1973: 24). Trinta anos depois, no artigo “Bye bye, Brasil - o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000”, Flávio Pierucci (2004b) deu ‘adeus’ a qualquer esforço interpretativo que não tivesse como horizonte teórico a pós-tradiconalização do campo religioso, ou seja, que não ponderasse sobre o hiperdimensionamento da oferta e da autonomia de escolha religiosa e a consequente perda por parte das religiões tradicionais do monopólio na produção, distribuição e consumo dos bens de salvação¹.

Ante essa crise de transmissão das religiosidades tradicionais, um “vazio simbólico” se fez grande o bastante para ser preenchido por novas religiões e crenças, seja no interior de antigas tradições como a católica (Renovação Carismática) e a protestante (Neopentecostais) ou com os chamados ‘Novos Movimentos Religiosos’². Vazio simbólico que é produto da mesma modernidade que solapara as bases do sistema religioso tradicional (HERVIEU-LÉRGER, 2005)³ e que hoje favorece o que podemos chamar de espetáculo das religiões e crenças no tempo presente.

Destarte, nove anos depois, o que podemos apreender sobre o mosaico religioso cearense, em particular sobre a dinâmica de evangélicos e católicos nos censos? De intensidades e qualidades diferentes, o rearranjo global do religioso se dá sempre em chão sócio-histórico diverso, sendo importante que as conclusões sobre as tendências nacionais ou regionais no interior do campo religioso sejam colocadas à prova pela análise dos processos reais locais⁴. É claro que para esse intento há de se levar em conta que a longevidade e a confiabilidade dos censos do IBGE têm seus limites. Ao longo dos 128 anos de recenseamento, a variedade de formas para aferir a ‘opção religiosa’ torna impossível, por exemplo, determinar com precisão a série histórica do crescimento ou decréscimo de alguma outra religião que não a católica romana⁵. Só à medida que a qualidade dos dados nos permitiu é que foi possível fazer a ‘abertura’ dos itens⁶.

Interessa-nos, para fins deste artigo, estabelecer comparações entre evangélicos e católicos, em âmbitos nacional, regional e estadual, aferindo e analisando o crescimento das igrejas evangélicas, sua distribuição espacial pelo estado, e os indicadores sociais de seus adeptos (gênero, escolaridade, remuneração e cor). Enfim, chegou o tempo - tardio é verdade - de uma inflexão sobre os números do campo religioso cearense.

2. Evangélicos cearenses: o local em contexto nacional

No século passado, muito se fez para tornar realidade o desejo das igrejas evangélicas de converter o ‘Brasil para Cristo’. Uma rápida olhada nas pesquisas sobre os censos das últimas décadas é suficiente para perceber que isto não se confirmou e nem se confirmará em médio prazo. Todavia, a concorrência entre os agentes católicos e evangélicos pelo monopólio do mercado religioso no último século contribuiu para alterar demograficamente a distribuição religiosa da população. Quando surgiu pela primeira vez o item ‘protestantes’ no Censo de 1890, estes contabilizavam 143.743 fiéis em todo o Brasil, distribuídos entre anglicanos, luteranos, metodistas, congregacionais, episcopais, presbiterianos e batistas⁷. Um salto de ‘zero’, em 1872, para 1% da população nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Porcentagem da população segundo a religião (Brasil 1872 - 2000)

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem Religião	Outras Declarações ⁽¹⁾
1872*	97.93	0.00	0.27	0.00	1.80
1890*	98.92	1.00	0.02	0.05	0.00
1940	95.01	2.61	1.93	0.21	0.25
1950	93.48	3.39	2.37	0.53	0.23
1960	93.07	4.02	2.35	0.50	0.05
1970	91.77	5.17	2.29	0.75	0.01
1980	88.96	6.63	2.53	1.64	0.24
1991	82.96	8.98	2.91	4.73	0.41
2000	73.57	15.41	3.22	7.35	0.44

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Obs. Devido ao atraso no Censo de 1991, o período entre 1980 e 1991 é de onze anos e o período entre 1991 e 2000 é de nove anos. Elaboração dos autores.

No mesmo Censo, no Ceará, registraram-se os ‘respeitáveis’ 526 filiados da empresa missionária presbiteriana⁸, ultrapassando a segunda maior religião estadual, a positivista⁹, e deixando em terceiro no Censo de 1900 os “sem religião e sem declaração” que somavam 238 pessoas¹⁰. A baixa propensão ao proselitismo por parte de anglicanos e luteranos

proporcionou até 1914, quando foi criada a primeira Igreja Assembleia de Deus, no Ceará, que os presbiterianos fossem agentes sem concorrentes do proselitismo protestante local, arrebanhando em dezoito anos de pregação (Tabela 2) a ‘bagatela’ de 0.07% de uma população de maioria absoluta católica (99.90%)¹¹.

Tabela 2 – Porcentagem da população segundo a religião (Ceará 1872 - 2000)

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem Religião	Outras Declarações ⁽¹⁾
1872*	99.99	0.00	0.01	0.00	0.00
1890*	99.90	0.07	0.01	0.00	0.03
1900*	97.09	0.07	0.02	0.00	2.83
1940	99.39	0.32	0.18	0.05	0.06
1950	98.66	0.71	0.25	0.20	0.18
1960	98.64	0.90	0.26	0.19	0.01
1970	97.80	1.58	0.27	0.34	0.00
1980	96.66	2.07	0.49	0.54	0.24
1991	92.80	3.95	0.97	2.10	0.17
2000	86.55	8.25	1.19	3.77	0.24

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Obs. Devido ao atraso no Censo de 1991, o período entre 1980 e 1991 é de onze anos e o período entre 1991 e 2000 é de nove anos. Elaboração dos autores.

Observando as porcentagens nacionais (tabela 1), vê-se que, em 1940, os católicos somavam 95.01% da população, caindo trinta anos depois para o patamar de 91.77%, intensificando a tendência de queda no Censo de 1991, ao chegar aos 82.96%. Em trajetória inversa à do catolicismo, os evangélicos no Brasil passaram de 2.61% em 1940 para 5.17% em 1970, aumentando a porcentagem de adeptos para 8.98% da população no Censo de 1991. No Ceará, em 1940, eles eram 0.32% da população (6.794), evoluindo para 1.58% no Censo de 1970 (69.083) e alcançando 3.96% em 1991 (252.133). No limiar do ano 2000, o censo de evangélicos no Brasil indicava que estes haviam alcançado os surpreendentes 15.41% da população do país (26.184.941 fiéis), sendo deste total 612.847 de evangélicos cearenses (8.25%).

Examinando mais de perto a série católica (Tabela 1), na passagem de um declínio lento nos censos de 1890 a 1940 para um declínio médio e constante nos censos de 1940 a 2000, a perda de 21.44

pontos percentuais nos últimos sessenta anos confirmou a tendência das religiões demograficamente majoritárias e culturalmente hegemônicas em perderem adeptos¹². A perda de fiéis católicos não implica que há uma mudança religiosa no Brasil e muito menos que esta seja igual de região para região e de estado para estado. As diferenças regionais e estaduais permanecem, neste caso, definidoras da velocidade de declínio do catolicismo. Por exemplo, argumenta-se em verso e prosa – e com razão – que a contribuição cearense à tendência de declínio ainda é tímida, já que o estado é o 2º com maior número de católicos do país, atrás apenas do Piauí (89.83%), e, historicamente, faz parte de uma região de difícil penetração de outras religiões e crenças que não a majoritária. Porém, a taxa média geométrica decenal que aponta o aumento ou diminuição no ritmo de crescimento católico desde 1940 (Tabela 3) segue declinando, a exemplo da taxa nacional (Tabela 4).

Tabela 3 - Taxa média geométrica decenal (%) da população residente (Brasil 1940-2000)*

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem Religião	Outras Declarações
1940-1950	23.94	63.88	55.01	214.02	35.14
1950-1960	34.54	60.37	33.85	28.94	-74.95
1960-1970	30.83	70.45	29.44	98.44	-61.31
1970-1980	23.85	63.79	41.17	178.34	-
1980-1991	15.07	67.25	41.85	255.65	98.88
1991-2000	2.60	98.53	28.20	79.84	24.43

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Obs. Devido ao atraso no Censo de 1991, o período entre 1980 e 1991 é de onze anos e o período entre 1991 e 2000 é de nove anos. Elaboração dos autores.

Se comparada à de outros estados da Federação, nos últimos dois decênios, observa-se uma desaceleração mais lenta do crescimento: de 15.59% (1980-1991) para 8.86% (1991-2000); sendo, porém, ainda acima da taxa média nacional que, no mesmo

período, chegou ao patamar dos 15.07% ‘despencando’ para 2.60%, a pior média católica de crescimento do século. Nacionalmente, os católicos chegaram ao patamar dos 80% da população ainda no Censo de 1980, enquanto o estado cearense só alcançou essa

porcentagem no Censo de 2000. Foi necessário esperar vinte anos para se fazer sentir os efeitos nacionais de declínio no campo cearense¹³. Na região Nordeste

(Tabela 5), só a Bahia aproximou-se da média nacional com 74% de católicos.

Tabela 4 - Taxa média geométrica decenal (%) da população residente (Ceará 1940-2000)*

Ano	Católicos	Evangélicos	Outras Religiões	Sem Religião	Outras Declarações ⁽¹⁾
1940-1950	27.96	182.01	79.61	439.66	270.78
1950-1960	22.02	55.25	24.48	15.33	-90.95
1960-1970	31.46	132.25	40.61	141.49	-65.52
1970-1980	19.83	144.73	120.24	89.83	-
1980-1991	15.59	49.13	135.99	367.67	-14.89
1991-2000	8.86	143.06	29.15	109.84	71.11

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Obs. Devido ao atraso no Censo de 1991, o período entre 1980 e 1991 é de onze anos e o período entre 1991 e 2000 é de nove anos. Elaboração dos autores.

Tabela 5 - Porcentagem da população, segundo a religião, por Estados do Nordeste (2000)

Religião	PI	CE	PB	RN	SE	MA	AL	PE	BA
Católica	89.83	86.55	84.89	83.58	82.33	82.16	79.70	74.52	74.00
Evang. Missão	1.29	1.41	2.65	1.73	2.59	2.82	1.54	3.86	4.10
Evang. Pentecostais	4.45	6.24	5.44	6.72	4.31	8.23	7.10	9.08	6.59
Outras Evangélicas	0.49	0.97	0.98	0.85	0.63	0.83	0.69	1.00	0.83
Outras Religiões	0.98	1.21	0.95	1.31	1.95	1.19	1.06	2.15	3.34
Sem religião	3.05	3.77	5.15	5.99	8.18	5.00	9.80	9.46	11.39
Outras Declarações ⁽¹⁾	0.20	0.24	0.23	0.29	0.36	0.27	0.46	0.39	0.35

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

A dificuldade dos evangélicos em ampliar seus adeptos em estados como o Ceará já foi explicada pela bricolagem entre cultura popular e catolicismo, pelo catolicismo ser uma tradição religiosa e não uma escolha ou ato de conversão, pelo consenso em torno de seus símbolos, pela estrutura mais organizada e eficiente em reproduzir seu imaginário e em conter os avanços de outras religiões, por sua ‘natureza’ penitencial – no interior – ter enraizado fortes sentimentos de pertença e identidade na população, ou mesmo pelo fato de as curas e os exorcismos serem oferecidos há séculos, antes dos evangélicos pentecostais (CAMURÇA, 2000; LOPES, 1999). Hipóteses

e teses à parte, o debate permanece em aberto, e como assevera Regina Novaes, com uma única ‘certeza’: independentes da região ou estado em questão são os “católicos não-praticantes” que estão se desfiliando¹⁴.

Até que se demonstre o contrário, a desaceleração na taxa média católica fez do item ‘sem religião’ o destino privilegiado dos que entram em trânsito religioso¹⁵. Em terras alencarinhas, ele aparece como a terceira opção mais freqüente entre as respostas, desde o Censo de 1970 – 3.77% da população (280.280 pessoas). Ou seja, duas vezes maior que a soma dos percentuais alusivos a outras religiões; embora, ainda bem abaixo do percentual correspondente ao mesmo

item, na Bahia (11.39%) e nos dois estados do Brasil em que foi a segunda opção mais declarada no Censo de 2000, à frente dos evangélicos: Sergipe (8.18%) e Alagoas (9.80%)¹⁶.

Nacionalmente, os sem religião, no Censo de 1991, ultrapassaram as porcentagens do item 'outras religiões', configurando-se, aí, aquilo que Thomas Luckmann (*apud* CAMURÇA, 2006) definira como a "religião invisível", crescendo em 2000 para 7.35% da população. Já as porcentagens evangélicas, objeto que nos interessa, parecem confirmar que as estratégias que visam conservar e aumentar o reconhecimento social das igrejas evangélicas de missão¹⁷, e das igrejas do pentecostalismo clássico, neoclássico e neopentecostal¹⁸ foram mais bem que malsucedidas, possibilitando agregarem, por década de Censo, um ponto percentual da população brasileira ao item 'evangélicos'.

As taxas médias nacionais das igrejas evangélicas (Tabela 3) se mantiveram constantes nos decênios de 1940-1950 (63.88%) e 1950-1960 (60.37%), crescendo para 70.45% em 1960-1970. Já no decênio de 1970-1980, oscilaram para baixo (63.79%), recuperando-se em 1980-1991 (67.25%), sendo o período de 1991-2000 aquele de maior crescimento, atingindo os 98.53%. Foram iguais ou maiores que o dobro da média católica, sendo 1960-1970 e 1991-2000, marcadamente, os decênios do primeiro e segundo *boom* evangélico¹⁹. Mesmo no Ceará (Tabela 3), a despeito da hegemonia católica e à exceção dos decênios de 1950-1960 (55.25%) e de 1980-1991 (49.13%), a taxa média evangélica foi sempre superior, alcançando três picos de crescimento bem definidos: um no período 1940-1950 (182.01%), outro em 1970-1980 (144.73%), e um último em 1991-2000 (143.06%), o que fez o estado deixar o primeiro lugar no *ranking* católico²⁰.

No último decênio, os evangélicos cresceram mais de 134 pontos percentuais acima da taxa média católica, o que sugere, uma vez mais, e para lembrar Bourdieu, que sua mensagem não só foi bem recebida como conseguiu satisfazer as necessidades religiosas de seus adeptos.

3. Crescendo pela *mão invisível* de Deus²¹

Mas, qual é a tipologia das igrejas que impulsionam essas taxas? 'Abrindo' o item 'evangélicos', e lamentando que somente a partir do Censo de 1980 o IBGE faça a subdivisão em evangélicos de missão²², pentecostais e outras religiões evangélicas, é com o Censo de 1991 que definitivamente ocorre a reviravolta pentecostal no campo religioso nacional (Tabela 6).

Tabela 6 – Porcentagem da população segundo a religião (Brasil 1980 - 2000)

Religião (BR)	1980	1991	2000
Católicos Romanos	88.96	82.96	73.57
Evangélico de Missão	3.38	2.99	4.09
Evangélico Pentecostal	3.25	5.57	10.37
Outras Evangélicas	0.00	0.42	0.95
Outras Religiões	2.53	2.91	3.22
Sem religião	1.64	4.73	7.35
Outras Declarações⁽¹⁾	0.24	0.41	0.44

Fonte: Censos IBGE. 1) “Outras Declarações” incluem: “Sem declaração” (1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

Um crescimento ininterrupto nos Censos de 1980 (3.25%), 1991 (5.57%) e em 2000 (10.37%) caracteriza os evangélicos pentecostais, enquanto as igrejas do tipo missão ‘parecem’ ter declinado 0.39 pontos percentuais em 1991 (2.99%), recuperando-se para 4.09% no último Censo²³. Na esfera regional (Tabela 5), as igrejas pentecostais são a maioria em todos os estados do Nordeste, estando em maior número em Pernambuco (9.08%) e no Maranhão (8.23%), sendo que Sergipe possui a menor porcentagem (4.31%). O fato de Bahia (4.10%) e Pernambuco (3.86%) terem sido os centros irradiadores do protestantismo no Nordeste durante o oitocentos favoreceu para que os evangélicos de missão fossem mais fortes lá que nos

demais estados, mas não chegando a ultrapassar os pentecostais. Também no Ceará os pentecostais são a maioria dos evangélicos, com a quarta porcentagem mais alta do Nordeste (6.24%) e a penúltima posição dentre os evangélicos de ‘missão’ (1.41%). Além da pequena porcentagem de evangélicos de missão, chama atenção o fato de os pentecostais, já no Censo de 1980 – relativo à década de 1970 –, serem mais numerosos que as igrejas de missão. E mais, mesmo que os censos anteriores a 1980 não tragam a subdivisão entre as igrejas, é possível intuir que, pelo menos desde a década de 1960, a maioria dos evangélicos do estado já era formada por pentecostais.

Tabela 7 – Porcentagem da população segundo a religião (Ceará 1980 - 2000)

Religião	1980	1991	2000
Católicos Romanos	96.66	92.80	86.55
Evangélico de Missão	0.68	0.84	1.41
Evangélico Pentecostal	1.39	2.99	6.24
Outras Evangélicas	0.00	0.12	0.60
Outras Religiões	0.49	0.97	1.19
Sem religião	0.54	2.10	3.77
Outras Declarações⁽¹⁾	0.24	0.17	0.24

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

Nos dados Igreja a Igreja, temos uma importante mudança de 1991 para 2000. A Assembléia de Deus teve em números absolutos um acréscimo de 5.978.377 novos fiéis, mais que os 3.167.371 de ‘novos católicos’, tornando-se a maior igreja evangélica

do Brasil. Os batistas mantiveram-se nos dois últimos censos na segunda colocação, com 3.162.694 filiados, seguidos pela Congregação Cristã no Brasil, segunda maior entre as pentecostais e terceira maior dentre as igrejas evangélicas, com 2.489.114.

Tabela 8 - População residente segundo a religião no Brasil em 1991 e 2000

Religião	1991	2000	Taxa de Incremento
Católica Romana	121.812.761	124.980.132	2.53
Assembléia de Deus	2.439.763	8.418.140	71.02
Batista	1.532.676	3.162.694	51.54
Congregação Cristã	1.635.977	2.489.114	34.27
IURD	268.954	2.101.887	87.20
Evang. Quadrangular	303.268	1.318.805	77.00
Adventista	706.409	1.209.841	41.61
Luterana	1.029.691	1.062.146	3.06
Presbiteriana	498.204	981.064	49.22
Deus é Amor	169.340	774.830	78.14
Metodista	138.888	340.963	59.27
Outras Evangélicas	3.844.822	4.325.462	11.11
Outras Religiões	4.892.798	5.476.080	10.65
Sem religião	6.946.236	12.492.403	44.40
Outras Declarações ⁽¹⁾	596.006	741.602	19.63
Total	146.815.793	169.875.163	-

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

Ainda no *ranking* geral nacional, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é a terceira maior igreja pentecostal e a quarta igreja evangélica do Brasil em número de adeptos, possuindo a maior taxa de incremento em nove anos, 87.20%. Os luteranos deixaram a quarta posição, caindo para a sétima, com uma baixa taxa de incremento (3.06%), só menor que a católica. Mesmo com 49.22% de taxa de

incremento, os presbiterianos caíram da sexta posição, em 1991 (498.204), para a oitava, em 2000, possuindo 981.064 filiados. Proporcionalmente, de 1991 a 2000, as igrejas metodistas foram as que apresentaram a maior taxa de incremento dentre as igrejas de missão (59.27%), o que não impediu que permanecessem na décima posição entre as igrejas evangélicas do Brasil, com apenas 340.963 filiados.

Tabela 9 - População residente segundo a religião no Ceará em 1991 e 2000

Religião	1991	2000	Taxa de Incremento
Católica Romana	5.908.273	6.432.000	8.14
Assembléia de Deus	46.772	310.104	84.92
IURD	7.600	65.398	88.38
Batista	24.725	59.896	58.72
Adventista	10.037	22.868	56.11
Congregação Cristã	8.843	21.514	58.90
Deus é Amor	1.340	17.896	92.51
Presbiteriana	8.577	17.644	51.39
Evang. Quadrangular	2.873	13.166	78.18
Metodista	637	1.570	59.43
Luterana	1.589	538	-66.14
Outras Evangélicas	131.292	574.336	77.14
Outras Religiões	69.396	91.818	24.42
Sem religião	133.567	280.280	52.35
Outras Declarações⁽¹⁾	10.589	18.119	41.56
Total	6.366.110	7.431.597	-

Fonte: Censos IBGE. (1) "Outras Declarações" incluem: "Não determinada, mal definida ou sem declaração" (1991) e "Não determinadas e Sem declaração" (2000). Elaboração dos autores.

As tendências nacionais são semelhantes ao que encontramos em âmbito estadual (Tabela 9). A Assembléia de Deus é tanto a maior igreja pentecostal do Ceará como a maior dentre todas as evangélicas, possuindo 310.104 filiados. A segunda maior pentecostal, a IURD, é também a segunda maior do estado, crescendo em números absolutos de 7.600 filiados, em 1991, para 65.398, em 2000; uma taxa de incremento de 88.38%. Esta era a posição antes ocupada pelas igrejas batistas, que agora estão em terceiro lugar, com 59.896 filiados. Entre as pentecostais, a Congregação Cristã, que é a terceira maior do Brasil, cresceu no Ceará, em ritmo menor que a média nacional, caindo da quarta (8.843) para a quinta posição (21.514); e a Igreja Deus é Amor, que em nível nacional está atrás dos presbiterianos, no estado é a quarta igreja (17.896), com uma taxa de incremento de 92.51%. A segunda maior igreja de missão, a Adventista²⁴, é a quarta entre todas as evangélicas, com 22.868 filiados. Chama-nos a atenção o encolhimento dramático dos

luteranos cearenses, que parecem dar sinais de estagnação. Foram os únicos no estado com taxa negativa (-66.14%), perdendo em nove anos 1.051 filiados, dos 1.589 identificados no Censo de 1991. Não se confirmou no Censo de 2000, pelo menos no Ceará, a "vitalidade" do luteranismo observada por Pierre Sanchis (1997) em outros lugares. Apesar da tradição nacional, a igreja luterana chegou ao patamar das menores igrejas do item 'outras evangélicas'.

4. Distribuição espacial e indicadores sociais

Quanto à espacialidade, como os evangélicos estão distribuídos no território cearense? Proporcionalmente ao número de habitantes e, tendo por base o Censo de 2000, os municípios que possuem os maiores números de evangélicos são: Maracanaú (15.46%), Pacatuba (14.67%) Barreira (14.01%), Caucaia (13.70%), Eusébio (13.66%),

Horizonte (13.49%), Paraipaba (12.81%), Fortaleza (12.58%), Parambu (12.45%) e Tauá (11.57%). Já o elenco com maior quantidade de católicos é formado pelos municípios de Alcântaras (98.47%), Cariri (98.32%), Apuiarés (98.13%), Granjeiro (98.09%), Aurora (97.73%), Arneiroz (97.70%), Bela Cruz (97.48%), Araripe (97.28%), Marco (96.97%) e Barro (96.91%). Mesmo por contraste, é possível visualizar a apropriação geograficamente desigual nos mapas 1 e 2 (ao final deste artigo).

As porcentagens de evangélicos são maiores na Região Metropolitana de Fortaleza, em alguns municípios do litoral e nos municípios de Tauá e Parambu (sertão dos Inhamuns) e Penaforte, no extremo sul do Cariri. Em um universo de 184 municípios vinte e seis têm de 9% a 15.46% evangélicos, acima da média estadual (8.25%). Desses, mais de vinte estão na Região Metropolitana e no Litoral Norte, o que parece confirmar a tendência nacional desses espaços serem locais privilegiados da ação das igrejas evangélicas. Já o Cariri e o Centro-sul são as regiões com maiores porcentagens de católicos e presença evangélica apenas simbólica. Por exemplo, 93.80% da população de Juazeiro do Norte é de católicos e apenas 4.48% de evangélicos. No Crato, são 3.15% de evangélicos e 91.70% de católicos. Já em Sobral, a relação é entre 4.75% de evangélicos e 91.26% de católicos. No município de culto a São Francisco de Assis, Canindé, há 94.17% de católicos e 4.44% de evangélicos. Os grandes centros de peregrinação e festas religiosas permanecem quase herméticos à presença evangélica sugerindo, a eficácia da organização e do imaginário católico local.

Há alguma relação entre urbanização e crescimento evangélico? Aferindo uma amostragem dos vinte municípios mais urbanizados (Tabela 10) – respeitando os limites deste estudo –, parece haver

correlação entre os binômios urbanização/evangélicos e catolicismo/interiorização. Onze, dos vinte primeiros municípios da lista, apresentaram porcentagens de evangélicos próximas ou maiores que a média estadual (entre 8% e 15.46%). Assim sendo, à medida que diminui a urbanização dos municípios, diminui a porcentagem de evangélicos. É claro que essa hipótese possui suas exceções. Juazeiro do Norte (4º), Sobral (9º), Crato (13º), Camocim (18º) e Martinópolis (16º) são considerados bem urbanizados e têm baixa presença evangélica.

Tabela 10 - População residente segundo a Urbanização (Ceará - 2000)

Ranking Urbanização	Ranking Evangélico	Ranking Católicos	Município	Evangélicos (%)	Católicos (%)	Urbanização (%)
1°	5°	179°	Eusébio	13.66	79.48	100.00
2°	8°	181°	Fortaleza	12.58	78.56	100.00
3°	1°	184°	Maracanaú	15.46	75.29	99.69
4°	90°	64°	Juazeiro Norte	4.48	93.80	95.33
5°	2°	183°	Pacatuba	14.67	76.11	90.97
6°	20°	173°	Itaitinga	9.83	84.36	90.86
7°	17°	176°	Aquiraz	10.30	83.04	90.43
8°	4°	180°	Caucaia	13.70	78.93	90.26
9°	86°	118°	Sobral	4.75	91.26	86.63
10°	6°	182°	Horizonte	13.49	77.29	83.23
11°	34°	143°	Cascavel	8.17	88.60	83.06
12°	49°	135°	Varjota	7.12	89.16	81.23
13°	139°	110°	Crato	3.15	91.70	80.19
14°	32°	171°	Guaiúba	8.19	84.65	78.51
15°	11°	178°	Pacajus	11.48	80.82	77.83
16°	166°	16°	Martinópolis	2.03	96.48	75.41
17°	13°	174°	Maranguape	11.03	84.06	74.05
18°	84°	159°	Camocim	4.83	86.40	73.37
19°	38°	134°	Iguatú	7.84	89.20	72.84
20°	57°	121°	Orós	6.53	90.91	71.74

Fonte: Censos IBGE. Elaboração dos autores.

A Região Metropolitana de Fortaleza parece fugir à regra, apresentando “uma estrutura intermediária e caracterizada pela significativa presença de católicos também no centro da RM”²⁵. Encontramos exceções, ainda, na relação entre menor urbanização e menor presença evangélica. Se considerarmos a faixa inferior a 50% de urbanização como baixa, teremos um universo de 98 em 184 municípios sendo que nove terão entre 9.52% e 14.01% de evangélicos, o que é acima da média estadual: Paraipaba (87°), Itapiúna (98°), Beberibe (102°), Tururu (105°), Parambu (144°) Barreira (150°), Amontada (153°), Icapuí (170°) e Quiterianópolis (177°).

Deste modo, a que conclusão provisória poderíamos chegar? Que a urbanização explica apenas em parte a maior ou menor presença evangélica. Diante

da imprecisão sobre o que o IBGE considera como ‘urbano’ e ‘rural’²⁶, lembramos que são as cidades com melhores acessos viários, os alvos prioritários da empresa missionária evangélica²⁷. Nelas se concentram os vazios simbólicos, os ‘ouvintes’ suscetíveis à mensagem religiosa e, principalmente, o controle da produção e reprodução do imaginário religioso. É necessário agregar, sempre, o ingrediente sócio-histórico à análise de variantes quantitativas²⁸.

5. Religiões, gênero, cor e rendimentos

A Tabela 11 mostra que a porcentagem de mulheres católicas (73.12%) é sutilmente menor que a de homens católicos (74.04%). A porcentagem de mulheres evangélicas (17.09%) é 3.40% maior que

a de homens (13.69%). De 1940 a 2000, a categoria ‘mulheres católicas’ perdeu 22.05 pontos percentuais e a de ‘homens católicos’, 20.81 pontos. É perceptível que o destino dessas porcentagens foi principalmente o item ‘evangélicos’; porém, entre os homens a indicação do item ‘sem religião’ cresceu mais que entre as mulheres.

Comparando-se as informações das tabelas 11 e 12, observa-se que não há grandes distinções. No Ceará, as católicas mantiveram a vantagem até o Censo de 2000, sendo que o trânsito para outras

opções segue o mesmo padrão de deslocamento nacional: as mulheres predominantemente para as religiões evangélicas e os homens para o item ‘sem religião’. Há uma diferença sutil (2.04%) entre os homens evangélicos (7.20%) e as mulheres evangélicas (9.24%). A mensagem religiosa parece ser sedutora a ambos os gêneros. Neste caso, a exigência da mudança nos padrões culturais de comportamento *do e entre* os dois sexos – contenção da sensualidade, simetria de compromissos etc. – parece ser bem assimilada entre homens e mulheres²⁹.

Tabela 11 – Porcentagem da população segundo a religião e gênero (Brasil 1940 – 2000)

Religião e Sexo	Ano						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Homens							
Católicos	94.85	93.30	92.95	91.77	89.19	83.29	74.04
Evangélicos	2.62	3.42	3.97	5.00	6.19	8.08	13.69
Outras Religiões	2.00	2.42	2.38	2.25	2.36	2.58	2.81
Sem religião	0.25	0.66	0.65	0.95	2.04	5.63	9.02
Outras⁽¹⁾ Declarações	0.28	0.21	0.05	0.02	0.23	0.41	0.44
Mulheres							
Católicas	95.17	93.67	93.19	91.76	88.73	82.64	73.12
Evangélicas	2.60	3.36	4.08	5.33	7.06	9.86	17.09
Outras Religiões	1.85	2.32	2.32	2.33	2.69	3.23	3.62
Sem religião	0.17	0.40	0.36	0.56	1.25	3.85	5.74
Outras⁽¹⁾ Declarações	0.21	0.25	0.04	0.01	0.26	0.41	0.44

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

Tabela 12 – Porcentagem da população segundo a religião e gênero (Ceará 1940 – 2000)

Religião e Sexo	Ano						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Homens							
Católicos	99.35	98.60	98.60	97.74	96.67	92.80	86.66
Evangélicos	0.33	0.71	0.89	1.55	1.97	3.55	7.20
Outras Religiões	0.20	0.26	0.27	0.28	0.46	0.88	1.11
Sem religião	0.06	0.26	0.23	0.44	0.69	2.60	4.82
Outras⁽¹⁾ declarações	0.07	0.18	0.01	0.00	0.21	0.16	0.21
Mulheres							
Católicos	99.42	98.72	98.69	97.85	96.65	92.80	86.45
Evangélicos	0.32	0.71	0.91	1.62	2.18	4.34	9.24
Outras Religiões	0.16	0.25	0.25	0.27	0.52	1.05	1.35
Sem religião	0.04	0.14	0.14	0.25	0.40	1.63	2.76
Outras⁽¹⁾ declarações	0.06	0.18	0.01	0.00	0.25	0.18	0.20

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “De religião não declarada” (1940), “Sem declaração de religião” (1950), “Sem declaração” (1960, 1970 e 1980), “Não determinada, mal definida ou sem declaração” (1991) e “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

Certamente a conclusão de Weber de que as mulheres são especialmente receptivas a movimentos religiosos que contenham aspectos orgiásticos, emocionais ou histéricos explica pouco. É bastante conhecida na história a idéia segundo a qual a atração das mulheres pelo protestantismo, na época da Reforma, associava-se a uma suposta concepção, protestante, de igualdade espiritual entre os sexos e também ao fato de as mulheres encontrarem, ali, uma espécie de convite à atividade intelectual. Avançando sobre a “reserva masculina da teologia”, não é à toa que nas maiores igrejas evangélicas pentecostais algumas das principais atividades são desempenhadas por mulheres³⁰.

Não há qualquer novidade quanto aos indicadores sociais de escolaridade e rendimentos na comparação entre os níveis estadual e nacional. Entre os evangélicos, os de missão possuem as mais altas taxas de estudo (11 a 14 anos) – segundo grau completo e/ou estão nos primeiros anos do ensino de 3º grau; as

menores taxas estão com os pentecostais, (entre 4 e 7 anos), primeiro grau completo.

Tabela 13 – Percentagens de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por religião e anos de estudo (Ceará 2000)

Anos de estudo	Católica	Evangélico Missão	Evangélico Pentecostal	Outras Evangélicas	Outras Religiões	Sem religião
Sem instrução e menos de 1 ano	20.50	8.52	15.97	13.46	6.92	22.27
1 a 3 anos	21.84	11.78	20.32	15.06	11.40	20.31
4 a 7 anos	26.89	23.47	30.91	31.01	23.95	27.52
8 a 10 anos	13.28	21.55	16.12	17.18	19.81	13.22
11 a 14 anos	12.16	26.61	12.87	17.61	28.23	11.41
15 anos ou mais	2.53	6.01	1.19	2.98	7.81	3.10
Não determinado	2.81	2.06	2.62	2.70	1.87	2.18

Fonte: Censos IBGE. 2000. Elaboração dos autores.

Os sem religião estão juntos com os católicos na faixa de 4 a 7 anos de estudo, e renda de 1 a 5 salários mínimos, possuindo o mais baixo índice de escolaridade, maior que o item ‘católicos’ (20.50%). Os evangélicos com nível superior (15 anos de estudo ou mais) estão presentes, em maior número, entre

os de missão (6.01%), ficando atrás, novamente, do item “outras religiões” (7.81%). Os pentecostais apresentam as menores porcentagens (1.19%) neste item, sendo o analfabetismo maior entre eles (15.97%) que entre os evangélicos de missão (8.52%).

Tabela 14 – Percentagens de pessoas de 10 anos ou mais de idade por religião e classe de rendimento nominal mensal (Ceará 2000)

Religião	Até 1 s.m.	De 1 a 5 s.m.	Mais de 5 s.m.	Sem rendimento
Católica	28.67	18.26	4.80	48.27
Evangélico de Missão	20.93	24.27	9.91	44.89
Evangélico Pentecostal	25.93	20.69	3.61	49.77
Outras Evangélicas	23.01	23.22	5.13	48.64
Outras Religiões	18.84	27.25	12.56	41.36
Sem religião	26.08	22.40	5.79	45.73
Sem declaração	24.13	11.07	4.62	60.18

Fonte: Censos IBGE. 2000. Salário mínimo (SM) utilizado: R\$ 151,00. A categoria “Sem rendimento” inclui as pessoas que receberam somente em benefícios. Elaboração dos autores.

Excluindo o item ‘sem rendimento’ – absoluto em todas as religiões –, nota-se que as maiores porcentagens situam-se na faixa de até 1 salário mínimo, perpassando os católicos, os evangélicos pentecostais, os sem religião e sem declaração. Já na faixa de >1 salário a 5 salários mínimos, estão os evangélicos de missão, os itens ‘outras evangélicas’ e ‘outras religiões’. E com mais de 5 salários, o percentual mais

elevado recai em ‘outras religiões’ (12.56%), seguido por evangélicos de missão (9.91%) e ‘sem religião’ (5.79%). Cruzando os dados de escolaridade com os de rendimentos, os evangélicos com maior capital cultural também são os que contam com maior capital econômico.

Já os dados quantitativos sobre religião e cor (Tabela 15), ao invés de contribuírem para a

compreensão do espaço social, turvam a leitura da realidade, uma vez que a cor ‘parda’ aparece como a da maioria da população católica e evangélica.

Tabela 15 - População segundo a religião, cor ou raça no Ceará em 2000

Religião	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Católica Romana	2.391.735	37.48	267.136	4.19	8.300	0.13	3.704.980	58.05	9864	0.15
Assembléia de Deus	118.083	38.33	10.800	3.51	406	0.13	178.172	57.83	620	0.20
IURD	23.897	36.73	1.573	2.42	60	0.09	39.422	60.58	117	0.18
Batista	28.119	47.16	1.206	2.02	98	0.16	30.062	50.42	136	0.23
Adventista	9.058	39.88	771	3.39	39	0.17	12.822	56.45	23	0.10
Congregação Cristã	8.303	39.07	531	2.50	16	0.08	12.385	58.28	16	0.08
Deus é Amor	5.810	32.51	588	3.29	12	0.07	11.393	63.74	71	0.40
Presbiteriana	8.232	46.98	380	2.17	95	0.54	8.748	49.93	67	0.38
E. Quadrangular	4.976	37.97	365	2.79	09	0.07	7.749	59.13	05	0.04
Metodista	440	28.26	08	0.51	-	0.00	1.109	71.23	-	0.00
Luterana	387	73.30	05	0.95	-	0.00	136	25.76	-	0.00
Outras Evangélicas	47.038	42.06	3.669	3.28	284	0.25	60.470	54.08	365	0.33
Outras religiões	35.212	42.18	2.336	2.80	42	0.05	45.642	54.67	255	0.31
Sem religião	94.164	33.82	15.946	5.73	717	0.26	166.921	59.95	689	0.25
Outras Declarações¹	5.471	25.53	466	2.17	53	0.25	15.391	71.81	51	0.24
Total Geral	2.770.560	37.58	305279	4.14	10373	0.14	4274359	57.97	12198	0.17
Total Evangélicos	246.040	3.34	19.896	0.27	1.019	0.01	362.468	4.92	1.420	0.02

Fonte: Censos IBGE. (1) “Outras Declarações” incluem: “Não determinadas e Sem declaração” (2000). Elaboração dos autores.

O que as 4.274.359 pessoas quiseram dizer com isso nos remete à bem conhecida querela sobre o negro e a negritude cearense, esta “escondida sob a morenice, a brejerice, a sensualidade da cor”, onde o que se contrapõe ao “galego” é o “moreno” (FUNES, 2004: 132). Diante da ‘suspeita’ – que não é só nossa –, deve-se trabalhar os dados de religião e cor, tanto separadamente como reunindo em ‘pessoas brancas’ e ‘não-brancas’³¹. No segundo caso, a maior igreja evangélica do Ceará, Assembléia de Deus, possui 38.33% de pessoas brancas (118.083) e 61,67% de não-brancas (189.998), seguida pela IURD com 36.73% de pessoas brancas (23.897) e 63.27% de não brancas (41.172). Os números mais equilibrados estão dentre os batistas, com 47.16% de brancos (28.119) e

52.83% de não-brancos (31.502). Já no primeiro caso, entre os católicos, os pardos são 58.05% (3.704.980) e entre os evangélicos, 4.92% (362.468). A cor branca foi a segunda opção mais declarada entre as igrejas evangélicas com 3,34% (246.040), e a amarela a menos declarada com 0.01% (1.019 pessoas). Apenas 0.27% dos evangélicos (19.896) declararam-se negros. Tomada individualmente, a igreja evangélica metodista tem a menor presença de adeptos de cor preta (0.51%), seguida pelos luteranos (0.95%). Já a Assembleia de Deus, depois do catolicismo, é a igreja evangélica cearense que melhor ‘atravessa todas as cores da sociedade’. Em números absolutos, a Assembléia de Deus possui mais adeptos de cor preta (10.800) que o conjunto das demais igrejas evangélicas,

sendo um pouco menor que os sem religião (15.946). A IURD é a segunda maior evangélica em adeptos de cor negra, com 2,42% (1.573), seguida pelos batistas.

6. À guisa de conclusão, aguardando os resultados do Censo de 2010

Se traçarmos um pequeno sumário dos achados deste estudo sobre os evangélicos cearenses nos censos demográficos, as assertivas serão: que a Região Metropolitana de Fortaleza e o Litoral Norte concentram boa parte dos evangélicos; que a maioria dos evangélicos pertence a igrejas pentecostais; que são, sutilmente, formados mais por mulheres que por homens; que são de maioria parda ou de 'não-brancos'; e que quase a metade não possui rendimentos nominais e o restante ganha entre >1 e 5 salários mínimos. Cruzando os dados de cor, raça e rendimentos, encontramos o trinômio 'não-brancos', um salário mínimo e igrejas pentecostais. Além disso, a Assembleia de Deus é a maior igreja evangélica cearense e os batistas constituem a igreja de missão que conseguiu manter taxa média de incremento só abaixo dos pentecostais. No outro extremo, os luteranos parecem dar sinais de esgotamento com uma taxa negativa, no Censo de 2000.

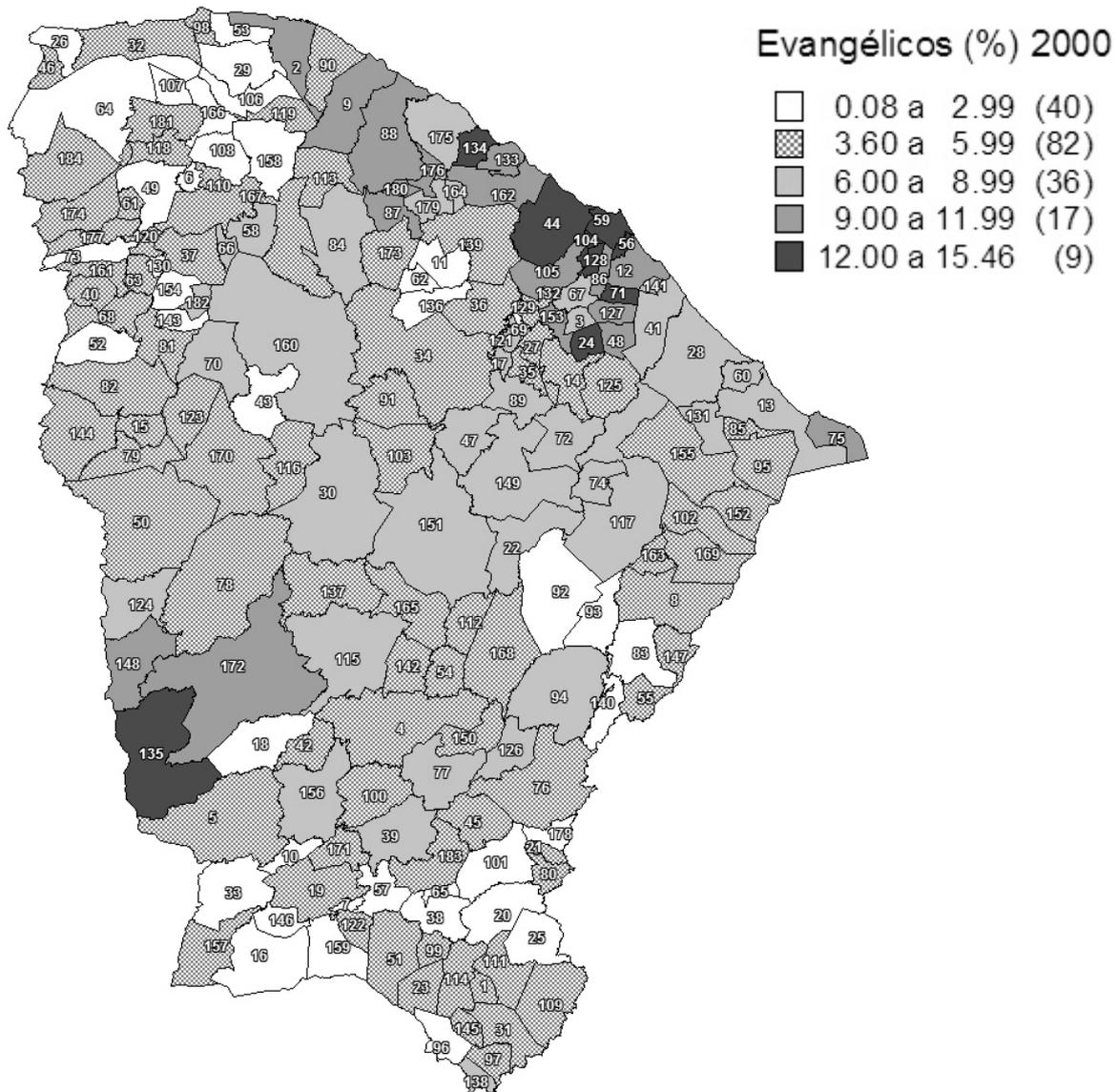
Em médio prazo, o catolicismo cearense permanecerá demograficamente majoritário e culturalmente hegemônico, mesmo que nos próximos censos cresça a taxas de apenas 2% ou 3%. A alta porcentagem demográfica de católicos, a organização eficaz e a hegemonia cultural têm permitido que a Igreja católica não perca *mais* adeptos, mas não impedirá que ela continue perdendo adeptos para as igrejas evangélicas – principalmente pentecostais – e para o item 'sem religião'. A questão é saber qual a velocidade e se a Renovação Carismática católica no Ceará conterà o

declínio do catolicismo. Conforme o IBGE, em 2010 a população brasileira será de 193.252.604 habitantes. Neste ano, os católicos serão aproximadamente 142.175.941, se mantida a mesma porcentagem encontrada no Censo de 2000. Porém, usando a taxa média geométrica decenal do período 1991-2000, haverá no Brasil em 2010 aproximadamente 136.053.372 católicos, isto é, 70,40% da população.

Já as análises que apontam o Ceará como um dos estados com menor presença de evangélicos do Brasil, devem ser entendidas menos como incapacidade de disputa pelo mercado religioso e mais pela conjunção dos fatores sócio-históricos apontados. Desde 1940, as taxas médias de evangélicos continuam crescendo, mas não se fazem sentir visualmente no total dos números absolutos. Taxas que são resultado do desenvolvimento desigual e combinado do trabalho evangélico pelo Brasil. Historicamente, o trabalho evangélico foi desigual entre as regiões, estados, igrejas e combinado devido às trocas de experiências de trabalho no circuito religioso. Em outras palavras, o trabalho evangélico tanto não avança no mesmo ritmo histórico entre e nas regiões, estados e igrejas, como, ao mesmo tempo, permite que regiões, estados e igrejas, pouco avançados no proselitismo, tenham acesso ao capital religioso acumulado na totalidade do campo evangélico³².

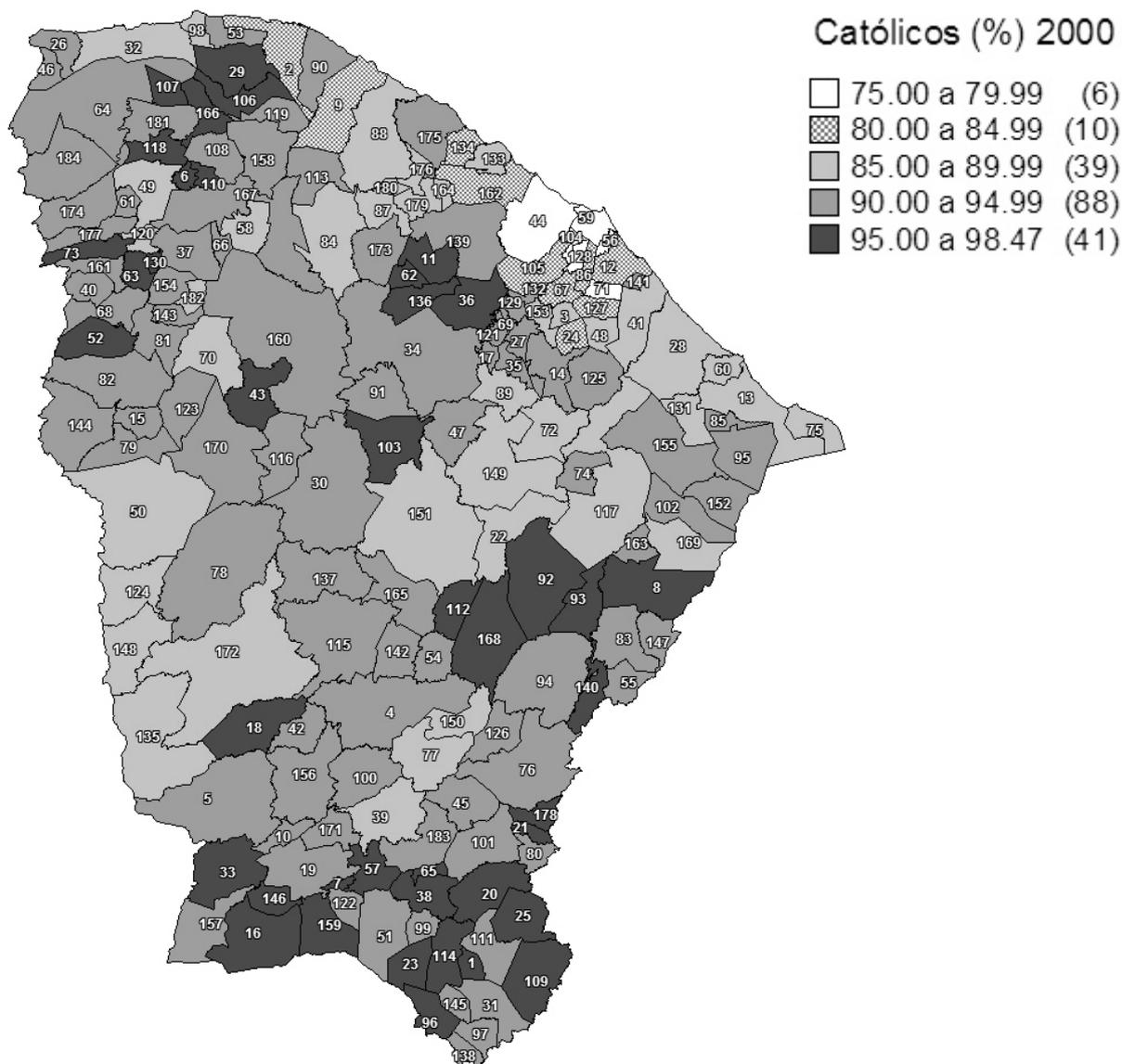
Enfim, depois desta prospecção entre porcentagens e números absolutos, resta-nos esperar o que virá.

Mapa 1 – Distribuição espacial da porcentagem de evangélicos (Ceará 2000)



As numerações nos mapas correspondem, igualmente, aos seguintes municípios: 1) Abaiara, 2) Acarape, 3) Acaraú, 4) Acopiara, 5) Aiuaíba, 6) Alcântaras, 7) Altaneira, 8) Alto Santo, 9) Amontada, 10) Antonina do Norte, 11) Apuiarés, 12) Aquiraz, 13) Aracati, 14) Aracoiaba, 15) Ararendá, 16) Araripe, 17) Aratuba, 18) Arneiroz, 19) Assaré, 20) Aurora, 21) Baixo, 22) Banabuiú, 23) Barbalha, 24) Barreira, 25) Barro, 26) Barroquinha, 27) Baturité, 28) Beberibe, 29) Bela Cruz, 30) Boa Viagem, 31) Brejo Santo, 32) Camocim, 33) Campos Sales, 34) Canindé, 35) Capistrano, 36) Caridade, 37) Cariré, 38) Caririáçu, 39) Cariús, 40) Carnaubal, 41) Cascavel, 42) Catarina, 43) Catunda, 44) Caucaia, 45) Cedro, 46) Chaval, 47) Choro, 48) Chorozinho, 49) Coreaú, 50) Crateús, 51) Crato, 52) Croata, 53) Cruz, 54) Deputado Irapuan Pinheiro, 55) Ererê, 56) Eusébio, 57) Farias Brito, 58) Forquilha, 59) Fortaleza, 60) Fortim, 61) Frecheirinha, 62) General Sampaio, 63) Graça, 64) Granja, 65) Granjeiro, 66) Groaíras, 67) Guaiúba, 68) Guaraciaba do Norte, 69) Guaramiranga, 70) Hidrolândia, 71) Horizonte, 72) Ibaretama, 73) Ibiapina, 74) Ibicuitinga, 75) Icapuí, 76) Icó, 77) Iguatu, CONTINUA.....

Mapa 2 - Distribuição da porcentagem de Católicos (Ceará 2000)



78) Independência, 79) Ipaoranga, 80) Ipaumirim, 81) Ipu, 82) Ipueiras, 83) Iracema, 84) Irauçuba, 85) Itaiçaba, 86) Itaitinga, 87) Itapagé, 88) Itapipoca, 89) Itapiúna, 90) Itarema, 91) Itatira, 92) Jaguaratama, 93) Jaguaribara, 94) Jaguaribe, 95) Jaguaruana, 96) Jardim, 97) Jati, 98) Jijoca de Jericoacoara, 99) Juazeiro do Norte, 100) Jucás, 101) Lavras da Mangabeira, 102) Limoeiro do Norte, 103) Madalena, 104) Maracanaú, 105) Maranguape, 106) Marco, 107) Martinópole, 108) Massapé, 109) Mauriti, 110) Meruoca, 111) Milagres, 112) Milha, 113) Miráima, 114) Missão Velha, 115) Mombaça, 116) Monsenhor Tabosa, 117) Morada Nova, 118) Moraujo, 119) Morrinhos, 120) Mucambo, 121) Mulungu, 122) Nova Olinda, 123) Nova Russas, 124) Novo Oriente, 125) Ocara, 126) Orós, 127) Pacajus, 128) Pacatuba, 129) Pacoti, 130) Pacujá, 131) Palhano, 132) Palmácia, 133) Paracuru, 134) Paraipaba, 135) Parambu, 136) Paramoti, 137) Pedra Branca, 138) Penaforte, 139) Pentecoste, 140) Pereiro, 141) Pindoretama, 142) Piquet Carneiro, 143) Pires Ferreira, 144) Poranga, 145) Porteiras, 146) Potengi, 147) Potiretama, 148) Quiterianópolis, 149) Quixadá, 150) Quixelô, 151) Quixeramobim, 152) Quixeré, 153) Redenção, 154) Reriutaba, 155) Russas, 156) Saboeiro, 157) Salitre, 158) Santana do Acaraú, 159) Santana do Cariri, 160) Santa Quitéria, 161) São Benedito, 162) São Gonçalo do Amarante, 163) São João do Jaguaribe, 164) São Luís do Curu, 165) Senador Pompeu, 166) Senador Sá, 167) Sobral, 168) Solonópole, 169) Tabuleiro do Norte, 170) Tamboril, 171) Tarrafas, 172) Tauá, 173) Tejuçuoca, 174) Tianguá, 175) Trairi, 176) Tururu, 177) Ubajara, 178) Umari, 179) Umirim, 180) Uruburetama, 181) Uruoca, 182) Varjota, 183) Várzea Alegre e 184) Viçosa do Ceará.

Notas

- 1 Nesse artigo, de título homônimo à canção de Chico Buarque, Pierucci chama de tradicionais religiões o catolicismo, o luteranismo e a umbanda.
- 2 Marcelo Camurça (2006) lembra que a pergunta ‘qual a sua religião ou culto’ foi respondida de trinta e cinco mil formas diferentes no Censo 2000. Para uma bibliografia sobre os novos movimentos religiosos, consultar: MAGNANI, José Guilherme, *O Brasil da Nova Era*. RJ: Zahar, 2000; SIQUEIRA, Deis, *As novas religiosidades no Ocidente: Brasília, cidade mística*. Brasília: Editora UNB, 2003; SOUZA, Beatriz Muniz de & MARTINO, Luís Mauro Sá, *Sociologia da religião e mudança social*. SP: Paulus, 2004 (parte III); MIRANDA, Julia, *Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político*. RJ: Relume Dumará, 1999 e *Horizontes de Bruma: os limites questionados do religioso e do político*. SP: Maltese, 1995.
- 3 A chamada ‘secularização da sociedade’ foi menos o recuo da religião no espaço social nos últimos dois séculos que sua tensão com o projeto de modernidade. Se a esfera da intimidade era a fronteira em que a religião deveria ter sido depositada, a contemporaneidade proporciona um cenário diferente com o seu deslocamento para a esfera pública.
- 4 Uma aproximação mais sólida do campo religioso nacional só poderia ser elaborada com a criação de grupos em todo o Brasil que analisassem os números de cada um dos vinte e seis estados e do Distrito Federal. Exemplos a serem seguidos – as pesquisas de Ari Pedro Oro, *Avanço pentecostal e reação católica*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1996; de Rubem César Fernandes *et alli*, *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*, RJ: Mauad, 1998; e Cesar Romero Jacob *et alli*, *Atlas da filiação religiosa e marcadores sociais*, SP: PUC-Rio, Loyola, 2003 – partindo de diferentes caminhos metodológicos, foram triádicos, analisando as dimensões nacional, regional e local.
- 5 Na história dos censos demográficos, a metodologia de coleta e classificação do item “religião” mudou bastante. No recenseamento de 1872, a população foi dividida em apenas três categorias: “católicos romanos”, “positivistas” e “sem religião” ou de “religião não declarada”. Na Introdução ao censo de 1890, criticava-se a escolha da paróquia como base para o recenseamento, em virtude da separação entre Igreja e Estado “e o modo por que se faziam os registros de batizados, casamentos e óbitos” (Censo Brasil, 1890: p. V). A partir de 1900, as declarações sobre a opção religiosa foram suprimidas (como no Censo de 1920), agrupadas, reagrupadas e expandidas, de maneira que no Censo de 2000 existem quarenta e cinco religiões diferentes. Até 1950, a religião das crianças era atribuída à religião registrada para os pais, sempre que ambos declarassem “professar o mesmo credo”, o que só foi modificado a partir de 1960, quando a religião das crianças passou a ser registrada de acordo com a religião materna. Se levarmos em conta que em 1872 a faixa etária do zero aos nove anos representava, aproximadamente, 24% da população e em 2000 em torno de 19%, a distribuição religiosa no Brasil poderia apresentar uma outra configuração.
- 6 Como se perceberá as séries históricas dos dados são limitadas, exigindo a análise dos censos em acordo com as possibilidades. Como alerta Richard Graham (2008), na falta de dados seriais “podemos ser tentados a desistir da tentativa de quantificar. Isto seria um erro. Mas esta falta de séries apenas requer a diminuição de nossas expectativas e concentração no factível, o que às vezes significa fazer nada mais do que contar”.
- 7 Os anos em que as igrejas citadas neste artigo iniciaram permanentemente suas atividades foram: luteranos (1824), presbiterianos (1862), batistas (1882), adventistas (1896), Assembleia de Deus (1911), Congregação Cristã no Brasil (1910), Deus é Amor (1962), Quadrangular (1951 ou 1953), IURD (1977). Para uma pequena introdução à história do protestantismo, ver: REILY, Duncan Alexander, *História documental do protestantismo no Brasil*, SP: ASTE, 1993. ROLIM, Francisco Cartaxo, *O que é pentecostalismo*, SP: Brasiliense, 1987. MAFRA, Clara, *Os evangélicos*. RJ: Zahar, 2001. MENDONÇA, Antônio Gouvêa de & VELASQUES Filho, Prócoro, *Introdução ao protestantismo no Brasil*, SP: Loyola, 1990. MONTES, Maria Lucia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, SP: Companhia das Letras, 1998.
- 8 No Ceará, os presbiterianos De Lacy e Mary Wardlaw lideraram a única missão protestante do século XIX. Três décadas depois, foi organizada a Assembleia de Deus (1914), seguida pelos batistas (1908 e/ou 1924). Sobre os evangélicos no Ceará, ver: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro, ‘Os filhos de Lutero’: atores protestantes na província cearense no século XIX. *Trajetos* - Revista de História, Fortaleza, v. 2, n.3, p. 31-54, 2002 e Paidéia: a formação da reta doutrina protestante no Ceará. *Estudos de História* – UNESP. V. 13, p. 149-177, 2006; BARBOSA, Luís Gomes. *Pentecostais do Ceará: uma odisséia de pioneiros*. Fortaleza: Expressão Gráfica, s/d; CONDE, Emílio. O fogo pentecostal incendeia o Ceará. In: *História das Assembleias de Deus no Brasil*, RJ: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2000, p. 99-113; CORTEZ, Natanael. *O presbiterianismo no Norte do Brasil – fase pioneira (síntese)*, Recife: s/ed. 1957; NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. *Os Batistas no Ceará*, Fortaleza:

- Setor Gráfico do Colégio Batista Santos Dumont, 2003; QUEIROZ, Carlos P. As faces de um mito: a fascinante história de um cabra de Deus na terra do sol. Brasília: MZ Produções, 1999; SOUZA, Robério Américo. Natanael Cortez. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 28-30.
- 9 Em 1872, eram 40 positivistas, já em 1890 havia 62. Fonte: IBGE - Censo de 1940: Estado do Ceará, p. 01.
 - 10 Os números absolutos dos evangélicos no Ceará são: 1872 (zero, 0.00%), 1890 (526, 0.07%), 1900 (593, 0.07%), 1940 (6.794, 0.32%), 1950 (19.160, 0.71%), 1960 (29.745, 0.90%), 1970 (69.083, 1.58%), 1980 (169.069, 2.07%), 1991 (252.133, 3.95%), 2000 (612.847, 8.25%). Fonte: IBGE - Censo Demográfico Ceará.
 - 11 Mesmo após o Decreto Imperial de 17 de abril de 1863 que sancionou o casamento civil, a construção de casas de culto acatólico e a separação de espaços físicos nas capitais para inumações protestantes, as práticas e crenças de anglicanos e luteranos no Ceará oitocentista continuaram um mero apêndice de seus negócios no comércio local não sendo raras as 'conversões' destes ao catolicismo.
 - 12 Como lembra Flávio Pierucci (2004), a sociologia da religião no Brasil tem sido uma "sociologia do catolicismo em declínio".
 - 13 Elaborando um 'G-8' do catolicismo em declínio e tomando por base apenas o último censo, os estados do Rio de Janeiro (57.2%), Rondônia (57,5%) e Espírito Santo (60,9%) despontam com as menores porcentagens destes, seguidos pelos estados do Acre, Amazonas, São Paulo, Mato Grosso e Pernambuco.
 - 14 Poderíamos também falar de um outro declínio, o das religiões afro-brasileiras, um dos alvos do agressivo e sincrético proselitismo neopentecostal.
 - 15 A expressão "trânsito religioso" significa o deslocamento do indivíduo por diversas religiões sem aderir, necessariamente, a nenhuma delas.
 - 16 É sempre bom lembrar que 'sem religião' não é sinônimo de 'ateu', apesar deste ser parte daquele grupo. O indivíduo sem religião pode ser aquele que está em trânsito, experimentando variadas modalidades do sagrado, sem converter-se a nenhuma; aquele que vive autonomamente sua religiosidade, elaborando e reelaborando suas próprias crenças, ou o agnóstico.
 - 17 Estratégias como: organização precoce, parceria com igrejas norte-americanas, criação de jornais e uso de rádio e TV, fundação de colégios e hospitais, pregações públicas e mega-cultos em estádios de futebol e ginásios, marchas e campanhas evangelistas, participação nos governos militares, aproximação com movimentos sociais e ecumênicos, ação social. Francamente voltados à pesquisa do fenômeno pentecostal,
 - os sociólogos das religiões ainda não analisaram a fundo qual o papel das igrejas presbiterianas, batistas, metodistas etc. na expansão evangélica no século XX.
 - 18 Referimo-nos a: lideranças carismáticas, pregação junto às camadas baixas e médias, cruzadas nacionais, formação de impérios comunicacionais, curas e exorcismos, liberalização de costumes, livre interpretação da Bíblia, sincretismo religioso, administração do sagrado em 'igrejas-empresa', disputa de cargos eletivos, etc.
 - 19 Para o padre Alberto Antoniazzi (2004), o crescimento evangélico, dos sem religião e das outras religiões, com a consequente diminuição da porcentagem de católicos, tem a ver com o rápido crescimento populacional e a lentidão da ação pastoral.
 - 20 No Censo de 1991, o estado do Ceará aparece com o maior número de católicos, entre os estados do Brasil.
 - 20 Para nós, essa é uma imagem bem adequada ao pentecostalismo. Se, para Adam Smith, o 'mercado' é a instituição perfeita e o princípio-eixo que deve mover e controlar toda sociedade baseada no lucro, o Espírito Santo é a 'mão invisível' que guia e dinamiza as práticas e crenças pentecostais no campo religioso. Uma representação social por excelência que norteia o agir religioso dos crentes.
 - 21 Optamos por manter a classificação dada pelo IBGE no censo de 2000. Os evangélicos de missão são os 'protestantes históricos', incluindo os luteranos e a Igreja Adventista do Sétimo Dia, e os evangélicos pentecostais as igrejas de 'primeira', 'segunda' e 'terceira' onda da tipologia de Paul Freston.
 - 22 Para Ricardo Mariano (2004: 122-138), o crescimento negativo (- 0.4%) é uma falha no Censo de 1991: "não ocorreram mudanças significativas nas igrejas protestantes de uma década para outra que permitam explicar e justificar tamanha disparidade dos dados".
 - 23 Segundo Décio Lima (1989), os Adventistas são uma dissidência da Igreja Batista estadunidense. William Miller (1782-1849) anunciou a alguns batistas que o Cristo voltaria em 1843 (milénarismo). O fracasso de sua profecia amainou os ânimos adventistas que só voltaram a se organizar definitivamente em 1860 sob a liderança teológica e eclesial da ex-metodista Ellen G. White (1827-1915). A primeira igreja Adventista foi organizada em 1898 em Gaspar Alto, Santa Catarina. São conhecidos pela sua inserção nos setores educacionais, de saúde e mídia.
 - 24 Como lembra Júlia Miranda (2008: 165-184), "No modelo ternário há forte presença de católicos no município central, redução na periferia próxima e aumento em direção à periferia mais distante. O modelo binário implica em menores percentuais de católicos no centro e maiores na periferia."
 - 25 Como explicam os autores do *Atlas da filiação religiosa*

(2003: 131), “A taxa de urbanização expressa o número de pessoas por 100 habitantes cujo domicílio é situado na zona urbana”. Contudo, pergunta-se: como se definem os limites da zona urbana e da zona rural? Lembremos que hoje já se fala de zonas rururbanas.

- 26 Em 1912, Antônio Almeida escreveu sobre o fato de Garanhuns (no agreste pernambucano) ter sido elevado a centro irradiador do presbiterianismo do Nordeste, e não a capital, Recife: “(...) entretanto, não nos devemos esquecer da importância da evangelização das cidades (...) Se, pois, temos errado, é onde deixamos os centros donde poderia o Evangelho irradiar ao redor, e vamos começar ou mesmo centralizar no mato – na roça a nossa principal atividade cristã. (...) Os batistas, porém, centralizaram-se no Recife, mantendo aqui escola e seminário e daqui evangelizando o interior do estado. O resultado é que eles têm no Recife a maior igreja, nos subúrbios diversas igrejas prósperas, mantêm um importante colégio e uma escola teológica anexa e possuem pelo interior do estado maior número de igrejas do que nós” (REILY, 2003: 275).
- 27 Numa análise que efetuamos de regressão linear, associando ‘percentual de população urbana’ e ‘percentual de evangélicos’, usando um intervalo de confiança de 95% e nível de significância de 0,05, o resultado foi um R^2 de 0,1538. De forma simples, poderíamos dizer que a variável independente (percentual de população urbana) ‘explica’ 15,38% da variabilidade da variável dependente (percentual de evangélicos), logo, os outros 84,62% seriam ‘explicados’ por outros fatores. A ‘significância’ do teste foi de 0,023, menor que o valor adotado ($0,023 < 0,05$); quer dizer, a urbanização explica a variação – positiva – de evangélicos. Associando o percentual de população urbana e percentual de católicos, o resultado foi um R^2 de 0,2401. Isto é, a variável independente ‘explica’ 24,01% da variável dependente, sendo que 75,99% seriam explicados por outros fatores. O intervalo de confiança do teste foi de 0,000, menor que o valor adotado ($0,000 < 0,05$), o que significa dizer que a urbanização ‘explica’ a variação – negativa – de católicos.
- 28 Na pesquisa coordenada por Rubem César Fernandes, no Grande Rio de Janeiro, o maior número de mulheres que de homens foi explicado por esse padrão relacional de gênero. Entretanto, é sempre bom lembrar que no Brasil há mais mulheres do que homens.
- 29 Sobre a relação entre gênero feminino e protestantismo durante a Reforma, ver Davis, 1990: 63-86.
- 30 Seguimos aqui a metodologia do Atlas da filiação religiosa.
- 31 Sim, o que chamamos de crescimento desigual e combinado é derivado e elaborado a partir da noção de “desenvolvimento desigual e combinado” de Leon Trotski.

Referências bibliográficas

- ANTONIAZZI, Alberto. (2004). *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* São Paulo: Paulus, 2004.
- BERGER, Peter. (1996). *Rumor de anjos – a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2004) “Fronteira da fé - alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil hoje”. In **Estudos Avançados**, São Paulo, 18 (52).
- CAMURÇA, Marcelo (2006). “A realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE – 2000”. In TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis-RJ, Vozes.
- CAMARGO, Cândido Procópio F de. (1973) *Católicos, Protestantes, Espíritas*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- DAVIS, Natalie Zemon (1990). *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HERVIEU-LÉRGER, Danièle (2005). *La religion, hilo de memória*. Barcelona: Herder.
- JACOB, Cesar Romero (et alli). (2003). *Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil*. São Paulo: PUC-Rio / Loyola.
- LIMA, Delcio Monteiro de. (1989). *Os demônios descem do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LOPES Jr., Orivaldo P. (1999). “A conversão do protestantismo no Nordeste do Brasil”. In revista **Lusotopie**, Lisboa: 291-308.
- MARIANO, Ricardo. (2004). “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da igreja pentecostal”. In **Estudos Avançados**. São Paulo, 18 (52): 122-138.
- MIRANDA, Julia. (1995). *Horizontes de Bruma: os limites questionados do religioso e do político*. São Paulo: Maltese.

- _____. (2008) “Os católicos e a construção do poder na cidade dos homens - religião e espaço público em Fortaleza” In HEREDIA, Beatriz. (org.). *Continuidades e rupturas na política cearense: pesquisando atores da política cearense*. Campinas-SP: Pontes.
- MONTES, Maria Lucia (1998). “As figuras do sagrado”: entre o público e o privado. In NOVAIS, Fernando A. (coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ORO, Ari Pedro (1996). *Avanço pentecostal e reação católica*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- PIERUCCI, A. Flávio (2004a). “Secularização e declínio do catolicismo”. In SOUZA, Beatriz Muniz de & MARTINO, Luís Mauro Sá. *Sociologia da religião e mudança social*. São Paulo: Paulus.
- PIERUCCI, A. Flávio (2004b). “Bye bye, Brasil - o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000”. In *Estudos Avançados*, São Paulo, volume 52, Nº 18: 17-28.
- REILY, Duncan (2003). *História documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE.
- SANCHIS, Pierre (1997). “A religião dos brasileiros”. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2: 28-43.
- SOUZA, Beatriz Muniz de & MARTINO, Luís Mauro Sá (2004). *Sociologia da religião e mudança social*. São Paulo: Paulus.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em março/11).

HISTÓRIA DO ESPORTE NO BRASIL: DO IMPÉRIO AOS DIAS ATUAIS

Organizadores: Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo

História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 568 p.

Por: Leonardo José Barreto de Lima

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

Desde o início do século XX, contar a(s) história(s) do esporte no Brasil costumava ser iniciativa de indivíduos que, preocupados com a preservação memorialística do passado de práticas as quais vivenciaram, direta ou indiretamente, de ouvir falar ou de presenciar, se dedicavam ao registro escrito de uma infinidade de informações e estórias a elas relacionadas. Nesse grupo se inserem antigos praticantes e/ou meros espectadores aficionados e até mesmo os jornalistas que acompanhavam o cotidiano e viam o contínuo desenvolvimento dessas práticas de caráter esportivo. Apenas a partir dos anos 1970 e 1980, é que foram dados os primeiros passos no sentido de se contar essa(s) história(s) de um outro ângulo, isto é, da perspectiva daqueles que até então observavam a realidade esportiva brasileira (quase sempre com desdém, e por vezes com ojeriza) de cima de suas torres de marfim, instaladas nos centros universitários país afora.

História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais, livro organizado por Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo, ambos autores já consagrados em suas áreas de atuação profissional, se constitui numa contribuição que, simultaneamente, expressa e tenta consolidar mais firmemente essa tendência de interesse de pesquisadores acadêmicos, pelas práticas esportivas, sobretudo aqueles vinculados de

algum modo às ciências humanas e à educação física. Impossível não dizer que a obra é de qualidade e, nela, o *locus* e a dimensão do fenômeno esportivo nas sociedades modernas, em especial na brasileira, são realçados devidamente, enfatizando, assim, tanto a sua importância social como os seus sentidos e significados, e isto devidamente contextualizado em termos históricos. Percorrendo desde as décadas iniciais do século XIX até o limiar do século XXI¹, este livro – que tem como pano de fundo teórico comum a chamada Nova História Cultural – tem como pergunta básica que norteia os seus capítulos a seguinte questão, destacada pelos autores: “Como o esporte, ou, para ser mais preciso, as práticas corporais institucionalizadas (esportivas, ginástica, Educação Física, capoeira) ajudam-nos a entender melhor a história do país?” (p. 12).

Sociólogos como Norbert Elias, Eric Dunning e Pierre Bourdieu e os historiadores Eric Hobsbawm e Johan Huizinga são exemplos de intelectuais que já haviam apontado, em algumas de suas obras, o lugar de destaque dos esportes nas sociedades modernas, sobretudo no século XX, quando esses emergem como uma das principais manifestações de ordem cultural de diversos povos. Além de salientar o caráter tipicamente moderno da prática esportiva, esses autores concebiam que esta, em hipótese alguma,

poderia ser tratada e entendida desvinculada das demais dimensões que compõem a vida social, tais como a economia, a política, a cultura etc.

Nesse sentido, *História do esporte no Brasil* vem preencher uma lacuna existente nos estudos sobre o campo esportivo no Brasil. Estes, em geral concentrados nos aspectos referentes a um único esporte, o futebol, muitas vezes também carecem de uma compreensão adequada e não-reducionista das ligações entre as práticas corporais desse tipo e o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e dos diversos segmentos que a constituem. O livro contorna esses problemas na medida em que consegue tecer, de maneira hábil, um emaranhado de discussões que dialogam entre si de modo constante e a partir de diversos níveis analíticos. Isto possibilita ao leitor visualizar, com bastante nitidez, como e por que os sentidos e significados do ideário da modernidade em boa medida se articularam, em nosso país, com a própria necessidade e/ou desejo de vivência dos indivíduos e grupos sociais de aderirem a atividades que envolviam o uso mais ou menos intenso do corpo, seja com fins de lazer e sociabilidade, seja com fins de se inserir no processo em curso de modernização do país.

Vale destacar também a rara sintonia existente entre os vários autores convidados a escrever os dezessete capítulos que compõem o livro, os quais, mesmo que não intencionalmente, talvez, conseguiram prender-se ao objetivo proposto por Mary Del Priore e Victor Andrade de Melo: entender a moderna história nacional por meio das variadas práticas corporais institucionalizadas que tiveram, entre nós, por assim dizer, alguma “representação” histórica. Deste modo, a despeito de seu caráter panorâmico – em alguns textos até excessivamente –, a obra aborda com propriedade, entre outras temáticas: 1) a configuração do campo esportivo no país, entre o final do

século XIX e o início do século XX; 2) o incentivo, recorrente, à prática esportiva como meio de promover a educação dos corpos dos brasileiros, com vistas ao desenvolvimento da nação; 3) as tensões sociais envolvendo a apropriação e ressignificação, pelos segmentos populares, de práticas esportivas antes reservadas, em sua maioria, às elites dirigentes urbanas, sobretudo no caso do *association football*; 4) o uso político do esporte em momentos singulares de nossa história, como a era Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1985); 5) a nova conformação do campo esportivo no Brasil nas últimas décadas, graças à popularização dos chamados esportes na natureza/ esportes radicais e ao advento da globalização; 6) as disputas que permeiam a construção de identidades no mundo social, considerando-se a prática esportiva, em escala ampla (nacional) ou restrita a algum segmento (classe, étnico/racial, gênero) etc.

Do nosso ponto de vista, algo decisivo para o êxito da empreitada por ora avaliada foi o fato de os organizadores terem incumbido a produção dos textos a pesquisadores provenientes de diversas áreas do saber; tanto àqueles experientes e reconhecidos por trabalhos anteriores como aos jovens talentosos que iniciam sua carreira. Isto certamente contribuiu para que o livro pudesse narrar a história esportiva do Brasil levando em conta múltiplas perspectivas e novos olhares, o que permitiu evidenciar os vários caminhos pelos quais o esporte se desenvolveu no Brasil. Como bem salienta Victor Andrade de Melo no capítulo 2 do livro, escrito por ele:

Como se tratava de uma manifestação cultural importada, que chegava com os ventos de modernização que sopravam fundamentalmente do continente europeu, a prática esportiva adquiriu em terras brasileiras contornos peculiares tanto em

função das diferentes naturezas de contato com o exterior quanto devido aos diálogos estabelecidos com as especificidades locais (2009, p. 36).

Todavia, faz-se necessário comentar alguns problemas que marcam a obra. O primeiro deles é a falta de uma melhor revisão final do texto, o qual, não raras vezes, exhibe erros descabidos de pontuação e concordância, bem como de identificação do significado de determinadas siglas institucionais. O segundo se refere à desproporcionalidade no trato de determinadas práticas, em detrimento de outras tão ou mais importantes no contexto esportivo brasileiro. Embora seja compreensível (e um tanto inevitável) o destaque especial que deve se dar à análise dos aspectos históricos e simbólicos relacionados ao futebol no Brasil, porquanto este ser o esporte mais popular e disseminado entre nós, é difícil entender a pouca ou nenhuma atenção dada a outros esportes que, no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, têm despertado o interesse prático e emocional de um número cada vez maior de brasileiros. Esse é o caso do voleibol, basquetebol, futsal (ou futebol de salão), judô, iatismo, entre outros historicamente mais “representativos”. E tal coisa torna-se ainda mais flagrante, se considerarmos o fato de que às práticas talvez socialmente menos valorizadas no país – o que não implica dizer que as mesmas não possuem importância em termos esportivos, muito pelo contrário –, como é o caso dos esportes na natureza e/ou esportes radicais, seja concedido um espaço de análise a nosso ver despropositado.

Diante do que foi escrito até aqui, é possível afirmar que a leitura de *História do esporte no Brasil* é recomendada para todos aqueles que desejam conhecer melhor a(s) história(s), em terras brasileiras, desse tipo específico de prática corporal que é o esporte, a

qual, tendo sido “inventada” na Europa lá pelos séculos XVIII e XIX, rapidamente tornou-se uma tradição vivenciada com satisfação ímpar por sociedades das mais diversas regiões do planeta. Muita coisa ainda há a ser contada sobre a história da prática esportiva no Brasil, é fato. Mas é certo também que a obra que aqui apresentamos representa uma das fontes mais completas atualmente disponíveis para a pesquisa da temática.

Notas

- 1 O primeiro capítulo do livro trata da prática, ainda no período colonial, dos chamados “jogos de cavalheiros”, entre eles as cavalhadas.
- 2 Inclusive no que diz respeito à participação brasileira nos Jogos Olímpicos e campeonatos mundiais, nos quais os atletas dessas modalidades muitas vezes têm atingido importantes resultados, até mesmo a conquista de medalhas.

(Recebido para publicação em janeiro de 2011. Aceito em fevereiro/11).

ADMINISTRAÇÃO, PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E O PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL NA ERA DA PÓS-GLOBALIZAÇÃO

De: Omar AKTOUF

Pós-globalização, administração e racionalidade econômica. A síndrome do avestruz. Tradução: Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2004. 297 p.

Por: Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Professor visitante da Universidade de Lüneburg – Alemanha. Bolsista sênior da CAPES. Coordenador da Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Empreendedorismo e Liderança (Rinepe/UFC). Editor da Revista de Psicologia/UFC. E-mail: tupinamb@ufc.br/tupinamb@leuphana.de.

e Raquel Libório Feitosa

Mestre em Psicologia pela UFC. Psicóloga organizacional. Doutoranda pela École des Hautes Études Commerciales, Montreal, Canadá. Membro da Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Empreendedorismo e Liderança (RINEPE – UFC). E-mail: raquel.feitosa@ufc.br.

O panorama da economia mundial e, principalmente, temas atuais na área da economia, da administração, da psicologia organizacional e outros correlatos foram exaustivamente tratados pelo professor Omar Aktouf em evento promovido em 2010 pela Rede Internacional de Estudos e Pesquisas sobre Empreendedorismo e Liderança (RINEPE – UFC).

Passamos, com base nas teses defendidas pelo nomeado professor no evento referido, a apresentar seu último livro publicado no Brasil, que representou uma reinauguração da abordagem de temas econômicos e sociais contundentes de interferência e importância marcantes para a administração e para a psicologia, em especial no caso da psicologia organizacional e do trabalho. A relatividade da conclamada aplicação eficiente desses conhecimentos para contribuir na evolução mundial e humana é uma questão que permeia o texto do autor e leva o leitor a uma

profunda reflexão sobre os lugares e as missões de tais conhecimentos, que nem sempre são aqueles atribuídos e conquistados ao longo do seu desenvolvimento. Consideramos, portanto, profícua uma discussão ilustrada do texto do livro resenhado a partir das palavras proferidas pelo próprio autor para uma maior proximidade das razões que o levam a desenvolver suas teses, bem como para se ter mais claramente limites e alcances destas. Todas as citações foram retiradas do livro ou se originaram na fala do autor durante o evento realizado na UFC. Estas estão apenas entre aspas e sem referência a páginas. A nossa intenção é mostrar concordância com muitas de suas posições e assegurar ao leitor da atual resenha que vale a pena se deter no conteúdo da obra resenhada para avaliar até onde chegamos com o conhecimento considerado essencial para o desenvolvimento dessas diferentes temáticas no mundo “pós-globalizado”.

Não se trata de tentar substituir a leitura própria do livro pelas ideias ora apresentadas, mas de lançar um olhar crítico e seletivo com a ajuda do próprio autor do livro que sirva de guia e estímulo de leitura dos curiosos e interessados no tema da obra original, cuja disponibilidade em português se deu em 2004, com a tradução de Maria Helena C. V. Trylinski de *La stratégie de l'autruche: post-mondialisation, management et rationalité économique*. Apesar de poderem muitas das ideias expostas ser submetidas a críticas por falta do decantado “rigor científico” em suas bases, é, como afirma Frederico Mayor Zaragoza, em seu prefácio (p. 13), por outro lado, também uma vantagem no que tange ao debate e à discussão conceitual na área:

Muitas críticas poderiam evidentemente ser feitas a uma obra como esta. Não se consegue, sem às vezes hesitar um pouco, concordar com a totalidade do que o autor desenvolve. Muitos aspectos de sua exposição mereceriam, alguns, um pouco mais de rigor, de demonstrações devidamente comprovadas, de indicações de fontes, de dados; outros aspectos, um pouco menos de tomadas de posição pessoais. Sim, e eu diria felizmente e tanto melhor que isso aconteça, pois muitos debates são abertos dessa forma e instigam reações.

O texto que segue traz ideias dos sete distintos capítulos que compõem o livro, nomeadamente, “O ‘economismo’ moderno, entre argumentos autoritários e evasivas (p. 45); “Uma história herética do pensamento econômico dominante, ou como se passou de Aristóteles a Michael Porter” (p. 57); “Sobre a economia tradicional, o ‘souk’ e o regateio e a ‘pseudonatureza’ do homo econômico” (p. 107); “Pequena história da mais-valia e da administração” (p. 127); “A

administração como casuística e a concretização da ‘traição crematística” (p. 143); “Onde as leis econômicas expostas por Marx juntam-se às ciências físicas e à termodinâmica” (p. 175) e “A economia-administração em face do humanismo: entre o empregado-recurso e o empregado-parceiro” (p. 205).

Ademais, o livro fecha com um texto à guisa de conclusão que interessa, especialmente, aos setores envolvidos com a formação de profissionais da área da administração e correlatas, intitulado “Rumo a outra análise da crise mundial e da pós-mundialização: sobre a cidadania das empresas e as escolas de gestão” (p. 229). Uma reflexão do que isso significa para temas contundentes das disciplinas administrativa e psicológica, como liderança e líder, pode ser apreendida do texto de sua autoria publicado no original francês na *Revista de Psicologia* da UFC: “Leadership et leader: une théorie collusoire autour de l’illégitimité du pouvoir du dirigeant en management de type US? discussion et déconstruction”¹. Não pode deixar de ser mencionado o pós-fácio de autoria de Ramiro Cercos e Abdelkarim Errouaki², “A nova economia-administração do professor Omar Aktouf” (p. 265), que nos convida a pensar com o professor Aktouf e seu livro sobre “a situação crítica na qual se encontra a humanidade na aurora do século XXI”.

Para o autor, há um paradoxo, enquanto reina o caos neste mundo. Fala de caos num mundo que vivencia uma excessiva má administração global, num mundo que nunca teve tantos diplomados em administração, o que termina por conformar uma correlação muito estranha. Por que temos tantos diplomados em administração e tudo continua tão mal administrado? A resposta a esta pergunta pode ser obtida no nível da economia, i.e., no nível do pensamento econômico porque o pensamento econômico dominante neoliberal está atribuindo um sentido, um

caminho, uma concepção, um paradigma a todas as outras disciplinas, sobretudo à administração e ciências correlatas como psicologia industrial, psicologia organizacional, comportamento organizacional etc. A primeira certeza é de que não há nenhuma vantagem competitiva num país se não há educação do povo. Quanto mais educado o povo mais capaz é a nação de obter vantagem competitiva. “Facilmente se chega a essa conclusão caso se vá até o Japão, que é a segunda ou terceira potência econômica e científica mundial, e onde não há nada além dos japoneses, sendo cada um deles mais culto, mais educado do que, digamos, todo um bairro de Nova York”. Isso se pode denominar vantagem competitiva. Outra certeza é de que o capitalismo financeiro do tipo dos EUA está morto, terminou. Nada, nada, nada de bom pode vir dos EUA agora, nada. Esta crise não é uma crise conjuntural, é uma crise estrutural, sistemática, sistêmica. É uma crise no sistema capitalista financeiro do tipo neoliberal. O que ali se produz teoricamente já não serve, pois se resume a propaganda sem valor científico. Tudo não passa de ideologia; tudo, até a psicologia, psicologia industrial, psicologia do trabalho, comportamento organizacional; a própria economia, a administração são produtos ideológicos, ideologia neoliberal que não corresponde à ciência. Por exemplo, quando se fala de líder no âmbito da psicologia industrial, vê-se esse líder como um produto americano, o *self made man*, conceito cunhado no âmbito comercial estadunidense, superficial e sem fundamentação científica. Tudo isso mostra o resultado da certeza da influência do pensamento econômico dominante, que precisa de conceitos como mercado, mercado livre, mercado autorregulado, mercado de trabalho, concorrência, motivação e empregabilidade. Deve-se, por conseguinte, mudar de maneira urgente e fundamental todos esses conceitos que não

levam a nada de novo nem resolvem problemas atuais. Deve-se pensar em perspectiva universal, porque no nível médio e local já não se pode fazer muito. A psicologia industrial, o comportamento organizacional e as escolas de administração mais conhecidas, por exemplo, a teoria da motivação formulada desde os ensinamentos de Elton Mayo, Mintzberg, Skinner etc., trouxeram pouca informação ou informação relevante. Ideias se repetem desde Mayo, Maslow e Mintzberg. Pergunta-se, portanto, o que tem sido agregado à teoria da liderança? A resposta seria praticamente nada! Também se pergunta o que se tem agregado à teoria da estratégia? A resposta é a mesma: praticamente nada! Desse ponto de vista pode-se afirmar que Michael Porter não contribuiu com nada importante. Através dele e de seus contemporâneos agregaram-se alguns termos como “estratégia de posicionamento”, “estratégia de formulação”, “estratégia de recursos”, “estratégia baseada em recursos”, o que tem pouca significância.

No fim dos anos 70 e começo dos 80 o pensamento porteriano, claramente inspirado na ideologia que orientou a condução das organizações, começou a influenciar os escritos, os ensinamentos, as práticas, as consultorias tanto em economia quanto em administração, para ganhar nos dias de hoje a esfera da “governança” dos Estados. Essa grande impregnação de seu pensamento torna Michael Porter um autor indispensável para quem quer compreender de onde provêm certas noções ou preconceitos implícitos, mas amplamente aceitos, na esfera política, bem como certo vocabulário que se implantou nesse meio, como por toda a parte aliás, e quais são precisamente os fundamentos teórico-ideológicos desse pensamento (p. 78).

Isso prova o que chamamos de repetição em média e micro-perspectiva da administração. Não se tem, portanto, agregado nada de novo em nível médio e micro e se constata uma repetição de teorias e conceitos da metade do século passado, o que já não nos serve. Não se podem agregar apenas palavras, modismos, e se ter a ilusão de melhorar ou aproveitar, dessa forma, as teorias. Não precisamos saber de técnicas, de procedimentos, de habilidades para mudar as coisas. Precisamos de novos paradigmas, novas concepções, em perspectiva macroeconômica e social, para mudar técnicas, procedimentos e teorias.

Vale, portanto, considerar a evolução do capitalismo financeiro e lançar um outro olhar na crise mundial. Para esse fim, o autor procurou fazer uma análise alternativa da evolução do capitalismo financeiro em três fases ou em três ciclos. Nessa perspectiva, afirma que a verdadeira cara da globalização não é bem aquela apresentada na propaganda oficial. Trata-se de uma crise mundial muito mal analisada pelo G7³ e as medidas propostas pelos países que compõem esse grupo não passavam de falácias. Precisa-se criar um modelo alternativo para um verdadeiro desenvolvimento humano, uma alternativa ao modelo estadunidense.

Já no prólogo do livro (p. 29-43), o professor Aktouf afirma que se sobretudo a economia mas também a administração e os problemas corporativos não fossem mudados fundamentalmente, seria desencadeada uma crise mundial grave antes do primeiro quarto do século XXI. Apesar de o livro datar de 2004, essa observação já havia sido feita, nos idos de 1998, de forma pública. Houve críticas de jornalistas sobre a sua afirmação, pois para eles isso se aproximaria de uma adivinhação. Mas o professor Aktouf afirmou que tais pressentimentos não surgiam do nada, baseavam-se em suas leituras aristotélicas sobre

a economia: “Aristóteles analisou a questão econômica de maneira perfeita. Com Aristóteles se entende por que essa economia no modelo atual não pode durar, não pode continuar”.

Lembremos que Aristóteles considerava que, com a invasão da moeda e do *fetichismo* de que ela é objeto, todo produto humano teria sua finalidade física natural, até então destinada a um uso econômico, inelutavelmente deslocada para um uso *crematístico* desse produto. E alertava contra o desaparecimento consequência desta mudança, do vínculo que liga as atividades humanas de produção à comunidade e ao *oikos* (p. 145).

O século XX é o fim desse tipo de economia. Então aconteceu a nomeada crise mundial em 2008. Muito mais cedo do que imaginava o autor. “Por que Aristóteles? Aristóteles no quarto século a.C., na política e, sobretudo, no livro sobre macroeconomia, analisou tudo o que pode ocorrer com a economia quando não se cuida das finanças e do que está acontecendo no mundo”. No cenário mundial da atualidade há um crescimento desgovernado da economia que gera esses tipos de crises pelas quais estamos passando.

Aristóteles escreveu para se tomar cuidado, que a economia é uma utopia, economia é uma palavra que veio de duas palavras, *oikos* e *nomos*. *Oikos* quer dizer comunidade, e comunidade seria harmonia com natureza, pois sem a preservação do ambiente e sem a natureza a comunidade humana pereceria. Isso significa ter valores e ideias ecológicas. *Nomos*, por seu turno, quer dizer norma ou regra. Então a palavra economia quer dizer, etimologicamente, como conviver bem homem e/com natureza.

Esse seria então, segundo Aristóteles, o verdadeiro significado da palavra economia. Outro termo aristotélico muito utilizado pelo autor, a *krematística*, serve para sua abordagem diferenciada da economia no sentido original e atual. Pode em sua etimologia sustentar o que se entende por “boa” e “má” economia. “O que significa então a *krematística*? *Krematística* é a união de duas palavras gregas, *krema*, dinheiro, e *atos*, que quer dizer acumular. Daí nos ter advertido Aristóteles de não deixá-la vencer, substituir, eliminar, matar a economia, entendida como uma norma em conformidade com a natureza”. Segundo Aktouf, os livros de economia têm princípios questionáveis porque não são realmente sobre economia, são sobre *krematística*, o que não é a mesma coisa.

Aristóteles via um perigo que vem da moeda com seus dois lados, um bom e um ruim. O lado bom é que a moeda é livre para o intercâmbio universal, para fazer intercâmbio, comércio etc. O lado ruim, um lado terrível, um lado destruidor é a ilusão de se poder acumular de alguma maneira infinita. Aristóteles já dizia na sua época para se ter cuidado com a moeda, pois ela é uma coisa que pode dar aos seres humanos a ilusão de poder acumular algo de uma maneira infinita. Nosso mundo é finito, nada é infinito, nada, então não se pode fazer infinitamente dentro do finito, não se pode, é uma loucura! Tudo vem como crise, crise clara e gravíssima antes do primeiro quarto do século XXI e já estamos em crise mundial, e ainda não terminou. Não se sabe o que fazer com essa crise mundial do sistema financeiro, não se sabe o que fazer, não se sabe como sair dessa crise.

Aktouf se apropria do pensamento de Léon Courville que, na sua visão, poderia repensar, outros modos, a economia fracassa dos moldes atuais e,

acrescentaríamos, que também poderia ser absorvida no âmbito da formação de futuros administradores, economistas e profissionais de áreas afins, coerentemente com as necessidades da economia no seu estrito senso aristotélico (p. 184-185):

Hoje estamos todos confinados em uma gigantesca clausura, um mercado único *que não cresce*, onde o desafio não é mais crescer mas arrebatar do vizinho um quinhão de seu lugar ao sol [...].

Todos os concorrentes lutam em um *mercado que quase não cresce mais*, eles não conseguem senão trocar ou roubar clientes uns aos outros.

Entramos em um jogo cujo resultado é nulo [...] para cada ganhador há, presente-mente, um perdedor. *Nossa antiga concepção de economia encontra-se inteiramente subvertida*.

[...] Georgescu-Roegen retoma esta ideia quando explica que *a terra está em situação de entropia*: ela se fecha sobre si mesma e se contrai, como resposta a uma tendência de degenerescência.

A descoberta do petróleo foi uma centelha que *desacelerou a entropia* [...].

A abundância de energia era a chave do crescimento [...]. Vários governos lançaram projetos muito ambiciosos (para dominar novas formas de energia, menos caras e mais abundantes). Em vão: o custo não baixou. Pode-se mesmo perguntar [...] *se os custos desta busca por novas fontes de energia não foram superiores aos benefícios alcançados*.

A entropia se recupera e *nossa visão de uma economia mundial em crescimento contínuo não corresponde mais à realidade*. Nós não sabemos mais como interpretar o que está acontecendo.

Em um mundo *em que não há mais crescimento*, encontrar novos mercados beira a utopia.

A teoria da relatividade nos ensinou que a posição do observador influencia sua percepção do universo. *O ensino tradicional de gestão, as referências da antiga economia nos fizeram acreditar que tal relatividade não existia [...]*. Não somente existe a ilusão de ótica como a maneira de olhar o universo muda o universo observado.

Léon Courville admite aqui explicitamente – mas sem chegar, é claro, às últimas conseqüências no que toca às implicações de sua evocação das noções da termodinâmica – a necessidade, daqui para a frente inescapável, de recorrer em economia às lições da física. Tais propósitos dispensam comentários, salvo para que se constate o quão decisivos eles são no que toca àquilo que os economistas da segunda metade do século XX nos arrastaram e quão grande é a confusão no pensamento econômico contemporâneo para que um economista e administrador formado em um dos ambientes mais importantes do conservadorismo atual não hesite em recorrer, em desespero de causa por assim dizer, a conceitos da física, como a entropia ou a relatividade, para tentar compreender os problemas contemporâneos.

A estagnação e, em seguida, o declínio do crescimento e dos mercados de que fala L. Courville não são, efetivamente, senão um modo diferente de constatar a impossibilidade de imaginar um universo, como o dos economistas, que negue impunemente o caráter constante da energia disponível [...] e o sentido único e irreversível da transformação dessa energia – sua degradação de um estado útil para um estado inútil [...].

Essa é a verdadeira revolução do capitalismo.

Não é o gênio americano, não é o gênio de vantagem competitiva dos EUA, não é um gênio de estratégias que fazem uma aplicação da teoria de Michael Porter vantagem competitiva.

A crítica aktoufiana sobre os rumos dos ensinamentos econômico, administrativo e psicológico e das suas respectivas teorias, pesquisas e aplicações se baseia nos seus produtos e na sua ineficácia universal. Para o autor, se estudam, por exemplo, *business* ou psicologia industrial em um mundo que não tem nada a ver com o mundo de Mintzberg, nem com o mundo de outros autores cultuados na administração, na psicologia industrial, na economia. Pergunta em que planeta estaríamos vivendo para fazer essa teoria de vantagem competitiva, das cinco forças etc. Estaríamos para isso num planeta onde não há máfia, oligopólios, monopólios, corrupção, corruptores, onde não há multinacionais que controlam o governo? Onde não há mentiras políticas construídas para se conquistar objetivos espúrios? E conclui que um mundo desses só existe em certos livros didáticos, em romances e no discurso falacioso de certos governantes. A mentira como arma política é a primeira característica do fascismo e do nazismo. Da história exemplifica, nesse contexto, como Hitler se utilizou de mentiras e mentiras para atacar a Polônia e depois a Iugoslávia e a Bélgica. Ademais, acrescenta ao seu questionamento quantas mentiras foram provadas das que Washington e George W. Bush usaram para atacar o Afeganistão e o Iraque. Aponta como uma segunda característica do fascismo a construção do Outro como uma ameaça absoluta a sua própria identidade. A terceira característica é por ele resumida como a banalização do mal e do sofrimento em geral.

[...] Esses dois termos – mundialização e crise mundial – sozinhos ou combinados com as transcendentais leis do mercado

justificam praticamente tudo de agora em diante, da retração dos Estados (chamada ora de liberalização, ora de democratização, ora de desregulamentação) aos comportamentos mais desumanos de dirigentes de empresa que perderam todo o sentido de medida e de decência, a ponto de chegar a tratar os humanos como puros e simples acessórios secundários para a manutenção do lucro, dos dividendos e da sobrevivência do capital (p. 230).

Não deixa de incluir entre as técnicas administrativas perversas aquelas que vão em um *continuum*, como reengenharias e *dowsizings*, fusões e aquisições, privatizações e terceirização, que significam a prática diária de verdadeiros crimes contra a humanidade, cometidos para garantir o capital e um lucro cada vez mais difícil de assegurar sem lançar, um pouco por toda a parte, trabalhadores ao desemprego aos montes. “Está-se aceitando o inaceitável, está-se tolerando o intolerável” (p. 230).

Afirma que essas intervenções são práticas administrativas modernas que tornaram o inominável em banalidade: “Há vinte anos, quando uma empresa anunciava que ia demitir 500 empregados, era uma catástrofe, os jornais políticos também chamavam isso de catástrofe. Agora, se a General Motors anuncia que causará 30 mil desempregos isso é visto apenas como uma banalidade”.

Há necessidade de se desenvolver uma clara consciência do mundo atual e desses fatores históricos que ajudam a compreendê-lo. Este mundo onde vivemos é o mundo onde futuros profissionais vão trabalhar nas suas organizações, sejam eles psicólogos, administradores, economistas etc. Este não é o mesmo mundo que se trata nos livros que vêm dos EUA; é um mundo totalmente diferente. Isso exige,

segundo o autor, uma nova reflexão sobre negócios, sobre as maneiras de fazer negócios, fazer *business*. Não seria suficiente buscar uma vantagem competitiva, uma vez que esse mundo correspondente a essa estratégia de fato não existe. Motivação dos trabalhadores para mobilizar uma cultura organizacional a partir do resultado do pensamento dos estrategistas, sem considerar a consciência dos trabalhadores. Deve-se questionar, portanto, se esse mundo existe, como ele se estrutura e onde está. Se ele existe, pergunta-se onde e como se coloca a crise nesse mundo?

Ainda no âmbito de sua fala na nossa universidade, o autor traz argumentos que podem ser utilizados como conclusivos para o próprio livro resenhado:

[...] mas tenho muitos problemas com os ricos e com a riqueza que se acumula através de uma forma idiota de enriquecimento, estupidamente, ou seja, enriquecer causando desempregos, porque esses desempregados não vão comprar o que está sendo produzido! Enriquecer-se fabricando pobreza é idiotice! Enriquecer-se contaminando a natureza é estúpido! Então a riqueza só vale a pena se for inteligente. A pergunta verdadeira não é *How to make money*, a pergunta inteligente e verdadeira deveria ser *How to make smart money*, como fazer dinheiro inteligente sem contaminar, sem provocar pobreza, sem fabricar desemprego, isto é, enriquecer inteligentemente, mas fazer riqueza e não dar a vitória à krematística. Agora a chamada crise mundial, crise sistêmica, não é cultural, mas o arranjo oficial que está sendo trabalhado a seu respeito é para que seja vista como uma crise conjuntural, de crescimento e para que se tenha a impressão de que tudo vai voltar a ser o que era antes. Mas essa é de fato uma crise dos EUA e não uma crise mundial, é uma crise do tráfico,

da bolsa, dos maus homens de negócios dos EUA. Como pode durar um sistema que vai contra as leis da natureza? Uma das soluções é, portanto, sacar conceitos para entender por que esse sistema não funciona, conceitos que vêm de outras ciências, como biologia, física etc. Outra solução é o equilíbrio entre capital, trabalho e natureza. Nesse caso se questiona porque o capital deve ser o imperador que tem todos os direitos enquanto trabalho e natureza não têm direitos, o que leva a natureza a ser tratada como estoque gratuito de recursos. Os seres humanos são, nessa perspectiva, também tratados como recursos, que podem ser utilizados e jogados fora, não havendo equilíbrio. O trabalho e a natureza deveriam ter o mesmo poder do capital e conduzir a uma economia sustentável. A conclusão para tudo isso é que a busca da riqueza não é o problema, o problema mesmo é reconhecer os limites nessa busca: quando o aumento de minha riqueza implicar a contaminação da natureza, a sua exaustão *ad infinitum*, se a minha riqueza implica o aumento do desemprego e, conseqüentemente, a construção de universo de pobreza a seu redor, trata-se de uma riqueza estúpida, idiota e má para o homem e para o planeta.

Notas

- 1 *Revista de Psicologia* da UFC, volume 1, n. 2, julho-dezembro de 2010.
- 2 Respectivamente, professor da Universidade Politécnica de Madri e conselheiro especial da *École des Hautes Études Commerciales*, Montreal, Canadá.
- 3 Grupo dos sete países mais ricos do mundo, integrado pelos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Japão.

(Recebido para publicação em fevereiro de 2011. Aceito em fevereiro/11).

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista de Ciências Sociais da UFC está aberta a contribuições na forma de:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do *Dossiê temático* pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do

Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesses** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise.

Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

Normas Editoriais

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados pelo autor através do e-mail racs@ufc.br, em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas.

A página inicial deve indicar: *título do artigo*; *nome do(s) autor(es)*; *resumo* (até dez linhas), *abstract*, *palavras-chave e keywords* (no máximo 05). O resumo

deve apresentar objetivos, métodos e conclusões.

Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico.

Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As *notas* (numeradas) e a *bibliografia*, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto.

O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

Formas de citação

1. As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto.

2. As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36).

3. Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre parênteses as fórmulas (*Idem*, p. tal) ou (*Idem*, *ibidem* quando a página for a mesma).

4. Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b).

5. Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte

maneira: Wolf (1959, p.33-37) afirma que...

6. Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como *nota*.

Formato das referências bibliográficas

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome *et al.* Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: QUINTANEIRO, Tania *et al.* *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo.

Exemplo: MATOS, Olgária. Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin, in: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação,

número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (*site*) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

Exemplos:

Livro

BALZAC, Honoré. *A mulher de trinta anos*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. **Rev. Bras. Ci. Soc**¹, São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

• **Sem o nome do autor.** Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. **O Povo online**, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

• Com o autor

BRÁS, Janaína. Fraternidade:

campanha discute proteção à natureza. **O povo online**, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

Nota

1 Nomes de periódicos podem ser abreviados na referência.



EXPRESSÃO GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3253.2222 • Fortaleza-CE
www.expressaografica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

